

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CÂMPUS CURITIBA
MESTRADO EM TEOLOGIA**

SANDRO FERREIRA

**A VIDA DOS PRESBÍTEROS NAS DIOCESES DO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ENCONTROS NACIONAIS**

**CURITIBA-PR
2011**

SANDRO FERREIRA

**A VIDA DOS PRESBÍTEROS NAS DIOCESES DO BRASIL: DESAFIOS E
PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ENCONTROS NACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Brighenti

**CURITIBA-PR
2011**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

F383v
2011
Ferreira, Sandro
A vida dos presbíteros nas dioceses do Brasil : desafios e perspectivas a partir dos encontros nacionais / Sandro Ferreira ; orientador, Agenor Brighenti. -- 2011.
242 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011
Bibliografia: f. 231-242

1. Anciãos (Administradores eclesiásticos). 2. Encontro Nacional de Presbíteros. 3. Dioceses - Brasil. 4. Teologia pastoral. I. Brighenti, Agenor. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 253



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Centro de Teologia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Teologia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
SANDRO FERREIRA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e onze às quinze horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores, Agenor Brighenti, Carlos Mendoza Álvarez e Antonio José de Almeida, para examinar a Dissertação do candidato, **SANDRO FERREIRA**, ano de ingresso, segundo semestre de dois mil e nove (2009), do Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, Linha de Pesquisa: Teologia e Evangelização. O mestrando apresentou a dissertação intitulada: “**A VIDA DOS PRESBITEROS NAS DIOCESES DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ENCONTROS NACIONAIS**”. O candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e após a defesa o candidato foi APROVADO pela Banca Examinadora, A sessão encerrou-se às 17 h 15 min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca:

Prof.Dr. Agenor Brighenti _____

Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Carlos Mendoza Álvarez _____

Convidado Externo

Prof. Dr. Antonio José de Almeida _____

Convidado Interno.

CIENTE

Prof. Dr. Mário Antonio Sanches

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



A todos os presbíteros que, através de sua vida e ministério,
se empenham para ser exemplo aos demais cristãos
e que, na fé, buscam edificar o Reino de Deus.
A todas as pessoas que reconhecem a
importância e o valor do presbítero
para a Igreja e em suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Àquele que é o sentido e a razão última do estudo teológico: Deus;

Ao professor e orientador Agenor Brighenti, pela competência, pela condução do trabalho, pela metodologia, pelo amor que tem à Igreja e à teologia, e ainda por acreditar nesta pesquisa;

À comissão examinadora, pela atenção e contribuição para o enriquecimento deste trabalho;

À Arquidiocese de Maringá, pela ajuda financeira; a D. Anuar Battisti, por ter me dado a oportunidade de continuar estudando, mesmo sendo presbítero recém-ordenado; aos presbíteros desta Igreja particular, pelas inúmeras partilhas sobre o tema estudado e pelo incentivo à pesquisa teológica;

Às Paróquias Nossa Senhora das Graças (Sarandi) e Santo Antônio de Pádua (Maringá), por compreenderem minhas ausências em algumas atividades pastorais e me motivarem na pesquisa;

Aos professores e alunos do mestrado, pela oportunidade de compartilhar momentos de aprendizado teológico-pastoral e ainda pela amizade e confiança;

À Ana Paula Peron, pelas correções e revisões textuais, partilhas, paciência e (sempre bem-vindas) sugestões;

À Congregação do Santíssimo Redentor, em especial ao Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Curitiba, pela hospedagem e amizade;

À minha família, que me ajudou a formar valores cristãos e humanos, germe de minha vocação presbiteral.

O presbítero deve ser, ao mesmo tempo, pequeno e grande, de espírito nobre, como de sangue real, simples e espontâneo como um lavrador, herói no domínio de si, homem que lutou com Deus, fonte de santificação, pecador que Deus perdoou, senhor de seus desejos, servidor humilde para os tímidos e fracos, que não se rebaixa diante dos poderosos, mas se curva diante dos pobres, discípulo de seu Senhor, chefe de seu rebanho, mendigo de mãos largamente abertas, portador de inumeráveis dons, homem no campo de batalha, mãe para confortar os doentes, com a sabedoria da idade e a confiança de um menino, voltado para o alto, os pés na terra, feito para a alegria, experimentado no sofrimento, imune a toda a inveja, que vê longe, que fala com franqueza, um inimigo da preguiça, uma pessoa que se mantém sempre fiel.

Retrato do presbítero
(de um manuscrito medieval)

RESUMO

A VIDA DOS PRESBÍTEROS NAS DIOCESES DO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS A PARTIR DOS ENCONTROS NACIONAIS

A Igreja Católica Apostólica Romana, em todo seu conjunto, é constituída por diversos carismas e ministérios, e, dentre eles, se destaca o ministério ordenado que é composto por três graus: diaconato, presbiterato e episcopado. A presente pesquisa, realizada a partir da abordagem qualitativa e documental, enfoca a vida dos presbíteros nas dioceses do Brasil, apontando desafios e perspectivas a partir dos Encontros Nacionais de Presbíteros - ENPs. Esse trabalho apresenta, primeiramente, o contexto eclesial que permitiu a gênese dos ENPs, em seguida aborda também a vida e a teologia dos presbíteros a partir dos Encontros para, enfim, indicar algumas perspectivas pastorais que visam auxiliar os presbíteros a superarem seus desafios pessoais e pastorais. Esses Encontros Nacionais tiveram seu início no ano de 1985 e se constituíram como um momento forte de reflexão e debate sobre a vida e o ministério presbiteral realizado a partir da perspectiva dos próprios presbíteros. No período de 1985 a 2010, os ENPs somaram algumas conquistas, não obstante as resistências e os desafios. O presbítero, na Igreja e na sociedade, se apresenta como alguém que cuida de diversas pessoas. Mas, enquanto cuidador, de que tipo de cuidados ele necessita? Quais são os desafios enfrentados pelos presbíteros brasileiros na ótica dos ENPs? Quais as contribuições desses Encontros Nacionais para os presbíteros do Brasil? Respostas para tais questionamentos serão buscadas, sobretudo, nos textos dos ENPs (Instrumentos Preparatórios e Textos Conclusivos) e, também, em teólogos e assessores dos ENPs, que muito contribuíram para a reflexão nos Encontros, bem como em textos do Magistério. Na tentativa de auxiliar os presbíteros a superarem os seus desafios pessoais e pastorais, os ENPs apontam para uma Pastoral Presbiteral que os ajude a enfrentar os obstáculos da vida comunitária, ou seja, unidos ao presbitério e em comunhão com o bispo, sem perder de vista que o presbítero evangeliza em conjunto com os leigos. As mudanças culturais da sociedade afetam os presbíteros em sua vida e também em seu ministério e, por isso, eles precisam estar preparados para enfrentar os novos desafios que surgem a cada dia na sociedade e em relação à ação evangelizadora.

Palavras-chave: Encontros Nacionais de Presbíteros. Presbítero. Presbitério. Igreja Local. Comunhão. Fraternidade. Pastoral Presbiteral.

ABSTRACT

THE LIFE OF THE PRIESTS WITHIN THE DIOCESES OF BRAZIL: CHALLENGES AND PERSPECTIVES BASED ON THE CLERGY NATIONAL MEETINGS

The Roman Catholic Church, in its entirety, is constituted by a diversity of charism and ministries and the ordained ministry is one of them. The ordained ministry can be constituted on the basis of one of the three degrees of Order: diaconate, priesthood and episcopate. This research, based on a qualitative and documental approach, aims to focus on the life of the priests who live at the Brazilian dioceses, pointing out their challenges and perspectives which are reflected by the Clergy National Meetings – CNMs. This paper presents the ecclesial context that brought about the birth of the CNMs. Furthermore, the priestly life and theology from the CNMs perspectives will be presented. Finally, it indicates some pastoral perspectives which intend to be an aid for the priests to overcome their personal and pastoral challenges. The National Meetings begun to be organized in 1985 and since then it has become an especial moment of reflection and debate concerning priestly life and ministry from within. From 1985 to 2010, the CNMs celebrated some victories, not without much opposition and many challenges. The priest is configured, within the church and society, as someone who looks after many people. However, as people's keeper, what kind of care does he also need? From the perspective of the CNMs, what are the challenges faced by the Brazilian priests? What are the contributions of the National Meetings to the priests of Brazil? The answers to those questions will be searched, above all, in the CNM's texts (Both Prep. and Concluding Ones). In addition, there is the expertise of the CNM's theologians and advisers which have contributed so much for the reflections at the Meetings. Besides these, there is also the relevant contribution from Church Magisterium. As an attempt to help priests to overcome their personal and pastoral challenges, the CNMs look forward to encouraging a Pastoral care for the priests, which may help them face the obstacles presented by the community-oriented way of living. This means to be united to the presbytery and in communion with the bishop, not forgetting, of course, that the presbytery evangelizes together with lay people. The cultural changes of society affect the life and the ministry of the priests; therefore, they must be prepared to face the new challenges that develop from within society and from the evangelization task itself.

Keywords: Clergy National Meetings. Priest. Priesthood. Presbytery. Local Church. Communion. Brotherhood. Pastoral care for the priests.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPB	- Associação Nacional de Presbíteros do Brasil
CD	- Decreto <i>Christus Dominus</i>
CDC	- Código de Direito Canônico
CELAM	- Conselho Episcopal Latino Americano
CERIS	- Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CMOVC	- Comissão Episcopal para o Ministério Ordenado e a Vida Consagrada
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	- Comissão Nacional do Clero
CNP	- Comissão Nacional de Presbíteros
CRP	- Comissão Regional de Presbíteros
DAP	- Documento de Aparecida
DMVP	- Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero
DP	- Documento de Puebla
DSI	- Doutrina Social da Igreja
DV	- Constituição Dogmática <i>Dei Verbum</i>
EE	- Carta Encíclica <i>Ecclesia de Eucharistia</i>
EN	- Exortação Apostólica <i>Evangelii Nuntiandi</i>
ENP	- Encontro Nacional de Presbíteros
GS	- Constituição Pastoral <i>Gaudium et Spes</i>
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INP	- Instituto Nacional de Pastoral
INSS	- Instituto Nacional do Seguro Social
LG	- Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
Med	- Documento de Medellín
PDV	- Exortação Apostólica Pós-Sinodal <i>Pastores Dabo Vobis</i>
PO	- Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>
PRNM	- Projeto Rumo ao Novo Milênio
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
REB	- Revista Eclesiástica Brasileira
SC	- Constituição <i>Sacrosanctum Concilium</i>
SD	- Documento de Santo Domingo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CONTEXTO ECLESIAL DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBITEROS	19
2.1 ALGUNS ACONTECIMENTOS ECLESIAIS QUE ANTECEDERAM E INFLUENCIARAM OS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBITEROS ..	20
2.1.1 Concílio Vaticano II (1962-1965)	21
2.1.1.1 <i>“Ministério e vida” ou “vida e ministério”?</i>	25
2.1.1.2 <i>O tríplice múnus</i>	27
2.1.1.3 <i>A substituição do termo “sacerdote” pelo termo “presbítero”</i>	30
2.1.2 Medellín (1968)	32
2.1.2.1 <i>As principais temáticas de Medellín</i>	32
2.1.2.2 <i>A escassez de presbíteros</i>	34
2.1.3 Documentos aos Presbíteros (1968)	37
2.1.4 Documentos dos Presbíteros (1969)	39
2.1.5 Sínodo dos Bispos (1971)	43
2.1.6 Puebla (1979)	45
2.2 OS PRIMEIROS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBITEROS E SEU FORTALECIMENTO	48
2.2.1 Os primeiros passos da Comissão Nacional de Presbíteros	49
2.2.2 Os primeiros Encontros Nacionais de Presbíteros	54
2.2.3 Os Encontros Nacionais de Presbíteros ganham força e visibilidade	60
2.2.4 Mas surgem resistências e desconfianças	63
2.3 ALGUNS ACONTECIMENTOS ECLESIAIS QUE MARCARAM A CAMINHADA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBITEROS	66
2.3.1 Pastores Dabo Vobis (1992)	67
2.3.2 Santo Domingo (1992)	69
2.3.3 Vida e ministério dos presbíteros – Estudos da CNBB, n. 88 (2004)	72
2.3.4 Carta aos presbíteros – Documento 75 (2004)	77
2.3.5 Aparecida (2007)	80

3 A VIDA DOS PRESBÍTEROS NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS .	86
3.1 AS DIMENSÕES DA VIDA PRESBITERAL	87
3.1.1 A vida dos presbíteros na dimensão humano-afetiva	88
3.1.1.1 <i>O presbítero: homem de relações</i>	88
3.1.1.2 <i>O celibato</i>	96
3.1.2 A vida dos presbíteros na dimensão espiritual	101
3.1.2.1 <i>A caridade pastoral</i>	101
3.1.2.2 <i>Alicerces da espiritualidade: a Palavra de Deus e a Eucaristia</i> .	104
3.1.3 A vida dos presbíteros na dimensão intelectual	108
3.1.3.1 <i>A formação permanente</i>	109
3.1.3.2 <i>O risco da intelectualização e da acomodação</i>	111
3.1.4 A vida dos presbíteros na dimensão pastoral	113
3.1.4.1 <i>Jesus como modelo de pastor</i>	115
3.1.4.2 <i>Alguns desafios pastorais</i>	118
3.2 A IGREJA LOCAL E O PRESBITÉRIO	124
3.2.1 A Igreja local torna presente a Igreja toda	124
3.2.2 O presbitério como elemento de unidade entre os	
presbíteros e deles com o bispo	127
4 ABORDAGEM TEOLÓGICA DA VIDA PRESBITERAL NOS ENCONTROS	
NACIONAIS DE PRESBÍTEROS	131
4.1 O PRESBÍTERO COMO SERVIDOR EM UMA COMUNIDADE TODA	
MINISTERIAL	132
4.1.1 Os ministérios: serviços da, na e para a Igreja	137
4.1.2 O ministério presbiteral: um serviço eclesial em favor de	
todos	140
4.2 A IDENTIDADE PRESBITERAL	145
4.2.1 A busca da identidade presbiteral no atual contexto	
socioeclesial	146
4.2.2 A evolução da teologia do presbiterato nos Encontros	
Nacionais de Presbíteros	149
4.3 A FRATERNIDADE PRESBITERAL	154
4.3.1 A eclesiologia de comunhão	154
4.3.2 O sacramento da ordem como sinal de unidade	156
4.4 AS INTER-RELAÇÕES NA VIDA PRESBITERAL	160
4.4.1 Com os leigos, em uma Igreja toda ministerial	161
4.4.2 Em uma Igreja inserida no mundo	170

5 PERSPECTIVAS PASTORAIS PARA A VIDA DOS PRESBÍTEROS NO BRASIL	179
5.1 DIFICULDADES E IMPASSES DA VIDA PRESBITERAL NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS	179
5.1.1 O desafio de assumir mais integralmente as pistas de ação dos Encontros Nacionais de Presbíteros	180
5.1.2 A crise na sociedade contemporânea e sua influência na vida dos presbíteros	184
5.2 AVANÇOS NA VIDA PRESBITERAL NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS	188
5.2.1 O fortalecimento da Comissão Nacional de Presbíteros	189
5.2.2 As conquistas alcançadas pelos Encontros Nacionais de Presbíteros	191
5.3 DESAFIOS PARA UMA PASTORAL PRESBITERAL NO BRASIL, HOJE	193
5.3.1 A supervalorização do inividual em detrimento do coletivo .	194
5.3.2 A falta de confiabilidade entre os presbíteros	196
5.4 UMA PASTORAL PRESBITERAL: RESPOSTA AOS DESAFIOS ATUAIS	198
5.4.1 As Associações de Presbíteros	198
5.4.1.1 <i>A criação da Associação Nacional dos Presbíteros do Brasil</i>	199
5.4.1.2 <i>As associações são meios eficazes de viver a fraternidade presbiteral</i>	204
5.4.2 Uma pastoral para cuidar de quem cuida	207
5.5 PRESBÍTERO E PRESBITÉRIO: CAMINHOS DE FORTALECIMENTO DA FRATERNIDADE PRESBITERAL	214
5.5.1 As reflexões dos presbíteros em nível nacional aplicadas no presbitério local	215
5.5.2 O presbitério como lugar concreto da fraternidade presbiteral	219
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
REFERÊNCIAS	231

1 INTRODUÇÃO

Ao se fazer referência ao presbítero, em geral, pensa-se logo em ministério ordenado. É importante, nesse caso, lembrarmos que o ministério ordenado, na Igreja Católica, é composto por três graus: diaconato, presbiterato e episcopado. Ressaltamos, desde já, que nosso enfoque será a vida do presbítero e que não pretendemos abordar diretamente o diaconato e o episcopado. Contudo, será necessário, muitas vezes, nos reportarmos ao episcopado, pois não é possível compreender o presbítero independentemente do bispo.

No Brasil, desde o ano de 1985, acontecem os Encontros Nacionais de Presbíteros – ENPs, organizados pela Comissão Nacional de Presbíteros – CNP, que têm como objetivos: refletir, por meio de exposições, debates e oficinas, sobre a realização pessoal dos presbíteros e sobre a melhor maneira de exercerem o seu ministério na sociedade atual; aprofundar a compreensão do ministério presbiteral na comunhão com os demais presbíteros e os bispos e também na corresponsabilidade junto aos leigos, visando uma Igreja toda ministerial; celebrar a vida dos presbíteros nas liturgias e no aprofundamento da espiritualidade; oportunizar espaços de liberdade para que os presbíteros partilhem suas angústias, impasses e esperanças, sem descuidar do aprofundamento de alguns temas incontestavelmente relacionados à vida e ao ministério presbiteral; fortalecer a comunhão presbiteral através da solidariedade entre as Igrejas locais, por meio do envio de missionários e da partilha de recursos com as mais pobres; criar e/ou fortalecer a Pastoral Presbiteral nos Regionais e nas Dioceses do Brasil (CNP, 2010c, p. 16).

Com base na pesquisa em atas e documentos da CNP, podemos perceber que o Encontro Nacional de Presbíteros é um evento composto por três etapas: o *antes*, quando é elaborado o Instrumento Preparatório que é enviado às dioceses do Brasil para conhecimento, estudo e aprofundamento do texto por parte dos presbíteros em conjunto com o presbitério; o *durante*, quando acontece o Encontro propriamente dito e que reúne presbíteros de todo o país durante uma semana para debates, reflexões, orações e partilha de experiências; e o *depois*, quando as conclusões do Encontro (se sistematizadas em forma de textos) devem ser tomadas pelos presbíteros nas dioceses em busca de horizontes para a caminhada pessoal e eclesial.

Contudo, nosso trabalho enfrenta uma limitação pelo fato de se concentrar, basicamente, nos Instrumentos Preparatórios aos ENPs e analisar apenas três Textos Conclusivos, visto que somente três dos encontros publicaram esse material. Percebemos que não há fontes bibliográficas suficientes e que as conclusões dos Encontros Nacionais não estão documentadas, ou seja, não foram escritas ou reunidas nos arquivos da CNBB e nem mesmo nos da CNP. Diante dessas restrições, há, contudo, algumas outras referências que nos remetem aos Encontros Nacionais e que, aqui, fizemos uso para compreender melhor o evento dos ENPs: são textos usados nos Encontros e também pelos assessores (e que atualmente se encontram com alguns participantes dos ENPs) e também outros (poucos) textos de teólogos e pastoralistas que comentam os debates e embates enfrentados nesses Encontros. Por isso, ressaltamos que a presente pesquisa não retrata todas as etapas dos Encontros, mas aborda a temática da vida presbiteral que ecoa, sobretudo, nos textos que foram usados em preparação aos ENPs, bem como em algumas atas (especificamente as do 1º, 4º, 7º, 11º e 13º ENPs, por terem sido as únicas às quais foi possível termos acesso), e ainda em textos de revistas pastorais e eclesiais que apresentam a ressonância desses Encontros nos presbitérios brasileiros.

Dessa forma, o objetivo de nossa pesquisa é refletir sobre os aspectos referentes à vida dos presbíteros, nas dimensões pessoal e eclesial, apresentados pela Comissão Nacional de Presbíteros em seus Encontros Nacionais no período de 1985 a 2010. Este trabalho visa ainda refletir sobre os desafios enfrentados pelos presbíteros nas dioceses do Brasil, apontar as conquistas alcançadas pelos ENPs, bem como observar a relação fraterna existente entre a vida presbiteral e o presbitério da Igreja local, ou seja, com o bispo e demais presbíteros.

Dentre os objetivos específicos, desejamos: a) contextualizar eclesialmente a realidade em que viviam os presbíteros no período posterior ao Concílio Vaticano II; b) refletir sobre o início dos ENPs a partir do cenário eclesial presente naquele momento histórico; c) focar, na ótica dos ENPs, as dimensões da vida dos presbíteros e sua relação com o presbitério e a Igreja local; d) abordar teologicamente a vida presbiteral a partir dos ENPs; e) apresentar algumas perspectivas pastorais para a vida dos presbíteros no Brasil, destacando os avanços conquistados e os desafios presentes nos ENPs; f) colocar em evidência possíveis meios pelos quais os presbíteros possam encontrar elementos significativos para a

vivência fraterna no presbitério, tais como a associação de presbíteros e a pastoral presbiteral.

O presbítero é, antes de tudo, um cristão, ou seja, alguém que se encontrou profundamente com Jesus Cristo e se deixou seduzir e conduzir por Ele, colocando-se no seu caminho, como discípulo (CNP, 2008a, p. 20). O Documento de Aparecida estimula-o “a dar testemunho de vida feliz, alegre, entusiástica e da santidade no serviço do Senhor” (DAp, n. 315).

A vida presbiteral é um dom de Deus para a Igreja. Seu exercício torna presente, e sempre nova, a presença de Cristo em meio à humanidade. Contudo, os desafios enfrentados pela Igreja no Brasil são diversos e complexos. Nesse contexto, os ENPs buscam não apenas interpretar, à luz da Palavra de Deus e da realidade pastoral, tais desafios, mas também encontrar respostas que ajudem os presbíteros a melhor viverem a vocação a que foram chamados.

Na sociedade atual, a secularização e a perda de valores cristãos dificultam o seguimento a Jesus Cristo. O consumismo e o individualismo também têm aumentado fortemente. Esses fatores envolvem o ser humano por inteiro e os presbíteros, enquanto homens que são, não ficam alheios a essas condições. Por isso, dedicar-se ao Reino de Deus através de uma vida totalmente doada e despojada torna-se cada dia mais difícil. Nesse contexto, o fato de abrir mão dos “benefícios” (?) oferecidos pela sociedade e tornar-se presbítero passa a ser considerado, por muitos, como “perda de tempo” e/ou algo sem sentido.

Em meio a essa realidade, o presbítero precisa ser sinal da presença de Deus na vida das pessoas, um elo entre o humano e o divino. Sua consagração e doação estimulam os cristãos a viverem o projeto salvífico de Deus de forma autêntica e coerente. Essa situação social de secularização e de perda de valores, que afeta diretamente também a vida dos presbíteros, coloca-nos diante de alguns questionamentos que, juntos, compõem a problemática desta pesquisa: a) envolto à temática de cada ENP há uma preocupação com a pessoa do presbítero. Quais são as reais preocupações do período sob análise (1985-2010)? Elas têm correspondido às necessidades dos presbíteros?; b) Os ENPs têm apresentado meios para auxiliar os presbíteros a viverem a exemplo de Jesus Cristo Bom Pastor?; c) Que contribuições, concretamente, os Encontros Nacionais têm trazido para com o cuidado pessoal e eclesial do presbítero brasileiro?; d) Alguns aspectos importantes a serem ressaltados na vida presbiteral se referem à comunhão fraterna e à ajuda

mútua. Mas será que um presbítero, sujeito às mesmas dificuldades e limites, pode auxiliar outro a superar os problemas relativos à sua vida pessoal e eclesial?; e) O presbítero, como alguém que cuida de outras pessoas, de que tipo de cuidados necessita?

Respostas para tais questionamentos serão buscadas a partir da pesquisa – qualitativa e documental – nos textos dos ENPs e de teólogos e assessores que auxilia(ra)m nas reflexões desses Encontros, bem como nas contribuições da CNBB, do Magistério Latino-americano e do Concílio Vaticano II.

A presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar o tema, mas apenas de levantar questionamentos, inquietações e desafios concernentes à realidade dos presbíteros brasileiros, bem como apontar as conquistas alcançadas pelos ENPs para a vida presbiteral. Esses encontros fortaleceram a CNP e criaram um espaço no qual os presbíteros podem expor suas angústias e esperanças, alegrias e tristezas, e, ainda, serem enriquecidos com as partilhas de presbíteros de outras regiões do país.

Em nossa pesquisa, não iremos focar o presbítero em suas atividades pastorais, mas procuraremos, principalmente, olhar para a sua pessoa – conscientes de que vida e ministério não se separam –, com suas fraquezas e limites, e buscaremos perceber quais são os cuidados que esse presbítero, enquanto pessoa, necessita. Mas afinal, de quem seria a responsabilidade de cuidar do presbítero? Seria dele mesmo? Seria do presbitério? Seria do bispo? Da comunidade eclesial? Ou ainda, seria o conjunto das responsabilidades compartilhadas por todos esses o que garantiria maior qualidade de vida aos presbíteros?

Em nosso percurso, primeiramente faremos um resgate eclesial dos Encontros Nacionais de Presbíteros, contextualizando-os no período pós-Vaticano II. Nessa época, houve uma mudança eclesiológica ocasionada pelo Concílio, que passou a situar o presbiterato dentro da missão da Igreja, em relação com os bispos, com os demais presbíteros, com os fiéis leigos e com o mundo, em uma relação de fraternidade e serviço. Mas será que os presbíteros estavam preparados para essa mudança? Que consequências esse fato trouxe para a vida presbiteral? Como os presbíteros reagiram para vencer os desafios e as tensões que se apresentavam naquele período? No contexto brasileiro, qual foi a contribuição da CNP para os presbíteros que viviam tal realidade? Para compreendermos melhor a gênese dos Encontros, daremos ênfase a alguns acontecimentos eclesiais que antecederam e

influenciaram o início dos ENPs. Além disso, faremos um levantamento dos primeiros passos desta Comissão – a partir dos textos dos próprios Encontros Nacionais – e o modo como foi gestada a proposta, preparação e realização dos primeiros ENPs. Ressaltamos também que, ao mesmo tempo em que os ENPs vão se realizando e firmando sua caminhada no Brasil, há outros acontecimentos eclesiais que marcam a temática referente aos presbíteros e que colaboram com as reflexões de cada Encontro Nacional.

Após a apresentação do contexto e do modo como surgiram os ENPs, abordaremos, no segundo capítulo, diretamente os textos dos Encontros Nacionais, enfocando as dimensões humano-afetiva, intelectual, pastoral e espiritual dos presbíteros como homens de relações com os outros e consigo mesmos. Mas, como os ENPs abordam cada uma dessas dimensões? E em que medida o fato de essa reflexão estar presente nos ENPs pode ajudar os presbíteros a alcançarem a integração entre essas dimensões? Além de ser um homem positivamente bem integrado, o presbítero também precisa viver a comunhão com os demais membros da Igreja, vez que o sacramento da ordem tem profunda raiz e identidade comunitária. Por isso, ressaltaremos ainda alguns aspectos no que diz respeito ao presbitério e a Igreja local, visto que é nesta Igreja que a vida e o ministério dos presbíteros se desenvolvem.

No terceiro capítulo, para melhor compreendermos a vida presbiteral, enfatizaremos a abordagem teológica que lhe é conferida pelos ENPs. Nesse sentido, perguntamo-nos: qual a concepção teológica da vida presbiteral apresentada nos ENPs? O presbítero, inserido em uma comunidade toda ministerial, precisa ser servidor a exemplo de Jesus Cristo, o Bom Pastor, pois sua inserção na comunidade e sua configuração a Cristo revelam sua identidade presbiteral, que deve ser vivenciada na comunhão com os demais presbíteros e em suas inter-relações com os leigos, em uma Igreja toda ministerial e inserida no mundo.

Para concluir nossa pesquisa, faz-se necessário, ainda, averiguar quais são as perspectivas pastorais que os ENPs oferecem para a vida dos presbíteros no Brasil. Faremos isso no quarto capítulo, elencando as dificuldades e impasses que se apresentam na vida presbiteral, bem como alguns avanços alcançados até o momento pelos ENPs. A preocupação com a pessoa do presbítero nos leva a pensar que um meio eficaz para ajudá-lo a superar suas dificuldades pessoais e pastorais passa por uma Pastoral Presbiteral que, embora enfrente obstáculos, se

configura como uma resposta aos desafios atuais. Por fim, falaremos sobre a íntima unidade que precisa haver entre o presbítero com os demais presbíteros, ou seja, com o presbitério, pois eles estão unidos pelo sacramento da ordem e fazem parte de uma mesma Igreja. Por isso, o presbitério é o lugar, por excelência, de viver concretamente a comunhão e a fraternidade presbiteral.

Portanto, percebe-se que esta é uma temática que precisa ser refletida pela Igreja, pois aquele que é constituído como pastor de uma comunidade é, também, um ser humano dotado de limites e necessidades. E empreender uma reflexão acerca dos encontros de presbíteros no que tange à vida presbiteral constitui o objetivo primeiro desta pesquisa que espera somar-se aos demais trabalhos desenvolvidos a respeito desses mesmos Encontros, desejando contribuir com os estudos nesta área e, principalmente, auxiliar os presbíteros na vivência fraterna e no amor recíproco para que possam ser sinais de unidade na Igreja.

2 O CONTEXTO ECLESIAL DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

Para abordar a vida dos presbíteros no Brasil a partir dos ENPs cabe-nos, primeiramente, situar esses Encontros no contexto de sua gênese e desenvolvimento. Por isso, é relevante que nos perguntemos: Qual era o contexto eclesial em que viviam os presbíteros antes do início dos ENPs? O que levou a CNP a propor um Encontro Nacional de Presbíteros? Qual a importância desses encontros para os presbíteros?

Nesse período, havia dificuldades novas e específicas em relação à vida presbiteral, *ad intra* ou *ad extra*, e, então, surgiu a necessidade de um organismo sistemático que pudesse refletir sobre os presbíteros e buscar caminhos para auxiliá-los diante dos desafios daquela época. Esse organismo foi denominado de Comissão Nacional de Presbíteros¹, e tem como finalidades:

a) representar legitimamente os presbíteros junto à CNBB; b) assumir os interesses coletivos e, se for o caso, individuais dos presbíteros junto à CNBB; c) por iniciativa própria, encaminhar ao Conselho Permanente ou à Comissão Episcopal de Pastoral ou à Presidência assuntos que, quer a juízo das Comissões Regionais de Presbíteros, quer da Presidência da CNP, convém sejam tratados em âmbito nacional; d) levar à Assembléia Geral, ou a outro órgão da CNBB, sugestões relativas à vida dos presbíteros; e) transmitir às Comissões Regionais de Presbíteros as solicitações de estudos e fomentar a conveniente aplicação das normas traçadas pelos órgãos competentes da CNBB; f) convocada pela Presidência da CNBB, participar da Assembléia Geral da CNBB (cf. regimento da CNP) (ALMEIDA, 1992a, p. 410).

Essa Comissão se apresentou como um novo sujeito no contexto eclesial, um novo mecanismo para pensar a realidade presbiteral. Nas reflexões da CNP, foram gestadas algumas formas de abordar mais profundamente a vida dos presbíteros a partir deles mesmos. E é nesse contexto eclesial que surgem os Encontros Nacionais de Presbíteros.

Para compreendermos a trajetória percorrida pela CNP, abordaremos a realização dos primeiros ENPs, bem como destacaremos alguns pontos referentes

¹ A Comissão Nacional de Presbíteros, criada em 1969, é um organismo da CNBB, no qual os presbíteros do Brasil expressam e concretizam, em nível nacional, a comunhão hierárquica e a coparticipação em grau subalterno, com os bispos, na mesma consagração e missão que lhes fora comunicada pelo Cristo Senhor, pela ordenação sacerdotal, para a edificação do Corpo de Cristo e serviço fraterno do povo de Deus (ALMEIDA, 1992a, p. 410). A CNP é constituída por presbíteros eleitos pelas Comissões Regionais de Presbíteros (CRP), tendo cada CRP um seu representante titular, que é substituído em suas ausências por seu próprio suplente, também eleito pela CRP respectiva (CNP, 2010a, p. 21).

ao modo como esses Encontros ganharam força e visibilidade, apesar dos desafios e resistências enfrentados. Para isso, tomaremos alguns acontecimentos que precederam a institucionalização dos ENPs: o Concílio Vaticano II; a II e a III Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano (Medellín e Puebla, respectivamente); no Brasil, os Documentos *dos* Presbíteros e os Documentos *aos* presbíteros, e, finalmente, o Sínodo dos Bispos de 1971. Teremos em conta também aqueles acontecimentos que marcaram e influenciaram as reflexões dos Encontros Nacionais: a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*; a IV e a V Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano (Santo Domingo e Aparecida, respectivamente); o estudo intitulado “Vida e ministério dos presbíteros” e o documento “Carta aos presbíteros”, ambos da CNBB.

Fizemos a opção por esses acontecimentos eclesiais, citados anteriormente, pelo fato de que eles se inserem em uma eclesiologia de comunhão e de que tiveram forte repercussão em relação à vida e ao ministério presbiteral, influenciando não só as subseqüentes reflexões sobre os presbíteros, mas também a Igreja como um todo. Temos consciência de que há outros acontecimentos também relevantes, mas julgamos que os aqui elencados já sejam suficientes para nos dar um panorama da trajetória da vida eclesial e cumprir com nosso objetivo neste trabalho.

2.1 ALGUNS ACONTECIMENTOS ECLESIAIS QUE ANTECEDERAM E INFLUENCIARAM OS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

Na vida dos presbíteros no Brasil – assim como em outros países latino-americanos e em todo o mundo – após o Concílio², acentuou-se uma situação já

² Em relação ao Concílio, destacamos que sua recepção e aplicabilidade ainda estão em processo de acolhida e tentativas de implantação. No entanto, a recepção do Concílio já passou por diversas fases: “A primeira fase, logo depois do Concílio, foi de entusiasmo otimista: o espírito conciliar iria propiciar à Igreja como que um ‘novo começo’. Mas logo se percebeu que a realidade não obedece à intenção e aos desejos. [...] Logo veio a segunda fase da recepção, na década de 1970, entrando para a de 1980. Nessa fase prevalece o sentimento de esperança frustrada e de paralisia em face dos obstáculos à renovação. Os ‘progressistas’ lamentam a inércia que se estabeleceu e começam a falar de ‘inverno da Igreja’. Os ‘conversadores’ se manifestam pessimistas. Denunciam um processo de ‘dissolução’ da identidade católica. A década de 1990 marca uma terceira fase. Vão escasseando os que ‘fizeram o Concílio’. As discussões eclesiológicas parecem cair no vazio. Tornam-se infecundas. [...] Percebe-se a esterilidade em que caiu o confronto entre ‘progressistas’ e ‘conservadores’. Alguns começam a falar de ‘agenda para o futuro’. No início do novo milênio já se fala de uma quarta fase. Parte-se do pressuposto de que as potencialidades do Concílio ainda não se esgotaram. Por isso é preciso retomá-lo com o olhar voltado menos para o passado e mais para o

existente de tensão. A nova concepção eclesiológica situava os presbíteros na missão da Igreja, ligados ao bispo, em comunhão com os demais presbíteros, a serviço dos leigos – em uma relação de fraternidade e inseridos no mundo. Isso demonstrava uma Igreja toda ministerial e muitos presbíteros não estavam preparados para este *aggiornamento* trazido pelo Vaticano II. Por isso, é importante compreender bem o Concílio, pois ele é tomado como ponto de partida para toda reflexão posterior realizada pela Igreja como um todo e também em nossa pesquisa.

Cabe salientar que, embora vida e ministério caminhem juntos, constituindo-se mutuamente, nosso enfoque será a vida dos presbíteros. Contudo, algumas vezes será necessário reportarmo-nos ao ministério, mas sempre em referência à vida, buscando compreendê-la melhor a partir dos aspectos que envolvem o ministério. Abordaremos a vida dos presbíteros como “cuidadores” de uma porção do povo de Deus que lhes é confiada. Mas, enquanto cuidadores, de que tipos de cuidados eles necessitam? Esse é nosso enfoque nessa pesquisa.

2.1.1 Concílio Vaticano II (1962-1965)

O Concílio Vaticano II realizou-se de 1962 a 1965 e reuniu bispos de todo o mundo com o objetivo de “intensificar a vida cristã, atualizando as instituições que podem ser mudadas, favorecendo o que contribui para a união dos fiéis em Cristo e incentivando tudo que os leva a viver na Igreja” (SC, n. 1). Foi convocado pelo Papa João XXIII e concluído por Paulo VI, sendo o “fato religioso e teológico mais importante do passado século XX” (SARANYANA, 2005, p. 73), caracterizando-se como um “Concílio da Igreja sobre a Igreja” (ALMEIDA, 2004, p. 337). Antes do Concílio, já havia diversos movimentos³ que reivindicavam mudanças no cenário eclesial e que, portanto, de certa forma, “prepararam” o Concílio, pois criaram uma tensão cada vez mais latente na Igreja, de forma que esta precisava responder às novas perguntas que surgiam naquele momento. O Papa João XXIII percebeu que o melhor modo para responder aos desafios seria a convocação de um concílio.

futuro. Essa nova fase deveria ser mais realista e propositiva. Não há mágica. Há, sim, a realidade viva e permanente do Povo de Deus, que continua sua peregrinação histórica. É ele que deve oferecer, na diversidade de seus dinamismos, como sujeito histórico, o rumo da recepção” (CALIMAN, 2004, p. 240).

³ Dentre esses movimentos, destacam-se: o movimento litúrgico, o movimento bíblico, o movimento teológico e filosófico e, ainda, a ação católica (VALENTINI, 2011, pp. 51-54).

Em relação à identidade e às estruturas da Igreja, o texto conciliar⁴ mais importante é a constituição dogmática *Lumen Gentium* (LG), pois marca uma profunda mudança eclesiológica com consequências seja para os ministros ordenados, seja para os leigos. Em nossa pesquisa, destacamos também o decreto *Presbyterorum Ordinis* (PO), que trata dos elementos concernentes ao presbiterato. O *aggiornamento*⁵ trazido pelo Concílio e a nova concepção de Igreja, Povo de Deus, atingiram todos os organismos e agentes da evangelização.

Algumas ideias-força do Concílio são: o deslocamento de uma Igreja mais voltada sobre si para uma Igreja aberta ao mundo (LG, nn. 3, 8, 17); de centrada na hierarquia para uma Igreja Povo de Deus (LG, nn. 2, 10, 32); de uma compreensão universalista para uma Igreja local, pois é nela que acontece a plena e ativa participação do povo de Deus (LG, nn. 13, 23, 26, 28). Essas temáticas aparecem diversas vezes, conforme citado, porém em contextos distintos. Por exemplo, em relação à Igreja local, na *Lumen Gentium* destacam-se: o n. 13 (em relação ao Povo de Deus); o n. 23 (colegialidade episcopal); o n. 26 (o bispo no múnus de santificar) e o n. 28 (o lugar dos presbíteros na Igreja). A afirmação mais contundente em relação a esse assunto destaca que a Igreja universal existe “nas e a partir das Igrejas particulares” (LG 23).

A *Lumen Gentium* aborda primeiramente a Igreja como mistério⁶; em seguida trata do Povo de Deus⁷ e, no terceiro capítulo, debruça-se sobre a constituição hierárquica⁸ da Igreja e, em especial, o episcopado.

⁴ A respeito dos documentos do Vaticano II, vale ressaltar que alguns são chamados de *constituição*, outros de *decretos* e ainda outros de *declaração*. Há quatro constituições, nove decretos e três declarações. Na terminologia conciliar, entende-se por “constituição” um documento que pretende expor verdades importantes de ordem doutrinal e também pastoral. Por “decreto”, entende-se um documento que expõe disposições disciplinares e pastorais. Portanto, os decretos são documentos de ordem mais prática. Neles, em geral, podemos encontrar a aplicação concreta dos princípios doutrinários expostos nas constituições. Acontece, porém, que também eles contêm partes doutrinárias, que procuram fundamentar as disposições disciplinares e as orientações pastorais que recomendam. Nas “declarações”, o Concílio quis manifestar o pensamento da Igreja sobre determinados problemas mais vastos de que não só ela se ocupa: o problema da educação, da liberdade religiosa e das religiões não-cristãs (VALENTINI, 2011, pp. 55-56).

⁵ O *aggiornamento* trazido pelo Vaticano II causou medo em alguns setores da Igreja e “muita coisa foi freada ou impedida de realizar-se por zelo de unidade e ortodoxia, mas, em grande parte, simplesmente por medo do novo” (BRIGHENTI, 2009a, p. 173).

⁶ “Ela é sacramento de Cristo, pois esta foi a vontade salvífica do Pai, realizada na missão e obra do Filho. Nela está o fundamento primeiro e último da Igreja, que é vivificada e santificada pelo Espírito. Destarte ela será na terra a semente do Reino que vai se realizando em figuras que constituem o Corpo Místico de Cristo, fazendo da Igreja uma sociedade ao mesmo tempo visível e espiritual” (LOPES, 2011, p. 35).

É neste contexto – no mistério da Igreja e como membro do Povo de Deus – que a teologia conciliar situa o ministério ordenado. E é dentro deste ministério que se encontra a referência ao presbiterato, pois, antes de ser ministro, o presbítero é membro do povo de Deus. Portanto, a realidade da Igreja, contemplada, ao mesmo tempo, como mistério, Povo de Deus e missão, é o ponto de partida e o contexto em que os ministérios são abordados no Vaticano II.

Na redação da *Lumen Gentium*, havia uma tensão sobre o esquema a ser seguido. A questão era em relação ao que viria antes: a hierarquia ou o povo de Deus? A opção do Concílio foi a de tratar, primeiramente, aquilo que diz respeito a todos – pois o batismo torna todos pertencentes ao mesmo Povo de Deus – e, depois, aquilo o que é específico – os ministérios.

Os ministérios ordenados são lidos, como na tradição da Igreja antiga – que o Concílio recupera –, à luz do episcopado (visto como plenitude do sacramento da ordem), e, por isso, são coligados à missão apostólica e lidos como serviços/ministérios, e a tarefa de anunciar o Evangelho e de pastorear a comunidade – não só a de “consagrar a eucaristia” (como no modelo cultural) – deriva da ordenação (ALMEIDA, 2004, p. 338).

O Concílio apresenta o episcopado como o ministério fundamental da Igreja. Ele é sinal e garantia da unidade, seja dentro da sua Igreja, seja com as demais Igrejas; elo entre a dimensão local e a dimensão universal da Igreja. O bispo “não é mero delegado ou lugar-tenente do papa, mas verdadeiro e próprio pastor que, na plenitude do sacramento da ordem, guia a sua Igreja em comunhão com a *Catholica*” (ALMEIDA, 2004, p. 338). Para o Vaticano II, uma Igreja local é verdadeiramente Igreja somente se o bispo que a preside está em comunhão com todos os demais bispos, o que, por sua vez, significa que o episcopado não pode ser corretamente compreendido fora da articulação entre a Igreja local e a comunhão universal das Igrejas, das quais ele é o elemento de ligação. Segundo Almeida, o

⁷ O povo de Deus “foi constituído como um povo sacerdotal. Dele sai, para servir, o sacerdócio ministerial. O sacerdócio comum desse povo é exercitado nos sacramentos. Ele vive ainda da fé e dos carismas que o Espírito distribui. É único, universal e católico, subsistindo na única Igreja católica, que é necessária para a salvação. Possui vínculos com os cristãos não católicos, relacionando-se com os não cristãos, pessoas religiosas ou de boa vontade. A fim de que se constitua na terra o único Povo de Deus, a Igreja é missionária por essência” (LOPES, 2011, p. 51).

⁸ Esse capítulo “abre-se com um proêmio sobre o primado de Pedro, centro e princípio da hierarquia. A seguir, trata do colégio dos doze e dos bispos, seus sucessores, que são o grande sacramento de Cristo. Relacionam-se mutuamente entre si e com sua cabeça, o Papa. Sendo sacramentos de Cristo, os bispos têm o tríplice múnus de ensinar, santificar e reger a grei que lhes foi confiada. Dessa hierarquia, em graus diversos e com funções precisas, participam os presbíteros e os diáconos” (LOPES, 2011, p. 71).

Concílio fundamenta essa tese a partir de dois elementos: a) mostra que os bispos são sucessores dos apóstolos e b) que a colegialidade dos doze é transmitida aos seus sucessores (ALMEIDA, 2004, p. 342).

Em relação aos presbíteros, o Vaticano II destaca que eles “não têm a plenitude do pontificado”, “dependem dos bispos no exercício de seu ministério”, são ordenados para “a pregação do Evangelho, o cuidado do rebanho e a celebração do culto” e que, “em virtude da ordenação e missão comum, estão unidos fraternalmente entre si” (LG, n. 28). A natureza e a missão dos presbíteros devem ser deduzidas da natureza e da missão dos bispos; a natureza e a missão dos bispos devem ser colhidas da natureza e da missão dos apóstolos; a natureza e a missão dos apóstolos devem ser vistas à luz da natureza e da missão de Cristo (KLOPPENBURG, 1971, p. 207). Por isso, a natureza e a missão do presbítero estão estritamente ligadas a Cristo.

Nas reflexões conciliares, havia duas tendências presentes: “para uns, o padre devia ser o homem do culto, para outros, devia ser o apóstolo da evangelização” (KLOPPENBURG, 1971, p. 216). Essas tendências apontam, respectivamente, para uma ala do Vaticano II que desejava permanecer em uma reflexão voltada para dentro (*ad intra*) da Igreja, muitas vezes desconsiderando a realidade social, política e econômica em que os presbíteros estivessem inseridos, e para outra ala que vislumbrava uma ação mais voltada para o mundo (*ad extra*), considerando o presbítero como “apóstolo da evangelização” em uma Igreja que valorizasse o contexto social e que buscasse transformá-lo através de uma inserção comprometida com os valores do Reino. O Concílio fez a opção pelo segundo modelo, mas ainda hoje é possível perceber que muitos presbíteros têm feito a opção pelo modelo cultural, enfatizando, principalmente, o aspecto litúrgico e desconsiderando as demais ações que lhes competem enquanto presbítero.

Para Almeida, “foi discutindo o presbiterado que o Concílio, graças ao confronto de opiniões diversas, aprofundou a natureza de todo o ministério ordenado” (ALMEIDA, 2004, p. 350). O Concílio afirmou que o presbiterato é, antes de tudo, uma participação na missão do Filho, na missão da Igreja, segundo uma modalidade particular. O presbítero é sacramento de Cristo, chefe de Seu corpo (cf. PO, n. 12). Ele preside e anima a comunidade cristã, “a porção do rebanho do Senhor que lhe é confiada” (LG, n. 28). Para isso, precisa estar atento a si mesmo,

aos seus próprios limites e qualidades, e ao rebanho que lhe fora confiado (At 20,28).

O Concílio dedicou todo um decreto para aprofundar a teologia do presbiterato. O processo de redação de *Presbyterorum Ordinis* foi lento e o texto recebeu diversos nomes até ser concluído. As sucessivas redações (nove ao todo) demonstram que havia divergência entre as proposições apresentadas e que houve bastante discussão até a aprovação do texto final. Existia o confronto entre duas correntes teológicas: a cultural e a missionária. A primeira era defendida, sobretudo, pelos bispos dos países da antiga cristandade e a segunda, pelos bispos das Igrejas mais novas, que propunham que se partisse do pressuposto de que o presbítero e o bispo são enviados primeiramente para a evangelização e posteriormente para celebração dos sacramentos. A visão missionária prevalece tanto em *Lumen Gentium* quanto em *Presbyterorum Ordinis* (ALMEIDA, 2004, p. 350).

2.1.1.1 “Ministério e vida” ou “vida e ministério”?

No Vaticano II, houve uma tensão na elaboração do decreto *Presbyterorum Ordinis* em relação ao título do decreto. Essa tensão, dentre outras, estava ligada à seguinte reflexão: é a vida que sustenta o ministério ou é o ministério que alimenta a vida?⁹ O Concílio, depois de várias alterações – *De Sacerdotibus*; *De vita et ministerio sacerdotali*; *De ministerio et vita presbyterorum*; *De presbyterorum ministerio et vita* – e, por decisão de Paulo VI, aprovou o nome de *Presbyterorum Ordinis*, no qual se optou por tratar primeiramente do ministério e depois da vida, pois entendia-se que é no exercício do ministério que a vida do presbítero encontra sua razão de ser. E, por isso, os dois primeiros capítulos tratam sobre o ministério presbiteral e somente o terceiro é que reflete sobre a vida dos presbíteros.

⁹ Ressaltamos aqui algumas reflexões dos padres conciliares em relação ao esquema do Decreto *Presbyterorum Ordinis*: “O esquema em questão é digno de louvor, porque se inspira na verdadeira espiritualidade eclesial. Faço, porém, algumas observações que visam ao seu aperfeiçoamento. O título do esquema deveria ser ‘de vita et ministerio Presbyterorum’ e não ‘de ministerio et vita Presbyterorum’, porque ‘prius vivere et deinde philosophare’. O ministério depende da vida sacerdotal” (KLOPPENBURG, 1966, p. 283). Na terceira sessão do Concílio (setembro a novembro de 1964), o esquema do Decreto era denominado “A vida e o ministério sacerdotal”. Na quarta sessão, em 1965, o esquema foi intitulado “O ministério e a vida dos presbíteros”. Ao final do Concílio, ao ser entregue a versão final do Papa, “êste determinou fôsse apresentado à votação final, na sessão pública de 7-12-1965, quando, sobre 2.394 votantes, recebeu 2.390 placet e 4 non placet. E Paulo VI o promulgou” (KLOPPENBURG, 1966, p. 407).

Portanto, o Vaticano II, ao falar dos presbíteros, parte do ministério para, assim, discorrer sobre a vida presbítero. Aqui, convém fazer uma distinção conceitual entre vida e ministério, porém, com a consciência de que é possível distingui-los, mas que ambos não se podem separar. Vejamos primeiramente como o Concílio aborda essa temática para depois apontar as reflexões da CNBB.

O decreto *Presbyterorum Ordinis* parte da missão da Igreja (cap. I: PO, nn. 1-3) e do ministério (cap. II: PO, nn. 4-11) para finalmente falar da vida presbiteral (cap. III: PO, nn. 12-21). “Este é um enfoque renovador que parte da Igreja e sua missão, e não da dignidade ou potestade de uma pessoa” (DÍAZ, 2003, p. 187). Por isso, este decreto destaca, no capítulo II, alguns pontos referentes ao ministério presbiteral: a) a função do presbítero – o múnus de ensinar, santificar e governar; b) o presbítero na comunidade – as relações com o bispo, dos presbíteros entre si e destes com os leigos; c) a distribuição dos presbíteros e as vocações – a preocupação com o conjunto da Igreja e as vocações presbiterais. No capítulo III, o mesmo decreto especifica alguns elementos referentes à vida dos presbíteros: a) vocação dos presbíteros à perfeição – buscar a perfeição, o exercício do sacerdócio, a santidade e a unidade da vida presbiteral; b) exigências espirituais – humildade e obediência, a graça do celibato, pobreza e riquezas; c) elementos de apoio à vida presbiteral – a vida espiritual, o estudo e o saber pastoral, a justa remuneração e a previdência social.

Também a CNBB procurou fazer essa distinção entre vida e ministério em sua 42ª Assembleia Geral. O texto afirma que “‘vida’ implica saúde, moradia, segurança, sustentação, qualidade de vida, condições materiais e humanas, relacionamentos humano-afetivos e satisfação pessoal no exercício do ministério”, enquanto que “‘ministério’ faz pensar em estrutura eclesial, ambiente sócio-cultural, mundo globalizado, desafios da missão, homens de Deus e do povo, distribuidores dos bens salvíficos, homens do mundo e cidadãos do mundo” (CNBB, 2004a, p. 7).

No entanto, já desde o seu documento nº 20, intitulado *Vida e Ministério do Presbítero – Pastoral Vocacional*, a CNBB (e também a CNP) fez a opção de abordar primeiramente o elemento vida e em seguida o ministério. Ou seja, segue o esquema ‘vida e ministério’ e não ‘ministério e vida’ como sugere o Vaticano II. A CNBB busca trabalhar primeiramente os elementos antropológicos que identificam o presbítero como um ser humano, uma pessoa, para, depois, abordar sua função e ministério na Igreja. Contudo, é importante ressaltar que é preciso haver uma

unidade entre a vida e o ministério, pois “os presbíteros encontrarão sua unidade de vida na unidade da própria missão da Igreja” (PO, n. 14).

Neste trabalho, por se tratar de uma pesquisa que pretende abordar alguns elementos da vida dos presbíteros no contexto eclesial brasileiro, optamos por seguir a ordem da CNBB, contudo, sem desconsiderar as reflexões do Concílio. A propósito, essa posição da CNBB não deixa de lado a visão conciliar, mas dá a ela novo enfoque. Primeiramente, o presbítero é pessoa, depois é um ministro da Igreja. Nesse sentido, vale destacar que, enquanto pessoa, o ser humano é

uma criatura que se constitui como tal na medida em que é capaz de entrar em relação com outra pessoa. O ser humano é um ser de reciprocidade, um ser que já nasce trazendo em si a *vocação para amar*, a vocação de ser atraído por outro ser humano e de atrair outro ser humano (MENDONÇA e OLIVEIRA, 2011, p. 28).

Essa concepção de pessoa é fundamental para compreender o presbítero, que é essencialmente homem de relação e de comunicação.

Aqui fizemos esta breve distinção conceitual entre a ordem do Vaticano II e da CNBB para explicitar o enfoque que queremos dar, pois temos consciência de que vida e ministério são intrinsecamente ligados e interdependentes. O cotidiano do presbítero é marcado pela sua vida (pessoal e de homem público) e pelo exercício do seu ministério; ambos se distinguem, mas não se separam. E nesta unidade-complementaridade de vida e ministério encontra-se o foco de nossa pesquisa, embora, como ressaltamos, não abordaremos diretamente o ministério, mas a vida do presbítero a partir do paradigma do cuidador, ou seja, como homem que cuida de muitas pessoas, mas que também necessita de cuidados.

Por ser um cuidador, “o papel que os presbíteros desempenham na renovação da Igreja de Cristo é importantíssimo e está ficando cada dia mais difícil” e, através da ordenação, os presbíteros são “servidores de Cristo, mestre, sacerdote e rei, e participam do ministério pelo qual a Igreja vai se edificando continuamente na terra, como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo” (PO, n. 1).

2.1.1.2 O *tríplice múnus*

Ao ressaltar o *tríplice múnus* de ensinar, santificar e governar – que precisam ser entendidos como missão e configuração a Cristo profeta, sacerdote e pastor –, o

Vaticano II destaca que os presbíteros, pelo sacramento da ordem, são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, porém, não de forma desarticulada, pois cada múnus é importante e é no conjunto dos três que os presbíteros desempenham sua missão.

O múnus de ensinar está diretamente ligado à pregação, pois “os padres, como cooperadores dos bispos, têm o dever precípua de levar a todos o Evangelho de Deus (...), constituindo e fazendo crescer o povo de Deus” (PO, n. 4). Portanto, os presbíteros têm como tarefa primeira o anúncio do Evangelho a todos os povos. Através desse anúncio, que precisa ser coerente com a pregação do próprio Jesus Cristo, são alimentados os que crêem e a fé é despertada no coração daqueles que (ainda) não crêem.

O múnus de santificar está diretamente ligado ao culto e à celebração dos sacramentos. O Decreto *Presbyterorum Ordinis* ressalta que “Deus, que somente é santo e santificador, quis colocar humildes associados e auxiliares a serviço da obra de santificação” (PO, n. 5). Por isso, o presbítero, através dos sacramentos, coloca as pessoas em comunhão com Deus: pelo Batismo, introduz os fiéis no povo de Deus, Corpo de Cristo; pela Penitência, reconcilia os pecadores com Deus e com a Igreja, propondo-lhes um caminho de conversão; por meio da Unção, alivia os enfermos e proporciona-lhes conforto espiritual diante do sofrimento; através da Eucaristia, fortalece os cristãos, oferecendo-lhes o Corpo e o Sangue de Cristo (cf. PO, n. 5). Assim, através das ações sacramentais é oferecido aos fiéis um caminho de santificação: os sacramentos são sinais eficazes que realizam aquilo que significam, ou seja, revelam a face de Cristo e despertam nos fiéis o desejo de santidade.

O múnus de governar está ligado à missão de pastorear o rebanho, o povo de Deus, educando-o na fé. A esse respeito, o Concílio enfatiza que, “como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito” (PO, n. 6). Os presbíteros, a exemplo do Bom Pastor, precisam ser aqueles que guiam, que têm a coragem de indicar, à luz da fé, o caminho a seguir e que sabem dizer a verdade com amor. Por isso, é coerente e salutar que os presbíteros amem a comunidade a eles confiada do mesmo modo como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela. Não nos parece demais lembrar que a melhor forma de educar

alguém é por meio de uma vida coerente e que dê testemunho de sua fé e dos compromissos assumidos.

A função de presidir, de governar e de edificar a Igreja comporta o educar a comunidade cristã para a maturidade da fé, orientando-a a viver a caridade, a esperança e a alegria de ser chamada de cristã. Por isso, os presbíteros precisam orientar as pessoas não segundo os critérios humanos, mas conforme as exigências do evangelho, da doutrina e da vida cristã. Os presbíteros são, assim, chamados a ser educadores da fé e da oração, no sentido de ajudar as pessoas a fazerem uma experiência de Deus.

No período anterior ao Concílio, a concepção teológica predominante sobre a vida dos presbíteros era a que compreendia o presbiterato de forma desligada dos demais fiéis: o presbítero era “homem de Deus”, mas sem muito contato com o povo.

O Vaticano II se achou diante da concepção tridentina do sacerdócio e procurou assumi-la e transformá-la, numa perspectiva inovadora. Ao mesmo tempo retomou concepções, então quase esquecidas. Como se sabe, na visão tridentina o presbiterato era visto essencialmente como “sacerdócio” e, embora não faltasse em alguns presbíteros orientação pastoral e missionária, na maioria predominava uma espiritualidade do sacerdote como “homem de Deus”, separado do povo. Isto acabava legitimando, muitas vezes, uma visão empobrecida e individualista do ministério presbiteral (CNP, 2001, p. 140).

Embora não rejeite as perspectivas do culto (visão cultural) e da consagração (visão sacral) que predominaram por séculos na Igreja – e que recentemente têm retornado aos nossos presbitérios –, o Concílio faz uma releitura crítica das mesmas, redimensionando-as a partir da visão missionária e ministerial. Nesse sentido, a Igreja tem orientado cada vez mais o aspecto missionário e ministerial, embora, cotidianamente, sejam visualizadas diversas iniciativas contrárias a essa orientação, perceptíveis em um acentuado clericalismo e em ações que visam somente conservar aquilo que existe na estrutura eclesial, sem preocupação com os afastados ou marginalizados, privilegiando-se os aspectos culturais. Em contraposição a essa realidade, o Vaticano II ressaltou que “a ‘missionariedade’ do ministério presbiteral (...) não permitia que o conteúdo do ministério fosse pensado unicamente em relação ao ‘sacerdócio’ (secularmente orientado à Eucaristia), mas englobasse a pregação e o pastoreio” (ALMEIDA, 2004, p. 352).

O Concílio “propõe ao presbítero uma espiritualidade apostólica, missionária, não voltada em primeiro lugar para o culto e a vida interna da Igreja, mas para a missão no mundo e a convivência fraterna com os leigos (cf. PO 9)” (CNP, 2001, p. 140). O agir do presbítero precisa, então, ser semelhante à ação do próprio Cristo, que criou uma sintonia perfeita entre sua pregação e ação. N’Ele, o falar e o agir sempre caminhavam juntos. Também o presbítero precisa, assim, conciliar sua vida e ministério com o ser e o fazer de Cristo. E, por isso, o Vaticano II “busca a unidade de vida e ministério e propõe que o presbítero faça do seu ministério a própria fonte de sua espiritualidade” (CNP, 2001, p. 140). Essa afirmação reforça aos presbíteros que não se pode viver em alguns momentos da vida agindo como presbítero e, em outros, agindo como alguém que não é ordenado. O presbítero é presbítero em tempo integral e é o próprio ministério que orienta a sua vida e vice-versa. Todavia, em alguns presbíteros, há a tentação de considerar que sua vida é uma coisa e seu ministério é outra, totalmente distinta e separada. As discrepâncias entre o falar e o agir tornam-se, dessa maneira, um contratestemunho dos presbíteros na ação pastoral.

2.1.1.3 A substituição do termo “sacerdote” pelo termo “presbítero”

Nos textos conciliares, verifica-se uma forte tendência a substituir o termo “sacerdote”, que predominou durante muitos séculos, pelo termo “presbítero”.

A razão fundamental está em que os termos sacerdotais são cuidadosamente evitados no Novo Testamento quando se trata de nomear qualquer ministério cristão, e o Concílio é sensível às aquisições dos estudos bíblicos; segundo, que o termo “presbítero” não só não tem no Novo Testamento essa conotação sacerdotal, mas é tranqüilamente usado para indicar um ministério às vezes aparentado com o ministério do “bispo” (na verdade, do *epískopos*, pois, no Novo Testamento, ainda não temos “bispos”, mas apenas *presbíteros-epískopos*) (ALMEIDA, 2004, p. 357).

Na primeira redação do decreto *Presbyterorum Ordinis*, “aparece apenas 1 vez o termo ‘presbítero’, enquanto o termo ‘sacerdote’ aparece 56 vezes; no texto definitivo, pelo contrário, ‘sacerdote’ recorre só 21 vezes, enquanto o termo ‘presbítero’ é utilizado 118 vezes” (ALMEIDA, 2004, p. 357).

Outro ponto relevante é que a categoria “presbítero” permitia recuperar uma visão mais colegial do presbitério – o termo *presbyteri* (forma plural) aparece 111 vezes, enquanto *presbyter* (forma singular) aparece só 7 vezes –, deixando de lado

uma visão mais individualista. A vida fraterna e em comunhão é uma das marcas do Vaticano II em relação aos ministros ordenados.

Lorscheider destaca, a partir do Vaticano II, cinco pontos que, segundo ele, demonstram um novo perfil de presbítero. Interrogando-se sobre o que há, pois, de novo, em relação aos presbíteros, o autor ressalta, em primeiro lugar, que há uma passagem do esquema hierarquia-laicato para o esquema Igreja-Povo de Deus, ou ainda: a passagem do esquema presbítero-autoridade para o esquema presbítero-presidente e animador da comunidade, presbítero irmão maior entre irmãos. Outro aspecto é o da passagem do presbítero *único ministro* da Igreja para o presbítero promotor de ministérios variados e harmonicamente ligados entre si. Um terceiro item, muito ligado aos dois anteriores, é a mudança do presbítero *factótum* (aquele que faz tudo) para o presbítero mais especializado no ministério presbiteral. Além desses, um quarto aspecto de mudança é o da passagem do presbítero independente, isolado, para membro de um presbitério. A redescoberta do *presbitério* é, a propósito, uma das grandes forças e também uma das grandes mudanças na vida atual do presbítero. Por fim, um quinto aspecto apresentado por Lorscheider é o da passagem de uma visão de Igreja mais intimista para uma Igreja mais engajada, profética, libertadora (LORSCHIEDER, 2002, pp. 301-303). Esses pontos elencados pelo autor apontam para um presbítero mais próximo ao povo, cumprindo assim, sua missão de pastorear o rebanho de forma mais eficaz e desenvolvendo seu múnus de governar. Entretanto, a atualidade eclesial sinaliza certo distanciamento das intuições básicas e dos eixos fundamentais do Vaticano II, expressos, sobretudo, na eclesiologia, na espiritualidade e na volta do clericalismo.

Cozzens também enfatiza cinco pontos específicos acerca dos quais o Vaticano II contribuiu para uma mudança de paradigma em relação à vida dos presbíteros através da passagem do modelo cultural ao modelo de servo-líder (possibilitado pela compreensão da pessoa do presbítero como membro do povo de Deus). Para ele, as mudanças aconteceram nos seguintes aspectos: a) do púlpito à participação; b) de pregador clássico a portador do mistério; c) do estilo solitário ao ministério colaborativo; d) de uma espiritualidade monástica a uma espiritualidade secular; e) da salvação de almas à libertação de pessoas (COZZENS, 2001, pp. 24-27).

Enfim, a reflexão teológica empreendida no Vaticano II sobre a vida e o ministério presbiteral representa uma nova concepção que faz repensá-los tanto

teológica quanto pastoralmente. Mas será que os presbíteros estavam prontos e dispostos a assumir as propostas do Concílio?

Logo após a realização do Vaticano II, surgia um grande desafio à Igreja: como colocar em prática as orientações conciliares? Os bispos latino-americanos se empenharam nesta tarefa através da II Conferência Geral do Episcopado realizada em Medellín.

2.1.2 Medellín (1968)

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano¹⁰, com o tema “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”, apresentou-se como uma releitura do Concílio para a Igreja na América Latina. A abertura da Conferência foi realizada pelo Papa Paulo VI, na catedral de Bogotá, e marcou a primeira visita de um pontífice ao continente latino-americano.

O contexto sociopolítico, cultural e eclesial da América Latina no final da década de sessenta era de mudanças. Aliás, a palavra “mudança” exprimia a consciência que se tinha naquele momento. Foi nesse período que aconteceu o advento de diversas ações sociais que envolveram a sociedade como um todo e também a Igreja. Enfim, o vocabulário da “libertação” começava a ensaiar seus primeiros passos. “A Igreja, neste contexto, sente a necessidade de ‘renovar-se’ para estar presente neste processo de mudança, não só como força religiosa e moral, mas também como uma força política” (ALMEIDA, 1989, p. 50). Essa Conferência foi “um encontro entre a transformação social da América Latina e a transformação eclesial do Concílio” (ALMEIDA, 1989, p. 52).

2.1.2.1 As principais temáticas de Medellín

A juventude, os pobres e as comunidades eclesiais de base (CEBs) foram os temas que mais se destacaram. Medellín afirmou que os jovens constituem o grupo

¹⁰ Essa Conferência aconteceu de 26 de agosto a 6 de setembro de 1968, em Medellín, na Colômbia. Medellín marcou um importante processo de reflexão sobre a realidade latino-americana, pois, até então, a Igreja do continente “era substancialmente a extensão da Igreja europeia na América Latina” (BOFF, s.d.). Medellín contou com a participação de 86 bispos, 45 arcebispos, 6 cardeais, 70 sacerdotes e religiosos, 6 religiosas, 19 leigos e 9 observadores não católicos. O responsável pela coordenação dos trabalhos foi o cardeal Antonio Samoré, presidente da Comissão Pontifícia para a América Latina, e por Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina (Brasil) e presidente do CELAM (SARANYANA, 2005, p. 82).

mais numeroso da sociedade latino-americana, e orientou que os presbíteros dessem maior atenção para os movimentos juvenis, pois esse tema é “digno de máximo interesse e de grandíssima atualidade” (Med, n. 5,1). Em relação aos pobres, enfatizou que “o Episcopado latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantém a maioria de nossos povos numa dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana” (Med, n. 14,1). Ao optar pelos pobres, a Igreja se identifica com a imagem do Cristo sofredor. Medellín salientou que a pobreza evangélica deve ser uma das características principais da vida presbiteral, especialmente requerida pela realidade do continente latino-americano e afirmou que

os presbíteros devem ser testemunhas do Reino, sendo pobres pelo espírito e imitando Jesus Cristo, mas valorizando e usando de maneira pastoral os bens econômicos em favor de Cristo pobre, presente todos os dias na pessoa dos necessitados (Med, n. 11,27).

De acordo com a Conferência de Medellín, o cristão deve viver a comunhão na “comunidade de base”, isto é, “em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros”. A comunidade de base é “o primeiro e fundamental núcleo eclesial”, “a célula da estrutura eclesial” e, por isso, “recomenda-se a elaboração de estudos sérios de caráter teológico, sociológico e histórico a respeito dessas comunidades” (Med, n. 15,10).

O aspecto eclesiológico esteve muito presente em Medellín, que apresenta a Igreja como um “mistério de comunhão”. Sendo assim, “a eclesiologia deve ser captada a partir de uma leitura atenta – sintética e analítica – de todos os seus dezesseis documentos, não transcurando nem as suas afirmações explícitas nem as suas referências implícitas” (ALMEIDA, 1989, p. 58). Os dezesseis temas¹¹ abordados foram concentrados em três grandes áreas:

Em primeiro lugar, a área da promoção do homem e dos povos para os valores da justiça, da paz, da educação e da família; em segundo lugar, (...) a necessidade de uma adaptada evangelização e amadurecimento na fé dos povos e suas elites, através da catequese e da liturgia; finalmente, (...) os problemas relativos aos membros da Igreja, que reclamam intensificar

¹¹ Os temas dessa II Conferência foram os seguintes: Justiça, Paz, Família e Demografia, Educação, Juventude, Pastoral Popular, Pastoral das Elites, Catequese, Liturgia, Movimentos de Leigos, Sacerdotes, Religiosos, Formação do Clero, Pobreza da Igreja, Pastoral de Conjunto e Meios de Comunicação Social.

sua unidade e ação pastoral através de estruturas visíveis, também adaptadas às novas condições do continente (ALMEIDA, 1989, p. 53).

É dentro desta terceira área, a Igreja visível e suas estruturas, mais especificamente no Documento XI, que esta Conferência Geral aborda o presbiterato. Afirma que “existe, antes de tudo, um perigo para a própria fé do presbítero de hoje e para isso contribui um conjunto de elementos de especial complexidade” (Med, n. 11,5). E complementa ainda que “também surgem dúvidas no que concerne à própria vocação presbiteral. Motivam essas dúvidas vários fatores característicos desta hora de renovação eclesial” (Med, n. 11,9).

A II Conferência salientou que “as grandes mudanças do mundo de hoje na América Latina afetam obrigatoriamente os presbíteros no seu ministério e em sua vida” (Med, n. 11,1). Em perspectiva latino-americana, tendo presente toda a realidade eclesial, as mudanças não afetam todos os países na mesma proporção e em todos os lugares. Segundo Medellín, “os mais afetados são os presbíteros que estão comprometidos nos pontos de conflito da presente situação de mudança” (Med, n. 11,2).

O episcopado latino-americano reconheceu uma realidade de transição que acabou causando uma crescente desconfiança nas estruturas históricas da Igreja (Med, n. 11,5) e ressaltou que havia, entre os presbíteros, “certa superficialidade na formação mental e uma insegurança doutrinária, ocasionada por um relativismo ideológico e por certa desorientação teológica” (Med, n. 11,5). Isso demonstrou a necessidade de uma formação permanente, a fim de que os presbíteros tenham elementos suficientes para dialogar com a sociedade moderna e os avanços tecnológicos e científicos.

2.1.2.2 A escassez de presbíteros

Em meio a essa realidade, a escassez de presbíteros era um tema de discussão e reflexão na pastoral latino-americana. E aí surge o seguinte questionamento: afinal, o problema era a falta de presbíteros, a má distribuição dos presbíteros na América Latina ou mesmo sua má distribuição dentro dos próprios países? A esse respeito, Pe. Mário Gurgel faz a seguinte ressalva:

a coisa mais urgente para o Brasil de nossos dias é que nós presbíteros sejamos 100% presbíteros. Já que somos tão poucos em número, é indispensável que supramos essa deficiência pela intensidade de vida e ação sacerdotais. É o que Deus espera de nós. É o que as almas necessitam. É o que a nossa consciência de sacerdotes exige (GURGEL, 1965, p. 268).

Em dezembro de 1968, o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) realizou uma pesquisa sobre os presbíteros no Brasil. A conclusão foi a seguinte:

Constatamos que, na opinião dos padres entrevistados, a falta qualitativa de padres é um problema mais sério do que a escassez numérica de padres no Brasil. Sem negar a realidade da escassez de padres, nossa pesquisa assinalou que falta aos padres uma consciência mais clara de sua missão específica e melhor preparo para que sua ação no Brasil de hoje seja eficaz. Isto pode ser confirmado pela constatação de que os informantes, em sua maioria, não se queixam de excesso de trabalho (CERIS, 1968, p. 888).

Nesse sentido, Pe. Afonso Gregory ressaltou que talvez o principal problema no que se refere à escassez de presbíteros resida no fato de que “ser presbítero hoje não é mais algo tão claro e definido como era em outros tempos” (GREGORY, 1971, p. 391). Ora, se a sociedade e a Igreja latino-americana estavam em processo de mudança, os presbíteros não poderiam escapar a essa situação que também os condicionava.

Um fator que agravou ainda mais a insuficiência de presbíteros foi o grande número de presbíteros que deixaram o ministério após o Vaticano II¹². Naquele período, o Papa Paulo VI – não por vontade própria, mas talvez influenciado pela realidade do momento –, passou a conceder com maior facilidade a dispensa do ministério aos presbíteros que a pediam. No período anterior ao Vaticano II, dificilmente era concedida essa dispensa. Mais tarde, com o pontificado de João

¹² Segundo Kenneth P. Serbin, “em 1971, cerca de 20 mil homens no mundo todo haviam deixado o sacerdócio. Segundo outra estimativa, 25 mil saíram entre 1962 e 1970. O total mundial registrado pelo Vaticano é de 51451, mas o número real provavelmente é mais próximo de 80 mil, segundo estimativas de padres laicizados. Esse número representa um quinto dos aproximadamente 400 mil padres existentes no mundo no início dos anos 1990. Ao nascer o novo milênio, mais de 100 mil padres no mundo todo haviam renunciado, e mais de 300 mil freiras haviam deixado o hábito. Estatísticas da Igreja brasileira indicam que quase 3 mil homens abandonaram o sacerdócio no Brasil entre 1958 e 1987. O número real pode chegar a 3500. O número total de padres no Brasil aumentou de 11415 em 1962 para 13357 em 1987. Durante esse período a população brasileira quase dobrou, e o número de habitantes por padre cresceu de 6598 em 1962 para 10449 em 1987. Sem as laicizações, ou com a mudança na lei canônica que permitisse aos padres antes ativos a retornar (como muitos desejavam), essa proporção seria menor. O número de dispensas começou a cair em fins dos anos 1970. Sob o papa João Paulo II, o Vaticano endureceu sua política de laicização, o que talvez tenha contribuído para o declínio” (SERBIN, 2008, p. 197).

Paulo II (caracterizado como a volta à grande disciplina) tal prática sofreu forte enrijecimento e o processo de dispensa do ministério se tornou um procedimento penoso e doloroso para os presbíteros que experimentavam tal realidade em suas vidas. Essa postura de João Paulo II se deu pelo fato de que diversos presbíteros, passados dois ou três anos do pedido de dispensa do exercício do ministério, pediam novamente o retorno ao ministério. Isso demonstra que a realidade era de forte crise entre os presbíteros e, portanto, não era aquele o melhor momento para que fossem tomadas decisões tão importantes. Nesse período, muitos deixaram o ministério porque não se sentiam realizados em sua missão e outros aproveitaram a “onda” e também se afastaram.

Em Medellín, apresentou-se uma preocupação dos bispos em relação aos presbíteros que deixaram o ministério. A respeito deles, a palavra dos bispos em Medellín era a seguinte:

[Nós] os reconhecemos marcados com o caráter do sacerdócio e os respeitamos como irmãos, amando-os como filhos [e eles] encontrarão sempre nosso coração aberto para prestar-lhes ajuda, [...] para que, conservando ou recuperando o vínculo da união essencial da Igreja de Cristo, dêem testemunho do Reino para o qual foram consagrados (Med, n. 11,30).

Essa atitude dos bispos foi de grande valia para os presbíteros, uma vez que os bispos precisam zelar pelo bem-estar dos presbíteros, inclusive dos afastados e abandonados. O Papa Paulo VI, em seu discurso de abertura da II Conferência, afirmou que

se um bispo concentrasse os cuidados mais assíduos, mais inteligentes, mais pacientes e cordiais em formar, assistir, escutar, guiar, instruir, admoestar, confortar a seu clero, teria empregado bem o tempo, o coração e a atividade (PAULO VI, 1968, p. 19).

Tal discurso, profundo e verdadeiro, de Paulo VI, precisa ser mais bem compreendido por alguns bispos, pois, muitas vezes, falta esse zelo e dedicação para com os presbíteros. Se o bispo conseguisse dar maior atenção aos seus presbíteros, muitos dos problemas entre bispo-presbíteros, presbíteros-presbíteros e presbíteros-leigos não seriam tão acentuados e não prejudicariam tanto a ação evangelizadora da Igreja. O sofrimento é sempre maior quando não há diálogo e enfrentamento dos problemas. Contudo, é importante ressaltar que a busca do

diálogo não deve partir somente do bispo, mas também dos presbíteros e dos leigos, pois todos são Igreja e, assim, responsáveis pelo êxito da/na evangelização.

O zelo do bispo pelo presbitério encontra seu fundamento no próprio sacramento da ordem, pois, “em virtude dessa comunhão no mesmo sacerdócio e ministério, o bispo deve tratar os padres como seus irmãos e amigos” (PO, n. 7).

2.1.3 Documentos aos Presbíteros (1968)

No mesmo ano da Conferência de Medellín, o Secretariado do Ministério Hierárquico, representado por Dom Valfredo Tepe, secretário, e pelo Pe. José Marins, subsecretário, enviou aos presbíteros do Brasil o documento intitulado *Documentos aos Presbíteros*¹³, cujo objetivo era aprofundar o diálogo entre os bispos e os presbíteros em conformidade com a Assembleia Geral da CNBB de 1968.

Esses *Documentos* sugeriam um roteiro de reflexão cujos temas eram, basicamente, os seguintes: “inserção dos presbíteros na realidade; relacionamento inter-ecclesial; crises e tensões existentes no clero; propostas” (CNP, 2006a, p. 24).

Ao todo, os *Documentos aos Presbíteros* eram cinco, agrupados em uma espécie de brochura. São eles:

- “Documento de base”, que foi discutido na Assembleia Geral da CNBB, no ano de 1968, na parte referente aos presbíteros;
- Pesquisa sobre o “clero”, realizada pelo CERIS;
- Documento da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, especificamente o Documento XI, que trata sobre os presbíteros;
- Estudo realizado pelos secretários nacionais, no Rio de Janeiro, em setembro de 1968;
- O resultado da Reunião da Comissão Central, no Rio de Janeiro, em outubro de 1968;

¹³ Aqui ressaltamos que existem os *Documentos aos Presbíteros* e os *Documentos dos Presbíteros*. O primeiro foi elaborado pelo secretariado do ministério hierárquico da CNBB e enviado aos presbíteros do Brasil no ano de 1968. O segundo é o resultado do estudo que os regionais da CNBB realizaram, em 1969, sobre os *Documentos aos Presbíteros* e que foram sintetizados e condensados em um único volume. Destacamos que, para os Documentos dos Presbíteros, todos os Regionais deram sua contribuição e ofereceram uma síntese com propostas e reivindicações a respeito da vida presbiteral. O conteúdo desses documentos reflete profundamente a realidade de mudanças e transformações em que se vivia naquele período histórico.

Dom Valfredo Tepe, na introdução a esses documentos, destaca a importância de que o estudo desses documentos seja realizado em âmbito diocesano, com “os presbíteros em torno de seu Bispo”. Seu desejo é que “esta forma de diálogo franco e fraternal consiga realmente o que pretende: que todos cresçamos juntos e juntos resolvamos os nossos problemas” (CNBB, 1968, p. 6).

O “Documento de base”, retomando o Concílio, parte do ministério episcopal como “centro de unidade” (CNBB, 1968, p. 7) e apresenta a vida e o ministério presbiteral a partir de seis pontos específicos: a) crise do ministério presbiteral; b) função do ministério presbiteral; c) presbitério e conselho presbiteral; d) pluralidade de formas de ministério presbiteral; e) apoio do episcopado aos presbíteros e f) espiritualidade (CNBB, 1968, pp. 8-14).

A “pesquisa sobre o clero” buscou identificar “o papel do presbítero no Brasil atual, isto é, como nesta nossa sociedade em processo de mudança social e nesta Igreja pós-Conciliar situa-se o presbítero” (CNBB, 1968, p. 14).

Em relação ao Documento da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, não o explicitaremos aqui, uma vez que já tratamos dele no item 2.1.2 deste trabalho.

No “estudo realizado pelos secretários nacionais” ressalta-se que, naquele período, os manifestos coletivos de presbíteros – “embora não muito numerosos” – chegaram a 17. Havia instabilidade, descontentamento e decepção com os pronunciamentos da CNBB, principalmente após a IX Assembleia Geral. “Alguns grupos de presbíteros passaram de manifestos a atitudes definidas, provocando choque e tendo repercussões nacionais e até internacionais” (CNBB, 1968, p. 34).

O resultado da “reunião da comissão central” (Rio de Janeiro, 21-25/10/1968), que reuniu as conclusões dos encontros regionais de presbíteros, apresentou três tipos de crise como resultado dos manifestos realizados pelos presbíteros:

a) *Crise da imagem do presbítero*: o primeiro elemento apresentado é o desprestígio social externo do presbítero, ligado ao processo de secularização e dessacralização da sociedade; o segundo é o desprestígio social interno: “esvaziamento do papel do clero na comunidade eclesial. Sensação de inutilidade, marginalização e ineficiência. Esse clima tem levado alguns à procura de uma profissão civil, que lhes dê melhor status social” (CNBB, 1968, p. 35); E, por fim, diante desse duplo desprestígio que tem influenciado diversos presbíteros, surgem frequentemente questionamentos a respeito do celibato sacerdotal.

b) *Crise de fé*: dentre os diversos fatores que têm atingido a fé destacam-se “os impactos das mudanças sociais, das renovações conciliares, de uma teologia que avança, do processo de secularização” e, como meio de reavivar a fé, o conhecimento teológico e a vivência espiritual dos presbíteros, sugere-se a “formação de equipe de ministério hierárquico” (CNBB, 1968, p. 36).

c) *Crise de autoridade*: dentre as causas dessa crise destacam-se a “imagem do bispo autoritário e inspetor de uma estrutura rígida”; “o progresso da teologia do laicato e do matrimônio, a promoção do apostolado dos leigos”; “as divergências ideológicas e pastorais entre bispos e presbíteros” (CNBB, 1968, p. 37).

Nesse contexto de crise, o documento afirma o seguinte:

consideramos ainda que as exigências pastorais poderão indicar a necessidade de se chamar ao ministério hierárquico cristãos já dentro do sacramento do matrimônio. Este passo dependerá não apenas da utilidade de uma multiplicação numérica de presbíteros, mas de real necessidade das Igrejas locais, e também de um ulterior passo da disciplina eclesial vigente na Igreja Latina (CNBB, 1968, p. 36).

Portanto, as exigências pastorais exigiam um novo modelo de ministério presbiteral que atendesse a todas as comunidades. Tal possibilidade foi fortemente acentuada no ano de 1969 (entre março e junho) quando os presbíteros do Brasil se reuniram nos regionais da CNBB para estudar os cinco textos que compunham os *Documentos aos Presbíteros*. Como resultado desses estudos, surgiram os *Documentos dos Presbíteros*.

2.1.4 Documentos dos Presbíteros (1969)

Para estudar melhor os *Documentos aos Presbíteros* foram realizados nove encontros, sete regionais e dois inter-regionais, que contaram com a presença e a coordenação de Dom Valfredo Tepe e de Pe. José Marins. O método escolhido nesses estudos não foi o de pesquisa científica, mas de reflexão comunitária, na qual cada participante poderia contribuir livremente. Os presbíteros partiram de um levantamento crítico da situação, analisaram as causas e formularam sugestões e propostas práticas. A presença de diversos bispos nesses encontros aumentou a confiança dos presbíteros em um diálogo franco e aberto.

O objetivo era que os presbíteros estudassem os documentos, primeiramente de forma individual, e, depois, que todos os presbíteros o fizessem juntamente com

o seu bispo. Por isso, a realização dessa etapa dependeu, em grande parte, da organização positiva ou precária dos presbitérios nas dioceses. Somente após esses estudos nas dioceses é que deveriam acontecer os encontros regionais. No entanto, algumas dificuldades, tais como “correio defeituoso e falhas de funcionamento das coordenações regionais ou diocesanas” (CNBB, 1969, p. 3), impediram que um maior número de presbíteros participasse desse processo.

Esses estudos resultaram na publicação dos *Documentos dos Presbíteros*, que condensam as reivindicações e sugestões em nível nacional. Dentre as diversas questões levantadas pelos presbíteros nesses documentos destacam-se “a abolição do celibato e da obrigatoriedade do breviário” (CNBB, 1969, p. 13) para os ministros ordenados e, mediante a escassez de presbíteros, pede-se a ordenação de homens casados como um possível modo de atender melhor as diversas comunidades eclesiais que não têm a assistência de um presbítero e estão isentas de receber, semanalmente, a Eucaristia.

Em uma pesquisa sobre os presbíteros brasileiros, realizada em março daquele ano, Pe. José Marins afirmou que

os problemas mais sentidos pelos entrevistados foram: formação espiritual, afetiva, intelectual dos seminários; relações bispos-presbíteros e presbíteros-leigos; celibato; realidade brasileira e presbíteros; obstáculos no desempenho das funções sacerdotais; pós-Concílio e presbíteros brasileiros (MARINS, 1969, p. 121).

Dentre os resultados desta pesquisa, é interessante perceber que somente 21% dos entrevistados declararam ser a falta de presbíteros um problema sério na Igreja do Brasil. A pesquisa revela ainda que o problema da escassez de presbíteros estava em sexto lugar.

Nesse período, o Brasil e praticamente toda a América Latina receberam grande auxílio de presbíteros do exterior. Contudo, começou-se a questionar a qualidade dos mesmos e se esta ajuda contribuía com o processo de formação de um presbitério autóctone ou se, pelo contrário, tornava-se um empecilho para tal processo formativo. Em nível latino-americano, as conferências episcopais e alguns bispos foram consultados e chegaram à conclusão de que

a hierarquia latino-americana valoriza e agradece, necessita e urge a ajuda sacerdotal do exterior. Mas, em fraterna comunhão com a hierarquia de outros países, exige uma seleção mais cuidadosa, uma preparação mais realista, uma integração mais plena (PIRÔNIO, 1969, p. 921).

O documento do inter-regional Nordeste I (Ceará), II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) e III (Bahia e Sergipe), compilado nos *Documentos dos Presbíteros*, apontava alguns motivos que causaram a vinda de presbíteros estrangeiros para o Brasil. São eles: “os apelos de Pio XII, João XXIII, Paulo VI e a II Conferência Latino-americana de Medellín; áreas sem presbíteros; crise de vocações; solidariedade da Igreja universal” (CNBB, 1969, p. 35). E, ao mesmo tempo, enfatizava que não deveria ser permitido o envio de um grande número de presbíteros estrangeiros para aquela região, “pois isso não resolve os nossos problemas de Igreja”. Em contrapartida, o inter-regional indicou a “necessária e imprescindível admissão ao ministério de homens casados que estejam inseridos nas comunidades” (CNBB, 1969, p. 35).

Ainda segundo o mesmo documento do inter-regional Nordeste (I, II e III), é válido observar que os presbíteros têm uma visão um tanto negativa quando olham para si mesmos:

A maior parte do clero se vê como vítima de uma estrutura ultrapassada, desatualizada, que o marginaliza e o obriga a fazer um trabalho superficial com sentimento de insegurança e frustração. Não se sente integrado em sua comunidade, é olhado como burguês, mas é consciente que é miserável; explorado pelos poderosos e considerado por eles “subversivo” quando se engaja num trabalho de promoção humana ou numa luta pela justiça social (CNBB, 1969, p. 36).

Nesses documentos aparece com frequência a preocupação com os presbíteros que deixaram o ministério e com o modo segundo o qual eles são tratados pela Igreja. Como já explicitamos, após o Vaticano II, em todo o mundo, foram muitos os presbíteros que receberam dispensa do exercício do ministério. No Brasil, não foi diferente. Calcula-se que, em alguns lugares, como Brasília, por exemplo, “o número dos que abandonam mais ou menos se iguala ao dos que estão na ativa” (CNBB, 1969, p. 51).

Alguns deixam por motivo pessoal: afetivo, crise de fé, perda de sentido do sacerdócio, ou alheamento do Bispo diante dos seus problemas pessoais. Ao abandonarem o ministério, sentem-se desajustados social e economicamente. Outros deixam por motivo apostólico e querem procurar fora das estruturas paroquiais e dos tradicionais estilos de ministério sacerdotal uma nova forma de vida (CNBB, 1969, p. 78).

Tais presbíteros não podem ser deixados à margem pela Igreja, mas devem ser acompanhados e ajudados a se inserirem na sociedade. Também é preciso buscar um meio de engajá-los pastoralmente, pois possuem potencial teológico e pastoral e muito podem contribuir para a evangelização. Porém, a atitude diante daqueles que deixaram o ministério, geralmente, não é de acolhida, mas de exclusão e de marginalização.

Em relação às dispensas do exercício do ministério, o Regional Sul III sugeria que se concedesse com mais facilidade a dispensa e propunha que essa tarefa fosse realizada pelo “bispo do interessado, evitando os inquéritos demorados, humilhantes e inúteis” (CNBB, 1969, p. 135).

Nesse contexto eclesial, outra preocupação frequente na Igreja era a questão da remuneração dos presbíteros. A desigualdade salarial e o salário insuficiente levaram muitos presbíteros a buscar trabalho fora do ministério (CNBB, 1969, pp. 79-80). Eles procuravam, assim, suprir financeiramente o que a Igreja não lhes oferecia, ou, ao menos, o que eles entendiam que não lhes era oferecido. E, devido a isso, o trabalho pastoral era exercido desde que não atrapalhasse o trabalho profissional. Sem dúvida, tal fato prejudicava, e muito, a ação evangelizadora, a vida e o ministério presbiteral, pois, muitas vezes, os presbíteros acabavam celebrando de modo puramente burocrático ou sob efeito do cansaço (CNBB, 1969, p. 124). Atualmente, essa busca de trabalho extra-ministério por questões financeiras parece ser menos perceptível nas dioceses do Brasil. Contudo, destaca-se uma crescente busca pela docência, seja em ambientes teológicos como também em escolas públicas e particulares.

Em relação à obrigatoriedade do celibato, ressaltamos que essa questão, “tratando-se da crise que então atingia os presbíteros, aparece em todos os Regionais, como um problema tanto pessoal como pastoral” (CNP, 2006a, p. 25). Amparados pela falta de formação afetiva, pelo isolamento e pela exaltação do sexo no mundo moderno, os presbíteros do Regional Leste II, por exemplo, questionaram a validade teológica do celibato:

Reconhecemos com a *Sacerdotalis Coelibatus* o grande valor do Celibato no Sacerdócio, inclusive para a sua disponibilidade, mas, sabendo que se trata de um carisma. De outra parte vemos que há uma gravíssima crise de celibato. A saída dos presbíteros do Ministério é um dos sinais desta crise, documentada com clareza pelas estatísticas. Questiona-se a validade teológica do celibato obrigatório. A obrigatoriedade gera insatisfação. Não se leva em conta o Carisma. O assunto, muitas vezes, é tratado com certa

leviandade. Há descontentamento do clero. Há desconfiança do povo. Por que sacerdócio vinculado ao celibato? Por que obrigar um carisma como lei? Esta é a crise fundamental de muitos presbíteros. Há um reconhecimento do celibato como carisma, como valor evangélico que deve ser sempre pedido a Deus (CNBB, 1969, p. 86).

Todavia, apesar das diversas dificuldades enfrentadas nesse período pós-conciliar, havia sinais de crescimento e amadurecimento de muitos presbíteros em relação à nova concepção eclesiológica apresentada pelo Concílio. O Regional Sul I destacou que estava

se delineando, a partir do Concílio, uma nova figura de presbítero, animador da fé no seio de uma sociedade secularizada e pluralista. Sem negar uma certa insegurança, [o novo presbítero] é capaz de buscar na confiança que provém da fé no Cristo e na divindade da Igreja, o estímulo gerador de criatividade e iniciativa em sua vida, com o conseqüente otimismo de se sentir construindo uma Igreja nova em um mundo novo (CNBB, 1969, p. 93).

Portanto, percebemos que, aos poucos, há iniciativas que vão encorajando os presbíteros naquele momento de crise e insatisfação. Os *Documentos dos Presbíteros* impulsionaram a confiança e a autoestima dos mesmos, pois eles puderam manifestar publicamente suas angústias e inquietações. Puderam ainda sugerir meios para solucionar as questões referentes à sua própria vida presbiteral. Porém, tendo presentes as conquistas e avanços alcançados, Antoniazzi relata que “as propostas reunidas nos ‘Documentos dos Presbíteros’ são progressivamente frustradas nos anos seguintes” (ANTONIAZZI, 1985, p. 2), pois, em sua grande maioria, foram rejeitadas pelos bispos. Esses posicionamentos foram criando um clima de insatisfação e reforçando ainda mais a necessidade de os presbíteros se organizarem sistematicamente.

2.1.5 Sínodo dos Bispos (1971)

Em 1971, aconteceu um Sínodo dos Bispos¹⁴ que tratou sobre dois assuntos: *A justiça no mundo* e *O sacerdócio ministerial*. Esse Sínodo ressaltou que, muitas vezes, “os problemas e as perturbações dos presbíteros provém do fato de eles

¹⁴ Este Sínodo foi convocado, *a priori*, para abordar, como tema central, o sacerdócio ministerial. No entanto, o contexto histórico e social dos anos 70 fez com que o tema secundário – “A justiça no mundo” – ganhasse grandes proporções nas reflexões e ocupasse o lugar central. Ao final, produziu-se um forte documento sobre a Justiça no Mundo; a temática do Sacerdócio Ministerial também foi discutida, mas com menos ênfase.

terem de ir ao encontro da mentalidade hodierna, na sua solicitude pastoral e missionária, com métodos talvez já obsoletos para os tempos que vão correndo” (SÍNODO, 1971, n. 7). A consciência da necessidade de novos métodos de evangelização através de um ministério apostólico eficaz exige que se tenha clareza da missão dos presbíteros. O próprio Sínodo se questiona sobre “o que quererá dizer, precisamente, nos tempos que correm, ser presbítero” (SÍNODO, 1971, n. 12).

Este Sínodo ressalta a unidade que deve haver entre a vida e o ministério dos presbíteros, pois

a unidade entre a evangelização e a vida sacramental é sempre algo próprio do sacerdócio ministerial e deve ser cuidadosamente tida presente por todos os presbíteros. Este princípio, no entanto, há de ser aplicado com discrição, na vida e no ministério de cada um dos presbíteros, pois o exercício do ministério sacerdotal tem, muitas vezes, de ser diversificado, praticamente, para corresponder às situações peculiares ou novas em que o Evangelho há de ser anunciado (SÍNODO, 1971, n. 49).

Essa unidade entre a evangelização e a vida sacramental leva o presbítero a uma vida espiritual mais profunda, enraizada na Eucaristia e na Palavra de Deus, a exemplo de Cristo, que permanecia continuamente em oração.

A questão da falta de presbíteros foi discutida no Sínodo, bem como a proposta da ordenação de homens casados. Diante das discussões, de pontos de vistas favoráveis e contrários, a comissão responsável pelo Sínodo propunha duas fórmulas para votação:

Fórmula A: Salvaguardando sempre o direito do Sumo Pontífice, não se admite nem sequer em casos particulares a ordenação de homens casados.

Fórmula B: Cumpre só ao Sumo Pontífice, em casos particulares, por necessidades pastorais, tendo em conta o bem da Igreja Universal, conceder a ordenação presbiteral de homens casados, naturalmente, de idade madura e de vida honesta (SÍNODO, 1971, n. 87).

Após debates e reflexões sobre tais fórmulas, as mesmas foram submetidas a votações. A primeira fórmula obteve 107 votos e a segunda, 87¹⁵. O modo como foram elaboradas as afirmativas foi criticado pelos participantes do Sínodo, mas, mesmo assim, permaneceu o esquema tal como foi elaborado pela comissão central. Vale ressaltar que a diferença dos votos foi bem pequena e que tal

¹⁵ “Sobre 198 votantes, a fórmula A recebeu 107 votos e a fórmula B obteve 87 votos (houve 2 abstenções e 2 votos nulos)” (KLOPPENBURG, 1972, p. 137).

discussão teve ampla repercussão nos presbitérios, pois muitos presbíteros tinham a esperança de que fosse aprovada a ordenação presbiteral de homens casados. Outro ponto relevante é que, mesmo que tivesse sido aprovada a “*fórmula B*”, não havia garantia de que os homens casados seriam, de fato, ordenados presbíteros, pois todos precisariam da aprovação papal. Enfim, o assunto foi amplamente discutido, mas as fórmulas eram restritivas e não refletiam o anseio dos presbíteros, pois a comissão que redigiu o texto restringiu as decisões ao Papa ou nem mesmo a ele. Isso pode sinalizar que, da parte da comissão organizadora, não havia intenção de possibilitar, naquele momento, maior abertura sobre o assunto.

Portanto, com esta votação, saiu fortalecida a posição daqueles que não aceitavam a possibilidade da ordenação de homens casados. Os presbíteros do Brasil viram no resultado dessa votação uma resposta negativa às propostas dos *Documentos dos Presbíteros*. De fato, esse assunto jamais voltou à discussão pública com tanto afinco quanto naquele período. Atualmente, há diversas reflexões sobre a temática, porém de forma tímida e receosa.

Além dessas discussões, o Sínodo dos Bispos de 1971 incentivou a fraternidade entre os presbíteros (nn. 108-111) e destes com os leigos (nn. 112-115). O Sínodo também destacou que o Conselho Presbiteral, que de sua natureza é diocesano, é uma forma de manifestação institucionalizada da fraternidade entre os presbíteros (SÍNODO, 1971, n. 102). Este Conselho é uma instituição na qual os presbíteros encontram apoio, ajudando-se mutuamente e tendo em vista a única e mesma missão eclesial. Portanto, o Conselho Presbiteral, assim como a CNP e os ENPs, buscam auxiliar os presbíteros a resolverem os seus conflitos e a solucionarem os seus fundamentais desafios.

2.1.6 Puebla (1979)

Em dezembro de 1976, durante a XVI Assembleia do CELAM, celebrada em San Juan de Puerto Rico, o cardeal Sebastião Baggio, prefeito da Congregação para os bispos, anunciou que o Papa Paulo VI tinha a intenção de convocar a III Conferência Geral¹⁶ “no décimo aniversário de Medellín” (CNP, 2008a, p. 52). O

¹⁶ Aconteceu de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979 em Puebla, no México. O Papa Paulo VI nomeou como presidentes da III Conferência o Cardeal Sebastião Baggio, o Cardeal Aloísio

Pontífice a convocou formalmente no dia 12 de dezembro de 1977 e marcou que fosse realizada de 12 a 18 de outubro de 1978. Também aprovou como tema *O presente e o futuro da evangelização na América Latina*, e indicou a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* como documento de referência para as reflexões da Conferência. De fato, esse documento teve forte repercussão nas reflexões de Puebla e foi citado diversas vezes no documento final, porém, não o foi no que se refere aos presbíteros.

Devido ao falecimento de Paulo VI, em agosto de 1978, e ao brevíssimo pontificado do Papa João Paulo I, a Conferência de Puebla foi adiada. A eleição do novo Papa se deu no dia 16 de outubro do mesmo ano. Pouco depois, o Papa João Paulo II anunciou que daria abertura à III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. Foi a primeira vez que João Paulo II viajou à América Latina, “viagem que constituiu um verdadeiro banho de multidões. Nunca se havia visto nada igual” (SARANYANA, 2005, p. 120). Calcula-se que, no México, em torno de vinte milhões de pessoas tenham ido ver João Paulo II (DUSSEL, 1983, p. 583).

Nessa Conferência, pretendia-se “fazer um balanço geral da situação sócio-política e eclesial do Continente e estudar a aplicação do Concílio Vaticano II e das opções de Medellín para eventual correção de rumo e encontrar novos caminhos” (LIBÂNIO, 2007, p. 27).

O Documento de Puebla compreende três núcleos fundamentais (visão da realidade, reflexão doutrinal e ação pastoral), organizados em cinco partes e quatorze capítulos. Abre-se com uma “Mensagem aos povos da América Latina”, que, “por seu estilo e conteúdo, poderia ser considerada como uma espécie de síntese de todo o Documento” (ALMEIDA, 1989, p. 88). As cinco partes são as seguintes: a) visão pastoral da realidade; b) desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; c) evangelização na Igreja da América Latina: comunhão e participação; d) Igreja missionária a serviço da evangelização na América Latina; e) sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais.

A partir de Puebla, as ações pastorais passam a ser orientadas pelo binômio comunhão e participação. Em contrapartida, nesta Conferência, houve uma centralização na hierarquia, como meio de frear a emancipação da teologia latino-

Lorscheider e o arcebispo Ernesto Corripio, e designou como secretário-geral Dom López Trujillo, arcebispo coadjutor de Medellín e secretário-geral do CELAM (SARANYANA, 2005, p. 118).

americana e os avanços sofridos nos anos de 1968 a 1979. Nesse período, a teologia da libertação despertava a atenção da Cúria Romana, que não aprovava as iniciativas latino-americanas que se despontavam a cada dia e que ganhavam diversos adeptos na opção pelos pobres, excluídos e marginalizados. Tal fato justifica a centralização romana nesta III Conferência, pois seria um modo de impedir que a teologia da libertação se propagasse ainda mais e ganhasse mais força. O resultado é que Puebla não cita nenhuma vez a palavra “teologia da libertação”, contudo, os ideais de libertação se encontram presentes no texto, mesmo que nele esteja fortemente acentuado o aspecto eclesial centralizado na hierarquia.

Na abertura da Conferência, João Paulo II ressaltou o papel dos presbíteros e referiu-se a eles nos seguintes termos: “Sois guias espirituais que se esforçam por orientar e aperfeiçoar os corações dos fiéis para que, convertidos, vivam o amor a Deus e ao próximo e se comprometam na promoção e dignificação do homem” (JOÃO PAULO II, 1979, p. 124).

Em relação aos ministérios, Puebla reconhece que todos os cristãos são enviados a servir e a evangelizar, mas com funções diferentes: “Uns o fazem como ministros hierárquicos, outros como leigos e outros pela vida consagrada. Todos, complementarmente, construímos o Reino de Deus na terra” (DP, n. 853). Portanto, há uma pluralidade de ministérios e todos precisam ser exercidos no espírito de serviço e comunhão.

Em Puebla, percebeu-se que, entre os presbíteros, surgia um estilo de vida mais simples e ministerial. O contexto social dos anos de 1960 a 1980 foi marcado pela ditadura militar e isso despertou maior interesse pelas lutas sociais. Conseqüentemente, os fiéis se acostumaram a ver seus presbíteros como pastores identificados com as lutas e sofrimentos do povo. Nesse período, cresceu o número de presbíteros que fizeram uma opção explícita de exercerem seu ministério junto ao povo. E, dessa forma, há uma maior proximidade dos presbíteros com os leigos.

Segundo Puebla, os presbíteros precisam assumir com coragem e afinco “o compromisso de incorporar o laicato e as religiosas na ação pastoral, numa participação cada vez mais ativa, ministrando-lhes o devido acompanhamento espiritual e doutrinal” (DP, n. 714). Nas orientações pastorais específicas aos presbíteros, Puebla assinalou que, na sua vida e no seu ministério, os presbíteros precisam dar prioridade ao anúncio do Evangelho a todos, mas, especialmente, aos

mais necessitados, incluindo a promoção e defesa da dignidade humana (DP, n. 711).

O binômio comunhão/participação, que orienta todo o Documento de Puebla, precisa perpassar as ações dos presbíteros nas comunidades, pois eles são agentes de comunhão e participação. A unidade a Cristo não pode ser perdida pelos presbíteros, pois

[eles] são constituídos, pelo sacramento da ordem, colaboradores principais dos bispos em seu tríplice ministério; tornam presente Cristo-Cabeça no meio da comunidade; formam, junto com seu bispo e unidos em íntima fraternidade sacramental, um só presbitério dedicado a tarefas variadas para o serviço da Igreja e do mundo. Essas realidades fazem deles “peças centrais da tarefa eclesial” (DP, n. 690).

Com base nessa citação e no exposto anteriormente, percebemos que a relação entre o bispo e os presbíteros é indispensável na concepção teológica da vida presbiteral.

A realidade brasileira, após Puebla, foi marcada pela busca de maior espaço dos presbíteros no cenário eclesial. Nas reflexões da Comissão Nacional de Presbíteros, começou-se a pensar na possibilidade de realizar um encontro, em nível nacional, que reunisse presbíteros das diversas dioceses do Brasil para aprofundar e amadurecer aspectos referentes à vida dos presbíteros. E aqui se encontrava o início dos Encontros Nacionais de Presbíteros, uma experiência profunda e que marcaria a realidade eclesial do Brasil.

2.2 OS PRIMEIROS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS E SEU FORTALECIMENTO

A Comissão Nacional de Presbíteros foi criada com o nome de Conselho Presbiteral Nacional e, por orientação da Sé Apostólica, passou a ser chamada de Comissão Nacional do Clero – CNC (CNP, 2001, p. 115). Somente mais tarde (não há uma data exata para essa mudança, pois foi um processo lento e que se consolidou progressivamente¹⁷), com o amadurecimento das reflexões conciliares e

¹⁷ No 3º ENP já há referências à denominação CNP, porém, no 6º ENP usa-se explicitamente a sigla CNC. Em nossa pesquisa, constatamos que somente a partir do 9º ENP é que se usa definitivamente a nomenclatura CNP.

por se tratar de um organismo que busca exclusivamente refletir sobre a vida e o ministério dos presbíteros, não abordando diretamente elementos da vida episcopal e diaconal, a CNC recebeu o nome de Comissão Nacional de Presbíteros.

Nesse ponto, parece-nos relevante observar como houve essa mudança na nomenclatura. A palavra “conselho”, na linguagem eclesial, indica uma instância eclesial, deliberativa e/ou consultiva, em que o responsável por deliberar decisões (no caso o bispo) pode/deve reunir os “conselheiros” para refletir sobre um determinado assunto e decidir sobre ele. Já o nome “comissão” indica subordinação a alguém, no caso à CNBB. Portanto, o fato de se ter substituído o nome de “Conselho Presbiteral Nacional” para “Comissão Nacional de Presbíteros” é bastante significativo no contexto em que surgiram os ENPs, pois, sendo um “conselho”, os presbíteros poderiam ter poder de decisão; enquanto comissão, não se tem autoridade para decidir, mas apenas a faculdade de propor questões para debates entre os bispos.

Nesta seção apontamos alguns elementos de como a CNP foi se fortalecendo, de que forma foi gestada a ideia dos ENPs e sua organização, principalmente em referência aos primeiros Encontros Nacionais.

2.2.1 Os primeiros passos da Comissão Nacional de Presbíteros

No mesmo ano do Sínodo dos Bispos de 1971, Pe. Alberto Antoniazzi foi eleito coordenador da CNP e Pe. Aloísio Neto, secretário. No ano seguinte, Antoniazzi é reeleito e logo em seguida foi publicado um novo documento sobre os presbíteros: *Vida e Missão Sacerdotal*. Em 1973, houve um encontro de estudos, no Rio de Janeiro, que culminou com a publicação do primeiro caderno da série *Estudos da CNBB: Espiritualidade Presbiteral Hoje*.

Em 1980, a CNP, com o apoio da linha 1 da CNBB¹⁸ (comunitária-participativa) e assessoria do CERIS, realizou uma pesquisa em âmbito nacional, contendo 22 questões, para conhecer melhor a situação em que viviam os presbíteros no Brasil. Esse formulário foi aplicado de maio a setembro de 1980. De

¹⁸ As linhas de ação da CNBB eram seis: 1) Comunitário-participativa. 2) Missionária; 3) Bíblico-catequética; 4) Liturgia; 5) Ecumênica e Diálogo Inter-religioso; 6) Sociotransformadora. Posteriormente, em preparação ao ano 2000, o Projeto Rumo ao Novo Milênio – PRNM propôs uma ação orgânica e continuada através de quatro exigências da evangelização: Serviço, Diálogo ecumênico e inter-religioso, Anúncio do Evangelho e Testemunho de comunhão eclesial.

12 mil questionários distribuídos, a CNP recebeu 4.104 respostas – pouco mais de um terço –, vindas de presbíteros de todo o país. Na pesquisa, foi solicitado aos presbíteros que informassem, em relação a sua vida e ministério, os problemas que gostariam de debater e aprofundar em forma de estudos. As principais propostas apresentadas eram referentes à questão do relacionamento com os bispos, com os demais presbíteros e com os leigos.

Tendo presente uma Igreja toda ministerial, que supõe relacionamentos de unidade e comunhão, nesse ponto apresentamos somente os números que revelam o grau de satisfação dos presbíteros frente ao bispo, com os demais presbíteros e com os leigos. Os dados são os seguintes:

Relacionamentos do clero

<i>Relacionamento com</i>	<i>Muito bom</i>	<i>Com algum problema</i>	<i>Diffícil</i>
O bispo	65,1%	25,8%	4,5%
Colegas de presbitério	61,4%	31,6%	4,0%
Leigos	72,2%	23,1%	1,0%

(Fonte: ANDRADE, Walter Jorge Pinto. Situação do clero no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 41, n. 163, Petrópolis: Vozes, set. 1981, p. 574).

O resultado dessa pesquisa demonstra que “existem dificuldades de relacionamento – especialmente no interior do próprio clero – mas são poucos os casos de padres que se sentem separados de seu Bispo, dos colegas e, sobretudo, dos leigos” (ANDRADE, 1981, p. 574). No entanto, o mesmo autor destaca o seguinte: “fica claro que diversos padres sentem o problema de seu isolamento pessoal e, sobretudo, de seu isolamento pastoral” (ANDRADE, 1981, p. 576). Enfim, as áreas mais problemáticas apontadas pelos presbíteros foram as seguintes: a) formação e espiritualidade presbiteral; b) relacionamento dos presbíteros entre si e com o bispo; c) celibato; d) sustentação econômica; e e) seminários e vocações (ANDRADE, 1981, p. 577).

Segundo o então presidente da CNP, Pe. Walter Jorge Pinto de Andrade, a análise dos dados do questionário revela um presbitério comprometido com suas atividades pastorais, o que não demonstra, contudo, plena satisfação com a atuação da Igreja. Segundo ele, as respostas ao questionário demonstram que grande parte dos presbíteros (44,3%) acreditam que a Igreja “só em parte é testemunho fiel do

Evangelho, e muitos deles querem que ela se mude para ser realmente fiel testemunho do Evangelho” (ANDRADE, 1981, p. 575). Para o autor,

o questionário mostra a existência de um clero que parece ter encontrado o seu lugar na Igreja, um clero próximo aos leigos, um clero envolvido na atividade pastoral direta. O que ele pede aos seus Bispos é que olhem com atenção para alguns de seus problemas (melhor formação pastoral e busca de uma espiritualidade sacerdotal compatível com as suas necessidades, melhor relacionamento ao nível diocesano, reexame da questão do celibato, maiores garantias econômicas, e aprimoramento da formação dos novos padres). Não se sente mais um clero em crise, mas sim um clero que encontrou seu caminho e que conta com os Bispos para seguir adiante (ANDRADE, 1981, p. 577).

Nota-se que Andrade faz uma conclusão bastante otimista da pesquisa. Isso pode se apresentar como uma evolução da situação de crise em que se encontram os presbíteros após o Vaticano II, no espírito de comunhão e participação de Puebla. Mas será que a crise realmente estava superada? E o clima de insatisfação que imperava em muitos presbíteros após o Sínodo dos Bispos de 1971, já havia cessado? Contudo, considerando esses aspectos, parece-nos que tal conclusão de Andrade, nesse ponto, se apresenta equivocada, pois a realidade demonstrava um quadro diferente, isto é, de um presbitério ansioso por mudanças e transformações no cenário eclesial. Mesmo assim, o fato é que, em meio a tantas inquietações, a caminhada da CNP foi se fortalecendo e a ideia de realizar um Encontro Nacional ganhava novos adeptos.

Com base nessa pesquisa, é possível afirmar que, no Brasil, havia presbíteros comprometidos com seu trabalho pastoral e com a Igreja, e que, diante dos desafios relacionados à sua vida, também assumiram uma posição crítica frente às mudanças sociais, políticas e econômicas que influenciam a vida de todos, buscando o melhor modo de serem fiéis ao Evangelho.

Nessa mesma linha, Godoy afirma que se podia notar, no início dos anos oitenta, o começo de uma nova caminhada na vida e ministério dos presbíteros da Igreja no Brasil. Segundo o autor,

com o protagonismo eclesial na sociedade, tão marcada pelo regime militar, os presbíteros começavam a perceber novos campos de trabalho vinculados ao processo evangelizador. A articulação entre fé e vida, ou fé e política, aparecia cada vez mais clara. A defesa dos direitos humanos ultrajados por um regime político autoritário e excludente. A luta por melhores condições de vida do povo brasileiro. As grandes mobilizações civis em vista de uma maior participação no processo social e político. Tudo

isso passou a ser parte integrante do ministério de muitos presbíteros (GODOY, 1997, p. 29).

A CNBB, em sua 19ª Assembleia Geral, no ano de 1981, aprovava o documento n. 20, que resgatava a pesquisa do CERIS e apontava que “parecem estar em fase de superação alguns problemas agudamente sentidos alguns anos atrás” (CNBB, 1981, n. 36). Porém, afirma que, associada à crise de identidade presbiteral, há duas outras crises: “uma relacionada com a postura e a vivência da fé e outra nascida da crítica às estruturas e às práticas da autoridade na Igreja” (CNBB, 1981, n. 23). Essas crises ocorreram devido às rápidas mudanças no contexto social e que provocaram “descompassos, vacilações e dúvidas”.

Em 1981, a CNP, que era formada por um presbítero representante de cada regional, convocou seus membros para avaliação e aprofundamento do documento n. 20 da CNBB. O estudo desse documento impulsionou a caminhada da Comissão. Nesse período, a CNP começava, timidamente, a ser conhecida pelos presbíteros em nível nacional e se fortalecia lentamente, mesmo havendo resistências da parte de alguns membros da hierarquia.

Em 1982, a CNP propõe aos presbíteros de todo o Brasil, os seguintes temas para serem refletidos em âmbito diocesano, regional e nacional: 1) O ministério presbiteral na evangelização da sociedade brasileira em transformação; 2) Os conselhos presbiterais como instrumentos de comunhão e participação presbiteral na Igreja particular (CNP, 2010b, p. 18). Enfim, a Comissão Nacional viveu os seus primeiros tempos buscando a sua organização, “que só viria mais tarde” (CNP, 2010b, p. 16). Por ser um órgão inteiramente novo na Igreja do Brasil, e por ser ainda pouco conhecida, a trajetória da CNP foi permeada por dificuldades e alguns avanços. Nesse período, contudo, ainda era muito pequeno o interesse de participação por parte dos presbíteros.

Um desafio presente no Brasil, nesse período, era a desproporção entre o número de presbíteros em relação ao número de habitantes. Em 1984, o CERIS, devido à publicação do Anuário Católico, realizou uma pesquisa quantitativa sobre a distribuição dos presbíteros no Brasil por Regional da CNBB. A mesma pesquisa ofereceu também um quadro que comparava a estimativa populacional de cada um dos regionais e o número de habitantes por presbítero.

Distribuição dos sacerdotes do clero secular e dos institutos e relação entre o contingente sacerdotal e populacional, por regionais da CNBB – 1984

Regionais da CNBB	Sacerdotes					População Estimada (1.000)	Habitantes por sacerdote (1.000)
	Do clero secular			Dos religiosos			
	Incardinados e residentes	Não incardinados, mas residentes	Total	Dos Institutos	Total		
Norte 1	25	27	52	279	331	2.809	8,4
Norte 2	46	34	80	246	326	4.265	13,0
Nordeste 1	230	24	254	136	390	5.785	14,8
Nordeste 2	334	89	423	342	765	13.917	18,1
Nordeste 3	232	93	325	292	617	11.764	19,0
Nordeste 4	124	50	174	186	360	6.903	19,1
Leste 1	308	168	476	627	1.103	12.502	11,3
Leste 2	861	61	922	913	1.835	16.620	9,0
Sul 1	959	211	1.170	1.699	2.869	28.820	10,0
Sul 2	280	51	331	909	1.240	7.994	6,4
Sul 3	687	14	701	754	1.455	8.358	5,7
Sul 4	246	10	256	373	629	4.011	6,3
Centro-Oeste	122	54	176	340	516	5.852	11,3
Extremo-Oeste	34	26	60	292	352	2.980	8,4
No Exterior	-	64	64	303	367	-	-
Total	4.488	976	5.464	7.691	13.155	132.580	10,0

(Fonte: CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (CERIS), Anuário Católico do Brasil – 1985; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Anuário Estatístico do Brasil – 1984. In: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBITEROS (CNP). **Ata do 1º ENP**. O Contingente Sacerdotal no Brasil e sua distribuição. Itaici-SP, 1985, p. 2).

Esse quadro nos ajuda a perceber como estavam distribuídos os presbíteros no Brasil e quais eram as regiões que mais sofriam pela escassez dos mesmos. Os Regionais Sul (I, II, III e IV) e Leste (I e II) são os mais numerosos em presbíteros e o Regional Norte (I e II), quantitativamente falando, é o que tem o menor contingente presbiteral. No entanto, se for considerado o número de habitantes e a quantidade de presbíteros, o local onde se tem o maior número de habitantes por presbítero é o regional Nordeste IV (19.100 habitantes para cada presbítero). Vale ressaltar que, segundo o quadro apresentado anteriormente, em 1984, havia 13.155 presbíteros no Brasil, sendo que 5.464 (41,5%) deles eram diocesanos e 7.691 (58,5%), religiosos. A média nacional era de 1 presbítero para cada 10.000 habitantes. Percebemos, assim, que, quando os presbíteros brasileiros começaram a se organizar através da CNP, a realidade da distribuição dos presbíteros era (e hoje ainda é) bastante desigual.

Em meio a esse contexto, os primeiros ENPs¹⁹ foram se consolidando como um valioso meio de organização dos presbíteros, pois, através da reflexão e partilha de experiências, estes foram se organizando e buscando meios mais eficazes na e para a evangelização.

2.2.2 Os primeiros Encontros Nacionais de Presbíteros

Em 1983, Pe. Manoel Henrique foi eleito presidente da CNP. Nesse mesmo ano, em Itapoã – Salvador - BA, foi gestada a ideia do 1º ENP²⁰. Para amadurecer essa iniciativa, a CNP marcou uma reunião em Salvador e convocou seus membros e outros presbíteros de cada regional. A partir daí, mesmo com os diversos obstáculos, estava-se iniciando uma nova etapa na caminhada dos presbíteros no Brasil: os ENPs.

Durante todo o ano de 1984, realizaram-se Encontros Regionais e outros Encontros afins. O Regional Norte 2 realizou o 2º Encontro Regional do Clero. O Regional NE2, em 1983, havia reunido 55 presbíteros no seu 1º Encontro Regional, realizado em Olinda (PE), com o pronunciamento de abertura feito por Dom José Maria Pires, então Presidente do Regional (SANTANA, 2008, p. 175).

Também no ano de 1984, os membros da CNP prepararam um boletim sobre o 1º ENP e firmaram a ideia de uma “carteirinha” de presbítero, com modelo nacional, para manter um registro sobre a quantidade de presbíteros no Brasil.

¹⁹ Pe. José Antônio de Oliveira, ao refletir sobre os ENPs, falou sobre o modo como ele vê estes Encontros. Para ele, “a realização do ENP é breve parada na ‘estação’. Lugar de encontros e de abraços. Encontram-se companheiros de ministério de todo o Brasil, para estreitar laços e criar comunhão. A estação é lugar de partilha da vida e de avaliações. Trazemos notícias de alguns, levamos notícia para outros. Na estação do ENP, colocamos na mesa de estudos e na mesa da Eucaristia nossas angústias e esperanças, as luzes e sombras de todo o presbitério nacional. É também momento privilegiado de celebração – a liturgia dos caminhantes. Celebramos o caminho percorrido e os passos dados, os horizontes que se abrem e a esperança que nos anima. (...) Na estação, há gente que chega de todos os cantos e gente que parte em todas as direções. (...) As paisagens que aparecem no caminho não são tão claras, tão evidentes nem tão alvissareiras. Saber ver no momento presente – diante do panorama confuso que se nos apresenta – uma pista de realização pessoal e comunitária, alicerçada na prática de Jesus, é, sem dúvida, grande conquista” (OLIVEIRA, 2001, p. 14).

²⁰ O 1º ENP aconteceu de 21 a 25 de outubro de 1985 em Itaici-SP. O tema foi: *O presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo* e o lema retomava a Conferência de Puebla: “O grande serviço que a Igreja presta ao mundo e aos homens é a evangelização” (DP, n. 679). O dia de espiritualidade foi conduzido por Dom Luciano Mendes de Almeida, então secretário geral da CNBB. Dentre os assessores, estavam o Pe. José Marcos Faria, assessor da Linha 1 da CNBB, e o Pe. Alberto Antoniazzi. O presidente da CNP, nesse período, era o Pe. Manoel Henrique de Melo Santana.

Na Assembleia Geral da CNBB, em 1985, foi distribuído aos bispos um documento preparado por Pe. Antoniazzi e denominado “Instrumento Preparatório ao 1º ENP”. Esse Instrumento Preparatório cumpriu sua função de fazer conhecida a proposta do 1º ENP, bem como a de ser estudado e refletido pelos Regionais. De modo geral, foi bem acolhido pelos presbíteros. Sob o tema *O Presbítero na Igreja, Povo de Deus, Servidora do Mundo*, o 1º ENP reuniu cerca de quatrocentos presbíteros, de 195 dioceses, que representavam mais de 80% das dioceses brasileiras. O encontro aconteceu em um clima de tensão, com avanços e retrocessos.

Acerca do 1º ENP, vale mencionar que

é nesse clima de busca e retrocesso, de esperança e angústia, que se realiza o 1º Encontro Nacional dos Presbíteros (ENP), em Itaici, de 21 a 25 de outubro de 1985, sob a desconfiança de parte da hierarquia que nunca viu com bons olhos qualquer organização eclesial que não fosse tutelada por ela. Os presbíteros, por sua vez, alimentavam grande expectativa quanto ao encontro. Seria um momento de mostrar sua força como grupo social. Depois do chamado período da crise, era a primeira vez que se reuniriam para tratar de temas relevantes para a sua vida e ministério (GODOY, 1997, p. 30).

É relevante perceber que, segundo Godoy, mesmo vivendo em um clima de ambiguidade no ambiente presbiteral, o chamado “período da crise” havia sido superado.

Dentre os aspectos positivos ressaltados no 1º ENP, destacamos a saudação do presidente da CNP, na noite do dia 21 de outubro de 1985, na abertura deste Encontro, com as seguintes palavras:

Meus prezados irmãos, cabe-me neste instante dar-lhes as boas vindas a esta casa e a este encontro. É com muita alegria, confiança e consciência que o faço. Esse momento é histórico e, porque não, sagrado. [...] E aqui estamos nós iniciando o 1º Encontro Nacional de Presbíteros. Ao Senhor pedimos tudo neste instante. A cada um de nós o Senhor pede a confiança (SANTANA, 1985, p. 1).

Tal saudação foi acolhida com alegria pelos presbíteros ali presentes. Até então, da parte deles, não se tinha clareza do que aconteceria naqueles dias em Itaici, no entanto, os presbíteros pareciam dispostos a caminhar juntos. O objetivo geral do 1º ENP era “avaliar a caminhada dos presbíteros na Igreja no Brasil, nos últimos 20 anos, à luz da Palavra de Deus e das Diretrizes da CNBB, para animação e articulação dos presbíteros, diante dos desafios do presente e do futuro”

(SANTANA, 2008, p. 175). Assim, esse Encontro Nacional pretendia resgatar os vinte anos de caminhada da Igreja no Brasil, levando em consideração os passos dados desde o término do Vaticano II até o ano de 1985.

O tema²¹ do 1º ENP refletia a eclesiologia, com o acento posto em relevo na época: *uma Igreja povo de Deus e servidora do mundo*. Portanto, é nesta Igreja que os presbíteros são chamados a viver e a desempenhar seu ministério: em uma Igreja que tenha clareza de sua missão, que seja comprometida com o Reino e empenhada em uma eficaz evangelização.

Como se tratava de um encontro em nível nacional, transpareciam as diferenças entre os presbíteros, como declara Godoy:

Os presbíteros participantes deste 1º ENP apresentavam características bem homogêneas quanto à problemática pessoal e à expectativa em relação às mudanças eclesiais em curso. Isso é um fato significativo se considerarmos que sendo eles religiosos e diocesanos, brasileiros e estrangeiros, jovens e idosos constituíam-se numa excelente amostra do presbitério nacional. Por isso, eram motivo de destaque no meio de todos um presbítero de batina e outro de bermuda (GODOY, 1997, p. 31).

O cenário eclesial que amparava a realização do 1º ENP era de compromisso com o povo. Merece destaque, por exemplo, a presença do Pe. Josimo Moraes Tavares, que enriqueceu aquele ENP com seu testemunho e luta pela reforma agrária – luta que lhe ceifaria a vida no ano seguinte. O clima político era de muitos clamores, e os presbíteros trouxeram essas angústias em plenário. Foram aprovadas mensagens “pela Nicarágua, pela África do Sul, a favor da Reforma Agrária, pela Constituinte, pelos Negros, em solidariedade a Frei Leonardo Boff e em apoio aos presbíteros casados” (SANTANA, 2008, p. 176).

Ao final desse ENP, o sentimento era de satisfação e de alegria e ficou decidido que tais encontros aconteceriam a cada dois anos. Os presbíteros sentiam que haviam iniciado uma nova etapa no processo eclesial dos presbíteros no Brasil. Na avaliação final do encontro, de 231 respostas, 73 avaliaram-no como excelente, 155 como bom e somente 3 como regular (SANTANA, 2008, p. 178).

Podemos perceber que este 1º Encontro Nacional foi um momento relevante na caminhada dos presbíteros no Brasil. Mesmo que tenham acontecido diversos

²¹ Na formulação desse tema, ressaltamos a especificação “povo de Deus”, que aponta claramente para a eclesiologia do Vaticano II, ou seja: a de uma Igreja que se caracteriza como povo de Deus, constituída por diversos ministérios e que está a serviço do mundo, buscando transformá-lo à luz da Palavra de Deus, e comprometida com as mudanças sociais e culturais que influenciam a ação evangelizadora e interferem nela.

imprevistos, não há dúvidas de que foi um momento muito importante, que ajudou a detectar as dificuldades pelas quais passavam os presbíteros no país e também as conquistas alcançadas e vividas pelos mesmos.

O 2º ENP²² visava refletir sobre o ser presbítero, sua identidade como pessoa humana em uma sociedade em mudanças e, em uma Igreja toda ministerial, seu presbitério e sua organização. Para esse ENP, os presbíteros são, muitas vezes, devorados pelo excesso de atividades e há pouco espaço para refletirem sobre si mesmos, sobre sua pessoa, sobre sua vida. E esses são elementos essenciais para o bom exercício do ministério presbiteral, uma vez que vida e ministério estão interligados e se complementam. O Instrumento Preparatório ao 2º ENP é bastante enfático ao tocar nesse ponto:

A pessoa do presbítero e sua circunstância real de vida e missão, eis o prisma que dá unidade e prospecção à reflexão deste encontro, tornando-a uma interpelação real à sua missão e vida (...). Trata-se, bem mais, de definir sua situação, suas opções e missão em diálogo autêntico com e entre pessoas, buscando iluminar o que é na Igreja e na sociedade de hoje. O que se pretende é precisar as questões existentes em sua realização de homem, de cristão e de presbítero, seja no nível da instituição e da ação pastoral, seja na dimensão de sua vida pessoal (CNP, 2001, p. 87).

Essa unidade entre vida e ministério ajuda os presbíteros a viverem melhor e, dessa forma, também desempenharão melhor seu ministério. E, desenvolvendo bem o seu ministério, eles serão mais felizes e realizados em sua vida.

Nos anos de 1980, ganhava força na Igreja o movimento que privilegiava temas eclesiais mais internos, denominado “retorno à sacristia” (SUESS, 2010, p. 3). Esse movimento pareceu enfraquecer as conclusões conciliares que situam a Igreja no contexto social, político, econômico e cultural. Nesse sentido, o Instrumento Preparatório ao 2º ENP afirma que “a dignidade do homem exige que ele possa ter uma dimensão que lhe é própria e exclusiva: sua intimidade, seu modo de ser original, sua radicalidade pessoal e única” (CNP, 2001, p. 94). No entanto, as reflexões deste ENP que giram em torno da pessoa do presbítero, de sua maturidade e de suas opções humano-afetivas não possuem um caráter

²² O 2º ENP aconteceu de 20 a 25 de outubro de 1987 em Itaiaci-SP. Teve por tema *Ser presbítero: novos desafios para uma vocação que permanece*. O Instrumento Preparatório ressaltou a importância do estudo do texto através de encontros em nível diocesano. “Os participantes exporiam seu ponto de vista e o grupo, com a ajuda de um coordenador e de um secretário, elaboraria um relatório para a Comissão Regional do Clero e esta para a CNC, em Brasília, DF, destacando somente os pontos principais que deveriam ser aprofundados no 2º ENP e os pontos que julga imprescindíveis acrescentar” (CNP, 2001, p. 48).

individualista, mas pretendem auxiliar os presbíteros, para que, enquanto pessoas, estejam abertos à coletividade.

No final da década de oitenta, crescia a consciência de que a questão da identidade do presbítero não podia “ser resolvida apenas no foro interno da consciência de cada um” (GODOY, 1997, p. 31). Sem negar essa dimensão pessoal, o 2º ENP apontava para soluções mais coletivas, afirmando que “a colegialidade é a única solução realista para que o ministério presbiteral possa desempenhar hoje sua missão” (CNP, 2001, p. 72).

Desde o 1º ENP, falava-se a respeito da necessidade de uma vida mais fraterna entre os presbíteros. Discutia-se, inclusive, sobre a pertinência de uma pastoral presbiteral. Esse tema foi crescendo e influenciou a escolha do tema para o 3º ENP²³: *Ministério e fraternidade dos presbíteros numa Igreja comunhão e missão*. Realizado no final da década de oitenta, esse Encontro mostrou também uma preocupação que emergia como novos desafios a serem enfrentados: a dimensão cultural e a pastoral urbana, pois a atuação da Igreja nas grandes cidades causava muita insatisfação a um bom número de presbíteros. A evangelização nas grandes cidades se constitui em um grande desafio para a Igreja, pois, a cada dia, se apresentam novas realidades, novos sujeitos, novos interlocutores e, muitas vezes, a Igreja não está preparada para anunciar o Reino de Deus nesse novo ambiente que passa por profundas e rápidas transformações.

Os objetivos do 3º ENP eram:

- 1) refletir juntos sobre a nossa missão e como mais bem responder aos novos desafios que vão surgindo, em atitude de serviço para com o povo de Deus;
- 2) amadurecer, em espírito fraterno, decisões que reforcem nossa solidariedade e organizem, de forma mais adequada, nossa vida e nosso trabalho (CNP, 2001, p. 113).

²³ O 3º ENP aconteceu de 17 a 22 de outubro de 1989 em Itaipava-SP. O tema foi *Ministério e fraternidade dos presbíteros numa Igreja comunhão e missão*. “O texto preparatório deste Encontro era apenas ‘um início de conversa, uma interpretação’, e apresentava pistas para a elaboração de um Documento Final. Era uma provocação para fazer ‘uma grande coleta nacional do pensar e do sentir dos presbíteros do Brasil’ (CNP, 2001, p. 111). Portanto, este ENP também produziu um Documento Final. Além deste, somente o 11º e 12º ENP produziram um Documento Final, contendo as conclusões do Encontro. Neste trabalho, as citações referentes ao 3º ENP serão sempre do Documento Final.

Com esses objetivos, a ênfase incidia em fortalecer a fraternidade na vida dos presbíteros, promovendo formas e condições para a comunhão e a participação entre os mesmos.

Hoje a nova consciência das exigências do ministério presbiteral [...] leva a redescobrir a fraternidade presbiteral e a perceber que nenhum 'superpresbítero' pode arcar sozinho com todas as responsabilidades do ministério, que hão de ser repartidas com os agentes de pastoral, o bispo, os colegas e a comunidade cristã (SUESS, 2010, p. 3).

Parece-nos que esse elemento ainda precisa ser mais bem compreendido por muitos presbíteros, pois, na tentativa de fazer o melhor para a comunidade paroquial, buscam fazer quase tudo sozinhos, pensando ser "superpresbíteros" e, muitas vezes, acabam ignorando, desrespeitando e menosprezando a caminhada e a capacidade dos leigos.

No contexto sociocultural e eclesial daquele ENP emerge uma nova crise. Mas qual crise? O Documento Final do 3º Encontro Nacional afirma que

Para alguns, estaria configurando-se nova 'crise de identidade' do presbítero, diferente da que se deu no final dos anos 60. [...] A face atual da crise é a crise dessa identidade em formação, provocada por fatores vários, entre os quais o refluxo da instituição eclesial sobre si mesma. A nova identidade é criticada pelos que interpretam o compromisso pela transformação da sociedade como se este diluísse a identidade do presbítero no social (CNP, 2001, pp. 119-120).

A identidade representa uma questão crucial no processo de realização e maturação do ser humano. No caso do presbítero, ele precisa ter consciência de que sua identidade ministerial não decorre de seu esforço isolado, de seu aprimoramento em nível pessoal. "A identidade do padre passa em sua definição pela comunhão dos presbíteros entre si e com o bispo no serviço à comunidade. Ela supõe abertura, diálogo e apoio mútuo no nível de fraternidade presbiteral aberta a todos os irmãos" (CNP, 2001, p. 93).

E, diante das diversas comunidades, em nível nacional, que não celebram a Eucaristia dominical, encontramos, no *Comunicado Final* do 3º ENP, esta proposição:

Reafirmamos a urgência da ordenação de homens casados para o ministério presbiteral, diante dos milhares de comunidades eclesiais privadas de atendimento pastoral e sacramental, mormente da celebração da eucaristia e do sacramento da penitência (CNP, 2001, p. 153).

Tal reivindicação não repercutiu com tanta proporção em nível nacional, a exemplo daqueles temas de 1969 nos *Documentos dos Presbíteros*, e facilmente foi esquecida pelos bispos e pelos próprios presbíteros. Contudo, cada atividade realizada em nome da CNP ajudava a dar visibilidade e força aos presbíteros e aos seus ENPs²⁴.

2.2.3 Os Encontros Nacionais de Presbíteros ganham força e visibilidade

Após o 1º ENP, em 1985, as Comissões Regionais de Presbíteros (CRPs) investiram fortemente em seus encontros. Já em 1986, o Regional Norte I realizou o seu primeiro encontro. Outras iniciativas se sucederam. Surgiram experiências inter-regionais e os cinco regionais Nordeste da CNBB se uniram para os “Nordestões” dos presbíteros. A partir dessas iniciativas, os “ENPs entraram definitivamente na praxe da Igreja no Brasil” (SANTANA, 2008, p. 179).

Os textos produzidos pela CNP para cada Encontro Nacional, os Instrumentos Preparatórios, de certa forma serviram como formação permanente para os presbíteros daquelas dioceses que criaram o hábito de estudá-los. Dentre os presbíteros que participaram do 3º ENP, constatou-se que mais de 50% haviam lido o texto.

Não há dúvidas de que muitos passos foram dados nestes anos de ENPs e que a caminhada dos presbíteros tenha se fortalecido. Através desses encontros, criou-se mais unidade, clareza da missão e aumentou a fraternidade presbiteral. Além disso, os presbíteros passaram a encontrar, nos ENPs, um espaço propício para dizer o que pensam e o que sentem, para manifestar suas angústias e esperanças. Além disso, eles têm ali um lugar para fazer suas reivindicações. O então vice-presidente da Comissão Nacional de Presbíteros, Antônio Campos Pereira, afirmou que essa comissão, seja em nível nacional, regional ou diocesano, “está se tornando espaço efetivo no qual nossos desejos e necessidades, também os afetivos, psicológicos e morais, podem aparecer e ser conversados sem receios indevidos” (PEREIRA, 1998, p. 670).

²⁴ Neste capítulo, não abordaremos os Encontros Nacionais da década de noventa, (4º, 5º, 6º, 7º) e sucessivos, pois acreditamos que estes primeiros Encontros já nos oferecem um panorama histórico suficiente para a compreensão do surgimento dos ENPs.

Alguns outros pontos essenciais desses Encontros são a troca de experiência e a partilha de vida entre os presbíteros. Isso faz com que os mesmos se interessem em participar dos encontros. Através dos ENPs, certamente aumentou a busca da maturidade pessoal, psicológica e afetiva dos presbíteros, pois, por meio de estudos, reflexões e partilhas, os presbíteros puderam conhecer-se melhor e também conhecer, mesmo que rapidamente, outros presbíteros e perceber que, assim como eles, os demais também são dotados de dons e limitações, talentos e fraquezas, afinal, que todos são santos e pecadores (ANTONIAZZI, 1998, p. 610).

Ao longo de 25 anos de história (1985-2010), a CNP produziu um bom acervo de material que auxilia os presbíteros a compreenderem melhor sua vida e ministério. “Os textos preparatórios para cada Encontro contêm um rico acervo que vale a pena ser retomado e sempre estudado” (CNP, 2004b, p. 9). São reflexões valiosas, realizadas com a ajuda de pessoas especializadas, e que trazem a experiência concreta de inúmeros presbíteros de nosso vasto contexto nacional.

Porém, se, por um lado, os textos dos Encontros são ricos em conteúdo, por outro, algo precisa ser melhorado em relação à organização desses textos. Alguns encontros, além do Instrumento Preparatório apresentam também, em forma de livreto, as Conclusões do Encontro; outros possuem apenas o Instrumento Preparatório. Há ainda aqueles encontros que aparecem relacionados a um tema e a um lema (geralmente um texto bíblico que orienta o encontro e procura animar e encorajar os presbíteros a permanecerem fiéis e perseverantes em sua missão) e outros que trazem somente o tema. Isso pode sugerir que não há uniformidade entre o mecanismo organizacional dos ENPs. Vejamos, em um quadro, como essa realidade se apresenta nos Encontros Nacionais:

	<i>Data</i>	<i>Tema</i>	<i>Lema</i>	<i>Texto conclusivo</i>
1º ENP	21 a 25/10/1985	O presbítero na Igreja, povo de Deus, servidora do mundo.		
2º ENP	20 a 25/10/1987	Ser presbítero: novos desafios para uma vocação que permanece.		
3º ENP	17 a 22/10/1989	Presbíteros: fraternidade e serviço.		Publicou um “Documento Final”
4º ENP	11 a 16/02/1992	Os desafios da evangelização para o presbítero hoje.		

5º ENP	04 a 09/02/1994	O presbítero no processo de urbanização.		
6º ENP	02 a 07/02/1996	O presbítero: missionário, profeta e pastor no mundo urbano.	“Reaviva o dom que há em ti” (2Tm 1,6).	
7º ENP	03 a 08/02/1998	Presbíteros rumo ao novo milênio.		
8º ENP	01 a 06/02/2000	Novo milênio, novo presbítero?		
9º ENP	01 a 06/02/2002	Presbítero: pessoa e missão. A pessoa e a função do presbítero no início do milênio.	“Revesti-vos do homem novo” (Ef 4,24).	
10º ENP	04 a 10/02/2004	O presbítero no mundo globalizado.	“O que vimos e ouvimos, vos anunciamos” (1Jo 1,3).	
11º ENP	01 a 07/02/2006	Missionariedade e profetismo do presbítero, na Igreja e no mundo, à luz do Concílio Vaticano II.	“Retoma a conduta de outrora” (Ap 2,5)	Publicou um “Subsídio de reflexão”
12º ENP	13 a 19/02/2008	Presbítero: discípulo-missionário de Jesus Cristo na América Latina.	“... chamou-os para estar com Ele e enviá-los em missão...” (cf. Mc 3,13-14).	Publicou as “Conclusões do 12º ENP”
13º ENP	03 a 09/02/2010	ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral.	“Eu me consagro por eles” (Jo 17,19a)	

Quadro elaborado pelo próprio pesquisador com base nos textos dos ENPs.

A partir desse quadro, podemos sinalizar certa limitação em nossa pesquisa, pois muitos dos textos que apresentamos referem-se ao pré-encontro, ou seja, ao Instrumento Preparatório, e, portanto, não refletem toda a riqueza da reflexão ocasionada pelo próprio Encontro. No entanto, tentando suprir essa lacuna, utilizamos, além dos textos conclusivos efetivados por três dos Encontros Nacionais, também diversos textos de teólogos e pastoralistas que comentam e abordam a ressonância dos ENPs para a vida eclesial no Brasil.

As diferenças na organização e sistematização das conclusões dos ENPs, contudo, não são justificativas para que alguns presbíteros não se envolvam com esses Encontros Nacionais e, de modo algum, colocam em demérito todos os trabalhos realizados pela CNP. Porém, parece relevante que a linguagem e a

estrutura organizacional desses encontros fossem unificadas. É sempre importante que se continuem buscando melhorias e envolvendo cada vez mais presbíteros nessa caminhada que almeja a unidade, a fraternidade presbiteral e uma melhor compreensão do papel do presbítero na Igreja e na sociedade.

No entanto, se faz necessário afirmar que as discussões e reflexões dos ENPs não chegam a um grande número de presbíteros e que esses não são atingidos pela CNP, pelas CRPs e nem pelos ENPs. Com isso, há muitos desafios e resistências que permanecem no ambiente eclesial, especialmente no ministério presbiteral.

2.2.4 Mas surgem resistências e desconfianças

As dificuldades em relação aos ENPs tiveram início mesmo antes de sua realização. Em 11 de outubro de 1984, durante reunião ampliada da CNP em preparação ao 1º ENP, foi aprovada uma moção de solidariedade a Antônio Moser e aos irmãos Leonardo Boff e Clodovis Boff. Essa carta foi dirigida em caráter confidencial àqueles teólogos, mas logo se tornou pública, tornando-se quase um obstáculo à realização do 1º ENP.

Para nosso espanto, a carta confidencial tornou-se pública, com as respostas daqueles que a receberam. Esse fato quase prejudicou todo o andamento de preparação do 1º Encontro Nacional. Da Nunciatura, uma correspondência afirmava que a Santa Sé não via com bons olhos encontros dessa natureza. O impasse estava criado, não fosse a firmeza de Dom Ivo Lorscheitter, então presidente da CNBB, que mandou tocar as providências para objetivar a realização do Encontro Nacional (SANTANA, 2008, p. 175).

Também foi enviada uma “carta de desagravo aos Bispos e Presbíteros que, através da imprensa, faziam críticas descaridas aos teólogos citados e a alguns Bispos pela sua atuação pastoral” (SANTANA, 2008, p. 175).

Na abertura do 1º ENP, os participantes manifestaram sua comunhão com o Papa na oração e a expressaram através de uma mensagem telegráfica dirigida ao pontífice. Sobre esse gesto, Pe. Manoel Henrique relata que “com tristeza lamentamos aqui que nunca obtivemos resposta” (SANTANA, 2008, p. 175) daquela mensagem. A ausência de resposta do Papa foi, então, interpretada como uma reprovação desse tipo de encontro no cenário eclesial brasileiro.

Um fato que causou muita desconfiança da Sé Apostólica em relação aos ENPs foi que, logo no primeiro encontro, os presbíteros apresentaram uma moção dirigida à Cúria Romana em defesa do celibato optativo, fato que causou ofensa à Sé Apostólica e a muitos bispos do país (SANTANA, 2008, p. 177). Porém, “havia muita gente ferida e machucada pela maneira autoritária com a qual é imposta essa disciplina eclesiástica” (GODOY, 1997, p. 31). Parece-nos que os Documentos dos Presbíteros (1969) haviam causado grande expectativa entre os presbíteros de que algo poderia ser mudado em relação a essa disciplina eclesiástica, mas que o Sínodo dos Bispos (1971) freou toda empolgação e clima de renovação. E, por isso, no início dos ENPs (1985) essas “feridas” ainda estavam presentes em muitos presbíteros e, talvez, permaneçam ainda presentes em uma grande quantidade deles.

Ao término do 1º ENP, as reações da parte do episcopado foram diversas. Chama-nos a atenção um relatório de 1986, da *Congregação para o Clero*, que recomendava aos bispos brasileiros maior presença e vigilância em relação a esses Encontros. Dizia o relatório:

Particular atenção merecem a Comissão Nacional do Clero e as 14 Comissões Regionais do Clero, que se põem à margem da Conferência Episcopal Nacional e Regional. Deve-se vigiar para que não se tornem uma forma de sindicato do clero e uma espécie de Parlamento paralelo ao Senado dos Bispos. O Dicastério está estudando as atas do 1º Encontro Nacional de Presbíteros. À primeira vista, sobressaem alguns sérios motivos de preocupação de ordem doutrinal e mesmo disciplinar. Recomendamos ativa presença e vigilância dos Bispos, nas Comissões Regionais do Clero e na sua Comissão Nacional, com particular atenção às impostações doutrinárias e disciplinares (SANTANA, 2008, p. 178).

Para o 6º ENP²⁵, Dom Lucas Moreira Neves convidou Dom Crescêncio Sepe, da Congregação para o Clero, para participar do Encontro. Era então, “a oportunidade de se fazer e pedir algumas explicações sobre a aversão da Santa Sé sobre a CNP” (CNP, 2010b, p. 49). Na ocasião, o próprio Dom Lucas dirigiu ao convidado um discurso em nome de todos os presbíteros e da Comissão Nacional

²⁵ O 6º ENP realizou-se de 02 a 07 de fevereiro de 1996 em Itaipu-SP. Teve como tema: *O presbítero: missionário, profeta e pastor no mundo urbano* e como lema: “*Reaviva o dom que há em ti*” (2Tm 1,6). Colaboraram na elaboração do Instrumento Preparatório a este ENP, Rogério Valle, André Damacena e Kátia Medeiros, do Ceris (1º capítulo), Pe. Alberto Antoniazzi, (2º capítulo), Pe. Antônio José de Almeida (3º capítulo) e Pe. Edênio Valle (4º capítulo). Dentre as novidades que trouxe este 6º ENP, destaca-se a participação dos senhores bispos acompanhantes das CRPs (Comissões Regionais de Presbíteros) e a aprovação da logomarca da CNP e do questionário para formação de um Cadastro Nacional de Presbíteros e expedição de carteira de identidade do presbítero (ROCHA, 1996. p. 143).

(CNP, 2010b, pp. 49-51). No entanto, todo clima de tensão e suspense que se criou no início desse Encontro, em relação a tal visita, foram deixados de lado devido ao modo como o representante da Sé Apostólica se comportou com os presbíteros. Seu jeito irreverente e brincalhão conquistou os presbíteros, mas ao final do Encontro, ficou a interrogação para muitos presbíteros: afinal, de “onde nascem as críticas às associações presbiterais e até mesmo à Comissão Nacional do Clero?” (GODOY, 1998, p. 28).

Diante das divergências que surgiram após o 1º ENP, Dom Celso Queiroz, dizia que “entre temores e esperanças, constatamos que a Esperança venceu temores. As sementes foram plantadas em terra fértil. [...] o ENP saiu melhor do que se poderia esperar” (SANTANA, 2008, p. 178).

No ano de 2010, por ocasião do Jubileu de Prata dos ENPs e a realização do 13º ENP²⁶, a CNP solicitou ao Pe. Manoel Henrique que escrevesse a história dos Encontros Nacionais. Com o título *Memória dos ENP's - 25 anos*, o texto resgata a trajetória dos presbíteros no Brasil após o Vaticano II e a “lenta caminhada” até chegar ao 1º ENP. Nessa obra, são relatadas diversas dificuldades enfrentadas, dentre as quais se destaca que

as imensas distâncias, a falta de articulação e, sobretudo a mentalidade muito ‘paroquial’ de nossos irmãos, até hoje são empecilhos na caminhada especialmente quando conhecemos a mentalidade individualista da vida e ministério dos presbíteros. A Nunciatura Apostólica, em algumas oportunidades, se posicionou contrária à organização dos presbíteros. Diziam-nos sempre que os presbíteros só possuem o espaço da Igreja local, isto é, em presbitério (CNP, 2010b, p. 17).

Aos poucos, os ENPs foram se concretizando e constatou-se que, aos presbíteros não compete somente “o espaço da Igreja local”, mas que eles também são protagonistas de sua vida e ação pastoral, porém, sem perder a unidade e a comunhão com o bispo.

²⁶ O 13º ENP aconteceu de 03 a 09 de fevereiro de 2010, em Itaici-SP. Teve como tema: “ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral” e lema: “Eu me consagro por eles” (Jo 17,19a). O Instrumento Preparatório foi organizado pelo Pe. Paulo Suess. Dentre os assessores, destacam-se Pe. Paulo Suess, Pe. Joel Portela, Pe. Manuel Henrique e Pe. Estevão Raschiatti. Os objetivos deste 13º ENP foram, dentre outros: retomar e aprofundar a caminhada dos presbíteros nos últimos 25 anos; refletir sobre a realização pessoal dos presbíteros e sobre a melhor maneira de exercerem o seu ministério na sociedade atual. Este ENP realizou-se dentro do contexto do “Ano Sacerdotal”, convocado pelo Papa Bento XVI e, nele, houve uma grande peregrinação ao Santuário Nacional de Aparecida com a presença de quase 500 presbíteros. Em Aparecida, no total, concelebraram a Eucaristia, em torno de 800 presbíteros. O retiro desse ENP foi conduzido pelo então arcebispo de São Paulo, o Cardeal Odilo Pedro Scherer.

Em 1986, Dom Luciano Cabral Duarte censurou claramente as deliberações tomadas pelos presbíteros, sobretudo pelas mensagens encaminhadas como forma de “solidariedade ao povo da Nicarágua, aos Negros, aos Índios, às mulheres marginalizadas, à Constituinte, aos problemas dos irmãos presbíteros que sofrem por causa da Pastoral Libertadora” (CNP, 2010b, p. 36).

Sabemos que todo início de caminhada não é fácil e, com relação à trajetória percorrida pela Comissão Nacional de Presbíteros não foi diferente. Com o desejo de acertar, muitas vezes se equivocou. Os desafios foram diversos e surgiram as tentativas de impedir a continuidade desses Encontros, porém a coragem e a insistência de presbíteros que acreditavam na força dos ENPs foi capaz de vencer os limites dessa nova fase dos presbíteros da Igreja no Brasil.

2.3 ALGUNS ACONTECIMENTOS ECLESIAIS QUE MARCARAM A CAMINHADA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

A preocupação com a vida e o ministério dos presbíteros é uma constante na Igreja. Por isso, ao mesmo tempo em que, no Brasil, foram acontecendo os Encontros Nacionais de Presbíteros, houve outros acontecimentos em nível mundial, continental e nacional que buscaram delinear uma reflexão sobre os presbíteros. Esses acontecimentos da Igreja marcaram a caminhada dos ENPs, pois os documentos eclesiais serviram (e servem) de indicação e ponto de partida para as temáticas abordadas nos ENPs. Ressaltamos que esses acontecimentos estão estritamente ligados ao contexto social e cultural e refletem uma preocupação em responder aos sempre novos e preocupantes desafios que se apresentam à evangelização. A Igreja busca, através desses Encontros, interpretar a realidade para, assim, evangelizar com mais ardor, mas nem sempre consegue compreender corretamente o contexto em que está inserida e, mesmo quando consegue, por vezes, não é capaz de causar a mudança necessária, pois ela também é limitada e nem sempre sua voz é ouvida pelas pessoas e pela sociedade.

2.3.1 Pastores Dabo Vobis (1992)

A exortação apostólica pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis*²⁷ é resultado do Sínodo dos Bispos de 1990, que tratou sobre a formação dos presbíteros e foi realizado “com a intenção de, à distância de 25 anos do final do Concílio, dar cumprimento à doutrina conciliar sobre esta matéria e torná-la mais atual e incisiva nas circunstâncias hodiernas” (PDV, n. 2). É um documento que se refere, sobretudo, àqueles que estão se preparando para a vida presbiteral, mas também apresenta diversos elementos para aqueles que já estão à frente de uma comunidade eclesial. Esta exortação apostólica parte da premissa de apresentar os princípios norteadores da vida presbiteral, aquilo que ele é (ou deveria ser) para assim falar sobre a formação dos futuros presbíteros.

O esquema básico apontado por João Paulo II na *Pastores Dabo Vobis* segue as dimensões da formação presbiteral e estas também são aplicadas aos presbíteros. Por “dimensão” entendem-se os diversos aspectos que compreendem a vida (humana, afetiva, espiritual, pastoral, intelectual, comunitária) e que precisam, necessariamente, estar integradas. Enquanto a categoria “linhas da formação” poderia supor certo paralelismo, a categoria “dimensões” supõe complementariedade e integração, pois “o caminho para a maturidade não requer só que o sacerdote continue a aprofundar as diversas dimensões da sua formação, mas também, e sobretudo, que saiba integrar cada vez mais harmoniosamente entre si estas mesmas dimensões” (PDV, n. 72).

Mas por que aplicar as mesmas dimensões se são etapas diferentes de formação? Será que os mesmos critérios de formação usados no período de seminário são pertinentes se usados para quem já é ordenado?

Nesse sentido, o Papa ressalta que

²⁷ Esse documento, fruto de um Sínodo sobre a formação presbiteral, elabora uma imagem do presbítero com base nas duas polarizações que acompanham o debate teológico, nas últimas décadas: os presbíteros *alter Christus* e o presbítero vinculado à vivência eclesial. Na realidade, os dois pólos estão presentes sem muita articulação, mas justapostos. Porém, o que mais se destaca na PDV é o todo do processo formativo, com suas dimensões, que começa no despertar da vocação e vai até o processo de formação permanente. O documento parte de uma constatação de que já não é mais a questão da identidade do presbítero a que mais ocupa a atenção de todos na Igreja, mas as circunstâncias em que o presbítero vive, com as mais variadas influências do meio social, cultural e político. Daí que o texto afirma: “O acento deslocou-se do problema da identidade do padre para os problemas relacionados com o itinerário formativo ao presbiterato e com a qualidade de vida dos presbíteros” (PDV, introdução). Por isso, o itinerário formativo presente na PDV parte da pessoa do presbítero, de sua natureza humana, como alicerce sobre o qual se erguerá todo o edifício de sua formação e realização enquanto presbítero (CNP, 2006a, pp. 27-28).

é de particular importância observar e respeitar a intrínseca *ligação que existe entre a formação que precede o sacerdócio e a que lhe segue*. Se, de fato, existisse uma descontinuidade ou até discrepâncias entre estas duas fases formativas, surgiriam imediatamente graves consequências sobre a atividade pastoral e sobre a comunhão fraterna entre os presbíteros, em particular entre os de idades diferentes. A formação permanente não é uma repetição da que foi adquirida no Seminário, simplesmente revista ou ampliada com novas sugestões aplicativas. Ela desenvolve-se com conteúdos e, sobretudo, através de métodos relativamente novos, como um fato vital unitário que, no seu progresso – mergulhando as raízes na formação do seminário –, requer adaptações, atualizações e modificações, sem, contudo, sofrer rupturas ou soluções de continuidade (grifos do autor) (PDV, n. 71).

Portanto, entende-se que as dimensões (humana, espiritual, intelectual e pastoral) são categorias aplicáveis aos seminaristas e também aos presbíteros, pois não é possível dissociar os aspectos que compreendem a vida humana e presbiteral como um todo, pois o seminarista e o presbítero, em sua vida – que é complexa, dinâmica, cheia de ambiguidades – são seres humanos, pessoas, enfim, com todas as implicações que daí decorrem.

A *Pastores Dabo Vobis* apresenta um capítulo inteiro (o n. VI) sobre a formação permanente dos presbíteros. Nesse capítulo, são abordadas a) as razões teológicas da formação permanente; b) as diversas dimensões da formação permanente; c) o significado profundo da formação permanente; d) em todas as idades e condições de vida; e) os responsáveis da formação permanente; e f) momentos, formas e meios da formação permanente. Isso demonstra uma forte preocupação do Papa em ressaltar a unidade, necessária e fundamental, entre a vida no seminário e a vida após a ordenação.

Desse modo, a Exortação ressalta que o presbítero, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da ordem, “é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual, como Cabeça e Pastor do seu povo, é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo” (PDV, n. 12). Por isso, afirma o Papa, não é possível definir a natureza e a missão do presbítero “senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo gênero humano” (PDV, n. 12).

2.3.2 Santo Domingo (1992)

A IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano²⁸ começou a ser planejada vários anos antes de sua realização. No ano de 1983, durante a XIX Assembleia do CELAM no Haiti, o Papa João Paulo II insistiu na necessidade de uma nova evangelização, “nova em seu ardor, nova em seus métodos, nova em sua expressão” (LORSCHIEDER, 2006, p. 45). Essa seria a temática central a orientar a Conferência de Santo Domingo.

No dia 12 de dezembro de 1990, o Santo Padre escolheu o tema da IV Conferência: *Nova Evangelização – Promoção humana – Cultura cristã* e o lema: *“Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”* (Hb 13,8). No Discurso Inaugural de Santo Domingo, o Papa afirmou que Jesus Cristo “É o Princípio e o Fim, o Alfa e o Ômega (Ap 21,6; cf. 1,8; 22,13) a plenitude da evangelização, o primeiro e o maior dos evangelizadores” (JOÃO PAULO II, 1992, n. 1).

A IV Conferência teve sua abertura exatamente no dia em que se comemorava o V Centenário da Evangelização na América Latina, 12 de outubro de 1992, e reuniu-se “para dar graças a Deus por sua presença nestas terras americanas, donde, faz hoje 500 anos” (JOÃO PAULO II, 1992, n. 2). Fazia exatamente cinco séculos que o almirante Cristóvão Colombo, com suas três caravelas procedentes da Espanha, havia chegado a estas terras e nelas fincado a cruz de Cristo. Nesse ponto, percebemos a importância da temática apontada por João Paulo II, pois seria também a oportunidade de avaliar a caminhada da evangelização nesses quinhentos anos e sugerir propostas de ação para os anos seguintes. Contudo, é notável que pouco se avaliou sobre os cinco séculos de evangelização, com exceção do pedido de perdão aos povos indígenas²⁹.

²⁸ Esta Conferência aconteceu de 12 a 28 de outubro de 1992, em Santo Domingo, na República Dominicana. A presidência da Conferência e os secretários foram nomeados pelo Santo Padre. Os encarregados como presidentes foram: o cardeal Ângelo Sodano, Secretário de Estado do Vaticano, o cardeal Nicolas de Jesús López Rodríguez, arcebispo de Santo Domingo e Presidente do CELAM, e Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte. Como secretários, foram eleitos: Dom Raymundo Damasceno Assis, bispo auxiliar de Brasília e Secretário Geral do CELAM, e Dom Jorge Arturo Medina Estévez, de Rancagua - Chile. Diferentemente das outras Conferências, em que as comissões foram nomeadas pelo CELAM, todas as comissões para os trabalhos foram nomeadas por Roma, demonstrando certo centralismo na Cúria Romana (CNP, 2008a, p. 60).

²⁹ O arcebispo de Uberaba, D. Benedito Ulhoa Vieira, representando trinta e três Bispos brasileiros, defendeu que se fizesse um pedido de perdão na celebração dos 500 anos de evangelização, através de um momento penitencial público, “pedindo perdão pelos abusos exercidos contra os indígenas e os afro-americanos nos 500 anos de Evangelização do Continente” (NERY, 1993, p. 50). A

A história de Santo Domingo foi “um pouco conturbada” (LORSCHIEDER, 2006, p. 41), pois houve significativa mudança na metodologia e as comissões trabalharam sem manter contato entre si (NERY, 2003, p. 45). Nas Conferências anteriores, usou-se o método que se expressava na sequência: ver, julgar e agir. Santo Domingo optou pelo seguinte esquema: fundamentação teológica, desafios, linhas pastorais. Segundo D. Demétrio Valentini, é possível

(...) assinalar uma descontinuidade, que caracterizou todo o processo da Quarta Conferência [...] cada etapa desconhecia e anulava a anterior. [...] o ‘documento de trabalho’ foi abandonado ao se iniciar a Conferência. [...] Observe-se que durante a Conferência houve um completo silêncio a propósito do ‘documento de trabalho’, seja por parte da Presidência, como da Comissão de Coordenação e da Comissão de Redação (VALENTINI, 1993, p. 7).

Essa descontinuidade prejudicou todo o processo da IV Conferência e teve repercussão negativa em relação à mesma. Inclusive, se não fosse a coragem e a ousadia de D. Luciano Mendes de Almeida, o episcopado latino-americano não teria produzido o Documento de Santo Domingo, pois durante a Conferência não se conseguia chegar a uma redação definitiva.

Em relação aos presbíteros, o Papa, em seu Discurso Inaugural, defendeu a necessidade de “uma melhor distribuição dos sacerdotes entre as diversas Igrejas locais” (JOÃO PAULO II, 1992, n. 26). Esta IV Conferência afirmou que o ministério dos presbíteros “é essencial para a Igreja responder ao desígnio salvífico de Deus pelo anúncio da Palavra, pela celebração dos sacramentos e pela condução da pastoral” (SD, n. 67). Em Santo Domingo, salientou-se ainda que

o ministério ordenado é sempre um serviço à humanidade com vistas ao Reino. Recebemos “a força do Espírito Santo” (cf. At 1,8) para ser testemunhas de Cristo e instrumentos de vida nova. Voltemos a escutar hoje a voz do Senhor que, em meio aos desafios do momento atual, nos chama e envia; queremos permanecer fiéis ao Senhor e aos homens e

Presidência da Conferência não aceitou a sugestão e concedeu a palavra a Mons. Di Stefano para combatê-la. Como resultado da defesa, a assembleia rejeitou a proposta. Contudo, “no mesmo dia em que a moção era rejeitada, o Papa em Roma repetia o seu pedido de perdão” (VALENTINI, 1993, p. 13). Dizia João Paulo II: “A estes homens nós não cessamos de pedir ‘perdão’. Este pedido de perdão dirige-se, sobretudo, aos primeiros habitantes da nova terra, aos índios – e depois também àqueles que, como escravos, foram para lá deportados da África para os trabalhos forçados. ‘Perdoai-nos as nossas ofensas [...]’ também esta súplica faz parte da evangelização” (NERY, 1993, p. 58). Na Conferência, a missa do pedido de perdão aconteceu no dia 23 de outubro. Contudo, durante a celebração, não foram levantados os fatos específicos sobre os quais se estava pedindo perdão, mas “apenas no rito penitencial se fez alusão aos Indígenas e aos Afro-Americanos” (NERY, 1993, p. 63).

mulheres, sobretudo os mais pobres, para cujo serviço fomos consagrados (SD, n. 67).

Essa fidelidade à missão recebida, com a força do Espírito Santo, precisa ser desenvolvida por meio de uma evangelização inculturada, pois “a inculturação do Evangelho é um imperativo do segmento de Jesus e é necessária para restaurar o rosto desfigurado do mundo” (SD, n. 13). Essa Conferência enfatizou também que

o sacerdócio procede da profundidade do inefável mistério de Deus. Nossa existência sacerdotal nasce do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e da ação santificadora e unificante do Espírito Santo; esta mesma existência se vai realizando para o serviço de uma comunidade, a fim de que todos se façam dóceis à ação salvadora de Cristo (cf. Mt 20,28; PDV 12) (SD, n. 70).

Portanto, é da relação com a Trindade que brotam a força e a vitalidade do ministério presbiteral. Nesse período, entre os bispos do Brasil, pairava um clima de otimismo em relação aos presbíteros, pois se difundia “um novo estilo de pastor, mais simples e próximo dos pequenos” (CNBB, 1992, p. 26). Esse novo estilo de presbítero não era reflexo somente de maior consciência da missão, mas refletia o contexto histórico daquele período e o envolvimento da Igreja nas lutas sociais, fato que despertou para a busca de uma sociedade solidária, justa e fraterna. Os presbíteros envolvidos nessa realidade se empenharam na realização dos mesmos objetivos e muitos se envolveram fortemente com a causa, usando os momentos de pregação, formação e demais ações pastorais para conscientizar a comunidade sobre seus direitos e também sobre seus deveres.

Essa IV Conferência, consciente de que toda a ação pastoral dos presbíteros precisa ser desenvolvida em plena conformidade com os leigos, ressaltou a importância dos diversos carismas e ministérios existentes na Igreja e destacou o papel dos leigos como protagonistas da evangelização.

A importância da presença dos leigos na tarefa da nova evangelização que conduz à promoção humana e chega a informar todo o âmbito da cultura com a força do Ressuscitado nos permite afirmar que uma linha prioritária de nossa pastoral, fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas. Um laicato, bem estruturado com uma formação permanente, maduro e comprometido, é o sinal de Igrejas particulares que levam muito a sério o compromisso da nova evangelização (SD, n. 103).

Há ainda o interesse em fomentar a preparação dos leigos que se destacam “no campo da educação, da política, dos meios de comunicação social, da cultura e

do trabalho” (SD, n. 99). Desse modo, por meio do testemunho, e agindo em conformidade com os carismas, os leigos fermentam diversas realidades do mundo, no intuito de torná-las mais reveladoras do projeto de Deus. Os leigos precisam ser pessoas da Igreja no coração do mundo e pessoas do mundo no coração da Igreja.

As reflexões de Santo Domingo tiveram influência nos ENPs, pois, em 1992, mesmo ano da IV Conferência, em sintonia com o episcopado latino-americano, os presbíteros participantes do 4º ENP³⁰ refletiram sobre “os desafios da evangelização para o presbítero hoje”. Isso, desde já, mostra-nos que a caminhada dos Encontros Nacionais é realizada em sintonia com a Igreja como um todo e também com a realidade social, mesmo que, em alguns momentos, se perceba um acento no aspecto intraeclesial.

2.3.3 Vida e ministério dos presbíteros – Estudos da CNBB, n. 88 (2004)

De 21 a 30 de abril de 2004, em Itaici-SP, aconteceu a 42ª Assembleia Geral da CNBB, que teve como tema central a vida e o ministério presbiteral. Para a preparação desta assembleia, foi previamente enviado aos bispos um exemplar do livro “Presbítero, você é feliz?”³¹, contendo o resultado da pesquisa psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. A Assembleia Geral, em princípio, não pretendia elaborar um documento³² sobre a vida e o ministério dos presbíteros, mas o avanço da reflexão motivou o episcopado a publicar o resultado de suas discussões. Então, como frutos desta 42ª Assembleia, surgiram dois

³⁰ O 4º ENP aconteceu de 11 a 16 de fevereiro de 1992 em Itaici-SP, sob o tema: *Os desafios da evangelização para o presbítero hoje*. Este ENP foi realizado no mesmo ano e em sintonia com a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e Caribenho, em Santo Domingo, que refletiu sobre a evangelização inculturada. Em princípio, esse encontro deveria ter sido realizado em outubro de 1991, mas a data coincidiu com a visita do Papa João Paulo II ao Brasil (12 a 21/10/1991) e, por isso, foi transferido para fevereiro de 1992. A partir de então, os ENPs são realizados sempre no mês de fevereiro e não mais em outubro.

³¹ Esse trabalho foi encomendado pela CNP, coordenado pelo Pe. Edênio Valle (leitura psicossocial) e contou com a colaboração do Pe. Alberto Antoniazzi (leitura teológico-pastoral) e Pe. Luiz Roberto Benedetti (leitura sociológica).

³² Os presbíteros reunidos no 10º ENP (2004) haviam pedido claramente para que não se aprovasse nenhum documento nessa 42ª Assembleia: “É de vital importância que não seja aprovado nenhum documento da CNBB sobre a vida e ministério dos presbíteros neste ano, mas que se aprove um texto de estudo para ser retornado às respectivas dioceses e a outros organismos (CNP, ANPB, CRB, OSIB) para apreciação e contribuições para aprovação do futuro documento (que deve) falar da vida e do ministério dos presbíteros a partir dos presbíteros” (ANTONIAZZI, 2004a, p. 53).

documentos. O primeiro, em formato de “estudos da CNBB” (série verde, n. 88), intitulado *Vida e ministério dos presbíteros*, e o segundo, sob a forma de “documento” (série azul, n. 75), denominado *Carta aos presbíteros*. Na sequência, focalizaremos alguns elementos teológicos dessas reflexões e suas contribuições para os presbíteros do Brasil.

O volume 88 dos estudos da CNBB é um subsídio teológico e pastoral para reflexão e aprofundamento nos presbitérios. O texto apresenta também, em anexo³³, diversos subsídios que foram usados durante a 42ª Assembleia Geral do episcopado brasileiro.

Em relação à teologia do presbiterato, nesse subsídio, afirmou-se que

há necessidade de se desenvolver mais amplamente a teologia do presbiterato, explicitando os componentes de grande importância, como a consciência de pertença, o sentir com a Igreja, abrangendo o efetivo espírito de comunhão com o sucessor de Pedro e o bispo diocesano, sucessor dos Apóstolos, a co-responsabilidade com os demais irmãos presbíteros, o senso de co-participação no presbitério local, e a eclesialidade da missão, no sentido da co-responsabilidade pastoral com os leigos (CNBB, 2004a, p. 11).

É necessário que a teologia da vida presbiteral esteja associada a Jesus Cristo, o bom e sumo Pastor, em sentido profundamente trinitário, “pois a ação do presbítero, pela sua própria natureza, é comunitária, reveladora do amor do Pai e da ação perene do Espírito. Na vida do presbítero, a Trindade se revela também no exercício da paternidade, da filiação e amorização” (CNBB, 2004a, p. 12). A síntese desta Assembleia Geral afirma que,

à luz das orientações do Concílio Vaticano II, do Santo Padre João Paulo II e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, somos chamados a priorizar o modelo de presbítero pastor e, ao mesmo tempo, discípulo, enquanto chamado a realizar as exigências evangélicas da pobreza, castidade e obediência. Como pastor, seu modelo perfeito é Jesus Cristo, o Bom Pastor (CNBB, 2004a, p. 22).

O episcopado brasileiro também ressaltou a importância de os presbíteros estarem unidos ao presbitério, pois é nele que os presbíteros encontrarão (ou ao

³³ Os textos em anexo são os seguintes: “Presbíteros: o desafio da mudança” (Pe. Alberto Antoniazzi); “Os presbíteros na percepção dos bispos – dados de uma sondagem de 2003” (Pe. Edênio Valle); “Refletindo sobre a teologia do presbítero” (Pe. Geraldo Luiz Borges Hackmann); “O presbítero: ungido, poeta e servidor” (Maria Clara Lucchetti Bingemer); “A Comissão Nacional de Presbíteros (CNP): passos de uma caminhada” (Pe. José Pirotto) e “Presbítero saudável” (D. Paulo de Conto).

menos deveriam encontrar) forças para superarem os desafios cotidianos da ação pastoral.

A grande riqueza da vida e do ministério do presbítero consiste no fato de o mesmo fazer parte de um presbitério. É nele e com a ajuda dele (do presbitério), isto é, no exercício da fraternidade presbiteral, que o presbítero enfrentará os desafios da realidade atual e exercerá com alegria sua missão. A comunhão presbiteral o ajudará a vencer tentações de isolamento, de ser 'franco atirador', da busca de especializações que visem somente projetos pessoais, sem vínculo eclesial; da busca de segurança baseada nos bens materiais e de conforto (CNBB, 2004a, p. 26).

Nessa Assembleia, Hackmann definiu a identidade dos presbíteros a partir da fundamentação cristológica, eclesiológica e trinitária ou carismática. Segundo ele,

a fundamentação cristológica evidencia que o presbítero é representante de Cristo perante a comunidade, isto é, visibilização sacramental de Cristo Cabeça e Pastor. O sacerdócio de Cristo constitui a base ontológica do sacerdócio do presbítero, estabelecendo uma relação diretamente vertical ao passar a autoridade daquele para este. A representação de Cristo o afasta da esfera secular e o reserva estritamente para as tarefas espirituais. Diversas fórmulas teológicas foram cunhadas para exprimir esta relação ontológica Cristo-presbítero: sinal da presença de Cristo, cabeça da Igreja; visibilização da imagem bíblica do bom pastor, que dá a vida pelo rebanho; "missão-envio", com referência à participação na missão de Cristo. A reflexão teológica dos últimos séculos tem acentuado esse modo de entender a identidade do presbítero. Santo Tomás, por exemplo, entende-o desse modo: "Cristo é a fonte de todo sacerdócio: de fato, o sacerdote da Lei (Antiga) era figura dele, entretanto, o sacerdote da nova Lei age na pessoa dele" (HACKMANN, 2004, p. 90).

A identidade presbiteral encontra seu fundamento em Cristo, mas se desenrola na relação do presbítero com a comunidade, através de sua ação pastoral, e também consigo mesmo, pois se o presbítero não aceitar suas fragilidades e limites ele não conseguirá resplandecer a face do Bom Pastor à comunidade. Em relação à segunda fundamentação, o autor afirma que

a fundamentação eclesiológica foi explicitada, particularmente, nos anos 80 e apresentada como ressurgimento do primeiro milênio do cristianismo, quando o presbítero era visto como representante da Igreja, a partir de uma compreensão eclesial e pneumatológica do ministério. O ressurgimento desta fundamentação foi motivado pela reflexão da teologia pós-conciliar sobre a Igreja, antecedida pelo aprofundamento da pessoa e da missão de Jesus Cristo, favorecedora de novos posicionamentos eclesiológicos, que valorizaram a dimensão comunitária da Igreja e, como consequência, deram atenção prioritária às Comunidades Eclesiais de Base por gerarem um novo modo de ser Igreja (HACKMANN, 2004, p. 91).

Segundo o autor, essa fundamentação eclesiológica se subdivide em duas correntes: a) a *sacramental*, que “mostra a dimensão simbólica presente nos sacramentos, que são um desvelamento do mistério de Cristo, onde o sacramento da Ordem aparece como símbolo da graça de Deus, da qual nasce a Igreja” e b) a *funcional*, que “apresenta o presbítero como líder da comunidade, mas sem nenhuma diferenciação ontológica com os demais ministérios ou serviços comunitários. O mandato provém da comunidade e perdura enquanto ela deseja” (HACKMANN, 2004, p. 92). Essa segunda corrente parece ser perigosa, pois descaracteriza a teologia do presbiterato, uma vez que, nesta concepção, o sacramento da ordem não imprimiria o caráter indelével.

Segundo Hackmann, a fundamentação trinitária ou carismática é uma tentativa de conciliar as correntes cristológica e eclesiológica. Para ele,

essa [fundamentação trinitária] entende unir as duas representações – a de Cristo e da comunidade – por meio da dimensão trinitária do acontecimento da salvação, que, ao caracterizar toda a Igreja, também o faz com o ministério presbiteral. Assim se estabelece a interseção entre a autoridade e o poder de Cristo (auctoritas e potestas), fruto da representação de Cristo (in persona Christi), e o carisma na comunidade eclesial (communio), fruto da representação do Corpo de Cristo (in persona ecclesiae). Portanto, em Cristo (in persona Christi) o presbítero representa a cabeça da Igreja e na comunidade (in persona ecclesiae) o Corpo de Cristo congregado e plenificado de sua vida por meio do Espírito Santo (HACKMANN, 2004, p. 90).

Portanto, a identidade presbiteral precisa ser buscada em uma eclesiologia de comunhão, que leva o presbítero a compreender o seu ser e a sua missão no seio do Povo de Deus, “além de trazer a dimensão ‘relacional’ própria do presbítero que o torna homem de comunhão com seu Bispo e demais presbíteros” (HACKMANN, 2004, p. 101). Nesse sentido, ressaltamos que, de um lado, o acento somente no aspecto cristológico pode se caracterizar por meio de atitudes desligadas da realidade e da comunidade ou, ainda, por um demasiado clericalismo. De outro lado, reduzir o ministério presbiteral ao aspecto da vida na comunidade, esquecendo-se da sua pertença a Cristo, como discípulo, descaracteriza o sacramento da ordem e pode levar o presbítero a buscar ações a partir de seus próprios critérios e segundo suas concepções sem recorrer à Palavra de Deus, que é essencial para discernir os novos desafios e manter-se fiel à tradição da Igreja.

Percebemos, então, que a vida e o ministério dos presbíteros são inseparáveis de seu relacionamento com a comunidade e com o presbitério, no qual

os presbíteros desenvolvem as mais variadas atividades. A CNBB afirma que, “no Brasil, muitas vezes, o presbítero é pároco, administrador, construtor, pregador, teólogo, professor e comunicador” e, com isso, “freqüentemente o presbítero experimenta tal sobrecarga humana de funções diversificadas que se encaminha, sem demora, para a situação difícil de estresse” (CNBB, 2004a, p. 22). Essa sobrecarga de tarefas pode levar muitos presbíteros a reduzirem sua vida e ministério simplesmente ao cumprimento de atividades, sem se preocupar com os mais afastados, necessitados e excluídos da sociedade. Tal realidade, que ocupa praticamente todo o tempo do presbítero, faz com que ele não se ocupe com a busca da ovelha desgarrada, mas concentre-se somente naquelas que já pertencem ao rebanho. Isso nos leva a algumas inquietações: mesmo que um presbítero queira implementar novas iniciativas pastorais e missionárias, indo além daquilo que a estrutura eclesial lhe oferece, será que ele teria tempo disponível para isso? Não seria o momento de se rever a estrutura paroquial e se buscar ações mais missionárias e ministeriais? Afinal, será que a estagnação diante dos novos desafios é culpa somente dos presbíteros ou também eles seriam reféns das estruturas que a Igreja lhes impõe? Acreditamos que o contexto atual exija uma profunda reflexão sobre tais questões, pois, do contrário, as ações da Igreja continuarão sendo orientadas somente para quem já pertence a ela e, desse modo, o número de fiéis católicos tenderá a diminuir a cada ano. É necessário que novas ações pastorais sejam incentivadas e que os ministérios sejam valorizados, pois o presbítero, sozinho, não é capaz de atender toda a demanda que a evangelização nos tempos atuais exige.

Vale ressaltar que a dimensão pastoral é o “princípio unificador” (CNBB, 2010, n. 300) de toda a vida e ministério do presbítero. Nesta Assembleia é perceptível a dialética entre a CNBB e os ENPs. Por exemplo, o 10º ENP³⁴ (fevereiro de 2004) recolheu alguns temas que os presbíteros gostariam que fossem tratados na 42ª Assembleia do episcopado brasileiro (abril de 2004). Na 42ª Assembleia, as reflexões tinham como pressuposto aquele ENP. Portanto, é possível perceber que há um desejo de caminhada conjunta, embora, nem sempre, a CNBB tenha podido atender as reivindicações dos presbíteros. E aqui está uma lacuna nessa relação

³⁴ O 10º ENP realizou-se de 04 a 10 de fevereiro de 2004, em Itaici-SP. Teve como tema *O presbítero no mundo globalizado* e o lema “*O que vimos e ouvimos, vos anunciamos*” (1Jo 1,3). O Instrumento Preparatório a este ENP foi elaborado pelo Pe. Edênio Valle.

dialética entre a CNBB e os ENPs, um vazio que, muitas vezes, pode fazer com que os presbíteros fiquem desmotivados diante dos desafios.

2.3.4 Carta aos presbíteros – Documento 75 (2004)

Através do documento 75 continuamos a perceber a relação de diálogo entre a CNBB e os ENPs. Esta Carta³⁵, ao abordar a dimensão teológica do ministério presbiteral, explicitou a íntima unidade que se faz necessária entre o bispo e os presbíteros. O texto relata que

o papa João Paulo II, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Gregis*, recordou que os presbíteros devem receber um “afeto privilegiado” do bispo, não somente porque entre ele e seus presbíteros existe uma verdadeira comunhão sacramental, em virtude da comum participação no único sacerdócio de Cristo, mas também porque os presbíteros são os principais e mais íntimos colaboradores no seu ministério (cf. n. 47) (CNBB, 2004b, p. 5).

Este “afeto privilegiado” nem sempre é visualizado nas relações bispo-presbíteros. Por serem os “principais e mais íntimos colaboradores” do bispo, os presbíteros precisam sentir essa atenção e preocupação do bispo para com eles. Se o bispo cuida bem de seus presbíteros, estes se empenharão com mais afinco na ação evangelizadora.

Na busca de compreender melhor a identidade presbiteral a partir do ponto de vista teológico, o episcopado brasileiro destaca que

algumas questões mereceram especial atenção: a referência necessária do sacerdote à pessoa de Jesus Cristo, do qual o presbítero precisa aprender sempre de novo as atitudes que devem nortear sua vida e sua missão; o cultivo da mística evangélica, da dimensão missionária e profética do ministério ordenado e da fraternidade presbiteral; o exercício das virtudes humanas e cristãs, a formação permanente, o justo descanso e a disciplina nas ocupações e atividades apostólicas (CNBB, 2004b, p. 6).

Essas questões, se bem vividas e compreendidas, ajudarão os presbíteros a desempenharem seu ministério segundo a ação do próprio Cristo, que se doou inteiramente pelo Reino, colocando-se a seu serviço. “O primado absoluto da graça

³⁵ A Carta aos Presbíteros segue um esquema que enfatiza a pessoa, a comunidade e a sociedade. Esse esquema já vem sendo usado pela CNBB desde a 41ª Assembleia Geral (2003) e está contemplado nas Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil dos anos 2003-2006 e 2008-2010. Tal esquema tem influenciado as reflexões eclesiais e, principalmente, os documentos da CNBB.

da própria vocação do presbiterato emerge, na sua totalidade, quando vivido na intimidade maior com Deus Uno e Trino” (CNBB, 2004b, p. 9). E, nesse caminho de identificação com Cristo, o presbítero precisa se esforçar para viver os valores evangélicos da pobreza, castidade e obediência. Nesse sentido, os bispos salientam:

muito nos alegamos ao constatar o empenho de vocês para testemunhar, com convicção, a fidelidade ao espírito dos conselhos evangélicos, no seguimento de Jesus pobre, obediente e célibe, sabedores que carregam, como nós, tesouros em vasos de barro (cf. 2Cor 4,7) (CNBB, 2004b, p. 11).

É necessário compreender ainda que há “uma unidade indissolúvel entre os três conselhos evangélicos, de forma que a vivência autêntica de um enriquece o outro, propiciando um seguimento mais pleno” (CNBB, 2004b, p. 12). Para a vivência desses conselhos, os presbíteros precisam ter à sua frente, como modelo, a pessoa de Jesus, o Bom Pastor. Ele viveu pobre, célibe e, em tudo, foi obediente à vontade do Pai.

Em relação ao Vaticano II, a *Carta aos presbíteros* afirma que “olhando nossos presbitérios, percebemos que há frutos significativos da teologia do Concílio Vaticano II entre nós, mas que ainda permanece como meta e desafio para muitos” (CNBB, 2004b, p. 21). Enfim, essa preocupação dos bispos é louvável, pois a busca para implantar as conclusões conciliares já teve mais força entre os anos 1970 a 1990. Atualmente, percebe-se o fenômeno contrário, com algumas ações “anti-Vaticano II”, tais como a valorização demasiada de vestes litúrgicas e a volta da missa tridentina em detrimento dos gestos de caridade e de uma celebração que chegue à vida e ao coração das pessoas. Falta, entre muitos presbíteros, a dimensão profética do ministério. A esse respeito, a CNBB enfatizou que

a profecia é uma forma especial de exercício dos ministérios da Palavra e da caridade, de validade permanente na missão da Igreja. Portanto, o profetismo continua a ser dimensão fundamental do ministério do presbítero, diante dos novos desafios da realidade. O presbítero, chamado a desenvolver esse dom, deve favorecê-lo também entre os fiéis, por causa da maior fidelidade do povo à aliança com Deus (...). No espírito evangélico e do Vaticano II, não há mais espaço para os profetas que atuam isolados de seus presbitérios e agem à revelia deles (CNBB, 2004b, p. 30).

Em contrapartida à falta de espírito profético, o episcopado demonstra, na *Carta aos Presbíteros*, alegria e elogia os presbíteros que vivem um estilo de vida que é exemplo para os demais fiéis:

É para nós um fato edificante e até questionador a condição de pobreza real que muitos de vocês abraçam por causa de Cristo e do Evangelho. Vivendo em comunidades das periferias urbanas e em regiões isoladas do interior, partilham as dolorosas carências da população empobrecida e marginalizada. Esse estilo de vida despojado, simples e austero torna-se testemunho e autêntica expressão da evangélica opção pelos pobres, dimensão essencial da identidade dos seguidores de Jesus (CNBB, 2004b, p. 11).

E, além disso, os bispos reivindicam àqueles que ainda não estão inseridos na pastoral de conjunto e no presbitério que se envolvam plenamente nas atividades da Igreja Particular, salientando que

muito machuca nosso coração de pastores quando percebemos alguns dentre vocês solitários, isolados, com sinais de intransigência e de autoritarismo, relutando em abraçar o Plano diocesano de Pastoral e participar das reuniões ou de outras atividades no âmbito da Igreja Particular (...). Gostaríamos de vê-los misericordiosos, bondosos, atenciosos, compassivos, generosos, acolhedores e homens de oração. Sabemos, no entanto, que é fundamental nosso testemunho de bispos, que trazem em sua vida e ministério essas mesmas atitudes. Pedimos perdão pelas vezes que tudo isso não aconteceu em nosso relacionamento com vocês (CNBB, 2004b, p. 12).

Esse pedido de perdão dos bispos nessa Carta revela uma tentativa de maior proximidade com os presbíteros, pois “trata-se de um documento pastoral saído do coração dos bispos e dirigido ao coração dos presbíteros” (CNBB, 2004b, p. 6).

Os presbíteros participantes dos ENPs têm reivindicado melhoria nesse aspecto, ou seja, no relacionamento com seus bispos. Em contrapartida, os bispos relataram o seguinte: “Admiramos a Carta do 10º Encontro Nacional de Presbíteros pelo incentivo à participação no presbitério e na comunhão fraterna” (CNBB, 2004b, p. 17). Em nossa pesquisa, percebemos que entre a CNBB e os ENPs há uma busca de respeito e valorização da caminhada realizada, seja por parte dos presbíteros, seja dos bispos. Isso é um fator positivo nessa trajetória percorrida até então.

De maneira geral, percebemos que esse documento foi bem acolhido pelos presbíteros, entretanto, sem provocar muita repercussão entre os mesmos. No Instrumento Preparatório ao 11º ENP³⁶ há algumas tímidas citações desta Carta

³⁶ O 11º ENP aconteceu de 01 a 07 de fevereiro de 2006 em Itaipava-SP. Teve como tema: “Missionariedade e profetismo do presbítero, na Igreja e no mundo, à luz do Concílio Vaticano II”. Seu lema foi: “Retoma a conduta de outrora” (Ap 2,5). Esse ENP teve um Instrumento Preparatório ao Encontro e também um texto, denominado “subsídio de reflexão” que condensa as conclusões dos presbíteros e assessores. Dentre os assessores, estavam Pe. Virgílio Leite Uchoa, Pe. Gabriele

(CNP, 2006a, pp. 49-51) e no Documento Conclusivo (subsídio de reflexão), que aponta as principais temáticas refletidas durante o Encontro, não são feitas quaisquer referências à Carta aos Presbíteros. Aqui encontramos uma lacuna na relação entre a CNBB e os ENPs, o que nos permite algumas indagações: Por que um documento elaborado pelo episcopado brasileiro não teve ressonância no subsequente ENP? A CNBB havia pedido colaboração dos presbíteros participantes do 10º Encontro Nacional para auxiliar na reflexão da 42ª Assembleia Geral. E então por que o 11º ENP não discutiu sobre a posição da CNBB nesta Assembleia? As reivindicações foram atendidas ou não? Isso nos leva a pensar que as conclusões dos bispos não teriam atendido às expectativas dos presbíteros e que também faltaria uma trajetória linear que desse sequência às temáticas dos Encontros Nacionais.

2.3.5 Aparecida (2007)

No ano de 1997, aconteceu, em Roma, o Sínodo da América. Este evento levantou questionamentos sobre a continuidade da tradição latino-americana das Conferências Gerais. Quando os bispos latino-americanos solicitaram a V Conferência, a secretaria de Estado do Vaticano propôs a realização de um Sínodo³⁷. O CELAM não concordou com essa proposta e levou a questão diretamente ao Papa João Paulo II, que pediu consulta às Conferências Episcopais, sendo que apenas uma delas se manifestou favorável ao Sínodo e vinte e uma à nova Conferência (CNP, 2008a, p. 63). Então o Papa preferiu que se seguisse a tradição da Igreja latino-americana, ou seja, a realização da Conferência.

Cipriani, Pe. Manoel Godoy, Dom Luciano Mendes de Almeida, Dom Erwin Kräutler e Dom Frei Luís Flávio Cappio que orientou o retiro para os presbíteros. Este encontro foi o mais numeroso da história dos ENPs, com a participação de 462 presbíteros, e, também foi o que contou com o público mais jovem, visto que 70% dos participantes tinham entre 01 e 10 anos de ministério.

³⁷ Em uma Conferência Geral, o episcopado apresenta sua “palavra oficial” sobre sua realidade eclesial, enquanto que um Sínodo é uma instância de consulta do Papa. Após o Sínodo, o Papa, normalmente, escreve uma exortação apostólica “pós-sinodal”, mas sempre a partir de seu ponto de vista, enquanto a Conferência Geral apresenta ao Papa (para aprovação) um documento já aprovado pelos bispos.

A V Conferência³⁸ teve como tema *Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos n'Ele tenham vida* e, como lema, “*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida*” (Jo 14,6). Portanto, o discipulado e a missionariedade foram os dois grandes temas dessa Conferência. Bento XVI afirmou que “discipulado e missão são como as duas faces da mesma moeda. O discípulo sabe que sem Cristo não há luz, não há esperança, não há amor, não há futuro” (BENTO XVI, 2007, n. 3). Com efeito, o discipulado acontece na missão, mas, ao mesmo tempo, a missão pressupõe o discipulado como testemunho fundamental. O Papa afirmou que os presbíteros são os primeiros promotores do discipulado e da missão e aqueles que foram chamados para estar com Jesus e serem enviados a pregar (Mc 3,14).

O Documento de Aparecida retomou o método ver-julgar-agir³⁹, tradicional na teologia latino-americana, expressou sua continuidade com as Conferências anteriores (DAp, 2007, n. 9) e afirmou que se começa a ser discípulo missionário “a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo” (DAp, n. 200). A preocupação principal foi o contexto de crise que vivia a cultura atual e a evasão de católicos na América Latina. Enfocou como meta uma Missão Continental como meio de recuperar os católicos egressos (DAp, n. 551). Em Aparecida, houve, dessa forma, um olhar para a missão como um aspecto inerente à Evangelização e enfatizou-se que a missão deve acontecer em todos os ambientes e espaços eclesiais e não somente em lugares como a Amazônia ou a África. Compreende-se que a missão *ad intra* é uma urgência na Igreja, mas sem desconsiderar a missão *ad extra*, que também é urgente e necessária. Não se trata mais de *ter* territórios para a missão, mas de *ser* missionário em todo e qualquer lugar.

³⁸ Esta Conferência realizou-se entre os dias 13 e 31 de maio de 2007, em Aparecida-SP, local escolhido pelo Papa Bento XVI. Os presidentes eleitos para a Conferência foram o cardeal Giovanni Battista Re, prefeito da Congregação para os Bispos e presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina, o cardeal Francisco Javier Errázuriz Ossa, presidente do CELAM e arcebispo de Santiago do Chile, e o cardeal Geraldo Majella Agnelo, arcebispo primaz do Brasil. Os secretários foram Mons. Andrés Stanovnik, secretário geral do CELAM e bispo de Reconquista – Argentina, e Dom Odilo Pedro Scherer, arcebispo de São Paulo e secretário geral da CNBB.

³⁹ Esse método implica em contemplar a Deus com os olhos da fé através de sua Palavra revelada e o contato vivificador dos Sacramentos, a fim de que, na vida cotidiana, vejamos a realidade que nos circunda à luz de sua providência, que a julguemos segundo Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, e atuemos a partir da Igreja, Corpo Místico de Cristo e Sacramento universal de salvação na propagação do Reino de Deus, que se semeia nesta terra e que frutifica plenamente no Céu. [...] Esse método tem colaborado para que vivamos mais intensamente nossa vocação e missão na Igreja: tem enriquecido nosso trabalho teológico e pastoral e, em geral, tem-nos motivado a assumir nossas responsabilidades diante das situações concretas de nosso continente (DAp, n. 19).

Em relação à sociedade contemporânea, Aparecida ressaltou que ela nos “mostra situações que afetam e desafiam a vida e o ministério de nossos presbíteros” (DAp, n. 192), pois em meio à realidade de mudança cultural, “emergem novos sujeitos, com novos estilos de vida, maneiras de pensar, de sentir, de perceber e com novas formas de se relacionar (DAp, n. 51). É fundamental que esses novos sujeitos sejam compreendidos a partir de sua própria realidade, pois, do contrário, a Igreja poderá excluí-los e não atingi-los eficazmente na ação evangelizadora. A Igreja nunca poderá deixar de anunciar aquilo que é central, isto é, o Evangelho e o Reino, mas o modo como transmite esses valores são mutáveis e precisa ser interpretado de acordo com as exigências da sociedade moderna. Os desafios permanecem, porém, com novas faces, novos rostos e novas expressões. E, dentre esses desafios, Aparecida considera três deles como mais relevantes: a) a identidade teológica do ministério presbiteral; b) o ministério presbiteral inserido na cultura atual; e c) os aspectos vitais e afetivos da vida presbiteral.

Em relação ao primeiro desafio, que tem relação com a identidade teológica do ministério presbiteral, afirma-se que

o Concílio Vaticano II estabelece o sacerdócio ministerial a serviço do sacerdócio comum dos fiéis, e cada um, ainda que de maneira qualitativamente diferente, participa do único sacerdócio de Cristo. Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote, nos remiu e nos partilhou sua vida divina. N’Ele, somos todos filhos do mesmo Pai e irmãos entre nós. (...) “Todo Sumo Sacerdote é tomado dentre os homens e colocado para intervir a favor dos homens em tudo o que se refere ao serviço de Deus” (Hb 5,1) (DAp, n. 193).

A V Conferência procura resgatar o Vaticano II, ressaltando a dimensão de que o “sacerdócio ministerial” deve estar a serviço do “sacerdócio comum dos fiéis”. Isso mostra o desejo do episcopado latino-americano em aplicar à sua realidade a reflexão teológica conciliar.

Sobre o segundo desafio, referente ao ministério presbiteral inserido na cultura atual, salienta-se que

o presbítero é chamado a conhecê-la [a cultura atual] para semear nela a semente do Evangelho, ou seja, para que a mensagem de Jesus chegue a ser uma interpelação válida, compreensível, cheia de esperança e relevante para a vida do homem e da mulher de hoje, especialmente para os jovens. Esse desafio inclui a necessidade de potencializar adequadamente a formação inicial e permanente dos presbíteros, em suas quatro dimensões: humana, espiritual, intelectual e pastoral (DAp, n. 194).

Conhecer a realidade é, assim, condição essencial para uma eficaz ação evangelizadora. Sem estarem inseridos na cultura, os presbíteros correm o risco de falar palavras que não cheguem ao coração dos fiéis por não fazerem parte de suas vidas. Em muitos presbitérios, há a tendência de dirigir-se um olhar negativo para a cultura atual e, assim, muitos presbíteros acabam não compreendendo as reais necessidades que seus interlocutores lhes interpõem. Diante da realidade, que é desafiadora e tem necessidade de ser interpretada à luz do Evangelho, é preciso assumir a cultura local e atual, com seus valores e contravalores, e, a partir dela, procurar transformá-la por meio dos valores cristãos.

Em relação ao terceiro desafio, o Documento de Aparecida enfatiza que este

se refere aos aspectos vitais e afetivos, ao celibato e a uma vida espiritual intensa fundada na caridade pastoral, que se nutre na experiência pessoal com Deus e na comunhão com os irmãos; também ao cultivo de relações fraternas com o Bispo, com os demais presbíteros da diocese e com os leigos. Para que o ministério do presbítero seja coerente e testemunhal, ele deve amar e realizar sua tarefa pastoral em comunhão com o bispo e com os demais presbíteros da diocese. O ministério sacerdotal que brota da Ordem Sagrada tem “radical forma comunitária” e só pode desenvolver-se como “tarefa coletiva”. O sacerdote deve ser homem de oração, maduro em sua opção de vida por Deus, fazer uso dos meios de perseverança, como o Sacramento da Confissão, da devoção à Santíssima Virgem, da mortificação e da entrega apaixonada por sua missão pastoral (DAp, n. 195).

A dimensão afetivo-sexual é uma das mais complexas e exigentes de todo ser humano. Por isso, o presbítero precisa vivê-la de maneira integrada, sem esquecer-se de suas fragilidades e limites. Se seguir essas orientações de Aparecida, o presbítero se fortalece espiritualmente e, assim, se empenha com maior afinco na prática da caridade pastoral, estreitando os laços de comunhão com Deus, com os irmãos e consigo mesmo.

Essa Conferência enfatizou também, aos presbíteros, a importância e a necessidade da prática frequente do sacramento da reconciliação:

Nós, bispos e presbíteros, ministros da reconciliação, somos chamados a viver, de maneira particular, na intimidade com o Mestre. Somos conscientes de nossa fraqueza e da necessidade de sermos purificados pela graça do sacramento, que se nos oferece para nos identificarmos, cada vez mais, com Cristo, Bom Pastor e missionário do Pai. Simultaneamente, com plena disponibilidade, temos a alegria de ser ministros da reconciliação, e também nós temos de nos aproximar freqüentemente, em caminho penitencial, do Sacramento da Reconciliação (DAp, n. 177).

Dessa maneira, ficou explicitado em Aparecida que os presbíteros, além de serem os ministros da reconciliação, são também convidados a se aproximarem frequentemente da confissão sacramental, uma vez que precisam ser modelos para os demais fiéis na palavra, na conduta, na caridade e na fé (1Tm 4,12). Eles são chamados a santificar não apenas sua própria vida, mas também as relações nas quais estão envolvidos, a paróquia, a comunidade e os fiéis que lhe são confiados.

A V Conferência destacou ainda que o povo sente a necessidade de presbíteros-discípulos, presbíteros-missionários e presbíteros-servidores:

O Povo de Deus sente a necessidade de presbíteros-discípulos: que tenham profunda experiência de Deus, configurados com o coração do Bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da oração; de presbíteros-missionários: movidos pela caridade pastoral que os levem a cuidar do rebanho a eles confiado e a procurar os mais distantes, pregando a Palavra de Deus, sempre em profunda comunhão com seu Bispo, com os presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas e leigos; de presbíteros-servidores da vida: que estejam atentos às necessidades dos mais pobres, comprometidos na defesa dos direitos dos mais fracos, e promotores da cultura da solidariedade. Também de presbíteros cheios de misericórdia, disponíveis para administrar o sacramento da reconciliação (DAp, n. 199).

Em contrapartida a esses desafios, o Documento de Aparecida afirmou que é motivo de alegria para a Igreja a fidelidade ao ministério da imensa maioria dos presbíteros, principalmente daqueles que “reservam tempo para a formação permanente, cultivam a vida espiritual centrada na escuta da Palavra de Deus e na celebração diária da Eucaristia, pois acabam sendo modelo para os demais” (DAp, n. 191). E também destacou que o povo reconhece a santidade de muitos presbíteros, como também seu testemunho de vida, seu trabalho missionário e sua criatividade pastoral (DAp, n. 99c).

Essa temática do discipulado e da missionariedade abordada na Conferência de Aparecida foi amplamente discutida entre os presbíteros por ocasião da preparação e realização do 12º ENP⁴⁰. O tema deste Encontro era “*Presbítero, discípulo e missionário de Jesus Cristo na América Latina*”. Portanto, percebemos

⁴⁰ O 12º ENP aconteceu de 13 a 19 de fevereiro de 2008 em Itaici-SP. Seu lema foi: “... *chamou-os para estar com Ele e enviá-los em missão...*” (cf. Mc 3,13-14). O Instrumento Preparatório foi elaborado pelo Pe. José Oscar Beozzo. Este ENP produziu um Texto Conclusivo sobre o Encontro, contendo as sínteses dos seguintes assessores: Cardeal Cláudio Hummes, que falou sobre o “ser presbítero”; Luiza Erondina, que fez uma análise de conjuntura sócio-política do Brasil; Pe. José Oscar Beozzo, que abordou a conjuntura sócio-ecclesial; Pe. Estevão Raschiatti que discorreu sobre o “ser discípulo”; e Pe. Paulo Suess, que discorreu sobre o “ser missionário”. Além dessas sínteses, o texto também apresenta algumas propostas de ação para serem debatidas nos presbitérios.

pontos de convergência entre a teologia latino-americana e a reflexão realizada no contexto brasileiro. No 12º Encontro Nacional os presbíteros do Brasil refletiram a proposta do Documento de Aparecida para a Igreja da América Latina.

3 A VIDA DOS PRESBÍTEROS NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS

O contexto eclesial dos ENPs (abordado no capítulo anterior) apresentou uma visão de como tais encontros surgiram e se fortaleceram em meio às lutas e resistências surgidas no meio eclesial, bem como alguns acontecimentos eclesiais que antecederam e marcaram a caminhada dos Encontros Nacionais. Neste capítulo, para melhor compreendermos a pessoa do presbítero, refletiremos sobre as dimensões que permeiam sua vida.

As dimensões da vida presbiteral apontadas pelos ENPs são as seguintes: humano-afetiva, espiritual, intelectual e pastoral. Iremos abordá-las aqui entendendo-as não de forma isolada, mas enquanto dimensões interdependentes, cada uma em estreita e dialética relação com as demais e articuladas a partir do pólo da dimensão pastoral.

Antes de prosseguirmos, cabe aqui uma breve indicação, em termos gerais, sobre o que se entende por “dimensão”. Segundo a CNBB, dimensão é a integração e articulação dos diferentes aspectos que devem estar presentes em toda a vida e ministério dos presbíteros, construindo uma ação coordenada, orgânica, como convém a um corpo, em que cada órgão precisa dos outros (CNBB, 2003, n. 3). Portanto,

essas dimensões [...] correspondem às exigências essenciais da identidade e missão dos presbíteros, ainda mais importante na atualidade, devendo ser definidas e integradas harmonicamente ao longo do processo formativo em um consistente projeto pessoal de vida (CNBB, 2010, n. 246).

No ambiente eclesial, tais dimensões foram aplicadas, em princípio, no processo de formação ao presbiterato, mas logo se percebeu que elas não se restringem só a esse momento e fazem parte de toda a vida da pessoa. Por isso, mesmo após a ordenação, o presbítero precisa estar atento a todas as dimensões, elaborando “um consistente projeto pessoal de vida” para que sua vida e ministério sejam fecundos, a exemplo de Jesus, o Bom Pastor. Se, após a ordenação, tais dimensões não precisassem mais ser observadas, isso caracterizaria uma descontinuidade, visto que, seja seminarista ou presbítero, ele é um ser único, apenas vivenciando etapas distintas. Por isso, as mesmas dimensões observadas no período da formação nos seminários precisam ser também observadas no ministério, embora a partir de óticas distintas.

Mas, qual é a importância que os ENPs conferem às dimensões da vida presbiteral? Afinal, há uma preocupação dos Encontros Nacionais em abordar essa temática?

Para responder a esses questionamentos, procuraremos, partindo dos textos dos ENPs, demonstrar que a ação pastoral, a intelectualidade, a espiritualidade e os aspectos humano-afetivos formam um todo e devem ser vividos intensamente pelos presbíteros.

3.1 – AS DIMENSÕES DA VIDA PRESBITERAL

Nos ENPs, não há uma abordagem orgânica e sistemática das dimensões da vida presbiteral, mas todas elas aparecem de forma aleatória nas discussões e estão presentes em diversos Encontros, pois não há como refletir sobre a vida do presbítero sem que lhes sejam feitas referências.

Cada dimensão abordada aqui representa um aspecto da vida presbiteral, mas é somente no conjunto que elas possibilitam a formação integral do presbítero (e de toda pessoa) como ser único e complexo. Entretanto, acreditamos ser conveniente não perder de vista que entre as dimensões existe uma relação dialética, articulada desde o pólo da pastoral. Mas isso não significa que as demais dimensões sejam menos valorizadas ou mereçam menos atenção, vez que todas são importantes e precisam ser devidamente cultivadas. Assim, o desenvolvimento em uma das dimensões determina também o aprimoramento harmonioso e progressivo nas demais. Da mesma forma, se o presbítero enfrenta dificuldades em alguma delas, as demais são atingidas. Por isso a necessidade de haver uma integração entre todas as dimensões.

Integração é “o processo que permite que todos os diversos aspectos da personalidade humana funcionem juntos, sem o domínio desordenado de um sobre o outro e sem o menoscabo de algum aspecto em relação a outros” (DUGLOS, 2006 *apud* PINTO, 2010, p. 37). Compreendemos que a integração entre as dimensões se tornará mais plena na medida em que o presbítero vive em unidade com o presbitério, inserido na Igreja local e em comunhão com o bispo.

Contudo, percebe-se atualmente certo “retrocesso na formação dos futuros presbíteros e um desequilíbrio entre as dimensões constitutivas da formação” (CNP,

2006b, p. 22). Por isso, faz-se necessário que o presbítero “saiba integrar cada vez mais harmoniosamente entre si estas mesmas dimensões, chegando progressivamente à *unidade interior*” (PDV, n. 72). Essa realidade nos leva a pensar sobre o modo de enfrentar os tão grandes desafios que permeiam a vida dos presbíteros na atualidade. Como integrar, verdadeiramente, essas dimensões? O presbítero não pode compreender a si mesmo como ser humano pronto e completo, mas é importante que ele se conscientize de que está em constante formação e necessita de auxílio diante das sempre novas e desafiadoras situações que lhe aparecem cotidianamente.

3.1.1 A vida dos presbíteros na dimensão humano-afetiva

Ao abordarmos a dimensão humano-afetiva, logo nos vêm à mente os desafios atuais, sobretudo em relação à vivência afetivo-sexual. O contexto atual, marcado por escândalos de má conduta de alguns presbíteros, por vezes, nos condiciona a ter uma visão negativa e generalizante dessa realidade humana no tocante à vida dos presbíteros. Nesse contexto, é necessário compreender que “a maturação humano-afetiva do presbítero é uma exigência de seu próprio ministério e uma decorrência da caridade pastoral, que deve ser o fundamento da vida e a meta maior de formação inicial e permanente” (CNBB, 2010, n. 249).

3.1.1.1 O presbítero: homem de relações

É importante ter presente que antes de alguém ser presbítero, é preciso ser cristão e que o cristão é um ser humano. Por isso, somente sobre fundamentos humanos sólidos é que se pode edificar o verdadeiro presbítero, pois este precisa ter condições de colocar a totalidade de sua vida sob o dinamismo do Espírito. Para tanto, o presbítero precisa ser um homem afetivamente bem integrado.

Nas diversas atividades desenvolvidas e no acúmulo de funções que desempenham, os presbíteros se relacionam, cotidianamente, com diversas pessoas e de modo muito diversificado. São nessas relações que eles são chamados a se realizar enquanto homens, cristãos e presbíteros.

O modelo para a dimensão humana dos presbíteros é Jesus Cristo. A CNBB afirma que “a fonte primeira da formação humana dos presbíteros consiste em

reconhecer-se amado e chamado pelo Senhor e, assim, aceitar o desafio de segui-lo e imitá-lo (Mc 1,14; Mt 9,9)” (CNBB, 2010, n. 248). Em Jesus Cristo, os presbíteros encontrarão os elementos necessários para uma vida feliz, completa e inteiramente disponível ao Reino.

Essa dimensão é de suma importância na vida do presbítero, pois se ele tiver uma maturidade humana e afetiva que seja progressiva e integrada, autoconhecimento equilibrado, capacidade de relacionar-se e integração positiva da sexualidade, ele terá mais facilidade para redimensionar as possíveis dificuldades em relação à sua afetividade.

Em relação à sexualidade⁴¹, ressaltamos que esta “é uma dimensão totalizante e também integradora do ser humano, pois o homem experimenta a dimensão da sexualidade em todo o seu ser” (DURÁN, 2006, p. 12). No entanto, a sociedade atual reduz a sexualidade à genitalidade, o que implica em relacionamentos momentâneos e sem compromisso. Por isso, a dimensão humano-afetiva também precisa ser trabalhada pelo presbítero, pois, do contrário, ele terá dificuldades para enfrentar os desafios concernentes a essa realidade com relação a si mesmo e aos que o circundam.

Frequentemente ouve-se dizer que esta é a dimensão mais problemática da vida do presbítero. No entanto, no 8º ENP⁴², afirmou-se que

as crises afetivas não são as crises, em si mesmas, mais importantes da vida do presbítero, nem as mais frequentes. Mas são as mais *intensas* e as que produzem os efeitos mais decisivos, pois podem interromper o exercício do ministério. É aí que está atualmente o “elo mais fraco” da vida do presbítero, o ponto em que a corda efetivamente arrebenta (CNP, 2001, p. 422).

⁴¹ A dimensão da sexualidade pode ser pensada a partir de vários pontos de vista – psicológico, antropológico, social, cultural, religioso... Sob todos esses olhares, ressalta-se que a sexualidade é de suma importância na vida da pessoa e pode causar sérios problemas afetivos e psicológicos se não for tratada com seriedade e competência. No entanto, percebe-se que (ainda) há muitos tabus em relação ao assunto, o que acaba impedindo maior reflexão e amadurecimento da sociedade em geral em relação à afetividade. Em alguns ambientes, há preconceitos e incompreensões a respeito da maneira como o homem ou a mulher manifestam seu afeto e, inclusive, do modo como assumem certos trabalhos, ainda considerados somente deste ou daquele sexo.

⁴² O 8º ENP aconteceu de 01 e 06 de fevereiro de 2000, em Itaici-SP. Teve como tema a questão: *Novo milênio, novo presbítero?* A primeira redação do Instrumento Preparatório foi realizada pelo Fr. Clodovis Maria Boff, OSM. As complementações e a redação final ficaram sob a responsabilidade dos padres Antônio José de Almeida e Alberto Antoniazzi, além dos assessores do Setor Vocações e Ministérios da CNBB, Pe. Edson Damian e Pe. Paulo Crozera (CNP, 2001, p. 380).

De acordo com as discussões empreendidas nesse 8º ENP, as crises vividas por um presbítero podem ser as mais diversas: desânimo, desencanto com o ministério, problemas na paróquia, dificuldades com os demais presbíteros e/ou com o bispo, afetividade desintegrada, etc.

Preocupado com essa temática, o Instrumento Preparatório ao 10º ENP apresentou o resultado de uma pesquisa – encomendada pela CNP e coordenada pelo CERIS – sobre aspectos relevantes na vida dos presbíteros. Essa pesquisa procurou abordar os presbíteros diocesanos e religiosos, destacando algumas diferenças numéricas, e apontou “quatro áreas problemáticas mais específicas” na vida dos presbíteros: 1ª - a afetividade e a sexualidade; 2ª - a carência espiritual; 3ª - a insegurança ante os riscos do futuro e 4ª - os relacionamentos dentro do presbitério. Neste capítulo, ao abordarmos a situação da vida dos presbíteros nas referidas quatro dimensões, também iremos, ainda que indiretamente, abordar essas áreas. À terceira delas, no entanto, por ser menos relacionada com as dimensões, iremos referi-la apenas tangencialmente.

No presente item, iremos nos reduzir à primeira área mencionada, que se refere à autopercepção da maturidade afetivo-sexual do presbítero enquanto pessoa. De um ponto de vista estritamente psicológico, essa é a área mais complexa. “Sabe-se por várias vias que nos últimos anos parecem ser cada vez mais numerosos os presbíteros que encontram dificuldades em enfrentar com dignidade e liberdade suas inquietações no campo afetivo-sexual” (CNP, 2004a, p. 40).

O quadro a seguir apresenta o resultado da já mencionada pesquisa⁴³, no que se refere à pergunta sobre a dimensão afetivo-sexual dos presbíteros:

Segurança do presbítero quanto à sua integração afetivo-sexual

<i>Nível de segurança</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentuais</i>
Sinto-me inteiramente seguro	18	5,5%
Bastante seguro	124	37,9%
Mais ou menos seguro	150	45,9%
Pouco seguro	30	9,2%

⁴³ “A pesquisa traz importantes luzes para a compreensão da situação dos presbíteros na Igreja católica do Brasil. Não se pode, entretanto, correr o risco de realizar uma leitura dos extremos a partir dos altos ou baixos índices, mas aprofundar a análise sobre as tendências manifestas nos números ‘do meio’, ou seja, nas respostas que, embora não sendo majoritárias, evidenciam realidades que podem contradizer, confirmar, ou claramente indicar novas percepções sobre a realidade presbiteral” (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 37).

Nada seguro	5	1,5%
TOTAL	327	100%

(Fonte: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **O presbítero no mundo globalizado**. Instrumento Preparatório ao 10º ENP. Brasília: CNBB, 2004a. p. 41).

É um fator preocupante perceber que somente 43,4% dos entrevistados se demonstram bastante ou inteiramente seguros quanto à sua integração afetivo-sexual. Por outro lado, é relevante o número de “apenas” 10,7% que se dizem pouco ou nada seguros. Contudo, 45,9% dos presbíteros afirmam estarem mais ou menos seguros, ou seja, manifestam que esta dimensão da afetividade e sexualidade precisa de maior atenção em suas vidas. Esses dados demonstram a razão da preocupação dos ENPs e da Igreja em geral com a afetividade e sexualidade dos presbíteros, pois, por este levantamento, menos da metade deles se manifestam seguros nesta dimensão.

A partir desses resultados, questionamo-nos: Até que ponto os presbíteros conseguem viver sem serem influenciados pela sociedade hedonista e sexista em que estão inseridos? Seriam esses os fatores que proporcionam tal insegurança? E os presbíteros novos, como recebem a influência desta sociedade liberal?

A pesquisa supracitada demonstra que os presbíteros, quando passam por alguma dificuldade no campo afetivo em relação à crise vocacional, sexualidade ou relações interpessoais, recorrem geralmente a um padre amigo (37%) ou a Deus (20%). Há outros que recorrem: ao confessor (8%); a um diretor espiritual (6%); a amigos/as leigos/as (4%), e ao bispo (1%). Contudo, o fato de procurarem auxílio não significa exatamente que consigam resolver tais dificuldades. Muitas podem ser amenizadas ou até superadas, mas nem todas. Por isso, “fica evidente que a dimensão humana do presbítero merece atenção e reflexão que produza mudanças efetivas” (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 38).

Nesse sentido, é importante perceber que a integração afetiva não é algo dado à pessoa, mas “é sempre uma busca cotidiana de manutenção do equilíbrio a fim de se obter a integridade da identidade. Por sua vez, a identidade é uma construção psicossocial, uma realidade em contínua formação” (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 27). Mas, para que essa integração aconteça, é necessário que a pessoa busque ajuda ou se sinta necessitada de auxílio. Muitos presbíteros não admitem que precisam refletir com maior profundidade sobre esse assunto e daí decorrem os diversos problemas, que muitas vezes ocasionam escândalos e

envolvem pessoas inocentes, como é o caso da pedofilia, por exemplo. Portanto, a sexualidade e a afetividade precisam ser bem vivenciadas pelos presbíteros para que eles sejam sempre testemunhas de entrega ao Reino e também ajudem as pessoas a superarem os desafios relacionados a essa dimensão.

Em relação ao presbítero como homem de relações, é interessante ressaltar que surge um novo quadro em relação à idade dos presbíteros. A pesquisa anteriormente citada revelou que a idade média dos presbíteros brasileiros é de 51 anos, sendo que o clero diocesano é um pouco mais jovem do que o religioso, tendo respectivamente a idade média de 48 e de 56 anos. Esses dados demonstram um “envelhecimento” dos presbíteros religiosos e que a maior parte dos jovens vocacionados tem optado pelo trabalho nas dioceses, inseridos em sua realidade local. As Congregações e/ou Ordens Religiosas passam, no momento, por profunda crise vocacional e precisam rever seus métodos e estilo de vida, pois, do contrário, muitas delas correrão o risco de se extinguir ou sobreviver com um mínimo de vocações.

Outro fato relevante apontado nessa pesquisa é que

O clero brasileiro está concentrado em duas regiões brasileiras: sudeste (45%) e sul (25%). A presença do clero nas regiões nordeste (16%) e centro-oeste (9%) é relativamente pequena. A região norte é a que mais sente a ausência do clero, com apenas 3% do total (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 22).

Esses dados apontam para a necessidade de impulsionar a missionariedade, enfatizada pelo Documento de Aparecida, e que se apresenta tão disseminada nos presbitérios em nível nacional. Em caso contrário, aquelas considerações de Aparecida correm o risco de ser “engavetadas” e esquecidas nos próximos anos.

Sendo o presbítero um homem de relações, vale destacar que 58% dos entrevistados, ao serem questionados sobre a principal motivação que os levou ao presbiterato, respondem que foi o “serviço a Deus e aos irmãos”. Todas as demais opções tiveram índices abaixo dos 10%. É relevante também notar que 94% dos entrevistados confirmariam ainda hoje sua opção presbiteral. Tais dados precisam ser valorizados, pois mesmo com as crises pelas quais passa o ministério presbiteral, muitas vezes motivadas pelas mudanças sociais do mundo moderno e neoliberal, a quase totalidade dos ministros ordenados demonstram-se realizados em sua missão e vocação. Em contrapartida, poderíamos nos questionar se tal

realização não significaria também uma acomodação e indiferença frente aos problemas que a Igreja enfrenta no presente momento, pois ela continua perdendo fiéis e é crescente o número de ateus. As críticas em relação à atuação da Igreja são fortes e sempre maiores: há fiéis descontentes com o modo como são tratados diante de algumas questões pastorais e também pessoais, como, por exemplo, os casais em nova união, as relações homoafetivas, as comunidades que não podem celebrar a eucaristia dominical pela ausência de ministros, o acentuado clericalismo e certo autoritarismo diante das iniciativas de leigos na ação evangelizadora, a falta de incentivo ao trabalho dos leigos, etc.

O 9º ENP⁴⁴ apontou – baseado no *Anuário Católico* do ano 2000 – outro dado notável: presbíteros mais diocesanos, mais brasileiros (principalmente entre os religiosos) e mais jovens (sobretudo entre os diocesanos). Vejamos os dados da pesquisa:

Clero mais diocesano

<i>Clero</i>	1970	2000	<i>Diferença</i>
Diocesano	5.040	8.938	+ 77,3%
Religioso (ou de Institutos)	8.052	7.579	- 5,9%
TOTAL	13.092	16.517	+ 23,4%

Presbíteros (sobretudo religiosos): mais brasileiros

<i>Clero</i>	1970	2000	<i>Diferença</i>
Brasileiro	7.650	13.309	+ 74%
Estrangeiro	5.535	3.201	- 42%
Sem informação	83	7	-
TOTAL	13.092	16.517	+ 23,4%

Clero mais jovem: muitos presbíteros jovens entre os diocesanos

<i>Idade</i>	1970	2000	<i>Diferença</i>
Até 35 anos	1.005	2.012	+ 109%
36-45 anos	1.423	2.684	+ 89%
46-55 anos	1.122	1.412	+ 26%
56-65 anos	835	1.100	+ 32%

⁴⁴ O 9º ENP aconteceu de 01 a 06 de fevereiro de 2002 em Itaiaci-SP. Teve como tema *Presbítero: pessoa e missão. A pessoa e a função do presbítero no início do milênio* e como lema “*Revesti-vos do homem novo*” (Ef 4,24). O Instrumento Preparatório foi elaborado pelos padres Marcelo Barros, Antônio José de Almeida, Alberto Antoniazzi e assessores do setor vocações e ministérios da CNBB. No Encontro, coube ao Pe. Edênio Valle a reflexão sobre a pessoa do presbítero e ao Pe. Marcelo Barros o tema da missão. O dia de espiritualidade foi conduzido pelo cardeal Aloísio Lorscheider. Por fim, Pe. Alberto Antoniazzi resgatou alguns elementos dos ENPs realizados anteriormente.

66-75 anos	364	1.005	+ 176%
76 ou mais	141	592	+ 320%
Sem informação	150	51	-
TOTAL	5.040	8.938	+ 77%

(Fonte: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBITEROS (CNP). **Presbíteros do Brasil construindo história**. Instrumentos preparatórios aos Encontros Nacionais de Presbíteros. São Paulo: Paulus, 2001. pp. 465-467).

Esse novo quadro⁴⁵ do “clero” brasileiro gerou expectativas positivas em relação ao futuro, mas também diversas preocupações, principalmente em relação aos presbíteros novos. O 9º ENP ressaltou ter aumentado

o gosto dos presbíteros novos pelos sinais distintivos de sua condição: festas, vestes, poderes e ausência de inquietação com relação ao destino da sociedade (e até da Igreja), pouco (ou nenhum?) gosto pelos estudos, nenhuma paixão pelo ecumenismo e pela justiça social. Presbíteros mais preocupados com seu caráter e poder sagrados do que com uma presença significativa no mundo, com o diálogo com a sociedade, com um serviço competente ao homem de hoje (BENEDETTI, 1999 *apud* CNP, 2001, p. 474).

Em diversos ENPs, emergiram críticas ao chamado “clero novo”. As críticas se referem à falta de preocupação dos presbíteros novos com aspectos sociais e também em relação ao (pouco) desejo de mudanças na sociedade. Alguns procuram explicar isso pelo fato de que os primeiros Encontros Nacionais de Presbíteros aconteceram em um momento de fortes tensões sociais. Os anos da década de 1980 foram marcados pela ditadura militar e pela presença de movimentos sociais. No ano 2000, essas tensões já não eram tão visíveis na conjuntura social e os presbíteros ordenados nesse período refletiam essa mentalidade. Por sua vez, o “clero novo” reage, afirmando que é ele que está à frente das coordenações pastorais diocesanas e das casas de formação presbiteral (CNP, 2006a, p. 42).

Essa mudança de paradigma, em pouco mais de vinte anos, fez com que houvesse uma diferenciação nos ideais de vida dos presbíteros. Por exemplo, os presbíteros formados no período da ditadura militar têm maior inclinação pelas questões sociais e os formados fora deste contexto manifestam atitudes de maior preocupação consigo mesmos. Contudo, o fato é que, no momento, sejam os

⁴⁵ A tabela foi transposta tal qual aparece no texto original. Entretanto, observamos uma ligeira diferença na soma do número de presbíteros com relação aos presbíteros mais brasileiros (dados do ano 1970: ao invés de 13.092, a soma seria 13.268) e com relação aos presbíteros mais jovens entre os diocesanos (dados do ano 2000: ao invés de 8.938, obteríamos 8.856). A partir disso, podemos supor que os números possivelmente não estejam exatos.

presbíteros novos ou aqueles formados nos anos de 1960-1980, a preocupação pelo aspecto social parece estar ausente na grande maioria dos presbitérios e também os presbíteros mais experientes demonstram significativa tendência a valorizar o aspecto ritual, litúrgico, emocional e se voltam mais para a dimensão pessoal em detrimento do aspecto coletivo.

No entanto, esses diferentes paradigmas não justificam as dificuldades manifestadas pelos presbíteros na pesquisa citada em relação à dimensão humano-afetiva. Para Cozzens, o que está faltando para muitos presbíteros

é a experiência da união, da intimidade de uma comunhão santa com alguns bons amigos. Por si só, sem uma profunda e autêntica amizade humana, a intimidade com Deus experimentada na oração, nos sacramentos e nas práticas devocionais deixa o espírito ligeiramente fora de equilíbrio (COZZENS, 2001, p. 47).

Seja como for, percebe-se atualmente a grande dificuldade de os presbíteros viverem de forma comunitária, com amizades sadias (com famílias de sua paróquia, por exemplo), neste contexto social marcado pelo isolamento e pelo individualismo. E essa é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela sociedade e que, de certa forma, afeta também o ambiente presbiteral, uma vez que a sociedade fragmentada incentiva o individualismo e o consumismo exacerbados (GS, n. 4).

Nesse sentido, Godoy afirma que “o presbítero será sempre um sinal que transcende a sua pessoa, mas nunca deixará de ser um ser humano, com tudo o que isso significa” (GODOY, 2006, p. 94). Ou seja, com a ordenação, um ser humano se torna presbítero, mas jamais deixa de ser humano. Ele continua recebendo as influências do mundo e da sociedade, continua com seus desejos, fantasias, vontades, enfim, com tudo aquilo que um homem que é pai de família, trabalhador, casado ou solteiro sente. É preciso, portanto, redimensionar tais sentimentos e transformá-los em força positiva e dinamizadora na vida, no ministério e na evangelização.

O cardeal Cláudio Hummes, durante o 12º ENP, ao abordar a temática de alguns escândalos relacionados à afetividade envolvendo presbíteros, afirmou que “os presbíteros constituem uma riqueza pastoral imensa e insubstituível da Igreja” (CNP, 2008b, p. 17). Naquela ocasião, Hummes criticou a mídia pela excessiva difusão dos escândalos sexuais envolvendo presbíteros e afirmou que os envolvidos em tais fatos, provavelmente não chegam a 1%. Aqui o risco é sempre da

generalização. Quando se ouve dizer que um presbítero se envolveu em um escândalo de pedofilia há uma parcela da população que passa a olhar todos os presbíteros como iguais nas inadequações e incoerências ao ministério. Mas a generalização nem sempre é feita quando se vê um presbítero fazendo o bem, visitando enfermos, acolhendo mendigos, confortando os desanimados, encorajando aos que estão tristes, atendendo inúmeras pessoas (muitas vezes não tendo tempo nem pra si mesmos)...

Em contrapartida, o cardeal elogiou a atuação e presença dos demais presbíteros:

(...) Os demais 99% de nossos sacerdotes, de modo geral, são homens dignos, bons, homens de Deus, admiráveis, generosos, honestos, incansáveis na doação de todas as suas energias ao seu ministério, à evangelização, em favor do povo, especialmente a serviço dos pobres e dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados, dos desesperados e sofridos de todo tipo. Deles nos orgulhamos, os veneramos e amamos realmente, com claro reconhecimento do trabalho pastoral que realizam (CNP, 2008b, p. 18).

Essa afirmação ressoou como grande motivação naquele ENP. Os presbíteros sentiram-se valorizados diante deste reconhecimento de seus esforços cotidianos. De modo geral, os presbíteros mostram-se realizados em sua missão. “É diminuto e estatisticamente quase desprezível o percentual dos que se vêem pouco ou nada realizados em seu ministério” (CNP, 2004a, p. 40).

No entanto, nos Encontros Nacionais, durante a palavra livre, sempre há reivindicações de mudanças em relação à instituição no sentido de que seja mais democrática, mais participativa nas decisões, menos conservadora. Essas reivindicações são feitas tendo em vista uma Igreja mais servidora e mais próxima de seu povo, inclusive também com propostas em relação à revisão da lei da obrigatoriedade do celibato.

3.1.1.2 O celibato

Este tema é, atualmente, (e também o foi no passado) bastante questionado por diversos setores da Igreja, seja por leigos, por presbíteros (os principais atingidos por essa lei eclesial) e, até mesmo, por diversos bispos. Embora não sendo “uma exigência decorrente da própria natureza do sacerdócio”, o Concílio Vaticano II “confirma esta legislação no que diz respeito aos que se destinam ao

sacerdócio” (PO, n. 16). Portanto, o celibato não é um elemento inerente ao presbiterato, mas uma disciplina eclesiástica. Enquanto disciplina, pode ser questionada, revisada e podem-se também buscar novas soluções diante das novas perguntas que surgem a cada dia. No entanto, parece que a Igreja não está muito disposta a discutir sobre tal assunto. A mudança dessa lei parece emergente no contexto social moderno, porém, a hierarquia da Igreja não aceita refletir sobre o assunto. Outra questão a ser discutida é: com a abolição da obrigatoriedade do celibato, os problemas inerentes aos presbíteros seriam resolvidos? Será que todas as questões conflituosas estão ligadas a esse assunto? Haverá outras alternativas para a superação da falta de presbíteros?

Antoniazzi, afirma que “no NT o celibato é sempre um carisma pessoal (não em função do ministério) e a grande maioria dos ministros (inclusive os apóstolos) é constituída por homens casados” (ANTONIAZZI, 1974, p. 521). Nesse sentido, o 3º ENP afirma que “nem o magistério da Igreja considera como necessariamente vinculados ministério presbiteral e celibato. O magistério reconhece que se trata de vínculo de conveniência” (CNP, 2001, p. 149). Esse Encontro questiona seriamente a obrigatoriedade do celibato, como podemos visualizar no seguinte texto:

O fato de a disciplina em vigor na Igreja latina vincular ministério presbiteral e celibato criou, na prática, inúmeros problemas pessoais, com repercussões eclesiais. Há presbíteros que abraçam o ministério por si mesmo e o celibato por causa do ministério. Esta situação, de si anômala, não explicaria a não-realização pessoal de tantos presbíteros atuais da Igreja de rito latino? Este fato não empana a grandeza e a beleza dos que vivem o celibato como carisma? Muitos problemas afetivos e faltas de fraternidade dos atuais presbíteros não estariam relacionados a um celibato mal-assumido e mal-vivido, com subterfúgios e tendências ao isolamento? (CNP, 2001, p. 149).

Em contrapartida, no *Comunicado Final* deste 3º ENP, constatou-se que, “com alegria, os presbíteros assumem e vivem o celibato como sinal de sua doação ao Reino”, mas manifestam o firme propósito, o desejo e a “esperança de que a Igreja seja sensível às vozes que de diversas partes se levantam no sentido de um debate sério e tranqüilo sobre a lei do celibato” (CNP, 2001, p. 153). O fato de a Igreja não aceitar nem a discussão sobre o assunto talvez aponte para certo fechamento e, quiçá, certo medo de que o debate mostre que ela pode estar equivocada.

Juntamente a essa reivindicação e diante das diversas comunidades eclesiais privadas de maior atenção pastoral e sacramental, aparece o pedido da ordenação de homens casados. Segundo esse 3º Encontro,

não há, a nosso ver, convincentes razões bíblicas e teológicas que justifiquem a protelação desta decisão [da ordenação de homens casados], diante do insuficiente número de candidatos a assumirem o presbiterato na condição do celibato (CNP, 2001, p. 149).

Nessa mesma linha, mas em relação aos homens já ordenados e que deixaram o ministério em favor do casamento, o Papa João Paulo II, quando esteve no Brasil, no ano de 1991, no encontro com os presbíteros em Natal-RN, afirmou que

a Igreja não reconhece como aceitáveis as tentativas e pressões para reintegrar no ministério sacerdotal os que o deixam pela vida no matrimônio. Não será este o caminho para contornar a grave carência de sacerdotes no Brasil. O celibato, meus caros presbíteros, deve ser para cada um de vós a jubilosa afirmação de se sentir escolhido pela predileção d'Aquele que o chamou para uma entrega completa e sem reservas a Seu Amor (JOÃO PAULO II, 1991, p. 1600).

Estas reivindicações – celibato optativo, ordenação de homens casados e reinserção pastoral dos presbíteros que deixaram o ministério – foram temas caros aos primeiros ENPs. Nos últimos encontros, ao menos oficialmente, a temática tem sido menos abordada. Isso se deve, por um lado, à expressiva discussão sobre o assunto que aconteceu no Sínodo dos Bispos (1971) e que confirmou a obrigatoriedade do celibato para os presbíteros do rito latino e, por outro lado, à tentativa de evitar conflitos com a hierarquia eclesiástica.

Na pesquisa realizada pelo CERIS, em conjunto com a CNP, no ano de 2004, há um destaque em relação à temática do celibato. Ao final constata-se que

as opiniões dos padres a respeito do celibato são de que ele é importante para a vivência da vocação (48%) e é assumido com serenidade e alegria (41%). No entanto, 42% dos padres – percentual expressivo – concordam que o celibato deveria ser facultativo para o clero diocesano. 14% declaram que o celibato já foi fonte de crises, mas atualmente é bem vivenciado, sendo que 10% afirmam que ele dificulta a vivência da vocação e gera crises pessoais (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 32).

Esses dados são relevantes e precisam ser refletidos pela Igreja como um todo, pois 42% é um número significativo e não pode ser ignorado. Na estrutura eclesial existente hoje, a mudança em relação à obrigatoriedade do celibato aos

presbíteros parece ser algo um pouco distante, mas o fato é que, cada vez mais, aumenta o número de presbíteros que são favoráveis ao celibato facultativo. E, nesse ponto, há aqueles que defendem explicitamente tal posição e outros que não a manifestam publicamente, mas protestam contra a lei através de relacionamentos afetivos e sexuais que não condizem com sua posição na Igreja.

Em contrapartida, o Papa João Paulo II enfatiza a importância de que o presbítero compreenda teologicamente o celibato. Para ele, o celibato,

enquanto lei, exprime a *vontade da Igreja*, antes mesmo que seja expressa a vontade do sujeito mediante a sua disponibilidade. Mas a vontade da Igreja encontra a sua motivação última na *conexão que o celibato tem com a Ordenação sagrada*, a qual configura o sacerdote a Cristo Jesus, Cabeça e Esposo da Igreja. Esta, como Esposa de Cristo, quer ser amada pelo sacerdote do modo total e exclusivo com que Jesus Cristo, Cabeça e Esposo a amou. O celibato sacerdotal é, então, o dom de si em e com Cristo à sua Igreja e exprime o serviço do presbítero à Igreja no e com o Senhor (grifos do autor) (PDV, n. 29).

Percebe-se, assim, que o Papa convida os presbíteros a valorizarem o celibato como dom de Deus que lhes possibilita especial configuração com o estilo de vida do próprio Cristo. Por isso, a vida celibatária solicita assumir com maturidade a própria afetividade e sexualidade, vivendo-as com serenidade e alegria. Afirma ainda João Paulo II que, “sem uma oportuna formação humana, toda a formação sacerdotal ficaria privada de seu necessário fundamento” (PDV, n. 43).

O Instrumento Preparatório ao 7º ENP⁴⁶ afirma que precisa ser levado em consideração que “a Igreja latina entende [...] que o celibato foi para muitos um caminho favorável para o exercício livre e generoso de sua doação como pastor e profeta” (CNP, 2001, p. 369). Ressalta ainda que, para alguns presbíteros, a falta de convicção evangélica e de estruturas de apoio faz com que os presbíteros vivam o celibato como solidão e isolamento; e que “além dos impulsos propriamente naturais, a mentalidade hedonista da sociedade atual pode levar os presbíteros a certo relaxamento com relação à sua opção celibatária” (CNP, 2001, p. 369). Nesse sentido, os presbíteros precisam estar atentos para discernir que sua opção pelo presbiterato também é uma opção pelo celibato. Por isso, uma vez que a vocação é uma decisão livre e gratuita, quando ele assume o ministério, também assume o

⁴⁶ O 7º ENP aconteceu de 03 a 08 de fevereiro de 1998 em Itaci-SP. Teve como tema *Presbíteros rumo ao novo milênio*. O Instrumento Preparatório foi aprofundado no ENP com a ajuda dos seguintes assessores: Pe. Alberto Antoniazzi, Pe. Edênio Valle, Pe. Dalton Barros de Almeida, Pe. Vitor Galdino Feller, Fr. Clodovis Boff, Young Mo Sung e Plínio Arruda Sampaio.

celibato e precisa viver de tal forma que sua opção seja um verdadeiro testemunho aos leigos. Enquanto essa lei não é abolida ou revisada, o presbítero está obrigado a vivê-la, mesmo não concordando com ela.

O 8º ENP acrescenta que quem optou pelo celibato deve enfrentar a questão da solidão e que “o celibato pelo Reino pede a fecunda ‘aceitação da solidão’ (PDV, 50)” (CNP, 2001, p. 420). Mas, nesse contexto, o que se entende por solidão? Este mesmo ENP responde que

o ser humano pode experimentar a solidão como possibilidade de *estar só com a própria verdade*: limites, possibilidades, originalidade. Solidão pode significar a plena aceitação da própria individuação. Se cada um é único e isso nos torna significantes, a solidão é meio para *ser boa companhia para si mesmo*, condição de florescer como pessoa que amadurece ao sol do viver. Tem a ver com a capacidade de espera, realismo e conhecimento de si e das urgências pastorais, no caso do presbítero. (...) O prazer de ser boa companhia para si mesmo é bem a ser desfrutado, virtude a se adquirir no caminho do amadurecimento afetivo. Revela *competência no cuidar de si*, no realizar um programa descontraído de leitura, música, cinema, passeio, visita, oração, convivência fraterna... A fortaleza do presbítero cresce como solidez, irmã gêmea da coragem e da firmeza das escolhas e condutas personalizadas e personalizadoras (grifos do autor) (CNP, 2001, p. 420).

Nesse sentido, viver a solidão não é viver de modo solitário. A solidão precisa ser vista como oportunidade de encontro consigo mesmo e de superação dos desafios internos e pessoais. Nessa mesma linha, o 8º ENP enfatiza ainda que “não se deve esquecer que abraçar a vida celibatária é, de certo modo, abraçar a cruz. Não é sem ascese e sem renúncias que se vive o celibato cristão” (CNP, 2001, p. 428). E em um contexto cultural onde se banaliza a sexualidade, reduzindo-a à prática da sexualidade genital, se “favorece menos ainda o apeço pelo celibato” (CNP, 2001, p. 421). Por isso, o celibato deve ser vivido como dom e “não dá para assumir a vida celibatária com liberdade e como oferenda, com o intuito de desconsiderar (ou ignorar) a própria vida sexual ou para controlar alguma fraqueza sexual” (CNP, 2001, p. 424).

No 10º ENP, em que se refletiu sobre a missionariedade e o profetismo dos presbíteros, foi apontada como sugestão concreta para se cultivar a consciência e a mística missionária “rever as estruturas da Igreja, sobretudo quanto à distribuição do clero, celibato e presbíteros casados” (CNP, 2006a, p. 43).

Durante o 12º ENP, o cardeal Claudio Hummes recordou aos presbíteros que o encontro pessoal com Jesus Cristo, a liturgia, a oração pessoal e comunitária e a vida em comunidade no encontro com cada pessoa são “meios de encontrar e

aprofundar sua intimidade com Cristo, e também uma força extraordinária para viver seu celibato” (CNP, 2008b, pp. 21-22).

Contudo, mais recentemente, percebe-se a necessidade de incorporar, mas também de ultrapassar a perspectiva meramente humana ou “natural”, para ascender à dimensão sobrenatural do celibato. No caso dos presbíteros, para vencer uma crise afetiva, não basta equilíbrio psicológico; é preciso “apelar para uma fonte de energia mais alta: a espiritualidade. Em parte, o segredo da vitória no campo da afetividade é a espiritualidade” (CNP, 2001, p. 427). Enfim, o que “sustenta maximamente o presbítero em sua consagração a Deus pelo celibato é o olhar em direção a Cristo. Cristo é modelo e mestre de vida toda centrada no amor do Pai e na causa do Reino” (CNP, 2001, p. 418). A intimidade com Cristo dá força e motivação para o presbítero viver sua afetividade e sexualidade segundo Ele, com critérios sólidos e fecundos.

3.1.2 A vida dos presbíteros na dimensão espiritual

Sendo o presbítero um “homem de Deus” (1Tm 6,11), não é possível considerá-lo sem uma profunda vida de comunhão com Deus. Sua espiritualidade precisa brotar do encontro pessoal com Jesus Cristo. Em sua vida, os presbíteros precisam ter como modelo o Bom Pastor, aquele que deu a vida por suas ovelhas, e que mantinha, constantemente, momentos de oração para ser fiel à vontade do Pai. O presbítero “não pode cair na tentação de se considerar somente mero delegado ou apenas representante da comunidade, mas sim um dom para ela, pela unção do Espírito e por sua especial união com Cristo” (DAp, n. 193). Desse modo, a caridade pastoral, alicerçada na Palavra de Deus e na Eucaristia, anima e sustenta a vida dos presbíteros.

3.1.2.1 A caridade pastoral

A exortação *Pastores Dabo Vobis* ressalta que “a caridade pastoral é um dom e, ao mesmo tempo, uma tarefa, uma graça e uma responsabilidade à qual é preciso ser fiel, ou seja, é preciso acolhê-la e viver seu dinamismo até as exigências mais radicais” (PDV, n. 72). Portanto, a caridade pastoral precisa ser vivida intensamente pelos presbíteros, pois assim eles revelarão a face do Bom Pastor, que veio para dar

vida em plenitude a todas as suas ovelhas (cf. Jo 10,10). “A caridade pastoral unifica no presbítero seu ministério, sua piedade, suas opções pessoais” (CNP, 2001, p. 41). Como salienta Damian, “a espiritualidade do presbítero fica assinalada, plasmada, conotada por aquelas atitudes e comportamentos próprios do Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja e se expressa na caridade pastoral” (DAMIAN, 1995, p. 23).

Dessa forma, agindo como o Bom Pastor, encontram no próprio exercício da caridade pastoral o caminho da perfeição sacerdotal que os leva à unidade entre a vida e a ação. A caridade pastoral provém, principalmente, do sacrifício eucarístico, centro e raiz de toda a vida do padre, que deve procurar viver o que faz no altar. Mas isso só é possível se os sacerdotes penetrarem a fundo no ministério da oração de Cristo (PO, n. 14).

Percebe-se então que a caridade pastoral tem sua fonte na Eucaristia e precisa ser alimentada pela constante vida de oração. Por isso, “o presbítero do século XXI será um místico ou não será cristão” (DAMIAN, 1995, p. 21). Nesse sentido, o 8º ENP afirmou que

só ao rezar está o homem inteiro imediatamente presente diante de Deus. A fé do presbítero de hoje é fé de presbítero que reza, de presbítero misticamente contemplativo, ou não é fé nenhuma. (...) O presbítero será orante, se quiser ser crente e mensageiro da fé. (...) Temos que ser presbíteros que rezam. Que suportam rezando as trevas da vida (CNP, 2001, p. 417).

Na vida dos presbíteros, a oração e a espiritualidade ocupam, necessariamente, um lugar central. A espiritualidade presbiteral precisa ser marcada pela vida e testemunho de fé, pois os presbíteros devem ser homens de oração, já que a oração conduz o homem a viver em comunhão com Deus, com os irmãos e consigo mesmo.

Assim, ao mesmo tempo em que o presbítero tem necessidade de momentos de descanso e recolhimento, de estudo e oração, ele precisa cuidar, principalmente, da caridade pastoral, suprema lei na vida de Jesus, pois é ela que faz dele pastor e não mercenário que só trabalha por dinheiro, ou funcionário do sagrado, só disponível nos horários de expediente.

A propósito, o 12º ENP formula uma excelente caracterização dos presbíteros que agem na paróquia somente como funcionários:

O funcionário é aquele que despacha de volta as pessoas, avisando que o horário de atendimento paroquial está encerrado; que não pode atender

porque aquele é seu dia de folga; que o plantão para rezar com a família de um falecido, no velório, é de outro colega e não seu; que o limite paroquial o impede de solucionar o problema de uma pessoa; que aquele não é o seu dia de acudir os doentes no hospital ou que a pessoa deve bater à porta de outra paróquia, porque mora noutra bairro (CNP, 2008a, p. 26).

Sem dúvida, esse não é o modelo de pastor de que a Igreja necessita. O presbítero que age dessa forma demonstra não estar realizado em sua vocação, pois encara o ministério meramente como uma profissão. Agindo assim, facilmente frustrará diversas pessoas, impedirá o bom andamento do trabalho pastoral e será um mau pastor. Será aquele que apascenta a si mesmo e não ao rebanho: “Ai dos pastores (...) que se apascentam a si mesmos! Acaso os pastores não devem apascentar as ovelhas?” (Ez 34, 2). E, infelizmente, percebe-se que o número de presbíteros que agem como funcionários da paróquia tem crescido bastante. Com o passar dos anos, após a ordenação, há a tentação de relativizar certos valores e o atendimento aos fiéis torna-se algo meramente burocrático, deixando de lado o verdadeiro sentido de doação e entrega pelo Reino.

Como já afirmamos na seção 3.1.1.1, no 10º ENP, a Comissão Nacional de Presbíteros apresentou os resultados da pesquisa realizada em parceria com o CERIS. Dentre as dificuldades apresentadas pelos presbíteros está a, então denominada, *carência espiritual*. Esse é seguramente o problema mais grave e mais fundamental, se considerarmos que os presbíteros são (ou deveriam ser) “administradores dos mistérios de Deus” (1Cor 4,1) na Igreja e para o mundo. Na pesquisa, a pergunta se referia à percepção dos presbíteros quanto ao nível de desenvolvimento espiritual. O resultado foi o seguinte:

Percepção do nível de desenvolvimento espiritual

<i>Nível da espiritualidade</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentuais</i>
Muito desenvolvida	10	3,1%
Bastante desenvolvida	119	37,1%
Mais ou menos desenvolvida	142	44,2%
Pouco desenvolvida	35	10,9%
Nada desenvolvida	15	4,7%
TOTAL	321	100%

(Fonte: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **O presbítero no mundo globalizado**. Instrumento Preparatório ao 10º ENP. Brasília: CNBB, 2004a. p. 42).

Nesse particular, o resultado da pesquisa revela dados preocupantes. Por um lado, é relevante o fato de 44,2% dos presbíteros dizerem que sua vida espiritual está “mais ou menos” desenvolvida. Considerado um homem de Deus, é salutar que o presbítero seja mestre em oração, modelo de fé para os demais cristãos e, no entanto, quase metade deles se percebem “mais ou menos” desenvolvidos espiritualmente. Aqui surge um sério questionamento: será que esses dados revelam uma desvalorização da espiritualidade ou que os presbíteros dedicam-se mais à ação evangelizadora e não encontram tempo para a oração? Mas não seria a espiritualidade o motor a mover todas as demais ações?

Nas últimas décadas, com o aumento populacional e o crescimento dos desafios pastorais, o ativismo e a sobrecarga de compromissos na vida dos sacerdotes, muitas vezes têm sido apontados como obstáculos ao cultivo da espiritualidade (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 23).

Por outro lado, vale ressaltar ainda que 40,2% afirmam ser “muito” ou “bastante” desenvolvida a sua espiritualidade. Isso demonstra que há um número significativo (ainda que seja menos da metade) de presbíteros que se dedicam à vida de oração e buscam a íntima conexão entre fé e vida. E, ainda, a pesquisa revela que 15,6% (número considerado alto) se dizem “pouco” ou “nada” desenvolvidos espiritualmente. Como conseguirão estes últimos ser presença de Deus em suas comunidades? Como revelar a face de Cristo Bom Pastor se não houver intimidade com Ele?

A vida dos presbíteros tem sentido mediante uma relação de intimidade com o Senhor. A Conferência de Santo Domingo enfatiza que é necessário buscar na oração, comunitária e pessoal, “uma permanente e profunda renovação espiritual, para que nos lábios, no coração e na vida [...] Jesus Cristo esteja sempre presente” (SD, n. 71), pois os presbíteros precisam fazer a vontade do Senhor e não satisfazer a seus próprios interesses (FI 2,21).

3.1.2.2 Alicerces da espiritualidade: a Palavra de Deus e a Eucaristia

A experiência de/com Jesus acontece de diversos modos e “o primeiro de todos os auxílios espirituais é a dupla mesa da Sagrada Escritura e da Eucaristia, em que os fiéis vêm se alimentar com a palavra de Deus. Sua importância decisiva para o sustento dos padres é indiscutível” (PO, n. 18).

Na sociedade, os presbíteros são conhecidos como pregadores da Palavra de Deus. Mas, qual será a relação existente entre os presbíteros e a Escritura? A exortação proferida no dia da ordenação diaconal, no momento da entrega do livro dos Evangelhos, revela de modo profundo a relação e o papel que o ministro ordenado precisa ter com a Palavra de Deus: “Recebe o Evangelho de Cristo, do qual foste constituído mensageiro; transforma em fé viva o que leres, ensina aquilo que creres e procura realizar o que ensinares” (PONTIFICAL, n. 238). Na ordenação presbiteral, essa exortação é retomada na homilia proposta pelo Pontifical Romano:

Quanto a ti, filho querido, que serás ordenado Presbítero, deverás cumprir no Cristo Mestre a tua função de ensinar. Transmite a todos a Palavra de Deus, que recebeste com alegria. Meditando na lei do Senhor, procura crer no que leres, ensinar o que creres, praticar o que ensinares (PONTIFICAL, n. 151).

Essas exortações têm um caráter imperativo e apresentam verbos fortes (receber, transformar, ensinar, transmitir, meditar, praticar) que indicam o modo como o presbítero precisa integrar sua vida e seu ministério. Todo cristão é chamado a ser fiel seguidor do Senhor Jesus Cristo. E os presbíteros, como membros do povo de Deus, são chamados a serem imitadores de Cristo e de sua Palavra, e não meros ouvintes; mais que pregadores da Palavra de Deus, eles precisam ser aqueles que colocam em prática aquilo que ensinam.

O Concílio Vaticano II, na Constituição Dogmática *Dei Verbum*, enfatiza que

é necessário que todos os clérigos [...] mantenham um contato íntimo com as Escrituras, sendo assíduos na leitura e aplicados no estudo, a fim de que nenhum deles se torne pregador vão e superficial da Palavra de Deus por não ouvi-la interiormente (DV, n. 25).

Os presbíteros, enquanto ministros da Palavra de Deus, precisam ler, meditar e ouvir diariamente a Palavra que ensinam. Dentre as muitas formas de se aproximar da Palavra de Deus “existe uma privilegiada à qual todos somos convidados: a *Lectio divina* ou exercício da leitura orante da Sagrada Escritura”. Nesse particular, Aparecida reforça que

essa leitura orante, bem praticada, conduz ao encontro com Jesus-Mestre, ao conhecimento do mistério de Jesus-Messias, à comunhão com Jesus-Filho de Deus e ao testemunho de Jesus-Senhor do universo. Com seus quatro momentos (leitura, meditação, oração, contemplação), a leitura orante favorece o encontro pessoal com Jesus Cristo (DAp, n. 249).

Praticando o que a Palavra lhes interpela, os presbíteros tornam-se cada dia discípulos mais perfeitos do Senhor, segundo a palavra do apóstolo Paulo a Timóteo: “Vigie a si mesmo e ao ensinamento, e seja perseverante. Desse modo, você salvará a si mesmo e aos seus ouvintes” (1Tm 4,16).

É essencial que a leitura da Palavra de Deus esteja ligada à vida do povo, pois é necessário que seja encarnada na realidade; exige compromisso e leva a assumir os serviços na comunidade eclesial e na transformação da sociedade; não pode ser individualista, pois ela é fruto da caminhada de um povo; precisa estar em conexão com a realidade social, política, econômica e atenta aos novos sinais que o mundo moderno nos oferece; necessita, enfim, ser interpretada de acordo com a realidade vigente. A Escritura precisa, assim, impulsionar a espiritualidade e a vida dos presbíteros. Para tanto, os presbíteros precisam viver uma espiritualidade bíblica, na qual se alimentem da Palavra de Deus e nela se inspirem. Nesse sentido, no 8º ENP, afirmou-se que “o presbítero, antes de ser servidor da Palavra, será discípulo e ouvinte, abeirando-se dela com o coração dócil e orante” (CNP, 2001, p. 410).

A mística da vida presbiteral precisa também ser mística profundamente eucarística. A Eucaristia é fonte de graça e momento de encontro com o Senhor, uma vez que, nela, encontram-se os elementos que criam comunhão e fortalecem a espiritualidade. A unidade cria relação e leva à oração: “Cristo com o Pai e o Espírito, a comunidade com seus pastores, a oração da comunidade e toda a sua vida, trazida como matéria da oferenda, da intercessão e da ação de graças” (CNP, 2001, p. 409). Essa íntima unidade com Deus é fortalecida pela escuta atenta da Palavra de Deus e pela participação ativa na Eucaristia.

O Papa João Paulo II, na Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, também enfatiza a comunhão que deve haver entre os presbíteros e a Eucaristia:

Se a Eucaristia é centro e vértice da vida da Igreja, o é igualmente do ministério sacerdotal. Por isso, com espírito repleto de gratidão a Jesus Cristo, nosso Senhor, volto a afirmar que a Eucaristia “é a principal e central razão de ser do sacramento do Sacerdócio, que nasceu efetivamente no momento da instituição da Eucaristia e juntamente com ela” (EE, n. 31).

Devido à importância da Eucaristia, recomenda-se aos presbíteros que celebrem diariamente a santa missa, pois “mesmo não se podendo ter a presença

dos fiéis, é ato de Cristo e da Igreja, em cuja realização os sacerdotes desempenham seu múnus principal” (CDC, cânon 904).

A Eucaristia é, pois, fonte que alimenta a vida da Igreja como um todo e também dos presbíteros. Desse modo, fortalecidos, os presbíteros precisam assumir com coragem a evangelização, ou seja, precisam agir como discípulos-missionários do Senhor, uma vez que a espiritualidade orienta para a missão. Necessita ser uma espiritualidade centrada na “caridade pastoral”, vivida em sua dupla vertente: amor ao Bom Pastor e amor às pessoas que Ele confia ao ministério presbiteral. Não se pode perder de vista que o bom êxito na dimensão pastoral, eixo para o qual tendem as demais dimensões, depende de uma sincera e profunda espiritualidade.

A respeito da espiritualidade presbiteral, o 1º ENP enfatiza que a atitude fundamental do presbítero precisa ser o despojamento das formas humanas de poder e colocar-se diante de todos os cristãos com um espírito de serviço à comunidade e à evangelização, para tornar-se “Igreja toda ministerial” (CNP, 2001, p. 42).

O 2º ENP, por sua vez, elenca alguns traços que caracterizam a espiritualidade presbiteral: a) A espiritualidade de serviço, a exemplo do Cristo servo de Deus e servo sofredor. O ministério, em sua essência, significa servir à comunidade e aos outros; b) O compromisso de vida no celibato, na pobreza e na obediência; c) A função eclesial específica do presbítero é, ao mesmo tempo, dar unidade e coesão à comunidade eclesial e abri-la às perspectivas da evangelização e da dimensão universal da Igreja; d) O ministério presbiteral, associado ao ministério episcopal, deve garantir a apostolicidade e catolicidade da vida eclesial; e) Finalmente, em coerência com a natureza colegial do seu ministério, o presbítero evitará refugiar-se na espiritualidade solitária e monacal (CNP, 2001, pp. 77-79). Tendo presente esse aspecto colegial, o 6º ENP ressaltou que

toda vocação é pessoal. Todo chamado de Deus é dirigido a uma pessoa. Toda mística ou toda espiritualidade será marcada por essa experiência pessoal e intransferível do encontro com Deus (cf. os relatos bíblicos da “vocação” dos grandes profetas: Moisés, Elias, Isaías, Jeremias, Amós...). Mas a vocação ao presbiterato não é vocação meramente individual, porque é chamado a fazer parte do presbitério, de um grupo que assume colegial e fraternalmente a mesma missão (CNP, 2001, p. 273).

Nesse mesmo Encontro Nacional, enfatizava-se ainda que “as páginas do Evangelho, a liturgia da Igreja, a nossa experiência espiritual nos ajudarão a rezar

com Jesus” (CNP, 2001, p. 280). Segundo as considerações da CNP, resultantes desse Encontro, o ponto de partida da espiritualidade cristã e presbiteral é o encontro com o Senhor e o seu Espírito, que faz enxergar os “sinais dos tempos” como linguagem de Deus. Nesse sentido, também o 7º ENP destaca que é necessário

descobrir no exercício do ministério a fonte principal da nossa espiritualidade (cf. PO 12): ensinando, o presbítero escuta e aprende; pregando a Palavra, é evangelizado; celebrando, o presbítero ora e se santifica; servindo e coordenando a comunidade, torna-se epifania e sacramento do Bom Pastor (cf. PDV 15) (CNP, 2001, p. 367).

Dessa maneira, é válido observar que, sem a vivência e o testemunho de sólida espiritualidade, o ministério dos presbíteros pode degradar-se em burocracia efficientista, ritualismo descomprometido ou ativismo sem alma (CNP, 2001, p. 366). Nesse sentido, no 8º ENP, ressalta-se que, atualmente, as pessoas admiram no presbítero “a alegria da sua doação, a beleza e a coerência da sua vida, a sinceridade e a autenticidade com que procura ser fiel, apesar das muitas dificuldades, à sua vocação de profeta, pastor e sacerdote” (CNP, 2001, p. 407). Essas virtudes revelam um presbítero que se doa ao seu ministério, com autêntica caridade pastoral e enraizada espiritualidade.

Portanto, a espiritualidade presbiteral é, principalmente, espiritualidade de serviço, segundo o modelo do Cristo servidor dos irmãos (Mc 10,45; Jo 13,12-16). É a espiritualidade cristã e eclesial, eminentemente, espiritualidade do seguimento, que é o fundamento da vida espiritual dos presbíteros. Por isso os presbíteros precisam ser discípulos.

3.1.3 A vida dos presbíteros na dimensão intelectual

A CNBB afirma que é da própria natureza do ministério ordenado que a dimensão intelectual “encontre sua específica justificação e manifeste a sua urgência diante dos enormes e complexos desafios que se antepõem à missão evangelizadora da Igreja” (CNBB, 2010, n. 312). Aqui abordaremos a importância da formação permanente, porém temos consciência de que ela não se restringe somente à dimensão intelectual, mas que o presbítero precisa buscá-la em todas as dimensões, pois, do contrário, ele poderá se transformar em uma pessoa

conceituada intelectualmente, mas poderá prejudicar sua espiritualidade, seu pastoreio, que é a essência de sua vida presbiteral. Por isso, a dimensão intelectual está exposta aos possíveis riscos de intelectualização, como também aos de acomodação.

3.1.3.1 A formação permanente

Até o Vaticano II, a formação dos presbíteros era geralmente pensada em dois momentos, sem muita conexão entre si. O primeiro momento durava até a ordenação ou até os cinco primeiros anos como presbítero; o segundo momento já vislumbrava o presbítero como adulto formado. Daí para frente já não haveria necessidade de preocupações com a formação ou com o acompanhamento pessoal – pois cada um já era tido como capaz de dar conta dos desafios que a sociedade apresentava –, excetuada, talvez, a confissão sacramental periódica. Tal concepção foi superada pelo Concílio, quando se declarou que “os progressos atuais da cultura e das ciências sagradas devem levar os presbíteros à atualização constante de seu saber, tanto divino quanto humano, preparando-os para o diálogo com os seus contemporâneos” (PO, n. 19). Também a CNBB destaca que

a formação é um processo permanente que abrange todas as fases da vida, com diversidade de formas e métodos. É particularmente importante a fase que precede a ordenação, mas a formação deve prolongar-se ao longo do exercício do ministério presbiteral (CNBB, 1995, n. 84).

Poderíamos acrescentar que, além de “prolongar-se ao longo do exercício do ministério presbiteral” e em “todas as fases da vida”, a formação permanente também deveria, necessariamente, ser buscada em todas as dimensões que compõem o ser humano, pois, dessa forma, os desafios que o mundo e a sociedade oferecem às pessoas e à ação pastoral na contemporaneidade seriam mais bem diagnosticados, interpretados e enfrentados pelos presbíteros. Diversos conflitos não são solucionados na comunidade pelo fato de que alguns presbíteros não estão preparados, suficientemente, para resolvê-los. E, quando não há preparação suficiente, corre-se o risco de pensar que tudo está tranquilo e que não há necessidade de mudanças, transformações, renovação e modos diferentes de anunciar o Evangelho. Na sociedade, os profissionais de todas as áreas precisam buscar atualização constante, pois, do contrário, correm o risco de “ficar para trás”

ou de perder seu emprego. Na Igreja, não há o risco do desemprego (talvez isso acomode alguns presbíteros), mas há sim, perfeitamente, o risco de se falar uma linguagem que não corresponda ao contexto no qual as pessoas estão vivendo, ou ainda, de usar palavras vãs, que nada lhes dizem e que não provocam adesão ao Reino de Deus.

Contudo, há muitos elementos relativos à formação permanente que precisam ser mais bem compreendidos, seja pelos leigos, seja pelos próprios presbíteros. Os documentos da Igreja afirmam, com frequência, a necessidade de atualização constante e de formação permanente. No entanto, há resistência de algumas dioceses em enviar presbíteros para o estudo ou mesmo em promover cursos de formação e atualização. Algumas Igrejas particulares colocam sempre a necessidade pastoral em primeiro lugar. Não há dúvidas de que o trabalho pastoral é urgente e que o ministério presbiteral precisa ser desenvolvido na ação pastoral, pois a dimensão pastoral é o eixo para o qual tendem as demais dimensões, contudo, sem a busca de novos conhecimentos, a ação pastoral perde em qualidade e eficiência. Essa preocupação pode encontrar maior justificativa diante de uma realidade na qual há escassez⁴⁷ de presbíteros e muitas comunidades que se encontram privadas da celebração eucarística dominical. Mas será que só a ação pastoral é suficiente? Por que será que alguns continuam a pensar que a formação termina com a ordenação? Será uma situação de comodismo, ou de real preocupação com a pastoral, ou ainda, uma dificuldade de conciliar o estudo com a ação evangelizadora?

Um presbítero bem preparado intelectualmente pode (e muito) contribuir com a ação pastoral da diocese e da própria paróquia. No mundo moderno, muito se necessita de presbíteros capazes de dialogar com as outras ciências. É cada vez mais comum se ouvir falar da interdisciplinaridade. Nesse sentido, o estudo pode auxiliar o presbítero a compreender o que a psicologia fala sobre a pessoa humana, como a sociologia interpreta as mudanças sociais, o modo pelo qual a antropologia reflete sobre o ser humano, a maneira como as ciências tecnológicas influenciam as novas tendências no mercado financeiro... Enfim, a interdisciplinaridade oferece um leque de opções que ajuda o presbítero a compreender melhor a pessoa que ele vai

⁴⁷ No 9º ENP afirma-se que “vários seminários, há anos vazios, estão novamente cheios e não faltam candidatos à ordenação nos próximos anos” (CNP, 2001, p. 465). No entanto, o crescimento populacional foi bem maior. Em 1970 havia um presbítero para 7.114 habitantes; no ano 2000, já era um presbítero para 10.265 habitantes.

evangelizar e também o contexto social em que esta pessoa está inserida. Dessa forma, ele terá um quadro mais completo da realidade e poderá oferecer maiores e mais profundos elementos para um real anúncio do Evangelho.

E, dentre as diversas ciências, destacamos que a teologia é uma ciência: a ciência que se ocupa da experiência de Deus. Por isso, ela precisa levar o pesquisador a fazer uma experiência profunda de Deus e também dialogar com o mundo e com as demais ciências. Como diz Clodovis Boff, em seu texto *Conselhos a um jovem teólogo*, uma boa teologia se faz “de joelhos” (BOFF, 1999, p. 77)⁴⁸.

Nessa mesma linha, o 6º ENP reforça que “a formação é processo permanente, pois permanentes e ininterruptas são as mudanças às quais somos submetidos nas modernas culturas urbanas” (CNP, 2001, p. 321). O 11º ENP, por sua vez, recorda aos presbíteros que “se não levarmos a sério o processo de formação permanente, com todas as suas dimensões [...], se a nossa vida de presbíteros não for de formação permanente, será, sem dúvida, de frustração permanente” (CNP, 2006a, p. 30). Será de frustração pelo fato de que o presbítero, carente de formação, talvez não consiga responder às necessidades pastorais de sua comunidade eclesial. Contudo, o presbítero precisa estar atento para não ser uma pessoa intelectualizada, distanciando-se das atividades pastorais, e nem se acomodar diante dos desafios atuais, não respondendo aos apelos da evangelização.

3.1.3.2 O risco da intelectualização e da acomodação

Se, por um lado, há que se ter a consciência de que é necessário atualizar-se sempre, por outro, há o perigo da intelectualização. Os presbíteros são ordenados para serem pastores e não para ficarem somente em um escritório administrando burocracias. Aqui é importante retomarmos o conceito de integração. É preciso que os presbíteros tenham a sensibilidade de integrarem a dimensão intelectual com as demais, colocando sua capacidade cognitiva a serviço da pastoral, da espiritualidade

⁴⁸ São estes os conselhos sugeridos pelo Fr. Clodovis Boff: 1º Antes de falar de Deus, ponha-se de joelhos e fale com Deus; 2º Nunca perca de vista o tema central da teologia: o mistério de Deus; 3º Seja a Sagrada Escritura o principal texto de referência de sua teologia; 4º Sua teologia deve permanecer vitalmente ligada à Comunidade de Fé: a Igreja; 5º Mantenha sempre viva a consciência da pobreza da linguagem humana frente ao Mistério; 6º Tenha paixão pelo conhecimento de Deus e das coisas de Deus; 7º Faça uma teologia que esteja a serviço do Povo de Deus; 8º Que sua teologia leve sempre em conta a realidade do povo; 9º Não esqueça de desdobrar a dimensão sócio-libertadora da fé; 10º Faça teologia com o ouvido aberto ao pobre (BOFF, 1999, pp. 77-96).

e de suas relações humano-afetivas, não se considerando superiores aos outros, mas colocando seus estudos e habilidades a serviço da evangelização. Se eles não estiverem atentos a essa realidade, há o risco de se tornarem “padres de gabinete”. Nesse sentido, o 12º ENP ressaltou que

as pessoas não se esquecem do presbítero que entra numa casa humilde, daquele que visita um doente, daquele que consola a família enlutada, que escuta com paciência uma alma aflita e diz uma palavra de alento à desanimada (CNP, 2008a, p. 24).

Por isso, é muito importante que os presbíteros dediquem um tempo para estar com as pessoas de sua comunidade eclesial, visitar os enfermos e revelar a face de Cristo, o Bom Pastor. Contudo, essas atitudes, tão simples e corriqueiras, muitas vezes encontram resistências por parte de alguns presbíteros que as consideram secundárias e julgam que as construções das Igrejas materiais (e como há padres que gostam de erguer templos!) ou as questões burocráticas (que também devem ser valorizadas, mas não em detrimento da ação evangelizadora) sejam mais importantes que o cultivo da Igreja humana, formada pelo povo de Deus. Aqui não se trata de valorizar mais este ou aquele aspecto, mas de dar a devida atenção a todas as dimensões que comportam a vida e a missão presbiterais. E uma boa formação intelectual auxilia o presbítero a perceber tais realidades e atender às reais necessidades de sua comunidade.

Todavia, há muitos presbíteros que não sentem a necessidade de se atualizar após a ordenação. Confiam única e exclusivamente na formação recebida no seminário e na graça divina. Indubitavelmente, essa confiança em Deus é imprescindível, uma vez que o próprio Jesus disse que não é preciso se preocupar, pois ele dará palavras acertadas (cf. Lc 21,14-15), mas isso não pode ser justificativa para a acomodação. E, ainda, não se pode esquecer de que a graça de Deus supõe a natureza, ou seja, o esforço e o empenho humano. Apontando para a necessidade desse empenho, o 12º ENP relatou-se o seguinte:

Há casas paroquiais em que não se encontram à mão bons comentários bíblicos, obras teológicas atuais ou as clássicas, os documentos recentes do magistério pontifício ou os documentos da CNBB, uma boa revista teológico-pastoral [...] que permitam ao presbítero atualizar-se e acompanhar o debate e a reflexão naqueles campos em que os fiéis têm o direito de esperar uma resposta competente e atualizada para suas dúvidas e interrogações (CNP, 2008a, p. 23).

Entretanto, pior que não ter bons instrumentos para se atualizar é quando o presbítero não sente a necessidade dessa atualização. A falta de acesso a tais materiais não é justificativa para acomodar-se, pois, atualmente, há muitos meios para se ter acesso aos documentos do magistério e também a escritos teológicos.

Os presbíteros estão ligados a uma instituição: a Igreja. E esta é composta por normas e orientações que visam, de modo eficiente e eficaz, à evangelização dos povos até os confins da terra (At 1,8). Por isso, é de suma importância que os presbíteros conheçam, entre outros, os documentos da Igreja. O decreto *Presbyterorum Ordinis* ressalta que, para responder aos desafios e questionamentos levantados pela sociedade atual, “os presbíteros devem conhecer bem os documentos do magistério, especialmente dos concílios e do pontífice romano, lendo também os melhores e mais recomendáveis escritos teológicos” (PO, n. 19).

Tendo presente a situação de comodismo de alguns presbíteros, o 3º ENP enfatizou que se deve

oportunizar a formação permanente dos presbíteros, quer no aspecto humano-afetivo, quer no espiritual, no intelectual e no pastoral. Isto requer programa orgânico e abrangente, que integre cursos em diversos níveis (diocesano, interdiocesano, regional e nacional). Para isto, sejam aproveitados os recursos existentes, como institutos ou faculdades de teologia e centros de espiritualidade (CNP, 2001, p. 147).

E também o 4º ENP ressalta que “os parâmetros tradicionais da formação recebida não mais respondem ao momento histórico, à realidade de hoje. Há o apelo para saber mais, captar melhor a realidade, aprender ‘como fazer’ para exercer o ministério eclesial” (CNP, 2001, p. 179).

Por fim, os presbíteros sempre precisam tomar o cuidado de não se transformarem em intelectuais desligados da realidade, mas também de estarem inseridos no meio do povo sem se atualizar e sem buscar formação constante, acomodando-se. O equilíbrio entre esses dois elementos (intelectualização e/ou comodismo) fará com que os presbíteros desenvolvam suas atividades pastorais de forma que corresponda aos desafios contemporâneos.

3.1.4 A vida dos presbíteros na dimensão pastoral

Começemos pela etimologia da palavra. A CNP enfatiza que, “a palavra ‘pastoral’ vem de ‘pastor’. Pastor é a pessoa que cuida das ovelhas e as conduz

para verdes pastagens e águas tranqüilas (Sl 23,2)” (CNP, 2008a, p. 23). O 6º ENP havia destacado que

no Novo Testamento, a figura do ‘pastor’, como chefe da comunidade cristã, aparece nos escritos da segunda ou terceira geração cristã (cf. Ef 4,11; 1Pd 5,2; At 20,28), isto é, quando os cristãos que formam o ‘rebanho’ se tornam numerosos a ponto de exigir mais cuidados. Modelo do pastor da comunidade eclesial é o próprio Cristo, o ‘bom’ (=verdadeiro) pastor (cf. Jo 10,11; 1Pd 2,25; Hb 13,20) (CNP, 2001, p. 289).

O 8º ENP ressalta que, assim como só há um Senhor e uma Cabeça, na Igreja só há *um Pastor*: Cristo. De fato, no Novo Testamento, vemos o seguinte quadro:

- Jesus se proclamou “o Bom Pastor” (*ho poimên ho kalós*: o “belo Pastor”; Jo 10,11).
- Pedro declara Cristo o “Pastor e supervisor (*epískopon*)” de nossas almas (1Pd 2,25).
- Mais: ele é o “Pastor-chefe” ou o “Pastor supremo” (hoje um título papal), ou “Arquipastor” (*archipóimenos*) de todos os presbíteros-pastores (1Pd 5,4).
- Por fim, a carta aos Hebreus chama Cristo de “o Grande Pastor das ovelhas” (Hb 13,20) (CNP, 2001, p. 400).

Na carta aos Efésios, a função de pastorear corresponde a um título específico de serviço. Ao lado das funções missionárias (apóstolos, profetas e evangelistas), apresentam-se funções de ministros mais estáveis: precisamente os pastores, ao lado dos doutores (Ef 4,11). Nesse sentido, Damian destaca que

nunca é demais alertar que o representante jamais ocupa o lugar do representado, na ausência visível dele. Cristo é quem está presente na pessoa e no ministério do presbítero. Quem dele se aproxima deve encontrar o rosto, o coração, as atitudes e a prática do Bom Pastor (DAMIAN, 1995, p. 23).

A respeito da citação anterior, vale ressaltar que o presbítero é um representante de Cristo. Ele jamais ocupará o lugar de Deus, mas se faz necessário que manifeste Deus às pessoas e seja sinal da presença de Deus na vida e no cotidiano de cada fiel. Por isso, “o presbítero não *faz* pastoral, mas é pastor. O presbítero não *está* presbítero; ele é presbítero. A unção sacramental o atinge em seu *ser* e não apenas em seu *fazer*” (CNP, 2001, p. 407). A realidade eclesial, infelizmente, revela que muitos se esquecem de que o *ser* é mais importante que o *fazer*. O ser precede o fazer. Este é consequência daquele. No contexto atual,

muitos têm dado mais importância ao fazer que ao ser. Essa inversão traz consequências danosas para a ação evangelizadora e muda o paradigma de ser presbítero, pois, ao dar maior ênfase ao fazer, o presbítero facilmente poderá ser confundido com um funcionário que precisa produzir muito e cumprir as metas para aquele período. E, ressaltamos, o presbítero será um bom pastor à medida que ele for sinal de Deus na vida das pessoas. Não estamos afirmando, contudo, que o presbítero não precise fazer nada na comunidade, mas que se ele for (do verbo ser, que aponta para a essência) verdadeiramente pastor, o fazer será consequência do ser e sua evangelização produzirá mais frutos.

O 11º ENP ressalta que “se a pregação de um sacerdote não o levar a rezar, pelo menos na maior parte do tempo, algo está errado em sua alma (...). A pregação é bem-sucedida quando leva a assembléia à oração” (CNP, 2006a, p. 58). Sem experiência de Jesus, não há anúncio realmente evangelizador, mas apenas transmissão de doutrinas abstratas.

3.1.4.1 Jesus como modelo de pastor

Jesus se apresenta à humanidade como o Bom Pastor (Jo 10,11). De fato, o que mais chama a atenção em Cristo são a bondade e a ternura com que Ele acolhia o povo, sobretudo os pobres (Mc 6,34; 8,2; 10,14; Mt 11, 28-29). Sua “pastoral” valorizava as pessoas, estimulando-as a confiar em Deus. “A pastoral é movida à base de amor – e de amor ardoroso. Tal é o ‘amor pastoral’ que leva o presbítero, por amor de Cristo, a se dedicar ao rebanho e humildemente servi-lo” (CNP, 2001, p. 394).

O que sustentava Jesus nos embates e conflitos, decepções e fracassos, no seu anúncio do Reino e na formação da comunidade dos discípulos era sua intimidade com Deus Pai. Jesus, incontestavelmente, era uma pessoa orante. Passava noites em oração (Lc 6,12). Na oração, procurava saber o que o Pai queria dele (Mt 26,39). O seu jeito de rezar era contagiante e provocava o desejo de rezar: “Senhor, ensina-nos a orar” (Lc 11,1).

A exemplo de Jesus, todo cristão é convocado à oração constante. No entanto, segundo o 12º ENP, a atitude orante é um desafio na vida dos presbíteros, principalmente entre os diocesanos que, geralmente, moram sozinhos. No Instrumento Preparatório deste Encontro afirmou-se que

o religioso ou a religiosa que vive em comunidade, encontra ali os ritmos da oração quotidiana. Correm, é claro, o risco de rezar mecanicamente, apenas para cumprir o horário da oração, sem acrescentar momentos para uma oração gratuita e pessoal. O presbítero diocesano corre o risco inverso de ser devorado, como Jesus e os discípulos, que não tinham mais nem tempo para comer (Mc 6,30-32). Corre o risco maior ainda de não ter aquele lampejo de sabedoria de Jesus que convida os discípulos para se retirarem para um lugar deserto, para descansar (CNP, 2008a, p. 25).

Essa realidade apresentada pela CNP exige dos presbíteros, tanto religiosos quanto diocesanos, uma atenção permanente para com sua vida espiritual e pastoral. Se suas ações não tiverem como fundamento a fé e a oração, eles correm o risco de se tornarem, como já apontamos, funcionários da Igreja.

O 8º ENP afirmou categoricamente que o carisma dos presbíteros é o “pastoreio” ou a “pastoral”. Esse Encontro ressaltou que “‘pastorear’ significa efetivamente ‘cuidar’ de modo geral, ‘tomar conta’” (CNP, 2001, p. 401). Isso significa fazer tudo o que é necessário para que o rebanho tenha vida e “vida em abundância” (Jo 10,10).

Aos presbíteros, é confiada uma comunidade eclesial. Eles precisam zelar pelo bem pastoral e espiritual desse grupo de pessoas, sobretudo no testemunho da caridade. O Diretório para o Ministério e a Vida do Presbítero (DMVP) salienta que o presbítero, como pastor da comunidade,

existe e vive para ela; por ela reza, estuda, trabalha e se sacrifica; por ela está disposto a dar a vida, amando-a como Cristo, dirigindo para ela todo o seu amor e a sua estima, prodigando-se com todas as forças e sem limites de tempo para torná-la, à imagem da Igreja esposa de Cristo, cada vez mais bela e digna da complacência do Pai e do amor do Espírito Santo (DMVP, n. 55).

Por isso, o modo como os presbíteros se colocam a serviço da comunidade precisa ser verdadeiro, testemunhal, generoso e totalmente disponível. Tais atitudes levam o povo a rezar e também a se aproximar cada vez mais de seus presbíteros. O presbítero que reza com o povo e diante do povo conquista a sua estima e admiração. O testemunho pessoal de vida de oração dos presbíteros edifica a fé dos fiéis bem mais do que muitas pregações.

Infelizmente, às vezes, alguns presbíteros se comportam, em suas comunidades, como verdadeiros “reis”, fazendo suas próprias vontades, ignorando a ação dos leigos, e assim, é o povo de Deus é quem tem que se colocar a serviço e à disposição de caprichos pessoais do presbítero. Certamente, atitudes deste tipo não

correspondem ao verdadeiro sentido da ordenação. Faz-se necessário, então, compreender que liderança e serviço são elementos que se entrelaçam.

O modo de Jesus viver e a sua simplicidade fizeram com que sua autoridade aumentasse ainda mais. Autoridade não se consegue em uma relação de patrão *versus* empregado, mas sim em uma reciprocidade de amigos. Enfim, o 8º ENP enfatiza que os presbíteros são chamados a serem testemunhas e servidores, vez que a liderança que eles exercem

é sempre serviço e nunca dominação. Portanto, os presbíteros 'dirigem o rebanho de Deus que lhes foi confiado, não por imposição, mas de livre e espontânea vontade; não por causa de lucro sujo, mas com generosidade; não como donos daqueles que lhe foram confiados, mas como modelos do rebanho' (1Pd 5,1-3). De resto, o Mestre já advertira contra a tentação mundana do mandonismo: "Entre vós não seja assim..." (cf. Mc 10,41-45) (CNP, 2001, p. 402).

Há, pois, a necessidade da vigilância constante na vida do presbítero para que ele não se torne meramente "patrão" na paróquia, na comunidade eclesial e em outras formas de serviço ao povo de Deus, mas que sua autoridade brote do serviço e do testemunho de sua vocação e doação à Igreja. Sendo testemunho e modelo de comunhão, poderá enfrentar, com o auxílio dos leigos, os desafios suscitados pela sociedade contemporânea em relação à ação evangelizadora.

Na pesquisa realizada pela CNP e pelo CERIS, citada anteriormente, destaca-se que,

dos padres informantes, 70% estão atuando em pastorais diversas, 22% estão envolvidos em atividades administrativas, 14% na pregação ou direção espiritual e/ou em atividades missionárias e 13% em formação de seminaristas. A presença dos padres nos movimentos sociais é muito pequena (8%), assim como são poucos os que trabalham como assessores (8%) e/ou estão atuando como professores de colégios e universidades (7%) e/ou na pesquisa teológica (4%) (MEDEIROS e FERNANDES, 2005, p. 25).

Esses dados corroboram a afirmativa de que os presbíteros, em sua maioria, exercem seu ministério na ação pastoral, junto ao povo e, por isso, precisam realmente compreender aquilo que significa ser pastor e deixar-se conduzir pelo Bom Pastor, Jesus Cristo. Chama a atenção o pequeno envolvimento dos presbíteros nos movimentos sociais. Isso possivelmente sinalize que a geração que viveu fortemente o auge da teologia da libertação e a luta pelos direitos sociais está cada vez menor e as novas gerações de presbíteros já não demonstram muito

interesse nesse campo de evangelização. Será que a Igreja (e os presbíteros) está perdendo o seu espírito profético? Que rumos estão tomando o profetismo na Igreja? Haverá passado o tempo dos profetas? Ou será que existem outros modos, talvez ainda não vislumbrados, de exercer o múnus profético no mundo moderno?

O 4º ENP afirma que, para desempenhar bem o seu ministério pastoral, será necessário:

- Que o presbitério (juntamente com o bispo) assuma mais colegialmente a evangelização e a pastoral, repartindo melhor as tarefas prioritárias entre os presbíteros;
- Que os presbíteros se atualizem e entrem num processo de formação permanente, que lhes permita acompanhar e compreender as mudanças sociais e desenvolver uma vivência espiritual e uma reflexão teológica adequadas;
- Que os presbíteros renunciem a tarefas meramente executivas, rotineiras, para assumirem tarefas de inovação, animação, edificação de novos grupos e comunidades, o que exige bastante criatividade;
- Que os presbíteros dediquem mais tempo ao atendimento das pessoas, em particular ao acompanhamento sistemático de líderes e grupos de leigos e à sua formação (CNP, 2001, pp. 203-204).

Seguindo essas orientações, os presbíteros serão um sinal da presença de Deus na vida da comunidade e das pessoas, a exemplo de Jesus Cristo. Contudo, os desafios, novos e urgentes, interpelam por soluções e ações eficazes para que o Reino de Deus continue sendo anunciado, proclamado e conhecido.

3.1.4.2 Alguns desafios pastorais

Os desafios pastorais enfrentados pela Igreja, seja nas grandes ou nas pequenas dioceses, são os mais diversos. No entanto, há um desafio comum que atualmente tem atingido toda a realidade eclesial: a pastoral urbana. “A cidade se converteu no lugar próprio das novas culturas que se vão gestando e se impondo, com nova linguagem e nova simbologia” (DAp, n. 510). Segundo o 6º ENP, isso demonstra que,

quando a Igreja fala em “urbano”, ela não está se referindo apenas a um espaço geográfico, repleto de edifícios, avenidas, ruas e favelas. Esta expressão esconde algo mais; algo que ocorre nas grandes metrópoles, mas também em pequenas cidades do interior. Este “algo” é, na verdade, uma grande mudança sociológica, que é preciso compreender (CNP, 2001, p. 252).

Crescem a cada dia os estudos para se compreender essa mudança sociológica. Os resultados dessas transformações desafiam não somente a Igreja, mas a sociedade como um todo, pois as rápidas e profundas mudanças atingem todos os setores sociais, econômicos, políticos, industriais, tecnológicos, religiosos, familiares e pessoais. Percebe-se que, quando se pensa ter encontrado caminhos para a superação das questões emergentes na sociedade, já existem outros que precisam ser refletidos e novamente investigados. As respostas que se encontram (quando se encontram!) já estão atrasadas e não correspondem mais às perguntas do momento. Esse desafio para a ação evangelizadora na contemporaneidade também é abordado por Brighenti, segundo o qual

a cidade não é simplesmente um espaço físico, mas, sobretudo um horizonte cultural, que cria um estilo de ser, um modo de viver e conviver, uma nova cultura. Nela, há uma alteração das relações entre os seres humanos, Deus e a natureza, particularmente por uma maior valorização e efetivação da liberdade e da autonomia dos indivíduos, com profundas conseqüências para a missão evangelizadora da Igreja (BRIGHENTI, 2010, p. 9).

Portanto, compreender e buscar soluções para os novos desafios apresentados pela realidade urbana é algo complexo e profundo. No 5º ENP⁴⁹, enfatizou-se que a cidade é o lugar da “convivência entre pessoas diferentes”, é o lugar da “organização do tempo e do espaço” é o lugar “da liberdade cultural e religiosa”, porém, nela “o indivíduo pode se tornar um número ou pessoa que se relaciona com outras pessoas no respeito do pluralismo dos valores e das escolhas, ou pode se fechar em si e entrar em luta contra os outros para se realizar dominando-os” (CNP, 2001, p. 222).

Tendo presente esse complexo contexto socioeclesial, o 4º ENP apresentou algumas preocupações e/ou questionamentos concernentes a toda a realidade brasileira. Vejamos alguns pontos:

- *A questão urbana.* Fala-se a respeito de conhecer a realidade da cidade, seus

⁴⁹ Este 5º ENP aconteceu de 04 a 09 de fevereiro de 1994 em Itaiaci-SP. Teve como tema *O presbítero no processo de urbanização*. Este ENP teve dois Instrumentos Preparatórios: “o Instrumento Preparatório I (um livreto denso onde se abordavam a realidade socioeconômica e os questionamentos éticos, a realização pessoal e a cultura urbana, a busca de respostas pastorais e a presença pública da Igreja na cidade), e o Instrumento Preparatório II (um enriquecimento ao Instrumento Preparatório I a partir das contribuições dos Regionais da CNC). Na verdade, o primeiro texto visava provocar uma ampla reflexão sobre os desafios da urbanização; o segundo já recolhia os primeiros elementos desta discussão, que teve lugar nos presbitérios diocesanos e em encontros regionais de presbíteros” (ALMEIDA, 1994, p. 23). O dia de espiritualidade foi conduzido por D. Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB.

conflitos, sua dinâmica cultural, os valores da modernidade nela presentes, a necessidade de escutar melhor sua conjuntura através de seus elementos mais representativos.

- *As seitas.* A religião deixou de ser o eixo ordenador da sociedade e passou a assumir um lugar importante apenas em nível pessoal e comunitário. O apelo religioso das seitas apresenta uma forte conotação psicológico-existencial, que responde à falta de segurança em que vive o povo, ao desenraizamento cultural (ligado às migrações) e à marginalização política.
- *A pastoral social.* Essa pastoral aparece (ou, ao menos, deveria aparecer) como preocupação das dioceses, levando a Igreja a se empenhar nas questões urgentes do povo em processo de empobrecimento. *Desejo de formação.* Há desejo imenso de formação: dos presbíteros, dos leigos, dos agentes de pastoral... Isso revela que os parâmetros tradicionais da formação recebida não mais respondem ao momento histórico, à realidade de hoje.
- *Os leigos.* Eles são indicados como prioridade: membros do povo de Deus, corresponsáveis pela caminhada da Igreja – na educação, no mundo da política, como profissionais do mundo do trabalho, nos meios de comunicação social, na família, em defesa da vida, enfim, nas várias formas de ser Igreja – Comunidades Eclesiais de Base, pastorais específicas, movimentos (CNP, 2001, pp. 178-179).

Enfim, a pastoral urbana, as seitas, a pastoral social, a formação e a atuação dos leigos são elementos que envolvem diretamente a ação evangelizadora dos presbíteros e apresenta desafios que, para serem enfrentados, exigem reflexão e trabalho em conjunto. No entanto, é preciso admitir que, no momento, a Igreja ainda não tem respostas concretas sobre o melhor modo de evangelizar na sociedade contemporânea, embora seja possível perceber que ela esteja buscando ajuda e deixando-se ajudar.

Diante dessa realidade, outro desafio, que frequentemente aparece nos ENPs, é a escassez de presbíteros para atender à demanda populacional. Por isso, há a necessidade de multiplicar o número dos presbíteros, especialmente para atender aos ambientes pastorais em que eles estão pouco ou nada presentes. Nos anos de 1980 e início da década de 1990, constatava-se um significativo crescimento do número de candidatos ao presbiterato, mas ainda insuficiente.

Segundo o 4º ENP, no final da década de 90, esse aumento já havia estagnado (CNP, 2001, p. 202) e se observava redução no número de vocações. Dessa forma,

será preciso novo esforço, qualitativamente diverso, para suscitar e acompanhar vocações presbiterais naqueles meios em que o número de presbíteros é escasso (populações indígenas, população negra, minorias étnicas, classes marginalizadas) e também para suscitar vocações destinadas a lidar com problemas e ambientes característicos da modernidade (CNP, 2001, p. 203).

Sendo assim, não seria o momento de se rever o modelo de formação dos futuros presbíteros? O seminário apresenta-se como uma instituição total⁵⁰, pois ali os seminaristas moram, trabalham, estudam, rezam e se relacionam. Muitas vezes, o seminário parece ser uma instituição autossuficiente, em que se pensa que o jovem encontra tudo o que é necessário para ser padre⁵¹. Isso será verdade? Com um número bastante reduzido de relacionamentos, restrito aos companheiros vocacionados, não ficaria restrita também a visão de mundo e dos problemas que a sociedade (e a Igreja) enfrenta em seu cotidiano? Isso não estaria fortalecendo uma postura de presbíteros alienados e despreocupados com as questões sociais, e que ficassem, assim, mais centrados em suas próprias preferências e gostos pessoais? Que outro modelo de formação corresponderia mais ao mundo moderno? Tais questões precisam ser profundamente refletidas pela Igreja, pois, muitas vezes, as crises dos presbíteros têm suas raízes no período da formação inicial, ou seja, nos seminários.

⁵⁰ Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com as rupturas das barreiras que comumente separam estas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer a mesma coisa em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo determinado, à seguinte, e toda sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas em um plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974, pp.17-18).

⁵¹ O primeiro passo do seminário é afastar do mundo do trabalho, um aspecto definidor do homem moderno e, mais especificamente ainda, do homem urbano. A primeira condição para ser padre é 'largar tudo'... Nada mais distante do mundo urbano! Mais, tudo isso é visto como renúncia, sacrifício, desapego, dom de si. E acaba contribuindo para aguçar (ou mesmo criar) um espírito de casta... Mas o Seminário, além de ser por excelência o lugar da inculcação do *habitus*, é também o lugar do controle. Os futuros padres são isolados para ser mais bem controlados (BENEDETTI, 1999, p. 123).

Recentemente, Kenneth Serbin realizou um estudo sobre a realidade presbiteral no Brasil. Dentre os desafios elencados, destacou-se a desproporção entre população e presbíteros. A pesquisa apresenta dados até o ano 2000.

Proporção entre presbíteros e população no Brasil

Ano	Nº de presbíteros	População Brasileira	Habitantes por presbítero
1872	2.363	10.112.061	4.279
1920	6.056	30.635.605	5.059
1960	11.151	70.191.370	6.295
1970	13.092	93.139.037	7.114
2000	16.772	169.799.170	10.124

(Fonte: SERBIN, Kenneth P. **Presbíteros, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.128).

Nesse quadro, percebe-se o quanto é desproporcional o crescimento do número de presbíteros em relação ao crescimento populacional. Por isso, é urgente um trabalho vocacional em toda a realidade brasileira para suscitar “operários para a messe”. Vale lembrar que a melhor propaganda vocacional é o testemunho de vida feliz e realizada dos presbíteros.

Além da escassez de presbíteros, na atualidade, a vida e o ministério dos presbíteros é quase exclusivamente absorvida pela ação pastoral, pelo cuidado dos católicos praticantes. De fato, as paróquias urbanas são grandes – com 20.000 habitantes em média; às vezes, chegam a 50 ou 100 mil habitantes. Há, portanto, uma tensão entre evangelização e sacramentalização, entre a busca das “ovelhas perdidas” (que não são mais uma só como na parábola de Lc 15,4-7) e o cuidado com as ovelhas que (ainda) estão no redil. Uma solução talvez esteja, possivelmente, no cuidado que os presbíteros precisam ter para que o próprio rebanho não seja feito de mansos cordeiros – que tudo esperam do pastor – mas que possa se transformar em uma comunidade dinâmica e evangelizadora, com iniciativas próprias e trabalhos coordenados pelos leigos; um rebanho que se torne, assim, verdadeiro protagonista da evangelização. Daí a importância da formação contínua dos leigos, pois, com pessoas mais bem formadas e mais engajadas na ação evangelizadora, os presbíteros poderão dedicar seu tempo aos mais necessitados e partir em missão na busca daqueles que estão afastados.

Por vezes, ouve-se a queixa de que os leigos não são valorizados. E, pior ainda, às vezes, ouve-se dizer que os presbíteros lhes tiram todo incentivo e apoio

para o trabalho evangelizador. Mas se um presbítero – sábio e inteligente – souber aproveitar o potencial e o dinamismo de seus agentes de pastorais, sua paróquia se enriquecerá e ele, certamente, poderá se dedicar mais a essa busca das pessoas afastadas. Os presbíteros, como educadores do povo de Deus, precisam colaborar para o “amadurecimento cristão das pessoas” (PO, n. 6).

Atualmente, uma realidade que se tem encontrado com frequência em textos relativos à realidade presbiteral é a caracterização do “presbítero light”. O 6º ENP apresenta esse tipo de presbítero da seguinte forma:

O presbítero light é alguém que ama a Igreja viva e serve aos seus irmãos e irmãs. Ele cultiva honestamente a espiritualidade e a oração; trabalha para superar suas limitações e fraquezas; divide com o presbitério e a comunidade suas riquezas, preocupações e projetos pessoais. Relaciona-se “bem” com as pessoas, assume a causa dos pobres, estuda, reza, crê. Numa palavra, não pretende acomodar-se à “áurea mediocridade” de uma vida ainda bastante respeitada e respeitável. No entanto, paradoxalmente, algo o torna “homem perplexo” (França Miranda), pessoa dividida entre a coragem e o medo de arriscar-se “para dentro” do que escolheu e quer ser. Sente, por isto, a tentação de retrair-se, de preservar-se, de manter “abstrata” a sua adesão aos valores estruturantes de sua vida. Esses valores estão ainda lá, são objeto de seu desejo e de sua preocupação. Não deslancham, porém, o dinamismo que leva mais além. O presbítero light entra na média comportamentalmente correta de quem vive na civilização urbana (CNP, 2001, p. 315).

Em outras palavras, poderíamos dizer que o “padre *light*” é aquele acomodado que não tem iniciativas e nem mesmo se preocupa com os desafios emergentes, mas que deixa tudo como está, porque acredita ser esse o melhor modo de exercer seu ministério. No entanto, esse mesmo ENP enfatiza que o parágrafo anteriormente citado não pretende descrever presbíteros em crise, frustrados e infelizes com a vocação escolhida, mas deseja falar do presbítero comum, do “bom presbítero” que, devido às circunstâncias tensas e aos desafios da cultura urbana, entra em stress espiritual, pastoral e psíquico.

Contudo, todos esses desafios não podem levar os presbíteros ao desânimo ou ao descrédito em relação à sua doação de vida. Primeiramente, há de se confiar na ação e na graça de Deus e, depois, é preciso ter a consciência de que o presbítero nunca está sozinho, ele está inserido em um presbitério, que é coordenado pelo bispo, o primeiro responsável pela Igreja local.

3.2 A IGREJA LOCAL E O PRESBITÉRIO

Jesus chamou os apóstolos, entre outros, para que “ficassem com ele” (Mc 3,14). Essa experiência de comunhão e convivência com Jesus e com os outros discípulos é que forma a comunidade dos doze apóstolos. Segundo a Exortação Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis*, somente a efetiva e profunda experiência de comunidade poderá formar os presbíteros segundo o modelo deixado por Jesus (PDV, n. 60). Por isso, “a função do bispo e dos presbíteros é sempre colegial: ninguém é bispo sozinho, mas em um colégio episcopal; ninguém é presbítero sozinho, mas em um presbitério” (CNP, 2001, p. 388). Vale ressaltar, que o bispo e o presbítero desempenham seu ministério em unidade e a partir da Igreja local.

3.2.1 A Igreja local torna presente a Igreja toda

A eclesiologia do Vaticano II, através da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, propôs um “novo” modelo de Igreja: o modelo de comunhão. Por um lado, é a imagem da Trindade, que serve como paradigma; por outro, percebe-se uma síntese de duas imagens de Igreja: Corpo de Cristo e Povo de Deus. A Igreja é semelhante ao corpo humano: é um organismo vivo, no qual o Espírito Santo suscita, de modo imprevisível, os diversos carismas, que são o fundamento de todos os ministérios e serviços. “Se a diversidade de carismas, funções e ministérios é constitutiva da unidade eclesial, semelhantemente a multiplicidade e a diversidade de Igrejas locais é constitutiva da comunhão universal” (CNP, 2001, p. 136). Nesse sentido, o Concílio resgata a plena eclesialidade das Igrejas locais, uma vez que “esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, que, unidas com seus pastores, são também elas no Novo Testamento, chamadas ‘Igrejas’” (LG, n. 26).

Nesse sentido, Brighenti afirma que “é integrante da identidade cristã a profissão de fé numa Igreja una, santa, católica e apostólica. A nota ‘apostólica’ remete à congregação de fiéis numa Igreja Local ou Particular, em torno ao Bispo, sucessor dos apóstolos” (BRIGHENTI, 2009b, p. 150).

Por Igreja particular ou diocese compreende-se a porção do povo de Deus confiada ao pastoreio do bispo com a cooperação dos presbíteros. Essa Igreja, “congregada no Espírito Santo pelo seu pastor, através do Evangelho e da

eucaristia, une-se a ele, constituindo uma igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo” (CD, n. 11). Corroborando essa afirmativa, Lorscheider salienta que

a Igreja não é uma entidade abstrata; é uma realidade bem concreta, bem visível. É, sobretudo, no bispo que se faz ver tal visibilidade. A alma desta Igreja é o Espírito Santo; a argamassa é a Palavra de Deus e a Eucaristia; o bispo e o seu Presbitério são a junta e a ligadura que, com a operação harmoniosa de cada um do corpo, realiza o seu crescimento (cf. Ef 4,10). O bispo e o Presbitério tornam Cristo sacramentalmente presente (LORSCHIEDER, 2007, p. 30).

A Igreja é católica, ou seja, universal, mas se faz presente inteiramente em cada Igreja Particular, em comunhão com as demais Igrejas. A Igreja Particular não é apenas uma parte da Igreja universal, mas é uma porção dela. Brighenti afirma que,

na antiguidade, as Igrejas se denominam ‘Igrejas em’ e não ‘Igrejas de’, justamente por serem ‘porção’ do povo de Deus e não ‘parte’ (...) A parte não contém o todo, mas a porção sim. Desse modo, na Igreja local está a Igreja toda, ainda que não toda a Igreja (BRIGHENTI, 2006, p. 40).

Se compreendermos que a Igreja particular é apenas uma parte da Igreja universal, incorreremos no equívoco de pensar que cada diocese contém um aspecto da Igreja toda e, portanto, todas as dioceses seriam compostas de elementos faltantes, ou seja, faltaria uma ou outra dimensão para ser compreendida como Igreja plena. E a compreensão correta é a de que em cada Igreja local está a Igreja toda, ainda que não seja toda a Igreja. E, ainda, complementa Lorscheider que

a Igreja particular não é uma seção da Igreja universal, como, por exemplo, o município dentro de um Estado. Ela é uma porção do Povo de Deus no âmbito de determinado território, a qual, ‘formada à imagem da Igreja universal’ (LG 23), é completa. Ela possui todas as propriedades essenciais, todos os elementos constitutivos: a Palavra, os Sacramentos, a Eucaristia, os dons do Espírito Santo, o Apóstolo, a *koinonia* (a comunhão) (LORSCHIEDER, 2007, p. 32).

É, portanto, no conjunto desses elementos que a Igreja se constitui. E mais: sem a Igreja local não haveria Igreja universal, pois esta é formada por aquela em comunhão entre si. É no conjunto das Igrejas locais que se constitui a Igreja universal.

O 9º Encontro Nacional declara que “a compreensão que a Igreja tem de si mesma é a de ser verdadeiramente Igreja local, encarnada em um povo, autóctone e inculturada. É o corpo do Cristo feito real e encarnado em um povo particular, no tempo e no espaço” (CNP, 2001, p. 478). Esses aspectos (encarnada, autóctone e inculturada) são de suma importância para a vitalidade do anúncio do evangelho. Se a Igreja não tiver como pressuposto a realidade em que está inserida, ela correrá o risco de falar uma linguagem que não atinge seus interlocutores.

Quando se fala da Igreja, há um questionamento em relação à sua fundação. No 11º ENP se afirma que o Vaticano II é bastante criterioso ao abordar essa questão e não fala de um ato único de fundação da Igreja por Cristo, mas de atos fundantes, que são:

1. A convocação dos Doze; 2. A instituição da Eucaristia; 3. A experiência pascal (é a comunidade onde o Ressuscitado está presente; é a comunidade que prolonga a missão); 4. A Igreja foi manifestada em Pentecostes (a experiência pentecostal transformou a comunidade em movimento missionário) (CNP, 2006a, p. 11).

Percebe-se, assim, que, formada por diversos “atos fundantes”, a Igreja é constituída por iniciativa do próprio Cristo, pois “sua origem e desenvolvimento são simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jo 19,34)” (LG, n. 3).

A missão da Igreja como um todo é a evangelização. Ao evangelizar, a Igreja anuncia a boa nova do Reino de Deus e também é evangelizada. “O dinamismo da evangelização leva a Igreja à alegria do despojamento, à capacidade de sair de si, de renunciar aos privilégios, para redescobrir o mistério da encarnação” (CNP, 2001, p. 18). Nesse sentido, o 1º ENP enfatizou que

uma Igreja que quer viver o primado da missão é, enfim, uma Igreja que se entrega à força transformadora do Espírito. É ele quem guia pastores e fiéis na obra de anúncio do Reino. É o Espírito quem permanentemente unge a Igreja, a comunidade, marcando-a para a missão, a partir dos pobres (Lc 4,18). É no Espírito que a Igreja encontra força e sabedoria para superar os obstáculos. É ele quem a guia, ajudando-a a discernir, nos sinais dos tempos, os apelos à vinda do Reino (CNP, 2001, p. 20).

Esse mesmo ENP questiona até onde vão os limites da ação da Igreja e responde que há um equívoco quando se tenta limitar o campo da evangelização, pois “o evangelho tende a penetrar todo o homem e todos os homens, toda a sociedade e toda a cultura” (CNP, 2001, p. 26). Esse processo de evangelização

acontece sempre a partir da Igreja local. Isso implica que o presbítero conheça a realidade na qual está inserido e se comprometa não só com os assuntos intraeclesiais, mas também com aqueles ligados ao mundo e à sociedade.

Segundo o Documento de Aparecida, “a Igreja particular é totalmente Igreja, mas não é toda a Igreja. É a realização concreta do mistério da Igreja Universal em determinado lugar e tempo” (DAp, n. 166). Portanto, a Igreja local, em comunhão com as demais, torna presente a Igreja universal.

3.2.2 O presbitério como elemento de unidade entre os presbíteros e deles com o bispo

O presbitério é o conjunto de presbíteros de uma diocese que desempenha sua ação evangelizadora em união com o bispo. Esse é um dos elementos fundamentais na identidade e espiritualidade dos presbíteros. O Documento de Aparecida afirma que os presbíteros precisam se inserir “com gosto” (DAp, n. 198) em seu presbitério, de modo a viver profundamente o sentido de unidade e comunhão no qual são inseridos pela ordenação.

O Vaticano II enfatiza que os presbíteros “são chamados a servir o povo de Deus, formando um só presbitério com seu bispo, nas diversas funções que lhe cabem” (LG, n. 28). “Neste presbitério os presbíteros estão unidos entre si por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade” (LORSCHIEDER, 2007, p. 45). Por isso,

presbíteros e bispo, bispo e presbíteros, mais do que quaisquer outros, devem se amar fraterna e profundamente em Jesus Cristo. Entre todos deve reinar a mais profunda fraternidade sacerdotal. Esta fraternidade deve ser muito sentida e vivida por cada um. Se um sofre, todos sofrem, se um não anda corretamente, todos andam meio tortos, se um é difamado, todos são difamados (...). Esta vivência fraterna, com vistas ao mais profícuo serviço pastoral, é, na realidade, expressão do cuidado pastoral, da cura pastoral, de Jesus Cristo, Sumo e Eterno Mestre, Sacerdote, Pastor, pelo povo reunido a partir da unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. É só no espírito e na atitude do amor fraterno e de comunhão que o bispo e presbíteros serão testemunhas autênticas de Jesus Cristo. Com renovado ardor missionário e sincera afetividade, testemunharão Jesus Cristo em unidade fraterna! A própria obediência sacerdotal só se entende nessa comunhão (LORSCHIEDER, 2007, p. 49).

Essa afirmativa de Lorscheider ressalta o aspecto fundamental da fraternidade, mas corre o risco de ser mal interpretada, pois, mesmo vivendo em

unidade pelo vínculo sacramental da ordem, há aqueles presbíteros que erram e, nem por isso, os demais merecem ser “difamados” pelos erros de poucos. Há o perigo da generalização e, com isso, aparecem as injustiças e os julgamentos desonestos de muitos presbíteros. A unidade entra aqui enquanto auxílio para que aquele que errou possa encontrar ajuda no presbitério para superar tal conflito e voltar à comunhão e à verdadeira fraternidade.

Esse princípio de unidade precisa perpassar o relacionamento fraterno entre o presbitério, pois nenhum presbítero é ordenado para viver solitário; ele pode morar sozinho, mas nunca viver isolado. Porém, entre os presbíteros, é perceptível que, quando se está passando por uma dificuldade pessoal ou pastoral, há uma tendência ao isolamento e ao fechamento, o que dificulta a resolução dos problemas. Por isso, a necessidade de estarem sempre unidos, superando em conjunto os desafios que a vida presbiteral lhes apresenta, pois o melhor amigo de um presbítero deve ser outro presbítero.

Tendo presente essa realidade de isolamento de alguns presbíteros, o 6º ENP enfatiza aos mesmos a necessidade de “cuidar de sua pessoa” (CNP, 2006a, p. 38). Nessa perspectiva, o 7º ENP pergunta-se e responde-se:

Como ajudar os presbíteros a serem felizes, a se sentirem realizados na sua vocação e ministério? Servir a Deus e entregar a vida pela construção do seu Reino deve ser fonte de alegria e felicidade. Nesta busca, o primeiro interessado é cada presbítero, individualmente falando. Mas, como a ordenação nos integra num colégio presbiteral, somos co-responsáveis pela realização de todos (CNP, 2001, p. 366).

O decreto conciliar sobre o ministério e a vida dos presbíteros ressalta que, “em virtude de sua ordenação, os presbíteros sejam considerados pelos bispos como auxiliares e conselheiros indispensáveis no ministério, na função de ensinar, de santificar e de governar o povo de Deus” (PO, n. 7). E ainda, “os presbíteros estão sacramentalmente unidos, em íntima fraternidade por causa da ordenação. De modo especial na diocese, em que formam um único presbitério, a serviço do mesmo bispo” (PO, n. 8). Segundo Moro, “essa é, na história da Igreja, a primeira vez que tal fraternidade é dita sacramental, isto é, constitui-se de um vínculo ontológico que a ordenação estabelece com o Cristo e também com os presbíteros entre si” (MORO, 1997, p. 93). Essa fraternidade é sacramental porque provém do sacramento da ordem e “o fato de usar o termo sacramental tem como objetivo levar

os presbíteros a construir uma fraternidade sinal eficaz, sacramento” (MORO, 1997, p. 94). Ou seja, uma fraternidade verdadeira e sincera.

No 10º ENP se enfatizou que, entre as dificuldades mencionadas pelos presbíteros durante a pesquisa realizada no 9º ENP, está o relacionamento no presbitério. “Na convivência entre os presbíteros, as relações são sentidas como menos satisfatórias do que as percebidas nos relacionamentos com os outros ambientes e grupos com os quais o presbítero partilha sua vida” (CNP, 2004a, p. 43). Há também um número considerável de presbíteros que dizem ter dificuldades no relacionamento com o bispo. No entanto, a pesquisa também aponta dados positivos. Vejamos, nos quadros abaixo, em números, como está o nível de satisfação dos presbíteros entre eles mesmos e deles com o bispo:

Relacionamento com os colegas de presbitério

<i>Nível de integração/aceitação</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentuais</i>
Muito boa	67	20,3%
Bastante boa	212	62,2%
Mais ou menos boa	40	11,7%
Pouco	11	3,2%
Nada	0	0%
TOTAL	330	100%

Satisfação no diálogo com o bispo

<i>Nível de satisfação</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentuais</i>
Inteiramente satisfatório	37	11,3%
Bastante satisfatório	162	49,7%
Mais ou menos satisfatório	96	29,4%
Pouco satisfatório	24	7,4%
Nada satisfatório	7	2,1%
TOTAL	326	100%

(Fonte: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBITEROS (CNP). **O presbítero no mundo globalizado**. Instrumento Preparatório ao 10º ENP. Brasília: CNBB, 2004a, p. 44).

Percebe-se que, de modo geral, os presbíteros vivem bem entre si e também com o bispo, embora demonstrem que seus relacionamentos são mais “satisfatórios” em outros ambientes, tais como as amizades que fazem com pessoas e famílias nos locais onde realizam sua ação pastoral. Em relação ao diálogo com o bispo, observa-se que 61% demonstram-se “bastante” ou “inteiramente” satisfeitos, enquanto 82,5% dos presbíteros consideram “bastante” ou “muito bom” o nível de

integração/aceitação no presbitério. Os números de “nada” ou “pouco” satisfeitos (9,5%) com o bispo foi uma surpresa positiva na pesquisa, pois se esperava que esse número fosse maior. Esse resultado positivo também aconteceu em relação ao nível de integração entre o presbitério, pois (somente) 3,2% se mostram pouco satisfeitos e nenhum presbítero se mostrou “nada” satisfeito. Este último dado é relevante e deve ser valorizado como algo bem real e concreto, pois, se, na própria diocese, o presbítero não conseguisse manter vínculos fraternos com nenhum de seus colegas presbíteros, possivelmente ele seria o problema, seria ele quem precisaria procurar auxílio. Todavia, o número dos que se manifestam “mais ou menos” satisfeitos e integrados varia entre 29% (no relacionamento com o bispo) e 11% (com o presbitério).

A CNBB reforça que, “sendo de ordem sacramental, a pertença ao presbitério exige a fraternidade presbiteral como traço fundamental da identidade do presbítero diocesano” (CNBB, 2010, n. 77). Essa pertença se torna símbolo da comunhão dos fiéis e sinal profético do Reino de Deus. Portanto, a comunhão e a fraternidade presbiteral constituem elementos fundamentais na vida dos presbíteros e, em um presbitério unido, a Igreja é fortalecida para melhor desempenhar sua missão de ser sinal de Deus no mundo.

4 ABORDAGEM TEOLÓGICA DA VIDA PRESBITERAL NOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

Este capítulo se propõe a explicitar a teologia da vida presbiteral, presente nos ENPs e, mais concretamente, nos textos produzidos por ocasião de suas realizações. Esclarecemos, contudo, que nossa reflexão não pretende identificar todos os elementos teológicos implicados, mas incidirá sobre estes que julgamos ser mais recorrentes nos textos dos Encontros: o presbítero como servidor em uma comunidade toda ministerial, a identidade e a fraternidade presbiteral, bem como os presbíteros em suas inter-relações em uma Igreja ministerial e servidora do mundo.

Vale salientar que os ENPs são encontros que têm como preocupação de fundo a pessoa e a missão do presbítero, com abordagens e reflexões, principalmente, pastorais. Não é objetivo dos ENPs traçar linhas teológicas e doutrinárias para reger o presbiterato, mas suas reflexões levam em conta o fato de que, para melhor exercerem o seu ministério, os presbíteros precisam ter presente os elementos teológicos que orientam sua vida e missão.

Nesse sentido, e justificando os elementos sobre os quais recaem nossa ênfase, os textos dos ENPs chamam a atenção para a necessidade de os presbíteros terem clareza de que sua vida e seu ministério precisam manifestar sua intimidade com Jesus Cristo, o Bom Pastor, não substituindo-O na comunidade, mas agindo a exemplo d'Ele, como servidor. O Decreto *Christus Dominus*, do Vaticano II, salienta que todos os presbíteros, “diocesanos e religiosos, juntamente com o bispo, participam do mesmo sacerdócio de Cristo que exercem, devendo por isso agir como dedicados cooperadores da ordem episcopal” (CD, n. 28).

Em Cristo, o presbítero encontra um modelo de serviço e, assim, é caracterizada sua identidade, que o chama a viver na fraternidade com os demais presbíteros e também em suas inter-relações com os leigos, em uma Igreja toda ministerial e inserida no mundo. Estes elementos – serviço, identidade, fraternidade e inter-relações – exprimem, a nosso ver, a abordagem teológica apresentada nos ENPs para nortear a vida dos presbíteros no Brasil.

4.1 O PRESBÍTERO COMO SERVIDOR EM UMA COMUNIDADE TODA MINISTERIAL

Todos os ministérios, na Igreja, precisam ser exercidos no espírito de serviço e inspirados no modelo de Jesus Cristo, aquele que se fez servo de todos. No período anterior ao Vaticano II, os ministérios eram “clericalizados”, os presbíteros eram considerados “*alter Christus*” (“dedução cristológica”) e tudo era centralizado na hierarquia. Após o Concílio, os ministérios – não apenas o “ministério hierárquico” – são situados dentro de uma Igreja toda ministerial (“fundamentação eclesiológica”), pois todos os batizados recebem o *tria munera ecclesiae*. Na concepção pré-conciliar, predominava o modelo piramidal, no qual os ministros ordenados ocupavam o topo e os leigos, a base. Após o Vaticano II, há o modelo circular, em que todos são constituídos de modo igual, cada um exercendo seu ministério específico em comunhão com os demais e valorizando-os.

Nesse contexto, o ministério presbiteral é situado dentro de uma Igreja toda ministerial, em que o presbítero é servidor de todos, a exemplo de Jesus Cristo. Ao longo dos ENPs, foi superada uma compreensão do ministério como “dedução cristológica” e passou a ser assumida uma compreensão a partir da “fundamental eclesiológica”, pois se interpretam os ministérios não como poder ou prestígio, mas como serviço à comunidade. Essa nova concepção destaca, principalmente, que é a partir da comunidade que o presbítero busca sua configuração a Cristo, com o rosto próprio daquele grupo de pessoas, com características próprias, a partir daquela cultura, dos costumes, do jeito de ser Igreja e da realidade local. Contudo, essa inculturação não deve ser confundida com descaracterização do evangelho. A essência do conteúdo a ser transmitido continua a mesma, seguindo a Palavra de Deus e a Tradição da Igreja, mas o modo como se vive e se anuncia é que pode ser mudado e adaptado.

A partir de então, a eclesiologia compreende que os presbíteros não são *alter Christus*, nem substituem Cristo na comunidade, mas são chamados a agir como Jesus agiu, sendo servos e servidores. Por isso, os presbíteros “são chamados a prolongar a presença de Cristo, único e sumo Pastor, atualizando o seu estilo de vida e tornando-se como que a sua transparência no meio do rebanho a eles confiado” (PDV, n. 14). Partindo da visão eclesiológica, percebemos que “a Igreja nasce da missão do Filho, Jesus Cristo, e do Espírito Santo, que fundam a Igreja

pela Palavra e pelos Sacramentos, de um lado, como também pela graça e pelos carismas, por outro” (ANTONIAZZI, 2004b, p. 120). É nessa realidade, ou seja, dentro da Igreja, que os presbíteros, dentre outros carismas e ministérios, são chamados a exercer sua missão. O presbítero encontra sua fonte em Cristo, mas se sua ação pastoral não partir da realidade concreta, ou seja, da comunidade, tal ação não terá sentido algum, pois é a partir da comunidade que o presbítero configura-se a Cristo e é nela que ele é chamado a evangelizar. Nesse sentido, ressaltamos que “ministros ordenados e leigos são colaboradores na diversidade de seus serviços; a autoridade dos ministros, que é real, se exerce na Igreja e não sobre ela” (LEGRAND, 1985, p. 227).

Em Cristo, os presbíteros encontram fundamento para a missão, o apostolado, o testemunho, o serviço e o modo como agir no mundo, com os leigos, para serem sinais da presença de Deus. Por isso, o presbítero é, em razão do sacramento da ordem, ministro de Cristo em favor do povo. Ele é a “representação sacramental” de Cristo Pastor (CNP, 2001, p. 399), pois proclama a Palavra com autoridade, repete os gestos de perdão de Cristo e é chamado para o anúncio do Evangelho ao mundo para a edificação da Igreja (PDV, n. 15). O 8º ENP destaca que “o presbítero é homem todo *relativo a Cristo*. Está ao seu serviço e à sua disposição. Sua vida é toda *subordinada* a Cristo-Pastor e voltada à *imitação* do Bom Pastor” (CNP, 2001, p. 401). Ou seja, toda sua vida – e ação – precisa estar relacionada a Cristo, do qual ele é subordinado, no sentido de ser servo e servidor, e no qual encontra um exemplo de pastor a ser imitado em seu pastoreio. Portanto, ser *relativo*, *subordinado* ou *imitar* a Cristo, não significa substituir a presença de Cristo na comunidade (*alter Christus*), mas significa que a vida e o ministério do presbítero precisam estar fundamentados na vida e na ação de Jesus Cristo, o Bom Pastor.

Nesse sentido, o 8º ENP enfatizou que o presbítero é sinal (sacramento) e manifestação (epifania) de Jesus Cristo em uma relação com a Trindade:

O presbítero é “*sacramento*” e “*epifania*” do Bom Pastor. Mas, justamente por causa do mesmo Cristo, devemos remontar mais para o alto, e buscar a fonte última dessa identidade no Mistério Trinitário. Pois o próprio Cristo só encontra sua identidade no contexto da Trindade. E é para dentro desse Mistério que Ele nos leva como a nosso destino último (CNP, 2001, p. 402).

Por isso, a Trindade é a fonte e a razão última de todo ministério. A própria comunidade em que o presbítero desenvolve seu ministério e ajuda a edificar o Reino carrega o selo da Trindade: ela deve refletir o mistério de comunhão de vida, de amor e de alegria que é a característica da Trindade.

Por isso, o presbítero é um *apóstolo do Pai* – enquanto enviado por Deus ao mundo para a evangelização; *servo de Cristo* – no qual encontra o modelo para sua vida e ação pastoral; e *consagrado do Espírito Santo* – para ser sinal e presença que santifica as pessoas, evangeliza a todos e edifica o Reino. Enfim, em virtude da consagração que recebe no sacramento da ordem, o presbítero “é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como pastor do seu povo é configurado, de modo especial para viver e atuar, na força do Espírito Santo, a serviço da Igreja e para a salvação do mundo” (CNP, 2001, p. 403).

O relacionamento do presbítero com Jesus Cristo e, nele, com a sua Igreja situa-se “no próprio *ser* do presbítero, em virtude da sua consagração/unção sacramental, e no seu *agir*, isto é, na sua missão ou ministério” (PDV, n. 16). Agindo dessa forma, o presbítero manifesta que seu ser e seu agir acontecem na Igreja, que está essencialmente ligada a Cristo.

O 8º ENP afirma ainda que, enquanto participante da mediação sacramental de Cristo, o presbítero está mais *ao lado* dos irmãos – para levá-los diretamente a Cristo – do que *entre* eles e Deus. Se observarmos as atitudes de alguns presbíteros, que agem de acordo com seus próprios critérios, julgando-se superiores à Igreja e como únicos donos da verdade, poderíamos dizer eles são empecilho para que as pessoas possam se aproximar e experimentar Deus. Por isso, “os cristãos esperam encontrar no sacerdote não só um homem que os acolhe, que os escuta com gosto e lhes testemunha sincera simpatia, mas também, e sobretudo, um homem que os ajuda a encontrar Deus, a chegar até ele” (CNP, 2001, p. 393). Nesse ponto, para que o presbítero ajude as pessoas a encontrarem Deus, ele precisa ter uma intimidade espiritual, uma vida profunda de oração, uma ação contemplativa que o configure a Cristo, pois, do contrário, não conseguirá levar as pessoas até Ele.

Para responder à sua identidade mais profunda, que é teo-ontológica, o presbítero é *chamado* a ser antes de tudo o que é: um “*homem de Deus*” (1Tm 6,11). Um homem que vive profundamente imerso no mistério trinitário: abandonado e inteiramente disponível à vontade do Pai; empenhado no seguimento de Jesus e no prosseguimento do seu

Evangelho através da prática da caridade pastoral; conduzido pela liberdade do Espírito numa vida de comunhão e esperança. Isso não é idealismo, mas a verdade do “tesouro” de que o presbítero é portador, embora sendo um “vaso de barro” (2Cor 4,7) (CNP, 2001, p. 405).

Por carregar um tesouro, embora em vaso de barro, o presbítero precisa de vigilância constante para não se enveredar por caminhos tortuosos que coloquem em risco tão grande dádiva. A realidade demonstra que muitos descuidam dessa vigilância e, por isso, caem em problemas e obstáculos que afetam sua vida pessoal e pastoral.

Para ser um “homem de Deus”, o presbítero precisa ter uma mística que oriente sua vida e ministério. Por isso, a raiz espiritual da vida e do ministério pastoral do presbítero se manifesta na relação íntima que existe entre “*ministério*” e “*mistério*” e “*mística*”.

Ministério é todo serviço prestado à obra da evangelização, na comunidade eclesial ou no mundo (CNP, 2010a, p. 20). Segundo o 8º ENP, o “ministério” pastoral nasce do “mistério” da vocação e do envio divinos e, por isso, solicita uma “mística”. Portanto, “todo ministério, por haurir do mistério, carrega uma mística”. Assim, o ministro é um consagrado do Espírito e é por isso um místico ou um espiritual. Essa vocação mistérica ou espiritual do presbítero se manifesta de modo todo particular na ordenação, pois “aí ele é plasmado pelo Espírito e transformado em ‘homem de Deus’. Torna-se um ‘consagrado’ a partir de seu interior. Pois o Espírito, tudo o que toca, transforma e vivifica” (CNP, 2001, p. 406). Salientamos, neste particular, que a comunidade é formada por diversos carismas e ministérios e todos são importantes para que a evangelização aconteça. Cada um tem seu valor, suas potencialidades, atinge certo tipo de pessoa e personalidade. Por isso, todos precisam ser valorizados, incentivados e motivados para se empenharem com vivacidade na ação pastoral.

Mas, qual seria, na Igreja, a função do ministério pastoral? Certamente, uma função de presidência, no sentido em que os bispos e, no seu nível, os presbíteros, são responsáveis pela vitalidade e unidade das comunidades cristãs e pela fidelidade delas ao testemunho apostólico. Contudo, ressaltamos e reafirmamos que essa presidência não pode ser entendida como poder ou prestígio, mas como serviço.

Segundo o 8º ENP, podemos caracterizar o essencial do ministério pastoral do bispo e dos presbíteros nestes seis elementos: a) a ordenação episcopal ou presbiteral confere carisma para guiar a Igreja; b) os pastores, pela ordenação, tornam-se vínculos da Igreja; c) os pastores presidem a edificação da Igreja em uma sociedade e em uma cultura determinadas; d) sua posição à frente da Igreja identifica os pastores, porém a Igreja também necessita dessa presidência para sua própria identidade; e) o ministério ordenado tem tríplice dimensão: profética, sacerdotal e régia; f) o cargo de bispo e de presbítero é sempre colegial (CNP, 2001, pp. 386-388). Esses elementos colocam em evidência que o presbítero está totalmente inserido na Igreja, da qual ele é membro e ministro e, nela, em comunhão com o bispo, é chamado a ser o pastor que conduz o rebanho a um lugar seguro, ou seja, ao Reino de Deus. E é exatamente nessa inserção na Igreja que a doação, a disponibilidade e a capacidade de se entregar em favor dos irmãos precisam acontecer na vida presbiteral.

O presbítero é aquele que deve promover a unidade da comunidade. Ele é “homem de comunhão” (PDV 17). Por isso, diz-se “ministro da unidade”. O 8º Encontro Nacional destaca que, no Concílio, “os presbíteros foram postos no meio dos leigos para levarem todos à unidade da caridade. (...) É tarefa deles harmonizar de tal forma as diversas mentalidades, que ninguém se sinta estranho na comunidade dos fiéis (PO 9,3)” (CNP, 2001, p. 389). Para isso, faz-se necessário que o presbítero realmente busque servir, a exemplo de Cristo, e se torne, a cada dia, um verdadeiro discípulo fiel e que desempenhe seu ministério com profundo amor à Igreja.

4.1.1 Os ministérios: serviços *da, na e para* a Igreja

Os ministérios⁵², ordenados e não ordenados, estão diretamente ligados à Igreja: “são serviços da Igreja e para a missão da Igreja” (ALMEIDA, 1989, p. 13). A variedade de dons, carismas e serviços é uma riqueza para a comunidade e não pode ser motivo para competição, rejeição ou discriminação. Diante disso, a CNBB enfatiza que “grande é o desafio da educação para a vivência da unidade na diversidade, fundada no princípio de que todos são irmãos e iguais em dignidade (Gl 3,28)” (CNBB, 2011, n. 98). A Conferência dos Bispos destaca ainda que é necessário um despertar para a diversidade ministerial, “na qual todos, trabalhando em comunhão, manifestam a única Igreja de Cristo, sejam eles leigos e leigas e ministros ordenados” (CNBB, 2011, n. 104). Os ministérios são, necessariamente, um serviço *da* Igreja, pois nascem a partir dela, um serviço *na* Igreja, pois precisam ser exercidos em comunhão e a partir de dentro da comunidade eclesial, e um serviço *para* a Igreja, pois devem levar a Boa-Nova a todos.

No cristianismo primitivo, não se encontra um modelo único na organização dos ministérios, pois, como lembra o 1º ENP,

em princípio, cada comunidade se provê dos ministérios de que precisa para evangelizar e para servir ao mundo, acolhendo as indicações do Espírito. Isso se verifica particularmente nas comunidades do Novo Testamento, que apresentam grande criatividade e pluralismo de soluções. Ao mesmo tempo, a busca da comunhão e cooperação das comunidades locais suscitaram rapidamente ministérios comuns, a serviço de toda a Igreja. Por diversos motivos, o pluralismo inicial foi excessivamente empobrecido ao longo dos séculos. Apenas algumas formas de ministério sobreviveram. Na Igreja ocidental, os ministérios foram, aos poucos, reduzidos ao ministério hierárquico, por sua vez entendido de forma restrita como ministério sacerdotal (CNP, 2001, p. 32).

⁵² Há um sentido “estrito” do termo ministério, que se coloca entre um sentido “totalizante” (ministério = missão global da igreja) e um sentido “amplo” (ministério = todo serviço prestado à comunidade). “Dentro desse sentido estrito (ministério = carisma em estado de serviço acolhido pela comunidade), estão-se distinguindo, na organização atual dos ministérios na Igreja, os seguintes grupos: ministérios “de fato”, quando o carisma é ligado a um serviço significativo para a comunidade, mas não é estável, podendo vir a desaparecer ao variarem as exigências ou as situações; ministérios “instituídos”, quando o carisma, embora não ligado a uma consagração sacramental, é orientado a um serviço preciso, estavelmente e vitalmente exigido pela comunidade, com verdadeira responsabilidade, e é reconhecido pela Igreja através de um ato de instituição; ministérios “ordenados”, ministério da unidade da Igreja e da síntese dos carismas e ministérios, estabelecido desde as origens, ainda que com diversidade de formas, e chamado a perdurar até o retorno de Cristo, sendo conferido pelo sacramento da ordem em seus atuais três graus: diaconato, presbiterato e episcopado” (ALMEIDA, 1989, p. 191).

Essa visão de ministério restrita aos ministros ordenados, ou, mais ainda, ao presbiterato, empobreceu a eclesiologia e colaborou com o acento clericalista, que permeou boa parte da história da Igreja, e ajudou a aumentar a distância/separação entre os “clérigos” e os leigos. Contudo, o Concílio Vaticano II resgatou a ministerialidade da Igreja. A partir daí foi revalorizada a vocação comum de todo cristão, como vocação à santidade e à participação ativa na missão da Igreja. No Brasil, após o Concílio, acentuou-se o movimento de redescoberta dos ministérios e o desenvolvimento de estruturas ministeriais adequadas às necessidades das Igrejas locais.

A CNBB destaca que os ministérios podem ter diversas configurações:

- *serviços* prestados espontânea e temporariamente à comunidade cristã;
- *ministérios confiados* a leigos através de mandato ou simples reconhecimento de fato;
- *ministérios instituídos*, especialmente os de Leitor e Acólito, que podem ser conferidos tanto a leigos quanto a candidatos ao sacramento da ordem;
- *ministérios ordenados* conferidos pelo sacramento da ordem, nos seus três graus: diaconato, presbiterato e episcopado (CNBB, 1981, nn. 159-162).

O critério fundamental da organização dos ministérios é que eles estimulem a comunidade cristã no serviço à Igreja e que correspondam às necessidades da comunidade eclesial e de sua missão no mundo, especialmente na evangelização.

Nesse ponto, destacamos que, na história da Igreja, houve um grande destaque ao ministério ordenado e, conseqüente, desvalorização dos demais ministérios. O Vaticano II busca dar o devido valor a todos os ministérios e enfatiza que há uma “diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantém, por isso, estreita relação entre si” (LG, n. 10). Nessa perspectiva, Almeida salienta que

o “sacerdócio” ministerial é relativo ao comum, enquanto todo o seu sentido está em promover e servir a este, tornando possível a atuação plena de todas as suas virtualidades eclesiais e pessoais; o comum relaciona-se ao ministerial, não no sentido de que este seja, de alguma maneira, finalidade daquele (é verdade o contrário), nem propriamente porque o sacramento da ordem supõe o batismo, mas, sim, no sentido que o sacerdócio comum tem necessidade de encontrar no “sacerdócio” ministerial o sinal da graça de Cristo Cabeça, para poder realizar-se plenamente. Neste contexto, é evidente o significado da afirmação conciliar segundo a qual o sacerdócio comum e o “sacerdócio” ministerial são diferentes essencialmente e não

apenas em grau. São, na verdade, dois modos de participação ao único sacerdócio de Cristo (ALMEIDA, 1989, p. 197).

Essa distinção e compreensão entre o sacerdócio comum dos fiéis e o “sacerdócio” ministerial são importantes para que não se incidam em equívocos ou impropriedades nas afirmações. De modo geral, há interpretações equivocadas e que colocam o “sacerdócio” ministerial em um grau superior aos demais, tentação já superada pelo Vaticano II. Essa tentação é reforçada principalmente pelos presbíteros que têm uma inclinação ao autoritarismo. Muitas vezes eles não conseguem convencer os leigos com argumentos sólidos e seguros e então usam o autoritarismo para sobrepor suas opiniões. Faz-se necessário, contudo, que as ações tenham como pressuposto a força do argumento e não o argumento da força.

A vida dos presbíteros é enfatizada nos Encontros Nacionais como inserida nesse contexto eclesial. O 8º Encontro Nacional destaca que o ministério presbiteral é um “ministério *da Igreja* (uma função eclesial que repousa sobre um dom do Espírito), um ministério *na Igreja* (não ao lado, nem acima, nem abaixo da Igreja) e *para a Igreja* (a serviço de sua vida e missão) (CNP, 2001, p. 385). Portanto, o presbítero é um ministro *da, na e para* a Igreja. Sendo assim, ele desempenha um ministério eclesial. “Na Igreja, alguns são escolhidos para tomarem parte no pastoreio de Jesus. Os presbíteros são pastores por delegação e, portanto, *por participação*” (CNP, 2001, p. 400). Ou seja, eles participam do pastoreio de Jesus e, enquanto discípulos, são também ovelhas de Cristo, mas enquanto pastores da comunidade – missão assumida através do sacramento da ordem – participam da ação do verdadeiro Pastor, Jesus Cristo. É nessa relação dialética de ser pastor e ovelha que o presbítero precisa compreender sua vida e ministério. Ele não pode ser somente ovelha, pois o sacramento da ordem lhe imprime o caráter de pastorear uma comunidade, mas ele também não pode ser só pastor: também deve-se deixar pastorear pelo Cristo, pois, desse modo, mantém o seu ponto de referência no Sumo e eterno Pastor. Conduzindo a comunidade e sendo conduzido por Cristo é que ele conseguirá cumprir mais plenamente sua missão.

O 1º ENP destaca alguns elementos que são fundamentais para compreender o presbiterato. Segundo este encontro,

- O ministério presbiteral está associado, desde sua sistematização no século II, ao ministério episcopal;

- O ministério presbiteral é dom ou graça conferido pelo sacramento da ordem para a evangelização e para a edificação da Igreja;
- O presbítero, assim ordenado, tem por função, em face da comunidade para a qual é enviado, representar a pessoa de Cristo, enquanto é Ele que convoca a Igreja e a envia em missão;
- A função de representante de Cristo não separa o presbítero da comunidade dos fiéis, dos quais permanece irmão (PO, n. 9);
- Na edificação da comunidade e na sua animação missionária, a serviço da evangelização, o presbítero não pode ser representante de Cristo, senão mediante sua inserção na Igreja (CNP, 2001, pp. 37-38).

O presbítero há de ser, assim, homem apaixonado pelo seu povo e pelo seu ministério. Sem ardor apostólico, sem o entusiasmo do Espírito, nada se faz de grande, nem de santo. O presbítero precisa ser um homem que carrega dentro dele a chama que arde, o portador de fogo que ele anseia 'se alastre sobre a terra' (Lc 12,49), homem impelido para a missão porque abrasado pelo Espírito, como os apóstolos depois do Pentecostes.

Para que Deus se *sirva de nós*, devemos antes nós *servir a Deus*. Para falar bem *de* Deus, precisamos antes falar - e muito - *com* Ele. Então nossa pastoral será não só uma ação *para* Deus (em seu favor), mas também uma ação *por* Deus (por meio d'Ele) (grifos do autor) (CNP, 2001, p. 411).

Essa intimidade com Deus se faz necessária a todos os ministérios, pois sem acesso à fonte, que é Deus, correrão o risco de anunciar a si mesmo ou a outros deuses que não o Deus vivo e verdadeiro, o mestre servidor, que é exemplo de entrega por amor à humanidade. Portanto, o serviço, em uma comunidade toda ministerial, precisa ser expresso através da doação e de um amor incondicional, de quem tudo faz pela pessoa amada (neste caso, pela Igreja). Por isso, o encontro pessoal com Cristo e a prática do ministério com um amor pastoral e com os olhos fixos n'Ele (Lc 4,20) constituem a identidade profunda do presbítero (CNP, 2001, p. 411).

4.1.2 O ministério presbiteral: um serviço eclesial em favor de todos

Jesus disse a seus discípulos: "Se alguém quer ser o primeiro, seja o último de todos, aquele que serve a todos" (Mc 9,35). E o mais importante é que Jesus não

só falou sobre o serviço, mas foi um servidor. Toda a sua vida foi um gesto de amor e de serviço.

Portanto, a concepção verdadeiramente cristã do ministério ordenado exclui qualquer forma de clericalismo, ou seja, de assumir o *status* do ministério como profissão e fazer do presbiterato uma espécie de casta burocrática que se apresenta como “especialista” nas coisas de Deus e usa o nome divino em benefício do seu poder ou prestígio, tentação comum a ministros ordenados. Ao contrário do clericalismo, o ministério pastoral é de inserção amorosa como a encarnação de Jesus, verdadeiro Pastor, e, como Jesus, jamais usa o nome de Deus em proveito próprio (CNP, 2001, p. 480).

Por isso, é relevante destacar que “não há evangelização e testemunho autêntico de Cristo, quando o ministério perde o seu caráter de serviço” (CNP, 2001, p. 33). O 1º ENP enfatiza que o espírito de serviço não deve ser interpretado subjetivamente pelo ministro (ordenado ou não ordenado), como mera intenção de servir. A boa intenção é louvável e necessária, mas insuficiente. O que o ministro precisa procurar é dispor-se objetivamente em atitude de serviço em face da vontade de Deus e das necessidades da comunidade (CNP, 2001, p. 33).

O 9º ENP, realizado em 2002, busca traçar o perfil do presbítero no novo milênio e propõe que, além de servidor, ele viva em unidade com os demais ministérios em um modelo de Igreja-comunhão. Concretamente, isso significa:

- Despojar-se de qualquer tentação de clericalismo;
- Viver o ministério como pertencente não a si mesmo, mas sim à comunidade na qual exerce o ministério. Viver o ministério de forma colegial, ou seja, com efetiva e ativa solidariedade com os colegas presbíteros;
- Ser ministro cuja missão fundamental é testemunhar o Reino de Deus, solidário com o povo que sofre e enfrenta os graves problemas do mundo de hoje, problemas que não são alheios ao ministério do presbítero nem de sua preocupação pastoral (CNP, 2001, pp. 486-487).

Esse Encontro Nacional destaca ainda que, para viver realmente em conformidade com esse perfil, o presbítero deve pedir a Deus a graça de ser animado pelo Espírito Santo e encorajado a ser, verdadeiramente, servidor na comunidade, mesmo em uma sociedade que dissemina valores contrários. Vivemos em um tempo no qual muitos querem apenas ser servidos. É a lei do menor esforço: fazer tudo para ter mais, porém com menos empenho e dedicação. A lógica do

Reino de Deus é contrária a tudo isso e nos orienta a sermos primeiramente servidores. Na concepção atual, isso se apresenta como uma tarefa difícil de ser cumprida e muitos presbíteros estão totalmente imersos nessa mentalidade capitalista e moderna e assim, em sua paróquia, sabem, muito mais, dar ordens que se apresentar como servos do povo.

Por um lado, por ser servidor – embora tenha a função de governar –, não cabe ao presbítero determinar o que os outros precisam fazer, mas colocar-se a serviço de todos, em corresponsabilidade com todos. Por outro lado, há também a necessidade de que a comunidade perceba, verdadeiramente, que o presbítero é um servidor. Ele não pode somente *dizer* que é servo; não lhe basta só o discurso, mas é preciso demonstrar, *por meio das atitudes*, o seu compromisso para com a comunidade eclesial e com o Reino de Deus. O Papa Paulo VI dizia que “o homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres ou então, se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas” (EN, n. 41).

Nesse sentido, o 2º ENP destacou que

a caminhada da Igreja e a reflexão teológica apontam para um presbítero “servidor do povo de Deus”, que se adapta às exigências específicas da comunidade eclesial a que serve, sem perder a fidelidade à sua vocação apostólica, que o torna sinal da universalidade da Igreja e do dinamismo com que ela vem caminhando na história desde Cristo e os apóstolos (CNP, 2001, p. 73).

Vale ressaltar o caráter da apostolicidade do ministério ordenado (e de todos os ministérios), pois não se pode falar adequadamente de carisma e de ministério sem referir-se à apostolicidade da Igreja e ao papel dos Apóstolos. Essa apostolicidade remete às raízes do cristianismo e indica “toda realidade que qualifica a vida e a obra da Igreja (autoridade, ministérios, serviços, sacramentos, missão etc.)” (ALMEIDA, 1989, p. 184).

Alguns autores fazem a distinção entre a estrutura e a figura do presbítero. A estrutura seria a natureza do ministério, a qual cremos ser permanente e imutável. A figura ou o modo de ser do padre é mutável e adapta-se a cada tempo (CNP, 2001, p. 480). Porém, essa mutabilidade deve acontecer somente naquilo que não afete a estrutura de sua vida e de seu ministério, ou seja: o que é essencial para configurar o presbítero precisa ser mantido como valor e buscado constantemente.

Em uma sociedade em que as pessoas buscam coisas extraordinárias e valorizam os eventos que reúnem multidões – inclusive na Igreja, com os eventos de

massa, que talvez contribuam pouco para a evangelização –, no 13º ENP emerge um novo modo de abordar o presbiterato a partir do conceito de elementaridade, assim explicado por Suess no Instrumento Preparatório a esse ENP:

O sacerdote elementar é o presbítero do bom senso que tem o dom de 'elementarizar' a fé no meio dos desacreditados e dos que não acreditam mais em si mesmos; o dom de dizer com poucas palavras e gestos elementares a razão de sua esperança aos desesperados; o dom e a força de abraçar aquela parte da humanidade que o mundo competitivo considera descartável. (...) O sacerdote elementar é teologicamente perspicaz, bem informado, inteiro e livre. Reconhece os sinais do tempo, seu lugar social e sua missão. Sabe que o plural das ofertas religiosas não lhe permite mais o papel exclusivo que teve na cristandade (CNP, 2010a, p. 35).

Segundo o mesmo autor, o presbítero elementar, por ser solidário, por ter empatia e compaixão, é contemporâneo com o povo que carrega um fardo pesado e com todos os que buscam um sentido para a vida. Ele vai ao encontro das pessoas, procurando assumir suas linguagens e seus costumes (CNP, 2010a, p. 36). O presbítero elementar é, assim, aquele que anuncia o evangelho e fala de Deus a partir de suas próprias ações, ou seja, é um bom pastor, um servidor a exemplo de Cristo no amor e no serviço. A propósito, “o bom pastor não é aquele cujo nome está em evidência, mas aquele que faz a comunidade encontrar, pela evangelização integral, a plenitude da vida” (CNP, 2010a, p. 21).

É desse tipo de presbítero que a Igreja precisa no atual contexto eclesial. No entanto, há, atualmente, o fenômeno dos presbíteros midiáticos. Nesse ponto, destacamos que existem os “padres *na* mídia” – aqueles que não se deixam usar pelos meios de comunicação, mas se valem da mídia para evangelizar, proclamando a Palavra de Deus com profetismo –, e os “padres *da* mídia” – aqueles que são usados pelos meios de comunicação e que não tem como princípio a evangelização, mas o ibope, o sucesso, o aspecto financeiro, deixando, muitas vezes, o caráter profético de lado, pois, do contrário, não serão mais convidados para estrelar naquele espaço. Estes presbíteros, os *da* mídia, são os que parecem confundir os ideais de muitos cristãos que gostam do padre que aparece na TV (do seu jeito, de suas músicas, danças, pregações, enfim, de seu “estilo”) e passam, então, a analisar o presbítero de sua própria paróquia (o padre elementar) a partir daquelas características que eles vêem no presbítero da mídia. Nessa perspectiva, o 8º ENP enfatizou que

a imagem pública desses presbíteros *pop star* deve mexer com a cabeça de muito seminarista e induzir à imitação. Os próprios fiéis, fascinados por esse tipo de culto e de linguagem, vividos com alta intensidade emocional, passam a cobrar dos outros presbíteros mudanças na maneira de celebrar e de se comunicar. E assim, o novo processo parece penetrar pelo corpo inteiro da igreja, causando naturalmente perplexidades (CNP, 2001, p. 440).

Porém, não são os presbíteros midiáticos que estão convivendo cotidianamente com as pessoas, acompanhando suas lutas e vitórias, decepções e tristezas, mas sim o presbítero elementar. É este que está na base da Igreja e que dá sustentabilidade à evangelização. É este realmente o servidor, o que busca configurar-se a Cristo. Vale ressaltar, entretanto, que nem tudo o que os presbíteros midiáticos fazem é negativo, pois, muitas vezes parecem “responder a demandas orgânicas que a sociedade de hoje faz à religião” (CNP, 2001, p. 441). Segundo o 8º ENP, essas demandas seriam a de uma fé mais emocional, que valoriza a expressividade corporal, na busca da identidade especificamente católica (abalada pela “avalanche pentecostal”), bem como, a demanda da subjetividade, segundo a qual o importante é “sentir Deus”, “curtir a oração”, fazer “experiências religiosas” (cf. CNP, 2001, p. 441). Por isso, ressaltamos que os presbíteros midiáticos atendem a um contexto socioeclesial e que, portanto, eles têm seus valores e podem levar muitas pessoas a Deus; contudo, o que queremos enfatizar aqui é, tão somente, que este não é o modo ordinário de evangelizar. O Reino de Deus passa pela cruz e pelos pequenos gestos, e não pelo sucesso e pela fama. A ação pastoral acontece, verdadeiramente, em uma comunidade de base, na qual cada cristão deve ser protagonista da evangelização.

Evangelizar constitui, enfim, a razão de ser da própria Igreja. Ela existe para introduzir e resgatar, no mundo, os valores do Reino. As reflexões e documentos dos ENPs são permeados pela primazia da evangelização. Evangelizar significa, antes de tudo, retomar aquele movimento iniciado por Jesus que tem como objetivo imediato anunciar a Boa Nova do Reino de Deus. “Este anúncio pode assumir a configuração de testemunho de vida, de denúncia profética e ação transformadora da comunidade daqueles que acreditam no Evangelho” (CNP, 2010a, p. 20).

Por isso, a essência do ministério presbiteral não está em tarefas que a Igreja tenha reservado unicamente ao presbítero, mas no testemunho, na autoridade e na função de direção que a Igreja lhe atribui pela ordenação sacramental, invocando sobre ele o ‘espírito de governo e de conselho’ (CNP, 2010a, p. 27). Se o presbítero

testemunhar concretamente, em sua vida e em seu ministério, sua unidade com Deus, suas ações serão mais eficazes e eficientes. Aliás, Deus é a única riqueza que, de modo definitivo, os seres humanos desejam encontrar em um presbítero (CNP, 2010a, p. 39).

4.2 A IDENTIDADE PRESBITERAL

Os ENPs têm buscado se constituir em um espaço de debate e amadurecimento na reflexão teológica sobre a vida dos presbíteros do Brasil, procurando explicitar os elementos que constituem a sua identidade. Pode-se dizer que, de modo geral, “o tema da identidade esteve presente em quase todos os ENPs” (CNP, 2010a, p. 24).

A busca da identidade comporta, certamente, questionamentos e dúvidas para a vida presbiteral, uma vez que o presbítero é um ser humano, com desejos, pulsões, carências afetivas e anseios de realizações pessoais. Assumir todos esses elementos e administrá-los com sinceridade e honestidade não é tarefa fácil, contudo isso não caracteriza algo negativo. Pelo contrário, pode ser algo altamente positivo, que, se bem conduzido, fará com que o presbítero seja uma pessoa madura e consciente de suas opções.

O Diretório para o ministério e a vida do presbítero ressalta que

a identidade do sacerdote deriva da participação específica no Sacerdócio de Cristo, pelo qual o ordenado se torna, na Igreja e para a Igreja, imagem real, viva e transparente de Cristo Sacerdote, “uma representação sacramental de Cristo Cabeça e Pastor”. Através da consagração, o sacerdote “recebe como dom um ‘poder’ espiritual que é participação na autoridade com a qual Jesus Cristo, mediante o Seu Espírito, guia a Igreja”. Essa identificação sacramental com o Sumo e Eterno Sacerdote insere especificamente o presbítero no mistério trinitário e, através do mistério de Cristo, na Comunhão ministerial da Igreja para servir o Povo de Deus (DMVP, n. 2)

No atual contexto socioeclesial, marcado por profundas e rápidas mudanças, constitui-se tarefa árdua o ter clareza a respeito da identidade. Dessa forma, os ENPs se empenharam em tentar delinear algumas características da vida presbiteral, partindo do conceito tridentino, em que o “clero” estava separado dos leigos, até chegar ao Vaticano II, que apresenta o conceito de comunhão e

corresponsabilidade. Dessa forma, é possível perceber a evolução da teologia do presbiterato.

4.2.1 A busca da identidade presbiteral no atual contexto socioeclesial

A identidade presbiteral, assim como a identidade de todo cristão, encontra na Santíssima Trindade a sua própria fonte. O presbítero é um enviado do Pai, como Cristo, na força do Espírito Santo (PDV, n. 12). A identidade de uma pessoa é aquilo que a identifica enquanto tal, é sua marca, sua característica principal, como podemos observar a partir das reflexões do 2º ENP:

A identidade representa questão crucial no processo de realização e maturação do ser humano. Quem sou? O que me motiva e define? Como me posiciono no mundo? Que valores e objetivos me orientam? Que forças movem meus sentimentos, minhas idéias, minhas opções de fundo? Onde estão as certezas que dão fundamentação e rumo à minha ação? Quais as ambigüidades, as penumbras, os conflitos que tornam pesado o meu existir? Quem é “outro” para mim? Quem é meu interlocutor, meu companheiro? A quem amo? Para quem e para que existo? Que sentido dou à minha vida? O que é para mim história e tempo? Que transcendência e experiência me ensinou a assumir como realidade última? Quem é o Deus em quem acredito? (CNP, 2001, p. 90).

Questões como essas constituem a substância e a matéria-prima da definição da identidade pessoal de cada ser humano. A essas perguntas, “por lançarem raiz nas elaborações mais fundas do inconsciente”, não podem ser dadas respostas de forma apressada ou superficial, pois, possivelmente, isso implicaria sérios equívocos. Tais questões, por sua natureza, sempre retornam à mente, e “não são charada de resposta única e certa”. “São antes, mistério, para o qual existe não uma resposta, mas um sentido que o homem pode encontrar dentro da irrepetibilidade de seu existir” (CNP, 2001, p. 91).

Através da busca de respostas a esses questionamentos, os presbíteros terão mais clareza a respeito de quem eles são e de qual o seu papel enquanto presbíteros, para que não se percam em atividades desnecessárias e não condizentes com seu estado de vida⁵³. Para se compreender a identidade é preciso

⁵³ O pluralismo protege os presbíteros da crise de vida. Assim, pode haver uma crise de sentido e não haver uma crise de vida, o que explica de certo modo por que muitos presbíteros podem continuar sendo presbíteros sem observar muitos dos valores da vida presbiteral. O individualismo e o pluralismo são as condições sob as quais os presbíteros, na modernidade, têm de estabelecer padrões para a sua vida. A crise pessoal da identidade do presbítero não atinge a identidade do presbítero católico construído ao longo dos séculos. A crise de identidade é algo pessoal e nasce no

buscar auxílio através das diversas ciências que estudam o ser humano como um todo.

O pós-Concílio, com sua abertura ao mundo moderno, trouxe para dentro da Igreja e para dentro da vida e do coração do presbítero as perguntas fundamentais da identidade pessoal. E, por isso, a CNP destacou que esse período “foi a época da crise de identidade do clero apontada por pesquisas realizadas em quase todos os países de cristandade” (CNP, 2001, p. 92).

Os anos que sucederam ao Vaticano II mostraram que a crise do modelo anterior era profunda e que o Concílio contribuíra para acelerar seu desfecho, muitas vezes dramático do ponto de vista pessoal. Enquanto isso, a elaboração de novo modelo de ministério demorava. Embora essas dificuldades tenham causado forte impacto e muitos sofrimentos, em uma perspectiva histórica mais ampla e objetiva, elas não são surpreendentes. “Muitos esqueceram ou ignoraram que o próprio modelo tridentino do sacerdócio não foi implantado sem resistência e num dia”. E, ainda, vale dizer que “até onde as reformas de Trento foram aplicadas rapidamente, a reforma do clero não se deu antes de duas ou três gerações. No Brasil mesmo, somente no século XIX o modelo tridentino se impôs amplamente” (CNP, 2001, p. 63).

Devemos salientar que, em uma visão eclesiológica, concebida a partir do Concílio Vaticano II, o ministério ordenado não detém o monopólio de todos os ministérios, como de fato acontecia na Igreja pós-tridentina. A Igreja toda é carismática e ministerial. O ministério ordenado é um dos ministérios, mais exatamente: é o ministério da síntese da unidade (mas não é a “síntese dos ministérios”). O que falta é a prática decorrente dessa eclesiologia, que desde o Concílio, penetra sempre mais profundamente na consciência do povo cristão (CNP, 2001, p. 67).

Contudo, para muitos fiéis, principalmente para aqueles que pouco participam da vida eclesial, a Igreja se reduz aos ministros ordenados e, então, essas pessoas não conseguem olhar para as lideranças e leigos em geral como Igrejas vivas e

cerne da missão, e não em consequência de conflitos morais de ordem puramente pessoal. Não é uma crise de fé nem de moralidade. Qual presbítero não conheceu, uma ou outra vez em sua vida, alguma sutil tentação que, se consentida, atingiria mais ou menos gravemente a fidelidade do presbiterato: solidão excessiva, invasora afeição, ímpetos de independência, desejo de sucesso humano? A figura do presbítero não é posta em questão, mas o conflito surge como uma espécie de inadaptação em relação à missão que lhe foi confiada e os novos valores da sociedade secularizada. Muitas vezes, para suplantiar esses conflitos ou não ter problemas com a hierarquia ou decepcionar fiéis, ele acaba usando máscaras (SANTOS, 2010, p. 39).

atuantes no mundo. Essa visão precisa ser superada. Vejamos um exemplo: quando uma pessoa está enferma, a família pede a alguém da Igreja para ir visitá-la, mas esse “alguém”, necessariamente, na compreensão da família, precisa ser o presbítero. Podem ir várias pessoas de diversas pastorais (pastoral da saúde, ministros extraordinários da comunhão eucarística, pastoral da pessoa idosa, etc) visitar aquela pessoa, mas se o presbítero não for, a família não se sente satisfeita. Enquanto essa mentalidade persistir, será difícil superar os conflitos que encontramos em relação a certo clericalismo e também à sobrecarga de atividades, bem como à escassez de presbíteros. Todos têm sua identidade própria e específica – leigos e ministros ordenados – e, por isso, todos devem ser valorizados e incentivados, ressaltando-se o aspecto ministerial da Igreja.

Portanto, a busca da identidade é constante – pois o ser humano é dinâmico, complexo, inacabado –, e precisa levar o presbítero a questionar-se profundamente sobre suas opções, confrontando-as com a realidade em que está inserido e de acordo com suas motivações na vida pessoal e ministerial. A identidade presbiteral não se dá de forma pronta e acabada no momento da ordenação, mas se firma ao longo da vida. Nesse sentido, o 6º ENP destaca que “por mais que o seminário maior possa se esmerar na formação pastoral dos candidatos, é só com a ordenação e a entrada efetiva no ministério que a identidade pode ser testada e se firmar” (CNP, 2001, p. 326). E ainda, “são os anos de decepções e realizações do primeiro quinquênio ou decênio do sacerdócio que dão a configuração mais definitiva de sua identidade como homem e como presbítero” (CNP, 2001, p. 327).

Por isso é importante que o presbítero seja acompanhado em seus primeiros anos de ministério, pois são anos determinantes nos quais ele precisa construir sua identidade de forma positiva e com entusiasmo diante dos desafios que lhe aparecem. No entanto, é comum observarmos que muitos deles não recebem orientação adequada, seja do bispo, seja dos presbíteros mais experientes. Há ainda aqueles que, tão logo são ordenados, já assumem uma paróquia sem ter outro presbítero para auxiliá-los. Essa mudança repentina de vida afeta também os aspectos relacionados à sua identidade, pois ele passa de uma vida em que tudo lhe era oferecido de forma pronta e acabada (seminário) e, de repente, encontra-se diante de uma paróquia, com os problemas específicos de cada comunidade paroquial. Será que essa realidade não mereceria maior atenção dos bispos e também dos presbíteros?

Um grande desafio para a identidade presbiteral é a política da homogeneidade vigente na Igreja católica. Ter uma política única para todos os presbíteros do mundo (ao menos os de rito latino) é um grande desafio que precisa ser revisto e repensado, pois a realidade social é diferente, complexa e rica de elementos variados.

4.2.2 A evolução da teologia do presbiterato nos Encontros Nacionais de Presbíteros

O 1º ENP já apresentava algumas preocupações em relação à identidade presbiteral e constatava que “as recentes e profundas mudanças, em nível de teologia e de práticas pastorais, parecem ter ofuscado em muitos a consciência do papel específico do presbítero na Igreja” (CNP, 2001, p. 36). Associam-se a esse fato as constantes mudanças sociais que afetam os presbíteros em sua vida cotidiana.

O Instrumento Preparatório ao 2º ENP apresentava, em seu capítulo n. 2, algumas reflexões sobre a “evolução” da teologia da vida presbiteral. Nelas são apontados elementos bem concretos sobre a concepção teológica que sustenta a compreensão da vida dos presbíteros do ponto de vista eclesial. O texto ressalta que a teologia tridentina do “sacerdócio” e as mudanças sociais, cujas raízes se confundem com a própria Idade Média, levaram a uma acentuada separação entre o “clero” e o laicato, o que, na atualidade, é teologicamente inaceitável e pastoralmente prejudicial. Contudo, não pode ser ignorado o contexto histórico que tornou possível a realização do ideal tridentino do presbiterato. “Sem esta consciência histórica, pode-se tomar a concepção tridentina pela própria essência do presbiterato, ignorando seus limites e desconhecendo outras expressões igualmente legítimas do ministério presbiteral, em particular aquelas da Igreja antiga” (CNP, 2001, p. 62). Por isso, o 2º Encontro Nacional aponta que o motivo do distanciamento/separação entre os ministros ordenados e o laicato se deu pelo processo de mudança social e cultural ocorrido naquele período.

O 2º ENP afirma que o Vaticano II teve “consciência nítida da necessidade de repensar o exercício do ministério presbiteral e traçou diretrizes neste sentido, às vezes de forma até polêmica com relação à prática dominante” (CNP, 2001, p. 62). No entanto, embora tenha sido elaborado um documento específico sobre os

presbíteros, o presbiterato não foi um tema central no Concílio. Conseqüentemente, o Concílio “não elaborou uma nova teologia do presbiterato”, mas é possível reconhecer que houve “notável ampliação da visão do ministério, introduzida a partir do modelo dos *Tria Munera* de Cristo: profético, sacerdotal e régio ou pastoral” (CNP, 2001, p. 62).

Após abordar esses elementos da teologia do presbiterato em relação à identidade do presbítero, o 2º ENP frisa que:

A reflexão teológica atual não aponta para um único e bem definido modelo de presbítero, como aquele que no século passado podia-se encontrar nos quatro cantos do mundo: formado com os mesmos manuais de teologia, rezando a mesma missa e o mesmo breviário em latim, trajando a mesma batina em Roma ou no centro da Europa, na Índia ou na África, na América do Norte ou do Sul. A caminhada da Igreja e a reflexão teológica apontam para o presbítero profundamente identificado com a Igreja “servidora do mundo”, cuja missão essencial é anunciar o evangelho a todas as gerações e fazer com que ele penetre, como fermento na massa, na sociedade e na cultura. Por isso, um presbítero profundamente empenhado neste trabalho profético e criativo, voltado para o futuro, a partir do chão do presente; um presbítero identificado com o espírito do Êxodo e da Páscoa, consciente de estar a caminho, disposto a avançar com seu povo em direção à Terra, da qual Deus nos suscitou a esperança (CNP, 2001, p. 73).

Esse modelo de presbítero, inserido em uma Igreja “servidora do mundo”, indica o acento eclesiológico que caracteriza a identidade presbiteral. Por isso, não é possível aceitar que o presbítero chegue a uma determinada paróquia com atitudes autoritárias e queira mudar tudo que ali existe, desrespeitando a história daquele povo e daquela comunidade. Os presbíteros precisam se adaptar à realidade eclesial na qual estão inseridos e se colocar a caminho, dispostos a crescerem, junto com a comunidade, no serviço a Deus e aos irmãos e na doação de si. E aqui reside um ponto que, atualmente, necessita ser mais bem compreendido pelos presbíteros, pois, do contrário, tal concepção teológica ficará somente na teoria.

Também o Documento Final do 3º ENP faz uma reflexão teológica sobre a vida presbiteral a partir da Igreja local em que ele está inserido. Com relação à Igreja, o texto afirma que ela,

em sua origem, em sua forma e em sua destinação, é situada no horizonte maior, evidentemente meta-empírico e, conseqüentemente, só acessível à luz sobrenatural da fé, do desígnio salvífico universal do Pai, que se desdobra desde a criação até a parusia, e que encontra sua culminância histórica nas divinas missões do Filho e do Espírito. A Igreja resgata, assim, para lá do cristomonismo, suas profundezas trinitárias (CNP, 2001, p. 133).

Esse Encontro Nacional enfatiza ainda que a Igreja é “o povo reunido pela unidade do Pai, do Filho e do Espírito (LG, 4)” (CNP, 2001, p. 134), e é nesse modelo eclesiológico trinitário que os presbíteros são chamados a assumir sua missão, vivendo a comunhão e a unidade a exemplo da Trindade. No 3º ENP, percebemos, assim, a influência e a busca de sintonia com as conclusões do Vaticano II.

O 8º ENP apresenta um esquema teológico em relação à vida dos presbíteros a partir de “três olhares”: um olhar dirigido à *comunidade*, um olhar dirigido a *Cristo* e um olhar dirigido ao *mundo* (CNP, 2001, p. 382). Esse ENP, que aborda a vida do presbítero a partir da perspectiva do novo “novo milênio”, enfatiza que “é impossível falar adequadamente da missão do presbítero a não ser no contexto da eclesiologia”, pois “a Igreja é a mediação entre o presbítero e o novo milênio” (CNP, 2001, p. 383). Concretamente, é preciso situar o presbiterato dentro da eclesiologia de comunhão, em uma Igreja toda ministerial, na qual as ações são interdependentes e devem ser realizadas em um espírito de serviço, em mútua corresponsabilidade com os leigos.

Ao afirmar que os presbíteros precisam ter Cristo como modelo e, por isso, ter o olhar dirigido a Ele, esse ENP recorda que a fonte última da identidade presbiteral encontra-se na Trindade. Assim, se o presbítero tiver um olhar centrado em Cristo, a sua relação com a *comunidade* e com o *mundo* será reflexo desse primeiro olhar, pois Cristo é a fonte primeira que ilumina e orienta o relacionamento do presbítero com a comunidade eclesial e com o mundo. A centralidade de Cristo na vida do presbítero fará, portanto, com que sua vida esteja em conformidade com a teologia do presbiterato, não buscando coisas extraordinárias, mas sendo fiel à sua vocação através das pequenas atitudes.

Para responder à sua identidade mais profunda, o presbítero é chamado a ser, antes de tudo, homem que vive profundamente imerso no mistério trinitário,

abandonado e inteiramente disponível à vontade do Pai; empenhado no seguimento de Jesus e no prosseguimento do seu evangelho através da prática da caridade pastoral; conduzido pela liberdade do Espírito numa vida de comunhão e esperança (CNP, 2001, p. 405).

Antoniazzi⁵⁴ ressalta que, após o Concílio, a busca da identidade presbiteral passou por diversas fases, e que

a discussão acerca da teologia do presbiterato – do final dos anos 1960 até o início dos anos 1990 – se desenvolveu principalmente no confronto entre a chamada “dedução cristológica” do ministério presbiteral e sua “fundamentação eclesiológica”. Na primeira visão, que na teologia católica era a única presente até o final dos anos 1960, o presbítero ou sacerdote é visto exclusivamente como “*alter Christus*”, como figura e sacramento de Cristo diante da comunidade. Por isso, nessa visão, o presbítero corre o perigo de se considerar anterior à comunidade da Igreja (que nasce do esquema: Cristo > Apóstolos > Bispos > Presbíteros > Fiéis), com graves conseqüências pastorais: dissociação da Igreja local, desqualificação religiosa dos leigos, escassa inculturação, involuntário incremento da secularização da sociedade. (...) E é dentro da Igreja, comunidade de fé, que, entre diversos ministérios, o ministério ordenado continua o ministério apostólico, para manifestar a unidade da fé em Cristo (ANTONIAZZI, 2004b, p. 120).

Essa afirmação de Antoniazzi nos coloca em sintonia com a teologia conciliar do Vaticano II ao constatar alguns avanços nas reflexões sobre a vida presbiteral e, principalmente com a Constituição *Lumen Gentium*, ao ressaltar que os presbíteros “são chamados a servir o povo de Deus” (LG, n. 28) em uma Igreja toda ministerial. No entanto, essa tentação de ser “anterior à comunidade” – superada pelo Vaticano II e também pelas reflexões dos ENPs – parece retornar aos presbitérios na Igreja do Brasil, pois é perceptível certa centralização das atividades, resistência a críticas e/ou mudanças e um acentuado autoritarismo dos presbíteros, revelando, assim, uma relação vertical, na qual o presbítero é colocado como quem sabe tudo e como aquele que manda na paróquia. Por vezes, ainda hoje se vislumbra, nas atitudes de alguns (?) presbíteros, um retorno da concepção anterior ao Vaticano II, em que o “sacerdote” era visto exclusivamente como “*alter Christus*”⁵⁵, desconsiderando, assim, os demais cristãos e denotando acentuado clericalismo.

⁵⁴ Pe. Alberto Antoniazzi (1937-2004), Italiano, nascido em Milão, teólogo e estudioso de temas da religião, foi assessor especial da CNBB desde a década de 1980 até seu falecimento em 2004. Participou da elaboração dos principais documentos publicados pela CNBB, merecendo o respeito de bispos e teólogos de todo o país. Em vários ENPs, foi o assessor principal. Sua enorme contribuição na reflexão sobre a vida e o ministério dos presbíteros é reconhecida pelos presbíteros de todo o Brasil. O Instrumento Preparatório ao 11º ENP (2006) traz, em sua capa, uma fotografia de Alberto Antoniazzi como homenagem ao presbítero que foi presença marcante e expressiva nos ENPs.

⁵⁵ Na quase totalidade dos discursos, a interpretação que se impõe é que ser presbítero é ser igual a Cristo, um *Alter Christus*, conforme afirma o Papa João Paulo II (1992). A interpretação que se tem aí parece ser a de manutenção da instituição e da preservação de um modelo único e imutável de presbítero, pois ser um *Alter Christus* não deveria ser algo de responsabilidade somente dos presbíteros, mas de todo o povo de Deus. Ademais, temos leigos que são verdadeiros *Alter Christus*,

A esse respeito, Antoniazzi ressalta que,

do ponto de vista teológico, estamos ainda diante do desafio de desenvolver e aperfeiçoar a teologia do presbiterato, mas de tal forma que a reflexão responda aos questionamentos levantados pelos problemas práticos do ministério e pela experiência vivida dos presbíteros (ANTONIAZZI, 2004b, p. 122).

É relevante perceber a crítica realizada por Antoniazzi e buscar respostas condizentes com o momento histórico em que vivemos, pois, do contrário, corre-se o risco de realizar algumas reflexões que não correspondam ao que os presbíteros estão necessitando. É preciso compreender melhor o papel específico do presbítero levando em consideração os novos questionamentos da evangelização na sociedade moderna. Não podemos continuar dando as mesmas respostas, se as perguntas mudaram. O contexto social é outro, a realidade é outra. O que é essencial no cristianismo tem de ser anunciado e nunca poderá ser alterado, mas precisamos mudar o modo como o conteúdo é transmitido. Nesse sentido, Antoniazzi salienta que alguns problemas são recorrentes e são abordados em diversos Encontros.

É bastante impressionante notar como os problemas em pauta para este 7º ENP (fevereiro de 1998) coincidem em grande parte com aqueles levantados 30 anos atrás e reunidos nos “Documentos dos Presbíteros” de julho de 1969! Este fato me parece sugerir que estamos diante de problemas estruturais, que não podem ser resolvidos pelas atitudes individuais, particulares, de cada presbítero (ANTONIAZZI, 1998, p. 8).

O fato de haver questionamentos recorrentes sobre os problemas enfrentados na vida presbiteral sinaliza que as reivindicações dos presbíteros nos ENPs não estão sendo aplicadas por eles próprios, ou não estão sendo trabalhadas na prática e/ou assumidas pela Igreja como um todo. E, ainda, o fato de continuamente serem retomados alguns temas, como, por exemplo, a obrigatoriedade do celibato, a ordenação de homens casados e o papel da mulher na Igreja, sugere que há insatisfação por parte dos presbíteros com relação a esses assuntos.

no entanto, muitos deles são homens e mulheres casados. Inconscientemente, parece que quando se aplica para o presbítero ser um *Alter Christus*, o que se tem é ser celibatário. No imaginário coletivo, isso aparece como nota muito forte. Essa imposição parece ofuscar a grandiosidade de quem foi Jesus Cristo e sua abertura em acolher para a “missão do Reino”, pais e mães de família, o que teve continuação entre os primeiros cristãos (Mc 1,29-30; Lc 8,1-3; 1Cor 9,4-5; 1Tm 3,1-5). A Igreja nasceu com uma visão mais abrangente de representação dos modos de vida dos seus seguidores mais próximos. O acento não era colocado sobre ser solteiro ou casado, mas sobre a missão e a disposição em cumpri-la (SANTOS, 2010, p. 43).

4.3 A FRATERNIDADE PRESBITERAL

A fé cristã só pode ser vivida de forma comunitária. Da mesma forma, a missão presbiteral é essencialmente comunitária. O ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva (PDV, n. 17). Por isso, o aspecto da fraternidade, vivida no presbitério, ajuda o presbítero a superar toda tendência ao individualismo, relativização de compromissos e espírito de competição que, porventura, possam existir no presbitério. A vivência fraterna entre os presbíteros supõe a confiança, que é um elemento básico para o relacionamento humano, de modo que não é possível haver amizade sem uma confiança mútua.

Confiar é uma força divina. Deus confia nos homens por ele criados, apesar de tantas frustrações que lhe causamos. Jesus confiava em seus apóstolos, conhecendo, embora, suas fragilidades. Confiando, dando crédito, despertamos e fazemos crescer o potencial bom, existente em cada um (TEPE, 1993, p. 80).

Essa confiança é um elemento fundamental para que a fraternidade seja efetivada no presbitério. A eclesiologia de comunhão do Vaticano II fundamenta a fraternidade presbiteral, que tem sua fonte e raiz no sacramento da ordem.

4.3.1 A eclesiologia de comunhão

A eclesiologia de comunhão proposta pelo Vaticano II caracteriza-se por “fundamentar a unidade da Igreja a partir da comunhão da Santíssima Trindade, fazendo compreender as relações dentro da Igreja, e também com o mundo, de uma forma nova, apontando para a colaboração recíproca de todos os batizados” (ARQUIDIOCESE de Porto Alegre, 1999, p. 7). Essa colaboração recíproca precisa ser vivida por todos os cristãos, independentemente do carisma ou do ministério que exerçam na Igreja.

O Documento Final do 3º ENP aponta para a fraternidade presbiteral como um aspecto importante para que seja compreendida teologicamente a vida dos presbíteros. O Documento ressalta que

os presbíteros evitarão a compreensão incorreta do seu ministério, se o pensarem antes de tudo na perspectiva “colegial”. O próprio ministério apostólico foi confiado a doze e Jesus costumava enviar seus discípulos

“dois a dois”. O apóstolo Paulo sempre trabalhou em equipe. Desde sua origem, não existe o presbítero isolado, mas “presbitério”, ou seja, grupo ou “colégio” de presbíteros, dentro dos quais emerge como aquele que o preside, o bispo. Também hoje, quando exerce o seu ministério, o presbítero sempre o faz em comunhão com o bispo e o presbitério, não em força unicamente de sua própria autoridade ou missão. Não é difícil compreender a razão da “colegialidade”: apóstolos, discípulos, bispos, presbíteros... todos são chamados a dar testemunho da única fé em Cristo, da mesma “boa nova” (o evangelho). E o testemunho de um só não vale, segundo uma antiga regra de direito, conhecida também por Jesus. Ainda hoje, só o testemunho unânime dos discípulos (cf. Jo 17) pode testemunhar eficazmente a fé (CNP, 2001, p. 142).

É possível, assim, perceber que a fraternidade é um elemento teológico da vida presbiteral que tem suas raízes no grupo dos Doze apóstolos e que é incentivado por Jesus ao enviá-los dois a dois. A estreita ligação entre apóstolos, discípulos, bispos e, conseqüentemente, presbíteros (por serem colaboradores dos bispos) é a ponte que permite falar de fraternidade presbiteral. A sucessão apostólica é um elemento unificador na Igreja e que garante a continuidade da missão de Jesus por meio dos bispos.

É necessário que todos os presbíteros busquem incessantemente essa fraternidade, para que, assim, ela se torne uma realidade concreta em suas vidas. A fraternidade se aplica a todos os presbíteros, e ninguém está isento dessa dimensão constitutiva do sacramento da ordem. Logo, a fraternidade não é um elemento secundário ou opcional, mas essencial e fundamental para que não seja descaracterizado o verdadeiro sentido de presbitério.

A visão eclesiológica do ministério ordenado ressalta o caráter fraternal deste ministério. Contra as teorias e práticas individualistas, que isolam o presbítero e o representam sozinho entre o povo e Deus, a visão apostólica e tradicional do ministério ordenado coloca em evidência que bispos e presbíteros, nos respectivos níveis, são membros de um único colégio ou corpo e servidores de idêntica missão. “O ministério eclesial é tarefa eminentemente coletiva, comunitária. A colegialidade não é acidente extrínseco e dispensável, mas dimensão constitutiva de um ministério que queira testemunhar o Deus-Trindade, o Deus-Comunhão” (CNP, 2001, p. 72). Por ser, assim, um elemento constitutivo, todos os presbíteros precisam se empenhar para viver a fraternidade e buscar meios para que ela seja efetivada no presbitério.

A fraternidade tem um sentido profundamente eclesial que de modo algum impede as responsabilidades pessoais, mas, pelo contrário, ajuda os presbíteros na

realização do seu ministério pastoral. “A capacidade de cultivar e viver amadurecidas e profundas amizades sacerdotais aparece como fonte de serenidade e de alegria no exercício do ministério, apoio decisivo nas dificuldades e ajuda preciosa no incremento da caridade pastoral” (DMVP, n. 28). Portanto, a (con)vivência fraterna é algo que precisa ser cultivado e valorizado pelos presbíteros.

4.3.2 O sacramento da ordem como sinal de unidade

Em virtude do sacramento da ordem, os presbíteros estão unidos aos outros por particulares vínculos de fraternidade, pois a “*Ordo Presbyterorum*” constitui “aquela unidade que pode definir-se uma verdadeira família na qual os laços não vêm da carne nem do sangue, mas da graça da ordem” (DMVP, n. 25).

Segundo Almeida, o fundamento dessa fraternidade entre os presbíteros não é simplesmente de ordem jurídica, mas sacramental. O Concílio, partindo do episcopado, mais especificamente, da colegialidade episcopal e da sacramentalidade, oferece a base para compreendermos teologicamente o presbiterato. Segundo o autor,

Primeiramente, o Vaticano II insiste na ligação de consagração-missão entre todos os presbíteros e destes com os bispos; depois, recupera a noção de presbitério, uma particular consistência da comunhão dos presbíteros de uma Igreja particular entre si e com o seu bispo (ALMEIDA, 2004, p. 354).

Nessa perspectiva, também o 8º ENP afirma que

falar em “colégio” é falar em “equipe”. Mas não no sentido meramente funcional da administração moderna e das atuais dinâmicas de grupo. O colégio dos presbíteros ou o “Presbitério” é mais que órgão meramente instrumental. É realidade que pertence à ontologia da graça sacramental, precisamente ao sacramento da ordem. O presbítero, mais que “trabalhar em equipe”, é essencialmente “homem de equipe”. Não *está* no presbitério; *é* ou *constitui* o presbitério. A “colegialidade sacramental” ou ontológica é a base da “colegialidade pastoral” ou operativa (grifos do autor) (CNP, 2001, p. 396).

Essa identidade ontológica caracteriza aquilo que faz parte da essência da pessoa. “Alguém é cristão – tem a identidade ontológica do cristão – pela fé em Cristo, firmada sacramentalmente pelo batismo. A identidade ontológica do padre é do mesmo nível e é expansão da identidade básica do cristão” (TEPE, 1993, p. 24).

A identidade do presbítero nasce, assim, da fé. Deixando esmorecer a fé, facilmente ele cederá à tendência consumista e individualista da sociedade moderna, e sua vocação, possivelmente, passará a ser caracterizada como uma profissão. Só uma fé viva mantém a doação generosa de uma vida inteira em favor do Reino de Deus através da Igreja.

Retomando a referência da CNP à fraternidade sacramental, percebemos uma sintonia dos ENPs com o Vaticano II em relação ao Decreto *Presbyterorum Ordinis* que orienta os presbíteros a viverem em comunidade e que ressalta o aspecto sacramental dessa unidade (PO, n. 8). Por isso,

o sacramento da ordem é o dado objetivo que une os presbíteros entre si por uma fraternidade sacramental, ao mesmo tempo, a fraternidade é o dado subjetivo que exprime a consciência do relacionamento comunitário entre aqueles que são chamados ao mesmo serviço sacramental (MORO, 1997, p. 95).

A ação evangelizadora e a caridade pastoral defrontam-se, atualmente, com realidades sempre mais contraditórias e conflituosas. Isto suscita a necessidade da criação de meios e modos de comunhão presbiteral para que os presbíteros possam ajudar-se reciprocamente a alimentar a esperança e a dimensão da fé, realizando uma fraternidade sempre mais encarnada e concreta.

A fraternidade não existe para suprir uma necessidade pessoal ou pastoral do presbítero: não é um espaço para autoajuda, nem (só) para desabafar, partilhar angústias e sofrimentos ou ainda, para proporcionar momentos de lazer e diversão, (muito embora essas questões e/ou práticas também possam surgir na vivência fraterna). A fraternidade constitui um elemento ontológico, sacramental, ou seja: faz parte da vida do presbítero a partir do momento de sua ordenação. O sacramento da ordem implica essa vivência fraterna, que não é, portanto, uma opção a que se possa recusar, mas é um elemento intrínseco, constitutivo. Por isso, o 3º ENP enfatiza aos presbíteros que a fraternidade

não é apenas um aspecto do agir da Igreja, mas um reflexo do seu ser. Não se trata apenas de repartir tarefas, mas de viver aquela comunhão, que é, ao mesmo tempo, sinal da nossa fé na comunhão de Deus – Pai, Filho e Espírito – e dom que recebemos de Deus mesmo, dom em que o dinamismo mais profundo do nosso ser humano se realiza afetiva e efetivamente (CNP, 2001, p. 143).

Nesse sentido, em diálogo com os ENPs, a CNBB fundamenta a fraternidade na Santíssima Trindade: “o ícone segundo o qual a fraternidade presbiteral se constrói é a Comunidade Trinitária. Pelo batismo, somos inseridos no seio da Trindade e, em Cristo, nos tornamos irmãos” (CNBB, 2004a, p. 19). A unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, formando uma verdadeira comunidade de fé e de amor, é o modelo no qual os presbíteros devem se espelhar para viver concretamente as relações entre si. E também João Paulo II ressalta que

a fisionomia do presbitério é, portanto, a de uma verdadeira família, de uma fraternidade, cujos laços não são da carne nem do sangue, mas os da graça sacramental da Ordem: uma graça que assume e eleva as relações humanas, psicológicas, afetivas e espirituais entre os sacerdotes (...). A fraternidade presbiteral não exclui ninguém, mas pode e deve ter as preferências: são as preferências evangélicas (PDV, n. 74).

É, assim, no espírito de uma verdadeira família que os presbíteros precisam viver entre si, preocupando-se uns com os outros e sentindo-se corresponsáveis pela ação evangelizadora. Viver de acordo com as preferências evangélicas é viver segundo a vontade de Deus. A consciência desta comunhão, segundo as prerrogativas do evangelho, desemboca na necessidade de suscitar e desenvolver a corresponsabilidade na comum e única missão de salvação, com a pronta e cordial valorização de todos os carismas e tarefas que o Espírito oferece aos cristãos para a edificação da Igreja. Além disso, o 3º ENP destaca que

a fraternidade presbiteral tem um “teste” em sua capacidade de se abrir ao serviço dos irmãos, ao testemunho profético, à solidariedade com os pobres e com os últimos. Longe de se fechar no calor da amizade entre irmãos, ela procura seguir as pegadas do Mestre: com Ele vive a intimidade com os amigos e discípulos; com Ele caminha decididamente pelo caminho da cruz e da doação da própria vida (CNP, 2001, p. 144).

Nesse ponto, percebemos que a fraternidade não pode ser entendida somente como um agrupamento de pessoas que vivem a fraternidade entre si; ela é mais do que isso, é também uma instância eclesial que precisa se abrir aos mais necessitados, aos pobres e ter um espírito profético de irmãos que lutam pela paz e pela solidariedade no mundo. Esse caminho tem por horizonte as “pegadas” do Mestre. Dessa maneira, o próprio Jesus é quem oferece o caminho que precisa ser trilhado pelos presbíteros. Ele é a fonte e a luz que mostra o lugar seguro. O amor que Ele sente pelos discípulos, por toda a humanidade e o modo como se entregou por todos é modelo para a vivência da fraternidade presbiteral.

O 3º ENP enfatiza que não há, portanto, ministério presbiteral e comunhão eclesial, não há anúncio do evangelho e serviço autêntico ao outro, se não houver fraternidade entre os presbíteros (CNP, 2001, p. 143). É muito importante que os presbíteros tenham uma equipe de vida (não de vida comum, mas de oração, de reflexão, de revisão de vida, de lazer, etc), pois isso é essencial para a identidade do presbítero e para o desempenho de seu ministério (CNP, 2001, p. 284). O presbitério é mais importante que um presbítero isolado, por mais competente que seja, trabalhando sozinho. “Cremos que nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos” (CNP, 2001, p. 339). O presbítero que age sozinho e isolado tende a se fechar e a realizar um trabalho pastoral de modo que não corresponda aos critérios evangélicos, que são essencialmente comunitários.

Nas Igrejas particulares, há algumas iniciativas que visam à fraternidade entre os presbíteros. Por exemplo, o conselho presbiteral (formado por presbíteros que auxiliam o bispo, caracterizados como conselheiros), a formação de “equipes sacerdotais” e a concelebração eucarística exprimem o desejo de uma comunhão presbiteral vivida segundo as orientações do Concílio.

O sacerdote tem necessidade do sacerdote para ser sacerdote: a equipe sacerdotal se impõe como uma exigência primeira. O sacerdócio é de natureza colegial. Já não posso ser sacerdote sem viver e trabalhar com outros sacerdotes (PARISE, 1967, p. 10).

Outro elemento de grande relevância na ação pastoral e que expressa a fraternidade é a pastoral de conjunto, isto é, a articulação das diversas pastorais e movimentos, através do conselho de pastoral, em uma mesma direção, focalizando alguma prioridade da evangelização. O conselho pastoral tem como função dinamizar a ação evangelizadora da diocese e precisa ser acompanhado constantemente pelo bispo, pelos presbíteros e pelos agentes pastorais, “com atitude flexível que lhes permita manter-se atentos às exigências da realidade sempre mutável” (DAp, n. 371). Nem sempre o conselho pastoral consegue desempenhar seu papel na diocese. Isso se deve ao fato de que muitas pastorais e movimentos têm dificuldades de compreender o aspecto global da Igreja e buscam medidas que auxiliam somente o grupo a que eles pertencem. Associada a essa realidade está a questão dos presbíteros que não se engajam na ação pastoral diocesana, pois preferem ficar somente em sua paróquia. Muitos alegam que em sua realidade (paroquial) não é possível aplicar as prioridades diocesanas, mas, na

verdade, o que se constata é que não há interesse em aplicá-las na sua comunidade, pois isso demandaria formação, acompanhamento e sistematização e, para alguns presbíteros, isso significa muito trabalho e, portanto, não estão dispostos a tanto “sacrifício”. Surgem, então, as paróquias que se caracterizam como “minidioceses”, pois é o presbítero quem faz tudo e quem define tudo o que ali deve ou não acontecer. Tal fato é uma ferida na unidade eclesial e está bastante presente na vida da Igreja.

A exortação apostólica pós-sinodal *Pastores Dabo Vobis* afirmou que o ministério do presbítero será coerente e testemunhal se ele amar e realizar sua tarefa pastoral em comunhão com o bispo, com os demais presbíteros da diocese e em unidade com o povo de Deus. Desse modo, a comunhão e a fraternidade presbiteral constituem elementos fundamentais na vida do presbítero.

4.4 AS INTER-RELAÇÕES NA VIDA PRESBITERAL

A Igreja reconhece que os presbíteros são um enorme e valiosíssimo contingente de homens ordenados que, por assim dizer, carregam nos ombros, cotidianamente, a vida eclesial assim como ela acontece, de fato, nas comunidades. Nessas comunidades, eles evangelizam, catequizam, de muitas e variadas formas pregam a Palavra de Deus às pessoas, aos grupos e à sociedade como tal. São eles que ali celebram a liturgia, os sacramentos, principalmente a Eucaristia e a Confissão. São eles que reúnem a comunidade para as variadas formas de oração e para planejar e dinamizar a pastoral e a vida comunitária. São eles que mantêm a comunidade unida e sempre de novo reconciliam seus membros com Deus e entre si. São eles que ensinam, estimulam, orientam e organizam a comunidade para a caridade fraterna, a solidariedade para com os pobres, a defesa da dignidade humana de todos, indistintamente. São eles que, de modo geral, promovem a atuação e o testemunho cristão dos membros da sua comunidade e da sociedade, à luz do Evangelho (CNP, 2008b, p. 18).

Por isso, é inegável que a identidade teológica do presbiterato se apresente permeada por inter-relações, ou seja, por circunstâncias e pessoas com as quais os presbíteros convivem diariamente e, desse modo, vão configurando-se a Cristo, sendo sinais de fraternidade no mundo, na realidade onde vivem e na presença dos

leigos, formando uma verdadeira comunidade de fé e de amor, na busca da justiça e da solidariedade em todos os povos.

4.4.1 Com os leigos, em uma Igreja toda ministerial

Para entender a identidade teológica do leigo, é necessário retomar o Concílio Vaticano II. Notadamente, a *Lumen Gentium*, antes de tratar especificamente da constituição hierárquica da Igreja, tratou, no capítulo II, do Povo de Deus, no qual estão inclusas todas as categorias de fiéis, ressaltando a participação de todos no *múnus tríplice* de Cristo.

Ao iniciar sua apreciação sobre os leigos, o Concílio lembra o quanto eles contribuem com sua diversidade carismática no crescimento e na construção da Igreja (LG, n. 30). Afirma ainda que os leigos pertencem plenamente à Igreja e ao seu mistério, definindo-os do seguinte modo:

Denominam-se leigos todos os fiéis que não pertencem às ordens sagradas, nem são religiosos reconhecidos pela Igreja. São, pois, os fiéis batizados, incorporados a Cristo, membros do povo de Deus, participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, que tomam parte no cumprimento da missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo (LG, n. 31).

Segundo o Concílio, o caráter secular caracteriza os leigos, cuja vocação própria é “administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do reino de Deus” (LG, n. 31). Os leigos são chamados a testemunhar o Evangelho por meio das diversas atividades nas quais estão envolvidos diariamente, vivendo a santidade através de atos que denotam a fé, a esperança e o amor.

Na história da Igreja, houve momentos em que os leigos não foram devidamente valorizados (e será que hoje são?), pois não eram considerados agentes qualificados na evangelização, mas somente “auxiliares” dos ministros ordenados. Nesse contexto, os presbíteros desempenhavam, principalmente, o papel do culto, mas desligados do povo.

Na visão tridentina, o presbiterato era visto essencialmente como “sacerdócio” e, embora não faltasse em alguns padres orientação pastoral e missionária, na maioria predominava uma espiritualidade do sacerdote como “homem de Deus”, separado do povo. Isto acabava legitimando, muitas vezes, uma visão empobrecida e individualista do ministério presbiteral (CNP, 2001, p. 140).

Essa visão foi superada com o Vaticano II. Nele busca-se uma Igreja missionária e ministerial, mistério de comunhão, Povo de Deus, onde todos os fiéis são chamados a participar e atuar por meio dos carismas, serviços e ministérios, que são dons do Espírito Santo, concedidos, em uma abundante variedade carismática para a edificação e missão da Igreja na qual os cristãos leigos são os protagonistas.

Nessa mesma linha, o 1º ENP destaca que, após o Vaticano II, buscou-se superar a divisão de duas classes de fiéis na Igreja: “o clero e o laicato”, pois a Igreja estava dividida, “senão em teoria”, ao menos “na prática”.

Apenas a primeira, o clero, tinha a plenitude dos direitos na Igreja. A segunda, a dos leigos, achava-se, na condição de estrangeiros num país alheio: respeitados, sim, em seus direitos civis, mas sem chance de participarem ativamente da vida pública, de ocuparem cargos, de manifestarem opiniões ou influírem nas decisões (CNP, 2001, p. 29).

Todos os ministérios são dons do Espírito Santo, doados para servir à missão da Igreja e são todos necessários para a edificação da comunidade. Entretanto, alguns são tidos como essenciais à natureza e à estrutura institucional da Igreja – são os chamados “de direito divino”, como é o caso dos ministérios ordenados – e outros, no caso, os não ordenados, podem ser substituídos ou mesmo desaparecer, conforme as necessidades pastorais, sem comprometer a estrutura carismática e institucional da Igreja (ALMEIDA, 1989, p. 201). Com relação a ambos, porém, o importante é que, em sua diversidade, ministérios ordenados e não ordenados estão ligados, na unidade do mesmo Espírito, através do batismo, da crisma e da eucaristia. Eles pertencem, portanto, à mesma comunhão eclesial (CNBB, 1999, n. 104).

Percebemos, então, a necessária e urgente unidade entre o ministério ordenado e os leigos, pois, juntos, eles formam a Igreja. Considerando tal unidade, é urgente combater a mentalidade clericalista, que centraliza tudo na pessoa do presbítero, e construir uma Igreja que seja toda ministerial a serviço do Reino de Deus, rumo à transformação da sociedade (CNP, 2008b, p. 52). Contudo, percebe-se, atualmente, um retorno ao clericalismo, com atitudes voltadas para uma Igreja piramidal, desconsiderando a ação laical e ministerial. É preciso retornar às fontes conciliares e colocá-las em prática na ação pastoral.

Antoniazzi ressalta que, entre os anos de 1980 e 1990, houve uma tendência de *clericalização dos leigos* ou de *laicização da pastoral*. Segundo ele, as duas tendências são equivocadas e “é preciso criar uma nova relação presbítero-comunidade” (ANTONIAZZI, 2004b, p. 134). Contudo, o autor destaca que,

se a evolução da situação e as discussões teológicas dos anos 1980 e 1990 levaram a ressaltar a finalização do ministério presbiteral ao serviço da comunidade, até (no pensamento de alguns) subordiná-lo a ela, não desapareceu, contudo uma perspectiva diferente, a da referência do presbiterato ao ministério apostólico e da espiritualidade do presbítero ao seguimento de Jesus e até à identificação com Ele (ANTONIAZZI, 2004b, p. 134).

Reconhecemos que essa identificação a Cristo é essencial para a compreensão teológica da identidade presbiteral, no entanto tal identificação não deveria levar o presbítero a “pensar-se como *‘alter Christus’*, em sentido exclusivo, como se também todo fiel cristão não fosse chamado a tornar-se, ele também, Cristo” (ANTONIAZZI, 2004b, p. 135). E, por isso, “não há dúvida de que, ao menos entre os teólogos, prosseguindo a reflexão teológica do Concílio, também inacabada, é preciso que a eclesiologia de comunhão se torne realidade plena e efetiva” (ANTONIAZZI, 2004b, p. 141).

Tendo presente esse relacionamento dos presbíteros com a comunidade, o 11º ENP apresentou seis mudanças nas quais podem ser vislumbrados desafios e sugestões para os presbíteros. Tais mudanças de posicionamento consistem em orientações para que os presbíteros sejam verdadeiros pastores nas comunidades, em unidade com os leigos:

- 1) Antes de buscar segurança no seu “status” ou atrás de sinais exteriores de autoridade, busque uma vivência genuína da sua fé, que é chamado a partilhar com a comunidade, sendo para ela referência de autenticidade;
- 2) Antes de se fechar no ativismo ou de buscar simplesmente salvar sua própria saúde e bem-estar, organize seu tempo e seus interesses de tal forma que permaneça aberto às pessoas, aos jovens, aos novos questionamentos da época em que estamos vivendo;
- 3) Antes de se limitar a manter um relacionamento de subordinação ao bispo e de autoridade “sobre” os fiéis, antes de manter relações apenas formais ou superficiais com os colegas, descubra a riqueza das relações fraternas, adultas, com outros presbíteros e com leigos e leigas; não faça dos colaboradores apenas empregados ou “meninos de recado”, mas se relacione com eles como pessoas com quem pode viver um diálogo respeitoso e crítico e uma amizade verdadeira;
- 4) Assim poderá efetivamente seguir a Jesus, imitá-lo em suas atitudes, ter a sua ternura para com as pessoas, e fazer a experiência da

“generatividade”, da fecundidade espiritual e afetiva; lançará sementes, não apenas de flores, que “passa o vento e já não existem mais” (Sl 103,15), mas de árvores e de pessoas;

- 5) Antes de fazer de seu ministério apenas um desempenho profissional cuidadoso e competente, faça dele realmente a realização da sua vida, sem se esvaziar no cargo de “funcionário de Deus”, mas indo sempre além na busca da comunhão com os outros e o Outro;
- 6) Sem se decepcionar com os obstáculos próximos e imediatos, sem olhar apenas miopemente para eles, levante seu olhar para a colheita futura, o horizonte do Reino de Deus, e tenha a paciência histórica do agricultor que semeia, rega, aduba, cuida, para conseguir o resultado (CNP, 2006a, p. 46).

Essas orientações, quando transformadas em atitudes, podem fazer com que os presbíteros se tornem mais próximos de sua comunidade eclesial e cumpram, com mais eficácia, sua missão na ação evangelizadora. Nesse sentido, os presbíteros precisam se esforçar para que seu ministério seja exercido “segundo o coração de Deus” (CNP, 2006a, p. 47).

É importante ao presbítero compreender que, sozinho, ele não dá conta de atender a demanda pastoral exigida na atualidade. Dessa maneira, ou ele busca partilhar a ação evangelizadora com os leigos, formando lideranças capazes de cooperar eficazmente no trabalho pastoral, ou não conseguirá atender nem mesmo as ovelhas que estão no rebanho, quanto mais partir para uma ação missionária, como propõe o Documento de Aparecida (DAp, nn. 365, 370).

Vale ressaltar que, nas comunidades eclesiais, há muitas pessoas capazes de exercer os mais variados serviços pastorais. Atualmente pode-se contar com profissionais de áreas especializadas que se colocam à disposição e que basta motivá-los para que iniciem algum trabalho específico. Nesse sentido, a Igreja perde muitas oportunidades de contar com o auxílio desses profissionais das mais diversas áreas do saber humano. Há psicólogos, assistentes sociais, dentistas, médicos, professores, nutricionistas, enfermeiros, advogados, dentre tantos outros profissionais, que podem auxiliar na evangelização, seja através da formação como também do atendimento às pessoas necessitadas e marginalizadas da sociedade. É preciso inserir também essas pessoas na comunidade, possibilitando-lhes um espaço em que possam integrar seus conhecimentos à evangelização, pois a Igreja precisa ser eficiente naquilo que faz e, por isso, todo auxílio – cristão e técnico – que os leigos puderem oferecer deve ser sempre buscado.

Partindo do pressuposto do bem da comunidade, esse diálogo com as demais áreas do saber humano se faz necessário para um eficaz desenvolvimento da ação evangelizadora. No entanto, há alguns presbíteros que pensam conseguir atender a todas as necessidades somente com pessoas de dentro da Igreja, isto é, com aqueles que já estão participando ativamente das pastorais e movimentos e que, nem sempre, possuem alguma capacitação técnica ou profissional que pode enriquecer o trabalho pastoral. Isso é importante, mas será que é suficiente? Não estaria na hora de a Igreja abrir as portas e assumir que não tem todas as respostas para os desafios atuais? Muitas vezes se acentua o aspecto interno (*intra*) da Igreja e se ignora aquilo que vem de “fora” (*extra*) e que poderia oferecer uma riqueza inquestionável.

Contudo, nessa mesma linha de pensar a ação evangelizadora no aspecto intraeclesial, há uma tendência, na sociedade em geral e também entre os presbíteros, de acentuar mais o aspecto pessoal que o comunitário. A respeito dessa postura, Antoniazzi critica o interesse em satisfazer as próprias vontades e enfatiza que isso tem causado um empobrecimento da reflexão teológica, ou ao menos, enfraquecido a produção teológica sobre aspectos essenciais na vida presbiteral. Segundo ele,

quem acompanha a produção teológica em livros e revistas especializadas notou a queda de produção nos anos '90 a respeito do tema do ministério presbiteral, em contraste com a riqueza e variedade de obras que os teólogos criaram no final dos anos '60 e ao longo dos anos '70 e mesmo '80. O interesse hoje estaria centrado – ao menos nos estudos e artigos publicados – ao redor da “*experiência vivida*” do ministério presbiteral, e não nas questões teológicas. Alguns autores explicam o deslocamento do interesse não apenas por uma nova atenção que os presbíteros estariam dando à sua própria pessoa e à busca da realização individual, mas também à *distância* que os presbíteros teriam descoberto *entre seu ideal de Igreja* (e, conseqüentemente, seu papel de presbítero) e a *evolução efetiva do catolicismo* na sociedade contemporânea (grifos do autor) (ANTONIAZZI, 2004a, p. 41).

Esse deslocamento da reflexão teológica para a “experiência vivida” é algo bastante presente nos ENPs, pois pouco se percebe sobre uma abordagem teológica bem elaborada e consistente. As discussões possuem cunho pastoral e, em sua maioria, se concentram nos desafios e avanços da caminhada presbiteral no Brasil. No entanto, há que se dizer que esse acento no aspecto pessoal e na experiência vivida não é algo específico da vida presbiteral e/ou do laicato, pois é algo bem mais amplo e que atinge a sociedade em geral. Os cristãos vivem imersos

na sociedade pragmática, com novos paradigmas, novas prioridades, novas formas de relacionamentos e tudo isso provoca mudanças no modo como se relacionam com a Igreja. No contexto atual, a Igreja não ocupa mais o centro das cidades, mas é apenas um elemento a mais na vida das pessoas. Os templos religiosos perdem espaço para os “novos templos”, ou seja, os shoppings, a internet, etc. E, nesse novo contexto social e religioso, o presbítero precisa se manter firme na evangelização, mas consciente de que sozinho nada fará e, por isso, necessariamente, deve contar com o apoio e auxílio dos leigos.

Se, de um lado, observa-se a evasão de muitas pessoas da Igreja, por outro, observa-se que, dentre aqueles que permanecem, têm aumentado a qualidade e o interesse dos mesmos em se especializar e ser autênticos em sua missão. Isso é bastante positivo, uma vez que merece ser priorizada a qualidade e não a quantidade.

Em relação aos presbíteros, atualmente, as atividades paroquiais e pastorais, como um todo, absorvem quase todo o seu tempo, sua vida e sua capacidade física, mental, psíquica e religiosa. Sendo assim, por que não repartir e reorganizar de maneira racional suas tarefas, de tal forma que possibilite a atuação e também a diversificação de ministérios não ordenados? Na cidade, o presbítero é chamado a estar presente em muitos afazeres, caindo facilmente no excesso de atividades. As mudanças ocorridas em nosso tempo estão exigindo, do presbítero melhor preparação humana, psicológica, filosófica e teológica (CNP, 2001, p. 233).

Por isso, é preciso aprofundar e difundir uma correta eclesiologia, que não pense a Igreja como sociedade desigual, irreparavelmente dividida entre “clero” e laicato, mas como comunidade de irmãos em que se manifesta a pluralidade de carismas e ministérios (CNP, 2001, p. 30). Por isso, o presbítero

deve aceitar e promover formas de participação e co-responsabilidade do povo de Deus, que evitem, quanto possível, autoritarismo ou paternalismo. É, portanto, necessário que o povo cristão possa exercer sua co-responsabilidade na missão da Igreja, participando das decisões que interessam à comunidade eclesial, e o laicato tenha maturidade cristã para que o próprio presbítero possa viver de forma sadia – humana e eclesiologicamente – o seu ministério (CNP, 2001, p. 142).

O presbítero não pode esquecer que, na Igreja, ele é um formador de opiniões e que suas palavras, gestos e ações têm forte repercussão na vida do povo. Por isso, reafirmamos, tudo o que ele faz deve ser realizado com autoridade e

não com autoritarismo. Uma pessoa fala com autoridade não pelo fato de citar as palavras das autoridades, mas sim pelo fato de a sua palavra ter raiz no coração. O que vale não são as palavras, mesmo bonitas, mas sim o testemunho que dá vida e autoridade às palavras (CNP, 2008a, p. 22). E, através da palavra e da pregação, os presbíteros podem mudar muitas realidades. Sua influência diante das pessoas (ainda) é grande e precisa ser mais bem explorada, para que seu múnus profético seja exercido com a devida eficácia. O exercício de um ministério em unidade e comunhão com os leigos também ajuda o presbítero a ter maior autoridade sobre suas próprias decisões e ações pastorais.

Na qualidade de animadores e dinamizadores da diversidade dos ministérios dentro da unidade da Igreja-comunhão, os presbíteros deverão dispor de tempo, de gosto e afeto, de espiritualidade e de formação teológica, para assumirem em sua própria vida uma nova forma de relacionar-se com os leigos (CNP, 2001, p. 235). É preciso realizar uma nova evangelização e uma nova ação pastoral, reconhecer efetivamente o potencial evangelizador dos leigos. Isso implica:

- Dar maior espaço de liberdade para a atuação de comunidades de base e movimentos;
- Promover a participação dos leigos em todos os níveis, sem reduzi-la à prestação de serviços subalternos, mas levando-a à corresponsabilidade nas decisões pastorais;
- Criar efetivas condições de formação para os leigos, de maneira adequada e ligada à própria participação deles na ação pastoral, realizando os investimentos necessários em recursos humanos e financeiros, como se faz para a formação dos presbíteros;
- Entregar efetivamente responsabilidades apostólicas e pastorais aos leigos, seja aos que atuam mais diretamente no campo eclesial, seja aos que atuam na sociedade (CNP, 2001, pp. 204-205).

No contexto atual, existem muitos leigos que possuem capacitação técnica e muitas qualidades que podem ser colocadas a serviço da evangelização. Há, inclusive, diversos leigos que estudam teologia. E quantos deles não seriam tão capazes quanto os presbíteros (ou mais!) nesse estudo e, em consequência, igualmente capacitados para a atividade pastoral? Enfim, sem cair no laicismo dos presbíteros, o que seria o oposto do clericalismo dos leigos, fica claro que é preciso trabalhar melhor a relação entre uns e outros (CNP, 2001, p. 239).

Mais importante do que serem quantitativamente a esmagadora maioria da Igreja, interessa a verdade de que são eles teologicamente a base da Igreja, que é essencialmente comunhão de batizados. O protagonismo dos leigos deve ser exercido tanto no interior da Igreja quanto na presença no mundo. Seu protagonismo na Igreja se dará pela participação nos diversos níveis da estrutura eclesial, pelo exercício dos mais diversos ministérios, pela valorização dos movimentos, associações e organizações próprias, pela promoção de sua formação teológico-pastoral e sua vivência espiritual (CNP, 2001, p. 235).

Nessa realidade, o 5º ENP questiona se o evangelho que os presbíteros anunciam é o mesmo evangelho ouvido pelos leigos, pois, muitas vezes, não se fala a partir dos leigos, mas a partir de uma “visão clerical”, dificultando, assim, a compreensão dos leigos. Esse ENP enfatiza que as exigências feitas aos leigos partem sempre do ponto de vista dos presbíteros. Assim, prossegue o questionamento sistematizado no 5º ENP, o tempo que os presbíteros pedem dos leigos para os diversos afazeres da pastoral intraeclesial não tiraria a estes do seu mundo, exatamente do lugar onde eles deveriam permanecer para o anúncio do Evangelho? (CNP, 2001, p. 238). Os leigos são chamados a ser sal, luz e fermento no mundo, na sociedade e no ambiente onde estão inseridos. É exatamente ali, onde eles vivem, que precisam ser sinal para santificar aquele espaço, à luz do evangelho.

O presbítero deve buscar exercer seu ministério com autoridade, que não pode, entretanto, ser confundida com autoritarismo. O autoritarismo afasta as pessoas, gera descrédito e desconfiança, enquanto a autoridade, que provém do serviço, cria disposições para que o trabalho evangelizador seja realizado com ânimo, coragem, empolgação e vivacidade.

Para ser e exercer uma autoridade moral consistente e significativa, os ministros da Igreja deverão redefinir a questão do poder na própria Igreja. A tarefa de exercer a autoridade como serviço, por si mesma, desloca o eixo do personalismo autoritário para o personalismo da entrega da própria vida como testemunho e como fator de união e comunhão entre os que fazem do serviço a fonte do verdadeiro poder. Serviço que rompa com o clericalismo, o centralismo e o carreirismo e abra espaços de compaixão, compreensão e tolerância entre os seres humanos. Ele se traduz num compromisso de diálogo e compaixão, na opção preferencial pelos pobres e excluídos, sem esquecer os iludidos e satisfeitos, vítimas de uma globalização equivocada, sem transcendência e escrava do dinheiro (CNP, 2006b, p. 9).

Essa busca de superação do autoritarismo é um dos grandes desafios do presbítero. No entanto, ele é chamado a ser irmão entre os irmãos, construtor da

fraternidade (cf. PO, nn. 7-8). As estruturas atuais e as atitudes autoritárias conduzem predominantemente a um relacionamento vertical dos presbíteros (de submissão aos bispos, de dominação sobre os leigos) e inviabilizam relações horizontais de igualdade e reciprocidade na amizade dos presbíteros entre si e com outras pessoas. Desse modo, os presbíteros se privam de crescer, de realizar-se humanamente e de fazer da paróquia ou comunidade uma família de irmãos e irmãs, de comunhão e participação. Diante disso, o 8º ENP concluiu que é necessário:

- Desenvolver a capacidade de diálogo com todos, também com aqueles que pertencem a tradições culturais e religiosas diferentes, no respeito à pluralidade;
- Dinamizar mecanismos de participação: conselhos de pastoral, de administração, coordenações de pastorais;
- Valorizar a presença de leigos na formação inicial e permanente dos presbíteros;
- Criar condições para a concretização do protagonismo dos leigos;
- Mudar estruturas e práticas pastorais, levando os leigos a participarem não apenas dos serviços, mas também das instâncias de decisões que dizem respeito à ação evangelizadora e pastoral;
- Diversificar os ministérios dos leigos, redistribuindo as tarefas apostólicas e litúrgicas demasiadamente centralizadas no presbítero;
- Participar de grupos de cultivo da espiritualidade e da amizade entre presbíteros, religiosos e lideranças leigas (CNP, 2001, pp. 370-371).

Portanto, a vida presbiteral deve situar-se na perspectiva da eclesiologia da comunhão e participação assumida pelo Concílio. O presbítero precisa saber escutar e dialogar com os leigos para que cheguem todos, assim, ao consenso evangélico. O presbítero é, fundamentalmente, alguém que sabe (ou deveria saber!) trabalhar com os leigos, valorizando-lhes sua real dignidade e seus carismas, partilhando com eles as responsabilidades, e incentivando-os na busca da *maturidade cristã* para que tenham liberdade de ação e iniciativa (CNP, 2001, p. 390).

4.4.2 Em uma Igreja inserida no mundo

Do ponto de vista teológico, a Igreja não pode limitar-se a orientar a experiência religiosa individual, nem a formar grupos ou comunidades que vivam isolados. O 4º ENP enfatizou que “a tradição bíblica e eclesial, bem como o magistério atual, querem que a Igreja, para ser fiel à sua missão, assuma uma posição explícita em face à sociedade e às suas macroestruturas” (CNP, 2001, p. 196).

O presbítero não pode reduzir seu raio de ação à Igreja apenas. Tem de olhar para fora, para o mundo ao qual o Espírito o envia para levar-lhe o Evangelho da graça e da salvação. Portanto, o presbítero não é somente “homem de Deus” e “homem de Igreja”, mas é também “homem do mundo”, no sentido de que está a serviço de todos os homens e mulheres de hoje (CNP, 2001, p. 430).

Após o Vaticano II, o presbítero é chamado a passar do papel em que, predominantemente, administrava os sacramentos e tomava conta de uma comunidade paroquial já constituída, tradicional, para o papel missionário, de animador de novas comunidades e de formador de leigos que agem no coração do mundo moderno. Ou seja, precisa passar de uma pastoral interna (*ad intra*) para uma ação missionária (*ad extra*). Nesse sentido, no 4º ENP afirmou-se ser necessário:

- Que os presbíteros (juntamente com o bispo) assumam mais colegialmente a evangelização e a pastoral, repartindo melhor as tarefas prioritárias;
- Que os presbíteros se atualizem e entrem em um processo de formação permanente que lhes permita acompanhar e compreender as mudanças sociais e desenvolver uma vivência espiritual e uma reflexão teológica adequadas;
- Que os presbíteros renunciem a tarefas meramente executivas, rotineiras, para assumirem tarefas de inovação, animação, edificação de novos grupos e comunidades, o que exige bastante criatividade;
- Que os presbíteros dediquem mais tempo ao atendimento das pessoas, em particular ao acompanhamento sistemático de líderes e grupos de leigos e à sua formação (CNP, 2001, pp. 203-204).

Esse espírito missionário ainda não está presente em diversos presbíteros. Falta muito para que a Igreja seja, de fato, missionária. Outro elemento que vale a

pena ser ressaltado é a atenção que deveriam dar ao “acompanhamento sistemático de líderes e grupos de leigos”, pois, se os presbíteros formarem bem as suas lideranças, eles poderão fazer um ótimo trabalho de evangelização. Assim como o bispo deve zelar pelo cuidado e atenção aos seus presbíteros, o presbítero deve dispensar tempo, formação e reuniões para atender aos leigos e formar seus líderes. Dessa forma, a Igreja ministerial deixa de ser uma teoria e passa a ser realidade concreta.

Associado à Igreja, o presbítero precisa estar inserido no mundo e evangelizá-lo. Nesse sentido, o Documento de Aparecida destaca que “a pastoral da Igreja não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros. Sua vida acontece em contextos sócio-culturais bem concretos” (DAP, n. 367). As transformações sociais e culturais sempre apresentam novos desafios para a Igreja em sua missão de anunciar o Reino de Deus, o que implica renovação eclesial.

Diante dessas exigências, que demandam empenho e mudança de atitudes por parte dos ministros ordenados e dos leigos, são numerosos os que optam por esquecer o Concílio, tentando deslocar a Igreja para uma época superada. Há, ainda, quem considere o Concílio Vaticano II já ultrapassado pelos novos e grandes desafios que a cultura moderna e pós-moderna apresenta à Igreja (CNP, 2006b, p. 16). No fundo, é necessário voltar ao Concílio e recuperar as suas proposições. O espírito renovador do Vaticano II precisa inundar novamente a Igreja e causar-lhe a renovação necessária no contexto atual. Enfim, é necessário que os presbíteros estejam atentos ao que o “Espírito diz às Igrejas” (Ap 2,7.11.17.29; 3,6.13.22).

O Concílio propõe aos presbíteros uma espiritualidade “apostólica, missionária, não voltada em primeiro lugar para o culto e a vida interna da Igreja, mas para a missão no mundo e a convivência fraterna com os leigos (cf. PO 9)” (CNP, 2001, p. 140). Contudo, a missionariedade talvez seja o maior desafio da atualidade, pois, geralmente, os presbíteros não foram formados para a missão.

Fomos – quando muito – preparados para pastorear um rebanho já conquistado. O desafio missionário nos põe diante de uma situação nova: ir ao encontro do outro, entrar no mundo do outro, encarar a concorrência com outras instituições religiosas, traduzir a mensagem para pessoas que devem ser conquistadas, rever as nossas prioridades, encontrar as metodologias adequadas (CNP, 2001, p. 304).

No 12º ENP, Suess destacou que não se trata mais do *ter* territórios e da atuação de especialistas neles, mas do *ser* discípulo-missionário (CNP, 2008b, p.

41). Segundo ele, embora fazendo parte da natureza da Igreja, a missionariedade não está naturalmente presente nas nossas atividades (CNP, 2008b, p. 42). Nessa realidade, vale salientar que,

embora muitos presbíteros estejam ainda presos a um esquema basicamente cúltico-sacramental de exercício do ministério, um número expressivo – sem dúvida, o mais dinâmico e representativo – tem-se proposto como animadores, coordenadores, presidentes de uma comunidade toda chamada à missão, em que o Espírito atua poderosamente, suscitando carismas, serviços e ministérios vários, todos empenhados no serviço do Reino de Deus no mundo (CNP, 2001, p. 309).

As iniciativas existentes precisam ser incentivadas, valorizadas e divulgadas para que um número maior de pessoas se empenhe na ação missionária. No final dos anos de 1970, os sindicatos organizaram grandes greves, “as organizações de moradores passaram a ocupar terrenos urbanos, foram criados o MST, a CUT e o PT. As CEBs espalharam-se por todo o Brasil” (CNP, 2001, p. 343). Enfim, diversas entidades reivindicavam seus direitos e o engajamento social era bastante grande. Isso levou muitos presbíteros a também se engajarem em lutas sociais e a apoiarem o povo na busca de maior dignidade ante as situações de injustiça. Tal situação demonstrou maior inserção dos presbíteros no mundo moderno.

A base ontológica do ministério coloca o presbítero diante do mundo. Sua vida e ministério não estão desconectados da realidade, do local concreto onde vivem as pessoas. Por isso, ele precisa conhecer os desafios da modernidade, saber dialogar sobre os diferentes assuntos, ser capaz de dar sua opinião diante de questões problemáticas que desafiam a sociedade moderna.

Na Igreja, existem diversas pastorais sociais que são chamadas a atuar no mundo, transformando-o. A Doutrina Social da Igreja enfatiza que os presbíteros “devem dar a conhecer a doutrina social e promover nos membros da sua comunidade a consciência do direito e do dever de serem sujeitos ativos de tais doutrinas”. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja destaca que o presbítero

deve animar a ação pastoral no âmbito social, ocupando-se, com particular solicitude, da formação e do acompanhamento espiritual dos fiéis empenhados na vida social e política. O presbítero que desempenha o serviço pastoral nas pastorais das várias agregações eclesiais, especialmente nas de apostolado social, tem o dever de favorecer o crescimento com o necessário ensino da doutrina social (COMPÊNDIO da Doutrina Social da Igreja, 2005, n. 539).

A Doutrina Social da Igreja impulsiona o presbítero a olhar para a sociedade como campo de missão e local em que as ações precisam ser perpassadas pelos valores do evangelho. Por isso, os presbíteros, embora ocupem muito do seu tempo em atividades propriamente intraeclesiais, não poderão desconhecer o mundo em que vivem. O 5º ENP faz uma forte crítica aos presbíteros que vivem “desconectados” da realidade em que o povo está inserido. O texto afirma que

freqüentemente acontece que nada conhecem das dificuldades cotidianas por que passam os leigos na manutenção da família, na luta pela sobrevivência, no empenho pela vida de fé num mundo muitas vezes hostil, marcado pelo rolo compressor do processo de urbanização. Os presbíteros, vivendo sem família, sem uma profissão que os coloque no mundo do trabalho, não estariam perdendo o contato com o mundo urbano, até mesmo com o mundo dos leigos, seus mais próximos colaboradores? (CNP, 2001, p. 237).

Tal realidade é preocupante, pois pode revelar um presbítero totalmente desligado da dinâmica social, pois enquanto as pessoas lutam diariamente para conseguir um emprego – e se manter nele – o presbítero tem “trabalho” garantido por toda a vida; enquanto as pessoas se preocupam com alimento e moradia, o presbítero sabe que, para onde ele for transferido, lá encontrará uma boa casa (talvez a melhor do bairro), um carro (na maioria das vezes um carro do ano) e tudo isso lhe é posto nas mãos, sem nenhum esforço. Enfim, algumas preocupações que os leigos passam cotidianamente, e que fazem parte da vida de todos, não estão presentes na vida do presbítero. É óbvio que o presbítero acompanha todo esse processo de instabilidade vivido pelas pessoas, mas, concretamente, ele está isento de tais preocupações. A partir dessa realidade, percebe-se que o presbítero fica muito distante das pessoas que compõem a comunidade eclesial e pode contribuir pouco com as mesmas. Por isso, ele precisa ter a sensibilidade de se aproximar das pessoas para ajudá-las a superar seus fundamentais desafios.

No mundo moderno, um grande desafio enfrentado pela Igreja em geral é a evangelização nas cidades; sejam elas pequenas ou grandes, todas são afetadas pela globalização e requerem novos métodos para que a Palavra de Deus chegue aos ouvidos e ao coração das pessoas. Em relação à globalização, o 10º ENP enfatiza que

nossas respostas são ainda tateantes e em boa parte inadequadas. Temos falhas, existem dúvidas sobre o futuro e em parte sentimos a tentação do desânimo. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que a Missão é do Espírito

Santo. É obra de Deus (uma “*missio Dei*”, como dizem teólogos contemporâneos) e não nossa ou, mesmo, da Igreja (CNP, 2004, p. 34).

Nesse contexto, cabe à Igreja sinalizar, em meio a tantas contradições, a presença do Reino e dizer ao povo, com a força do Espírito Santo, que ele é chamado e escolhido por Deus para ser um instrumento vivo na história eclesial e no mundo. Nessa realidade, os presbíteros também são influenciados pela cultura e correm o risco de absolutizar alguns valores modernos e relativizar os valores do evangelho. Na cidade, os presbíteros podem ser tentados a serem mais individualistas, a entrarem em competição com colegas e outros agentes de pastoral (religiosos e leigos), a quererem imitar a vida dos outros – esquecendo a profecia, o testemunho, seguindo o chamamento da aversão, da vida fácil, desculpando suas traições à pobreza e à castidade –, a não ter mais tempo para a oração, o silêncio, porque não dão resultado (CNP, 2001, p. 227).

Na realidade urbana, o presbítero precisa ser profeta e ter a ousadia de apresentar a doutrina moral e social da Igreja de modo a convencer as pessoas de que só em Jesus Cristo se constrói o homem novo. Precisa ser o primeiro a viver o mandamento do amor, vencendo os desafios contemporâneos. Não deve entender o amor do modo como a mentalidade moderna o vive, sem renúncias, na busca do maior prazer possível. Pelo contrário, o presbítero é aquele que dedica seu tempo e sua inteligência para testemunhar a prática do amor exigente, da vida oblativa, do serviço a Deus e aos irmãos, na certeza de que aí encontra sua realização como presbítero, como cristão, como ser humano, como homem moderno plenamente inserido no processo de urbanização (CNP, 2001, p. 245).

O presbítero-profeta exerce essa função tendo o mundo por endereço. O mundo sem fronteiras e sem limites. O mundo com sua diversidade de regiões, realidades, raças e culturas. O mundo para todos, sem exceção de ninguém. Quando Jesus pregava, suas palavras ecoavam como chuva que cai sobre bons e maus, puros e impuros, justos e injustos, santos e pecadores. Palavras que são sementes caídas nos diversos terrenos e cujos frutos virão a partir da qualidade do terreno (CNP, 2006b, p. 33).

Nesse processo de relacionamento com o mundo moderno, é preciso que o presbítero seja uma pessoa inculturada, para, assim, anunciar a Palavra de modo que ela chegue adequadamente a seus interlocutores.

Assim como o Filho de Deus se encarnou não só no seio de Maria, mas assimilou a cultura do seu povo, também o presbítero deve, de um lado, ter suas próprias raízes culturais, e, de outro, ser capaz de aprender e respeitar outras culturas (...). Para poder acompanhar um grupo humano no processo de *inculturação* do evangelho, o presbítero terá que ser capaz de traduzir o evangelho em mensagem significativa para este grupo humano (...). O presbítero, mais do que qualquer outro cristão, é chamado a ser ícone do evangelho inculturado, vivenciando em sua pessoa o diálogo entre a transcendência do evangelho e a particularidade da cultura (CNP, 2001, p. 293).

Nesse sentido, o 6º ENP ressaltou que, da parte do presbítero, o diálogo com as culturas e as outras religiões implica, em primeiro lugar, o distanciamento crítico em relação à forma de inculturação do cristianismo em que ele espontaneamente vive, não para recusá-la, mas para “relativizá-la”. O presbítero precisa tomar consciência de que a sua expressão do evangelho e do cristianismo não é a única, nem a melhor, nem a definitiva (CNP, 2001, p. 299).

Estamos em uma sociedade em que ocorrem mudanças inéditas e profundas. Essas mudanças penetram, nem sempre muito conscientemente, na Igreja e em cada pessoa. O 7º ENP ressaltou que, diante dessa realidade, o critério de discernimento deve ser o evangelho. “Encontramos valores modernos que são compatíveis com o evangelho: a emergência da subjetividade, a valorização da pessoa, a busca da felicidade e da liberdade, a solidariedade no esforço para encontrar soluções aos desafios” (CNP, 2001, p. 351). Também podemos afirmar que há realidades na sociedade moderna que não são compatíveis com o evangelho, tais como: o individualismo, o consumismo, o acúmulo de riquezas (de alguns poucos), a pobreza (da grande maioria), o sexo desenfreado, a falta de cuidados com a natureza, dentre outras.

A evangelização é, antes de tudo, obra do Espírito Santo, que age na história, no meio dos povos, culturas e religiões, mas principalmente na Igreja, sinal-sacramento da unidade e salvação do gênero humano.

Sem o Espírito, Deus fica longe, Cristo permanece no passado, o evangelho é letra morta, a Igreja uma simples organização, a autoridade é domínio, a missão é propaganda, o culto simples lembrança e o agir cristão é moral de escravos. Mas, *no Espírito*, o mundo aguarda o Reino, o homem luta contra o mal, o Cristo ressuscitado está presente, o evangelho é força vital, a Igreja manifesta a comunhão trinitária, a missão é Pentecostes, a autoridade é serviço, o agir humano é divinizado. O Espírito atrai para a segunda vinda de Cristo. Com ele, a Igreja e o mundo inteiro gritam com todo o seu ser: Vem, Senhor Jesus! (grifos do autor) (CNP, 2001, p. 358).

Na sociedade de outrora, a tradição ou a cultura determinavam a identidade e o papel de cada um, estabeleciam a identidade do indivíduo (quem eu sou?). Na atualidade, a identidade se tornou uma questão particular. O indivíduo – sempre mais frequentemente e mais conscientemente – escolhe quem ele é (pelo menos essa é a promessa que a sociedade lhe faz). Por isso, a religião readquire um papel muito importante, apesar de ter perdido, na sociedade moderna, sua capacidade de influir sobre a economia, a política ou a ciência, sobre o conjunto do sistema social (CNP, 2001, p. 437). Nesse contexto, a missão dos presbíteros pode parecer grande demais a muitos. Não apenas grande quantitativamente (e de fato o é!), mas também árdua, arriscada, complexa e, talvez, obscura, em uma sociedade com profundas e rápidas mudanças (CNP, 2001, p. 454).

As pessoas procuram uma mística livre e solta, sem referências diretas à tradição religiosa. Nesse tipo de ambiente, o presbítero começa a se sentir estranho e com uma missão que, nos centros urbanos, não recebe mais a mesma valorização que nas cidades do interior. “Numa Igreja em diáspora, a missão do presbítero é menos reconhecida, enfrenta desafios novos e pede segurança e equilíbrio muito exigentes” (CNP, 2001, p. 469). Este é o caminho que tem trilhado a vida eclesial: uma Igreja em diáspora. Em contrapartida, sua preocupação não pode ser apenas a quantidade, mas a qualidade de seus agentes. As primeiras comunidades cristãs eram pequenas, mas seus membros tinham convicção de sua fé e do evangelho que seguiam e esse fato fez com que o número de cristãos crescesse a cada dia. Atualmente, a Igreja passa por um período em que o número de cristãos é cada vez menor. Por isso, ela precisa investir na qualidade e, assim como na igreja primitiva, o fervor e o ardor daqueles que perseverarem será fermento para novos cristãos.

Junto desse fenômeno da evasão dos cristãos, os presbíteros enfrentam também desafios pessoais na evangelização. A insegurança do presbítero quanto à sua missão no mundo de hoje tem uma de suas raízes mais profundas exatamente na incapacidade de manter sua unidade interior. A ruptura da unidade espiritual entre a experiência de Deus, a leitura teológica da realidade e a missão de anunciar é que o empobrece drasticamente (CNP, 2004a, p. 34). As inovações trazidas com o surgimento de sociedades globalizadas e pós-tradicionais, montadas em tecnologias avançadas, alteraram profundamente as concepções, normas e modos dentro dos quais se construía as relações entre as pessoas e sua socialização em instituições (CNP, 2004a, p. 38).

O 11º ENP, em analogia às bem-aventuranças bíblicas, elabora algumas novas “bem-aventuranças” e também “más-aventuranças” em relação ao modo como os presbíteros se comportam e usam seu “poder” no ministério e diante da sociedade contemporânea. O texto relata o seguinte:

Malditos os carreiristas; malditos os que usam de sua posição para explorar e extorquir; malditos os que fazem da simonia sua maneira de administrar as coisas de Deus; malditos os que contradizem o verdadeiro espírito evangélico e usam seu ministério para auto-promoção e alimento da própria vaidade e ostentação na busca de privilégios.

Felizes os puros de coração, que verdadeiramente se colocam a serviço, e em especial, dos pequenos e pobres da sociedade; felizes os que fazem frutificar os próprios talentos e os colocam para a edificação e crescimento da Igreja, felizes os que usam do seu poder para servir mais e melhor; felizes os que não fazem da hierarquia um trampolim para a própria ostentação, mas instrumento de serviço, de ministério (CNP, 2006b, p. 35).

A realidade eclesial demonstra, por um lado, infelizmente, que, em nossos presbitérios há diversos presbíteros que incorporam a lista das “más-aventuranças”, pois fazem do ministério um meio para obter privilégios, vantagens e para se promover à custa da Igreja. Por outro lado, felizmente, há muitos “bem-aventurados”, que vivem o ministério como uma verdadeira vocação, doando seu tempo e sua vida em favor dos mais pobres e necessitados, que são exemplo para os demais cristãos, que dão testemunho daquilo que pregam, que se esforçam para viver os valores do evangelho e que conseguem revelar a face de Deus a tantas pessoas que os procuram.

Tal realidade é enunciada pelo 11º ENP. Nesse encontro, enfatiza-se que, no Brasil, há “presbíteros-profetas que se dirigem à realidade interna da própria instituição e outros que não se calam diante das opressões e das injustiças sociais, políticas, econômicas e culturais” (CNP, 2006a, p. 56). Dentre vários exemplos de presbíteros que profetizam em meio às injustiças internas e externas à Igreja, ressaltamos aqueles que se engajam em pastorais de fronteira, em meio a conflitos, sobretudo na pastoral da terra, na luta em favor da reforma agrária, nos grandes centros urbanos, nas favelas e na luta pela sobrevivência na região amazônica. Há também diversos profetas que lutam pela transformação interna da Igreja: lutam por uma Igreja mais ministerial e mais democrática, para que se mudem as “ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé” (DAP, n. 365), superando a pastoral de conservação e partindo para uma pastoral decididamente missionária (DAP, n. 370).

Contudo, neste nosso continente latino-americano, também outros graves problemas desafiam o ministério presbiteral como, por exemplo, a pobreza e a miséria de boa parte de sua população e a falta de recursos e condições materiais necessárias para uma boa infraestrutura pastoral (CNP, 2008b, p. 17). Diante dessa complexa realidade, os presbíteros são chamados a ser “sal da terra” e “luz do mundo”, e a viver sua apostolicidade em unidade entre si e com os leigos.

5 PERSPECTIVAS PASTORAIS PARA A VIDA DOS PRESBÍTEROS NO BRASIL

Toda a reflexão apresentada nos capítulos anteriores nos conduz a uma ação pastoral e pretende colaborar com os presbíteros para que, conscientes de seus dons e limites, possam ser anunciadores do Reino e testemunhas de unidade e fraternidade. Relembramos que a dimensão pastoral é o “princípio unificador” (CNBB, 2010, n. 300) de toda vida e ministério dos presbíteros e para ela tendem todas as demais dimensões, pois eles são formados para serem pastores. Nesse sentido, cabe questionar quais são as perspectivas pastorais que os ENPs apontam para os presbíteros do Brasil e que ações concretas são indicadas para que a vida do presbítero seja mais condizente com a sua missão.

Percorreremos esse trajeto elencando as dificuldades e impasses enfrentados na caminhada presbiteral em âmbito nacional, bem como os avanços na vida presbiteral sob a ótica dos ENPs. Atualmente, os Encontros Nacionais apontam para a Pastoral Presbiteral como um possível meio de auxiliar os presbíteros em suas necessidades, mas ficam as perguntas: Quais são os desafios para a implantação e desenvolvimento de uma Pastoral Presbiteral? Será que as Associações de Presbíteros e a Pastoral Presbiteral são meios eficazes para ajudar os presbíteros a minimizarem suas dificuldades de ordem pessoal e pastoral?

Nossa pesquisa sinaliza que um possível meio de fortalecimento da fraternidade presbiteral seria a busca de unidade dos presbíteros com o presbitério e o bispo, pois todos são membros da mesma Igreja Particular e, portanto, estão unidos pelo sacramento da ordem e são corresponsáveis pela evangelização.

5.1 DIFICULDADES E IMPASSES DA VIDA PRESBITERAL NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBÍTEROS

No primeiro capítulo, apresentamos alguns impasses enfrentados pelos ENPs quando tiveram seu início na década de 1980. Aqui pretendemos abordar as dificuldades enfrentadas na atualidade, pois algumas (ainda) não foram superadas e surgem novos desafios para os presbíteros neste momento de renovação e de profundas mudanças pelas quais passa a sociedade em geral.

Tudo o que começa a ser realizado e é uma novidade corre o risco de passar por dois momentos específicos: a resistência e a acolhida. Esse foi, a nosso ver, também o trajeto enfrentado pelos ENPs. Quando se pensou na realização de um Encontro Nacional, havia temores tanto por parte dos presbíteros, porque não sabiam ao certo o que aconteceria naquele Encontro, quanto por parte dos bispos, que tinham receio das consequências de um Encontro de presbíteros em nível nacional, já que aquela iniciativa poderia ser caracterizada como um “ato revolucionário” dos presbíteros. A propósito, vale lembrar que os ENPs têm início em 1985 (e sua gênese desde o começo da década de 1980), período fortemente marcado pelas lutas sociais, ditadura militar, movimentos eclesiais diretamente envolvidos e empenhados na reivindicação de direitos iguais para os menos favorecidos, e que contou com grande participação de diversos presbíteros nessas causas, inclusive, com vários presbíteros envolvendo-se diretamente na ação política partidária. Esses fatos sociais se entrelaçam com os ENPs e demonstram forte engajamento social dos presbíteros daquele período.

No entanto, atualmente o envolvimento da Igreja nos aspectos sociais perdeu força e percebe-se maior interesse em ações que priorizem elementos emotivos e eventos de massa. Diante dessa realidade, onde está o caráter profético da Igreja? Que ações os presbíteros tem desenvolvido em favor dos mais necessitados? Questões como essas nos colocam diante de uma problemática pastoral que vai tomando rumos desconhecidos ou até mesmo obscuros, pois, nesse contexto, os presbíteros correm o risco de serem absorvidos pela cultura atual e se esquecerem dos valores do evangelho.

Em meio a essa realidade, os ENPs têm procurado caminhos para orientar os presbíteros a viverem seu ministério sem perderem de vista o fato de que eles são seres humanos, sujeitos a falhas, mas que, em virtude de seu caráter de pastores, precisam saber discernir os sinais dos tempos e orientar os que estão perdidos e/ou não encontram sentido para suas vidas.

5.1.1 O desafio de assumir mais integralmente as pistas de ação dos Encontros Nacionais de Presbíteros

Por meio da leitura dos textos dos ENPs (principalmente dos Instrumentos Preparatórios), constata-se que diversos são os impasses, as dificuldades e os

desafios existentes em relação à vida presbiteral em âmbito nacional. E, por isso, questionamo-nos: até que ponto as reflexões, os Instrumentos Preparatórios, os debates realizados nos presbitérios e que antecedem os ENPs, as discussões apresentadas durante cada Encontro e suas Conclusões (quando elaboradas) atingem realmente os presbíteros nas dioceses?

Reafirmamos que, quando tiveram início os ENPs, houve diversas resistências (cf. item 2.2.4 desta pesquisa) por parte da Sé Apostólica e também da CNBB em relação a tais Encontros. Naquele período, os presbíteros lutaram e se empenharam para que os ENPs se fortalecessem, buscando diálogo com os bispos do Brasil e também tentando mostrar à Sé Apostólica que o objetivo daqueles Encontros era de fortalecer a caminhada dos presbíteros e ajudá-los a melhorar sua qualidade de vida e sua missão evangelizadora. A não aceitação, naquele período, talvez tenha ocorrido em virtude de os Encontros constituírem um sujeito novo na caminhada eclesial no Brasil e, diante disso, os bispos tenham preferido agir com prudência e cautela. Atualmente, o certo é que, por parte da instituição (Igreja), os ENPs são aceitos e recebem apoio para continuar a reflexão sobre os presbíteros, pois o episcopado constatou que eles não oferecem nenhum tipo de “ameaça”, mas, ao contrário, são uma tentativa de ajudar os presbíteros a melhor vivenciarem e desempenharem seu ministério.

Contudo, analisando o contexto eclesial brasileiro, percebemos que os impasses e dificuldades em relação à aceitação e implementação dos ENPs não se encontram somente nos presbíteros. Os bispos – embora, de maneira geral, apóiem e incentivem os ENPs –, por exemplo, podem, e muito, contribuir para a divulgação, o estudo, o aprofundamento e a reflexão dos textos dos ENPs. Uma alternativa seria propor o debate dos textos em uma reunião dos presbíteros e motivá-los a atualizar o texto, que foi escrito em nível nacional, para sua realidade local. O bispo poderia ainda sugerir que os presbíteros que participaram do Encontro Nacional repassassem ao presbitério de sua diocese as reflexões e conclusões dos ENPs. Essas seriam algumas maneiras simples de fazer com que esses Encontros não fiquem reduzidos a poucos presbíteros (somente aos que participam do ENP) ou ao representante dos presbíteros, mas que todos façam parte e conheçam o que está sendo discutido, pensado e proposto para uma melhor vivência dos e entre os presbíteros. Mas, será que há esse empenho por parte dos bispos? Diante de inúmeras atividades que desenvolvem, será que conseguem refletir

sistematicamente e programar ações que visem uma melhor articulação do presbitério? Nesse ponto, é importante a atuação do conselho presbiteral para que, a partir dos próprios presbíteros, o bispo tenha um olhar atento sobre os mesmos e consiga propor meios de reflexão e de maior fraternidade presbiteral.

No entanto, nota-se que, atualmente, há outro problema. A dificuldade de aceitação não vem mais dos bispos, mas dos próprios presbíteros, ou melhor, de alguns presbíteros (para os quais o presbitério “sou eu mesmo”), que não aceitam ou não reconhecem os Encontros Nacionais como um instrumento válido de reflexão e ajuda em âmbito pessoal, coletivo e também no contexto eclesial da Igreja Particular. Talvez encontrem dificuldades de aceitação pelo fato de nunca terem participado de nenhum Encontro ou ainda não terem tido oportunidade de aprofundar as temáticas abordadas.

Seria, contudo, um equívoco a generalização, pois há muitos presbíteros que valorizam e se empenham em colaborar com os ENPs, da mesma forma que também há aqueles que são indiferentes às propostas e aos debates sugeridos nesses Encontros. A esse respeito, vale dizer que muitos presbíteros estão “fora do alcance da CNP, das CRPs e também os ENPs” (SANTANA, 2008, p. 181). Aliás, para alguns presbíteros, pouco importa o que a CNBB ou a CNP orientam, pois o único parâmetro de ação é aquilo que brota de suas consciências.

Nesse ponto nos questionamos: esses presbíteros não são atingidos pelas reflexões dos ENPs por culpa da CNP ou por falta de interesse deles próprios? Será que há empenho nas Igrejas Particulares para que se reflitam, em presbitério, as abordagens dos ENPs? Parece-nos que aqui é preciso considerar uma relação dialética e reconhecer que, por um lado, a Igreja, enquanto instituição, precisaria rever a estrutura na qual os presbíteros estão inseridos, pois, muitas vezes, falta a eles tempo para atender toda a demanda de uma paróquia ou comunidade eclesial e, mesmo que o presbítero queira, não conseguirá dar conta de tantas atividades. Por outro lado, encontramos presbíteros que não têm interesse pelos Encontros Nacionais, pois acreditam que os conteúdos abordados nesses Encontros não dizem respeito à sua própria “linha” eclesial. Quando o presbítero pensa desse modo, corre o risco de privilegiar somente aquilo que lhe interessa, o que pode afetar toda a sua vida ministerial, já que ele não foi ordenado para uma pastoral ou movimento específico, mas sim para a Igreja como um todo, que é composta de diversos carismas, dons e talentos que o Espírito suscita em meio à evangelização.

No 9º ENP, ressaltou-se essa questão da não aceitação dos ENPs por parte de alguns presbíteros. D. Angélico, então bispo responsável pelo Setor Vocações e Ministérios, escreveu a respeito, no Instrumento Preparatório, enfatizando que

este opúsculo é “instrumento de trabalho”, escrito por pessoas comprometidas com o Reino de Deus, com a formação permanente dos presbíteros! Deve, pois, ser usado como “instrumento de trabalho”, para suscitar reflexões, debates, aprofundamentos em reuniões dos presbitérios. Nada de tomá-lo como texto definitivo; muito menos deseja ser lido, com lupa, na obcecação de buscar erros, impropriedades... Afinal de contas, presbíteros, como a palavra indica, são adultos, não crianças! Que a ordem de Jesus agarrada por João Paulo II, “no início do novo milênio”: “avancem para águas mais profundas, lancem as redes para a pesca”: “*Duc in altum*” (Lc 5,6), leve, inclusive, certos presbíteros – poucos felizmente – que olham o ENP com desconfiança e temor, à mudança de atitude! Mais do que falar em comunhão, no vigor do Espírito que socorre nossa fraqueza, precisamos construí-la, testemunhá-la, no concreto da vida (CNP, 2001, p. 462).

Essa incisiva afirmação de D. Angélico indica que alguns presbíteros veem os ENPs com certa desconfiança. Tais desconfianças ainda existem no contexto atual, embora haja muitos passos positivos e tenha aumentado o interesse dos presbíteros a respeito das temáticas abordadas em tais Encontros.

Algo que acreditamos ser necessário ressaltar é o fato de o bispo mencionar que o Instrumento Preparatório não é um “texto definitivo”. Esse aspecto é bastante relevante, pois o objetivo desses textos é provocar debates e reflexões nos presbitérios. O próprio nome, Instrumento Preparatório, indica que é uma preparação para um evento. Porém, nem todos os presbíteros se interessam pela temática proposta e, além disso, ridicularizam o texto – bem como o Encontro que ele anuncia –, buscando nele apenas erros e equívocos.

Portanto, notamos que a noção de presbitério, fortemente acentuada pelo Vaticano II, precisa ser retomada nas Igrejas Particulares, pois, se cada presbítero desempenhar seu ministério de forma isolada, cada vez mais a Igreja, em sua totalidade, ficará distante desta concepção conciliar.

Nesse contexto, há uma tendência, na sociedade em geral, em se preocupar somente com a própria felicidade e realização pessoal, e os presbíteros também recebem as influências desse pensamento da sociedade contemporânea. E aqui está outro desafio que precisa de urgentes reflexões e iniciativas para auxiliar os presbíteros a evangelizar, pois, do contrário, correrão o risco de falar palavras que não tocam as pessoas ou não lhes fazem sentido.

5.1.2 A crise na sociedade contemporânea e sua influência na vida dos presbíteros

Um fenômeno contemporâneo que se percebe na sociedade e também na religião é a valorização do *eu* e das *emoções*, deixando de lado o *nós* e a *razão*. Nessa perspectiva, Brighenti ressalta que “uma das características da religiosidade na contemporaneidade é o predomínio do emocional”. O mesmo autor destaca que, “sem cair no emocionalismo, é preciso dar guarida a outras formas de razão, também em teologia, como a razão emocional, intuitiva, experiencial e comunicativa” (BRIGHENTI, 2007, p. 36). Associado a esse fenômeno, parece haver, entre os presbíteros, certa dose de indiferentismo em relação aos desafios pastorais, aos problemas sociais, às dificuldades dos irmãos presbíteros, aos estudos, enfim, à compreensão da própria vida ministerial.

Nesse contexto, Benedetti ressalta dois tipos de presbíteros existentes no cenário eclesial: “os que realmente têm uma proposta séria de diálogo com o mundo de hoje e para isso se preparam e os que querem simplesmente reproduzir-se como ‘presbíteros’, isto é, dotados de um poder institucional (‘ex opere operato’)” (BENEDETTI, 1999, p. 90). Para os presbíteros que pensam dessa forma (sorte que não são todos), basta ser presbítero e atuar em alguma paróquia ou em outra instância eclesial e isso é o suficiente. Para estes, o ministério não é uma vocação e a Igreja é uma empresa. Tornam-se funcionários da instituição e utilizam-se dela em proveito próprio.

Uma das questões que potencialmente pode motivar esse comportamento talvez esteja relacionada à formação nos seminários que, muitas vezes, não prepara a pessoa para o ministério – que precisa ser exercido em espírito de serviço e doação. Embora se perceba que há um crescimento na busca pela formação permanente, ainda é grande o número de presbíteros que agem como se a formação terminasse com a ordenação.

Ao lado desses presbíteros, há também aqueles que se comportam como donos da paróquia e veem os leigos como empregados que precisam fazer tudo no momento em que o “patrão” espera. Benedetti ressalta que os leigos reclamam de que há presbíteros:

a) autoritários, que gostam de concentrar o poder em suas mãos, pouco afeitos às relações horizontais;

- b) que não se engajam nem mostram interesses maiores pela Pastoral;
- c) que não valorizam uma Igreja ministerial e evangelizadora e vêem os leigos como meros colaboradores subalternos;
- d) que se aburguesam rapidamente e procuram comodidade de casa, carro e dinheiro;
- e) que demonstram excessiva preocupação com a exterioridade das celebrações litúrgicas ou, ao contrário, se limitam a celebrações rotineiras, sem valorizar o mistério celebrado;
- f) que colocam a própria pessoa acima de tudo, a começar pela pompa triunfalista com que circundam as suas ordenações;
- g) que não preparam as homilias e desperdiçam o tempo em divagações nada educadoras na fé;
- h) que não demonstram um compromisso sério e feliz com a vida do povo e da Igreja;
- i) que pouco ou quase nada investem na formação dos leigos;
- j) que demonstram pouca coerência, pregando uma moral e vivendo outra;
- k) que se apresentam mais como funcionários da instituição do que como homens de Deus, como o povo espera e precisa (BENEDETTI, 1999, p. 100).

Portanto, da parte dos leigos, há, com frequência, reclamações de que alguns presbíteros se comportam de modo demasiadamente autoritário na paróquia e que, quando as lideranças não agem da maneira como eles desejam, são destituídas de suas funções e ministérios. Ora, em uma comunidade, os carismas não estão condicionados aos gostos pessoais dos presbíteros. Os dons e ministérios estão a serviço da comunidade e não do ministro ordenado. Por que agir desse modo, afastando-se das pessoas e distanciando-as de Deus? O presbítero é chamado a revelar a face de Deus e não a sua própria face. Novamente não podemos generalizar, mas também não podemos ignorar que esta é uma situação real, observada em diversas comunidades. Há, inclusive, muitos leigos que sofrem com as atitudes de tais presbíteros. Há também diversas lideranças leigas na Igreja que realmente se doam em suas atividades pastorais e que são muito eficientes naquilo que fazem, mas ficam impedidas de realizar outras ações evangelizadoras devido à incompreensão e falta de apoio (e até impedimento) de determinados presbíteros.

Essa falta de abertura que percebemos por parte de alguns presbíteros em relação aos leigos também é perceptível na relação desses presbíteros com os demais presbíteros e com o bispo. Em muitas vezes, também são esses os mesmos que não aceitam as propostas da diocese, os que não conseguem realizar uma pastoral de conjunto e, são eles que, da mesma forma, agem com indiferença em relação àquilo que os Encontros Nacionais propõem aos presbíteros.

Diante dessa realidade, também não podemos culpabilizar única e exclusivamente os presbíteros. Eles vivem em uma sociedade competitiva, onde cada um busca se sobressair em suas atividades, mostrando-se superior aos demais. Os presbíteros, inseridos nesta realidade, passam, mesmo que inconscientemente, a agir da mesma forma. Os “valores” apresentados pela modernidade penetram todo o ser da pessoa – inclusive do presbítero – e a leva a agir a partir de tais critérios. Portanto, os presbíteros podem até serem vítimas da realidade em que vivem, mas, como formadores de opinião e pessoas bem formadas que devem ser, precisam saber discernir sobre esses novos desafios, interpretá-los, distanciar-se deles e, assim, poder lançar luzes para si como também para os fiéis, a fim de que não sejam devorados por ações não condizentes aos discípulos de Cristo. O fato é que nem sempre conseguem tal distanciamento e, estando inteiramente dentro do contexto, não conseguem detectar ali os problemas para buscar soluções adequadas.

A CNBB reconhece que é necessária uma “maior atenção à pessoa do presbítero” (CNBB, 1995, n. 20), pois, se o presbítero ficar sem nenhum tipo de acompanhamento, poderá facilmente desanimar diante dos inerentes desafios à evangelização, bem como cair na solidão ou se isolar de seus companheiros. O isolamento de alguns presbíteros auxilia no processo de fechamento e aumenta os obstáculos vividos cotidianamente, fato que “é contrário ao profundo sentido de união do presbitério” (Med, n. 11,25). Essa situação se agrava quando o presbítero não é capaz de compartilhar, especialmente com outro presbítero, as dificuldades que está vivendo, sejam elas pastorais ou pessoais. Santana enfatiza que há muitos cuidados envolvendo os seminários, mas que não se percebe

a mesma atenção para aqueles que se ordenam e são obrigados a viver e sobreviver de forma isolada e individualista num ministério que tem sua origem no Presbitério. O caminho do futuro far-se-á certamente na recuperação da idéia do Presbitério, na reformulação e diversificação do ministério ordenado na Igreja (SANTANA, 2008, p. 181).

Essa dificuldade de acompanhar os presbíteros resulta em diversos problemas que, muitas vezes, poderiam ser evitados se fossem devidamente orientados no momento ou na eminência das crises. Diante da crise, há ao menos dois caminhos que se podem trilhar: enfrentá-la com maturidade, ou fugir do problema e refugiar-se em ações que não condizem com a vida presbiteral. É nesse

último caminho que surgem os conflitos em relação à afetividade e sexualidade, em relação com os leigos (autoritarismo), a desconfiança dos demais presbíteros e o distanciamento do bispo. Podemos perceber, então, que alguns problemas que se apresentam à vida presbiteral poderiam ser resolvidos através de maior atenção aos presbíteros por parte dos bispos e dos próprios irmãos presbíteros em uma relação de comunhão e fraternidade.

O 11º ENP enfatiza diversos elementos que precisam ser mais bem refletidos pelos presbíteros, pois indicam um retrocesso em relação aos avanços conquistados no período pós-conciliar. Dentre as dificuldades, destacamos:

- volta à separação entre Igreja e mundo, hierarquia e povo;
- enfraquecimento da opção pelos pobres e de uma mística correspondente;
- ecumenismo mais de cúpula que de base;
- Igreja ainda mais machista nas decisões;
- rigorismo litúrgico por um lado e, por outro, condescendência com as missas-show;
- enfraquecimento da comunhão: retorno do individualismo;
- profecia enfraquecida e até perseguição interna aos profetas;
- volta de um certo sacramentalismo em detrimento da criatividade evangelizadora;
- enfraquecimento das CEBs e de outras formas populares de organizar a Igreja;
- crescimento de movimentos autônomos espiritualistas que não se integram na caminhada das Igrejas locais;
- falta de participação política; enfraquecimento da presença pública da Igreja;
- retrocesso na formação dos futuros presbíteros: desequilíbrio entre as dimensões constitutivas da formação (intelectual, espiritual, pastoral, comunitária, humano-afetiva, político-cultural, etc);
- reforço a novos movimentos e novas formas de vida em comum em detrimento da eclesiologia da Igreja local e da espiritualidade encarnada (CNP, 2006b, pp. 21-22).

Todos esses itens mostram o quanto a Igreja, como um todo, precisa aprimorar seu espírito profético e aumentar seu compromisso de tornar-se uma Igreja que seja verdadeiramente comunhão e participação, mais próxima do povo e servidora do Reino. Tais atitudes implicam uma Igreja cada vez mais distante do *aggiornamento* buscado pelo Concílio. Por isso, no 11º ENP, a CNP buscou resgatar as propostas conciliares e reafirmá-las aos presbíteros, mas o que constatou foi um retrocesso e um distanciamento do Vaticano II.

Segundo Antoniazzi, os relacionamentos entre os presbíteros têm melhorado nos últimos anos, mas “tende a se tornar gradativamente mais individual, menos solidário, mais fragmentado, seja pela influência da mentalidade corrente ou do ‘espírito da época’, que incentiva o individualismo em todos os níveis da sociedade” (ANTONIAZZI, 1998, p. 616). Tal afirmativa de Antoniazzi corrobora nosso pensamento de que a modernidade afeta a ação dos presbíteros e que, portanto, estamos diante de desafios estruturais que precisam de sérias e profundas mudanças, pois, do contrário, será difícil a mudança de mentalidade dos presbíteros.

Essa realidade nos faz pensar na necessidade de uma pastoral que faça com que os presbíteros possam partilhar suas angústias e, juntos, buscar soluções para não deixarem de proclamar os valores do Reino e continuarem anunciando a fé cristã com convicção e ousadia frente aos desafios do cotidiano.

Em meio às diversas atividades pastorais, os presbíteros são convidados a serem pastores e a oferecerem dons e sacrifícios (Hb 5,1) em favor do povo que lhe foi confiado. No entanto, o presbítero atual encontra-se cada dia mais sobrecarregado de atividades e constata-se que há presbíteros cansados e desanimados diante dos obstáculos. Por isso, aquele que cuida deve também ser cuidado e procurar cuidar de si mesmo, como recomenda o apóstolo: “Estai atentos a vós mesmos e a todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos estabeleceu como guardiães, como pastores...” (At 20,28). E aqui está, especificamente, o foco no qual precisa se concentrar a Pastoral Presbiteral: na atenção à pessoa do presbítero, para que, fortalecido, ele possa cuidar do rebanho que lhe foi confiado.

5.2 AVANÇOS NA VIDA PRESBITERAL NA ÓTICA DOS ENCONTROS NACIONAIS DE PRESBITEROS

Desde que os ENPs tiveram início, em 1985, diversos avanços marcaram a caminhada presbiteral no Brasil. Esses Encontros conseguiram seu espaço na realidade eclesial, promoveram reflexões e debates e possibilitaram aos presbíteros maior consciência de sua missão e de seu papel na Igreja. Esse espaço ganhou visibilidade e conseguiu vencer os obstáculos que surgiram pelo fato de que não havia, até então, outro espaço específico no qual os presbíteros se reunissem para

partilhar suas alegrias e tristezas, angústias e esperanças. Nos ENPs, os presbíteros, juntos, buscam refletir sobre os desafios e apontar possíveis soluções para os obstáculos concernentes à sua vida e ministério. Como resultado desse processo, houve o fortalecimento da CNP e diversas conquistas foram consequência dos inúmeros encontros e reuniões provocados por ocasião dos ENPs.

5.2.1 O fortalecimento da Comissão Nacional de Presbíteros

Na realidade brasileira, talvez o primeiro avanço trazido pelos ENPs tenha sido o fortalecimento da Comissão Nacional de Presbíteros. A Comissão, que no início constava de poucos membros e era quase desconhecida pelos presbíteros do Brasil, recebeu um grande impulso a partir da realização dos ENPs. As histórias da CNP e dos ENPs se entrelaçam. De acordo com Antoniazzi, “os ENPs de algum modo colocam, ao lado de uma minguada CNC (15 ou 16 membros, um por Regional), uma assembléia de mais de 400 presbíteros, representando quase todas as dioceses” (ANTONIAZZI, 1998, p. 606).

Antoniazzi, já em 1987, apontava fatos positivos da caminhada dos presbíteros no Brasil a partir da CNP. Ele dizia que “de passagem, sublinhamos a importância dessas atividades da CNC, que representa um esforço para vencer o individualismo e o isolamento do clero” (ANTONIAZZI, 1987, p. 20).

Criada pela CNBB, a CNP manteve-se sempre unida à caminhada da Igreja no Brasil e às orientações da CNBB. Porém, quando foram iniciados os ENPs, houve conflitos devido a algumas posições pessoais contrárias às orientações da Igreja. Isso gerou advertências da Sé Apostólica (conforme citamos no item 2.2.4), até chegar, atualmente, a uma situação de maior diálogo e entendimento com o episcopado nacional e a Sé Apostólica. Isso se deu pelo fato de que a CNP foi demonstrando, através dos próprios ENPs, que sua intenção era somente somar às reflexões da CNBB e do Magistério. Basta lembrar que os primeiros Encontros Nacionais se realizaram sob um clima de tensão e que corriam o risco de se extinguirem nos anos seguintes por não constituírem, segundo o pensamento de alguns bispos, uma organização “sadia” no ambiente eclesial.

No entanto, ao longo de sua existência, os ENPs não se apresentaram como algo que perturbasse a CNBB nem a Sé Apostólica ou, menos ainda, como um movimento libertário diante de uma instituição repressora, embora neles sejam feitas

certas reivindicações em relação à vida presbiteral que nem sempre são atendidas pelo Magistério. O conflito aconteceu pelo fato de que os bispos, no Brasil, não estavam acostumados a ver seus presbíteros organizados, em conjunto, refletindo e debatendo assuntos referentes à sua própria vida. Até então, eram os bispos quem discutiam e decidiam o que era viável para a vida presbiteral. A partir do surgimento dos ENPs, houve algumas mudanças nesse cenário. Isso não significa, entretanto, que os ENPs anulem as reflexões do episcopado. Atualmente, há, inclusive, diversos bispos que participam dos ENPs e também em cada Comissão Regional de Presbíteros há um bispo, denominado “bispo referencial”, que acompanha o trabalho dos presbíteros e da CRP.

Os avanços em relação à Sé Apostólica também podem ser percebidos na medida em que os ENPs foram sendo realizados. A título de exemplo, citamos a presença de D. Crescêncio Sepe, secretário da *Congregação para o Clero*, no 6º ENP. Sobre esse fato, Rocha relata o seguinte:

Momento alto do 6º ENP foi a agradável e simpática participação do Secretário da Congregação para o Clero, Dom Crescêncio Sepe que, acompanhado do Pe. Fernando José Guimarães, oficial da Congregação, e do Mons. Giovanni, da Nunciatura Apostólica, nos trouxe a benção do Santo Padre. Dom Sepe falou-nos três vezes: duas no Auditório e uma na Celebração Eucarística, além da demorada reunião que manteve com os membros da antiga e da nova Comissão Nacional do Clero, com a presença de Dom Lucas, Dom Damasceno, Dom Angélico, Dom Jayme, Dom José Mário e Dom José Afonso Vieira. O que Dom Sepe disse constituiu-se em real estímulo ao trabalho da CNC, além de “arejar”, na expressão de um dos participantes da reunião, nosso relacionamento com as instâncias maiores da Igreja. Foram palavras textuais dele: “A CNC é uma benção de Deus”; “Uma Associação de presbíteros é sempre um fato positivo”; “Em nenhum país onde andei encontrei trabalho igual ao daqui”; “Estou emocionado em participar de uma assembléia de presbíteros tão numerosos e representativos” (ROCHA, 1996, p. 143).

Nessa fala de D. Crescêncio, podemos perceber que as resistências em relação aos ENPs haviam diminuído e que, a partir de então, os presbíteros do Brasil poderiam trilhar um caminho de reflexão, debate e amadurecimento sobre sua vida com mais tranquilidade, sem grandes receios de represálias da Sé Apostólica.

Em relação à CNP (antiga CNC) e a seu papel no contexto eclesial, Feller destaca o seguinte:

Desde que foram iniciados os ENPs, a CNC foi assumindo uma posição mais destacada e conflitiva, sobretudo por causa de algumas declarações comuns ou de particulares, feitas nos ENPs, seguidas de advertências da Santa Sé, até chegar, hoje, a uma situação de maior diálogo e

entendimento da CNC com o Episcopado nacional e a Santa Sé. É na base desse entendimento que se impõe a pergunta: haverá possibilidades de avançar mais em termos de maior autonomia organizacional e de reflexão teológica sobre nossa identidade e missão presbiteral? (FELLER, 1996, p. 29).

É necessário que tal questionamento impulse a CNP na busca de maior autonomia e de avanços nas reflexões teológico-pastorais para colaborar com os presbíteros do Brasil diante dos desafios emergentes da evangelização.

No Instrumento Preparatório ao 12º ENP houve, inclusive, uma motivação para que o texto deste Encontro ultrapassasse o âmbito presbiteral e envolvesse também os ministérios leigos nas instâncias paroquiais e nas comunidades. O texto trazia a seguinte motivação:

Caros irmãos presbíteros, nós sonhamos uma Igreja Comunhão de todos: bispos, presbíteros, religiosos(as), leigos(as); por isso, motivem e envolvam também suas paróquias e comunidades para que o ENP ultrapasse cada vez mais, como já acontece, o âmbito presbiteral e se transforme num evento eclesial (CNP, 2008a, p. 4).

Percebe-se, então, que a CNP se fortaleceu e hoje é um órgão que tem respaldo dentro da CNBB e também em âmbito nacional pelos presbíteros. Como consequência, os ENPs também ganharam força e visibilidade, firmando-se como um espaço em que os presbíteros, ao menos os que participam desses Encontros, sentem confiança e liberdade para falar sobre seus anseios, suas angústias e dizerem o que pensam e aquilo que, na opinião deles, precisa ser mudado na conjuntura eclesial. Desse modo, enquanto frutos da CNP, “os Encontros Nacionais se tornaram o grande espaço onde os presbíteros podem refletir sobre a nossa realidade social e eclesial, avaliando sua vida e missão, apresentando caminhos e perspectivas” (CNP, 2004b, p. 9).

5.2.2 As conquistas alcançadas pelos Encontros Nacionais de Presbíteros

Em um processo de 25 anos de caminhada, podemos constatar alguns elementos que ajudaram a dar maior unidade à realidade da vida presbiteral brasileira. Dentre as diversas conquistas alcançadas pelos ENPs, destacamos a questão salarial (busca de salário igual para os presbíteros), os planos de saúde e INSS, o maior cuidado para com os presbíteros idosos, cursos de atualização,

formação permanente e carteirinha de presbítero unificada em âmbito nacional. Destacamos ainda, como conquista desses Encontros, a criação das Associações de Presbíteros que se espalharam nas dioceses do Brasil e apresentaram-se como um modo de fortalecer a unidade e a fraternidade presbiteral – embora as Associações estejam agora passando por um momento de crise e enfraquecimento (aprofundaremos esse tema no item 5.4.1). Essas conquistas são frutos dos ENPs e precisam ser enfatizadas, pois, sem essa articulação da CNP, provavelmente não haveria tais avanços.

Além disso, os ENPs foram criando um espaço de motivação entre os presbíteros, pois os Encontros proporcionam troca de experiências, partilhas e ajudam os presbíteros a terem uma visão mais global sobre a realidade eclesial brasileira. Para muitos, os Encontros são uma oportunidade de ampliar os horizontes e não ficar somente no universo da diocese a que pertencem.

Ao falar sobre as conquistas alcançadas pelos ENPs, Pe. Pedro Félix Bassini, ex-presidente da CNP, aponta, primeiramente, as dificuldades enfrentadas no início dos ENPs e ressalta o modo como a CNP superou tais desafios. Segundo ele,

para uma melhor compreensão do momento atual da vida e ministério do presbítero brasileiro, olhamos um pouco para trás, não muito atrás, somente o suficiente para que o foco não se disperse. Partimos do ano de 1985 e toda a movimentação em torno da realização do primeiro encontro nacional de presbíteros. A relação presbítero-bispo e vice-versa, estava marcada por intrincamentos. Havia a necessidade de um espaço para desabafos e construção do diálogo. Os primeiros encontros nacionais foram palco para esses acontecimentos. A Comissão Nacional de Presbíteros sustentou seus objetivos e com sabedoria garantiu a continuidade do processo. A experiência foi mestra na dinamização dos encontros e a co-responsabilidade dos presbíteros favoreceu essa integração (BASSINI, s.d).

Para Bassini, os conflitos desenvolvidos no início da caminhada dos ENPs fizeram com que as Igrejas Particulares se envolvessem cada vez mais com a temática em torno dos presbíteros e, com isso, a “revolta” foi se dissolvendo pela maturação adquirida no decorrer do processo. Para ele, há uma boa aceitação dos ENPs, e “quase todas as dioceses preparam em presbitério a participação de seu delegado ao encontro nacional” (BASSINI, s.d). Atualmente, o Instrumento Preparatório aos ENPs é enviado a todas as dioceses do Brasil e esse texto é estudado por grande parte dos presbíteros. Em alguns lugares, esse estudo é realizado em conjunto com o presbitério; em outros, o Instrumento Preparatório é entregue aos presbíteros para leitura e estudo pessoal. Há ainda o estudo realizado

pela Comissão Regional de Presbíteros, que reúne os representantes dos presbíteros das dioceses e que busca fazer uma síntese de todo o Regional. Esse processo garante que a temática proposta pela CNP para o Encontro Nacional alcance um bom número de presbíteros em nível nacional. Outro fato que também ajuda a tornar os ENPs conhecidos é a escolha dos delegados para participarem desses Encontros. Essa escolha precisa ser realizada com todo o presbitério e a partir de critérios claros, de modo que os presbíteros enviados pela diocese sejam, de fato, representantes de seu presbitério.

O 9º ENP afirmou que algumas iniciativas, tais como o Conselho Presbiteral, as Associações de Presbíteros e os Encontros Nacionais de Presbíteros “são altamente válidas e merecedoras de maior consideração, para se tornarem instrumentos eficazes da co-responsabilidade presbiteral no governo da Igreja” (CNP, 2001, p. 483). Esses instrumentos auxiliam na administração eclesial e fortalecem o sentido de comunhão e fraternidade nas dioceses e entre os presbíteros. Além disso, ajudam os presbíteros em sua vida para que possam, unidos, viver os valores cristãos e dar testemunho de unidade.

Portanto, percebemos que esses Encontros são uma grande conquista para os presbíteros, pois constituem um meio de fortalecer a unidade e a fraternidade presbiteral, tornando-se, além disso, um espaço específico no qual os presbíteros podem refletir, questionar e amadurecer questões relativas à sua vida e ministério. Toda essa trajetória dos ENPs aponta para uma Pastoral Presbiteral que auxilie os presbíteros a enfrentar seus conflitos de forma madura e coerente. No entanto, a implantação e a execução dessa pastoral encontram algumas resistências e empecilhos no cenário eclesial brasileiro e na vida presbiteral.

5.3 DESAFIOS PARA UMA PASTORAL PRESBITERAL NO BRASIL, HOJE

A Pastoral Presbiteral caracteriza-se principalmente pelo cuidado e atenção aos presbíteros diante dos desafios de sua vida no contexto pessoal, eclesial e social em que estão inseridos. A CNP define essa Pastoral como o

cuidado-acompanhamento, pessoal e comunitário, integral e orgânico que uma Igreja particular oferece aos seus pastores, para que estes se sintam tratados e vivam como pessoas, conheçam Jesus Cristo, sejam como Ele,

vivam e ajam como Ele, de modo que possam dedicar-se plenamente ao ministério de Pastores que Deus e a Igreja lhes confiaram em prol da comunidade (CNP, 2004b, p. 8).

Esses pontos orientam o modo como a Pastoral Presbiteral precisa ser organizada e estruturada em uma diocese. Contudo, a implantação de uma Pastoral que trabalhe com os presbíteros, abordando seus problemas, desafios e dificuldades, nem sempre encontra boa acolhida entre eles, pois alguns preferem não tocar em suas “feridas” e outros não estão dispostos a viver em comunidade com o presbitério.

5.3.1 A supervalorização do individual em detrimento do coletivo

Um fenômeno bastante presente na cultura atual é a centralização no aspecto pessoal. O que importa é a própria felicidade e, para consegui-la, “vale qualquer coisa”, até mesmo violar os direitos humanos. Diante dessa realidade, a CNBB destaca que “o fenômeno do individualismo penetra até mesmo em certos ambientes religiosos, na busca da própria satisfação, prescinde-se do bem maior, o amor de Deus e o serviço aos semelhantes” (CNBB, 2011, n. 22).

Percebe-se, atualmente, que, diante de alguns problemas enfrentados na vida dos presbíteros, há uma tendência, por parte deles – seja por falta de confiança nos irmãos presbíteros, seja por dificuldades pessoais – de se isolar ou tentar resolver seus obstáculos sem a ajuda dos demais presbíteros ou mesmo do bispo. Quando acontece tal isolamento, a possibilidade de que este presbítero seja ajudado é muito remota. Se ele tentar resolver sozinho as suas dificuldades, provavelmente demorará mais tempo para superar tais questões ou ainda correrá o risco de enveredar por um caminho errado, ou seja, irá, cada vez mais, mergulhar no problema e encontrar “soluções” (?) que não sejam condizentes com sua vida presbiteral. Pode acontecer, ainda, que o presbítero não queira que ninguém perceba que ele está com problemas, mas isso dura pouco tempo, pois o seu modo de se relacionar com as pessoas revela se ele está feliz ou triste, realizado ou frustrado, motivado ou descontente.

Contudo, essa dificuldade no relacionamento não se deve somente ao ambiente presbiteral, uma vez que os presbíteros, enquanto pessoas que são, recebem as influências da sociedade, que passa por profundas e rápidas mudanças,

afetando a todos e propondo novos paradigmas aos relacionamentos interpessoais, inclusive entre os presbíteros. “Dada a natureza social do homem, vê-se que o crescimento da pessoa e o desenvolvimento da sociedade dependem um do outro” (GS, n. 25). No entanto, a rapidez e a desordem com que se verificam as transformações, somadas “à consciência dos desentendimentos existentes entre os seres humanos, provocam e intensificam as contradições e aumentam os desequilíbrios” (GS, n. 8), os quais afetam a todos. Porém, a vida social não é um aspecto accidental ao ser humano, mas corresponde profundamente à realização da pessoa. Portanto, a crise na sociedade que supervaloriza o individual em detrimento do coletivo penetra o ambiente presbiteral e provoca deslocamentos, desequilíbrios, divisões e inseguranças quanto ao futuro.

Em relação aos presbíteros, há alguns leigos que percebem quando eles estão passando por dificuldades e tentam ajudá-los, mas a grande maioria não consegue perceber isso, pois, muitas vezes, as pessoas olham para os presbíteros como sujeitos que sempre estão bem e que nunca precisam de auxílio. Com relação a esse fato, Bingemer comenta que

é muito difícil que as pessoas se dêem conta de que um presbítero, apesar da grandeza da missão que carrega, é alguém frágil como qualquer outro. Que tem suas tentações, suas dificuldades afetivas e que pode errar, cair, pecar, sem que por isso a realidade sobrenatural de seu ministério se veja afetada ou diminuída, já que não depende dele e sim de Deus (BINGEMER, 2004, p. 112).

Tendo em vista essa realidade de fragilidade e de limitações experienciada pelos presbíteros, vários documentos da Igreja ressaltam a importância de se criar e/ou fortalecer a Pastoral Presbiteral. O Decreto *Presbyterorum Ordinis* afirmou que se deve

promover entre eles [presbíteros] um mínimo de vida comum e de reuniões, sob formas diversas, de acordo com as diversas necessidades pessoais e pastorais, como, por exemplo, moradia comum, quando possível, mesa comum ou, pelo menos, reuniões periódicas e frequentes (PO, n. 8).

Também a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* acrescenta, que, em virtude da missão comum recebida na ordenação, os presbíteros devem se destacar pelo “auxílio recíproco, espiritual, material, pastoral e pessoal, nos encontros, na vida comum, nos trabalhos e no exercício da caridade” (LG, n. 28). Para que isso aconteça, “é preciso estabelecer centros sacerdotais onde possam reunir-se, em um

ambiente fraternal e de contato frequente com o bispo, todos os presbíteros, com vistas a seu aperfeiçoamento pessoal” (Med, n. 11,25).

Também o Documento de Aparecida encoraja as dioceses e as conferências episcopais a desenvolverem uma pastoral presbiteral que privilegie a espiritualidade específica e a formação permanente e integral dos presbíteros em toda e qualquer situação de vida ou tarefa confiada aos mesmos (DAp, n. 200). Entretanto, mesmo diante dessas motivações apresentadas pelo Magistério eclesial, percebe-se ainda que a tendência de priorizar o individual em detrimento do coletivo é bastante forte no ambiente presbiteral e isso se deve, em parte, à falta de confiança recíproca entre os irmãos presbíteros.

5.3.2 A falta de confiabilidade entre os presbíteros

As dificuldades que envolvem os presbíteros entre si, segundo os ENPs, poderiam ser superadas (ou, ao menos, amenizadas) através de uma Pastoral Presbiteral que oportunizasse aos presbíteros a ajuda mútua e o auxílio recíproco. Tendo em vista esta realidade, o Setor Vocações e Ministérios da CNBB (Setor ao qual a CNP está diretamente ligada) apresentou, em 1997, na 35ª Assembleia Geral da CNBB, algumas inquietações em relação aos presbíteros que cremos ser pertinente retomar, visto que elas permanecem atuais em nosso contexto e nos auxiliam a compreender a necessidade de uma verdadeira Pastoral Presbiteral. O texto apresenta diversas dificuldades dos presbíteros frente à sua vida ministerial, dentre as quais destacam-se:

- desânimo frente ao presbitério, que não assume colegialmente o Plano Diocesano de Pastoral, e frente às divergências e conflitos de pastorais e movimentos;
- falta de fraternidade presbiteral decorrente da atual tendência de pensar o ministério em função precípua da própria subjetividade;
- dificuldade de se posicionar diante dos novos desafios, que exigem criatividade e mudança na prática, enquanto a hierarquia permanece cautelosa, freia ou interdita caminhos;
- desencantamento pela falta de incentivo e até mesmo de respeito por parte de bispos com relação aos organismos colegiados da Diocese;
- apego excessivo a paróquias e cargos eclesiais, o que torna estes presbíteros pouco disponíveis para o serviço da Igreja;
- sobrecarga de atividades (há paróquias com 20 e até 40 comunidades e/ou pastorais) que geram cansaço, stress ou apatia;
- carência de compreensão, amizade, apoio e visitas por parte de alguns bispos (CNBB, 1997, p. 3).

Tais pontos são preocupantes e merecem profunda reflexão, pois mostram presbíteros cansados, sobrecarregados, desanimados, sem encanto pelo ministério, devido a problemas com o bispo ou com outros presbíteros, angustiados e perplexos face às mudanças sociais e ainda com inúmeras dificuldades. E, diante de tudo isso, há ainda o “desânimo frente ao presbitério”, postura que demonstra a necessidade de um organismo que ajude os presbíteros a superarem tais obstáculos. Esse desânimo precisa ser enfrentado com coragem e discernimento, mas acontece que, em muitas dioceses, o bispo, e até mesmo o presbitério, agem como se tudo estivesse bem; fazem reuniões e discutem assuntos pastorais, mas não se detêm na reflexão atenta e sincera sobre os relacionamentos entre si. Não adianta “fazer de conta” que a caminhada vai bem, pois isso prejudica ainda mais a vida do presbítero, que vai se afastando de seus irmãos presbíteros e, aos poucos, vai buscando outros subterfúgios para suprir suas necessidades.

O retrato que a citação anterior (sobre as dificuldades enfrentadas pelos presbíteros) nos oferece é inquietante e deveria levar a Igreja a refletir sobre o modo como tem formado seus pastores e como tem cuidado dos mesmos para que eles possam desempenhar seu ministério de forma plena e eficaz. É perceptível que muitos dos problemas enfrentados no ministério se dão pelo fato de que, pessoalmente, o presbítero esteja passando por alguma dificuldade e a transfere para o exercício ministerial. Se sua vida não está bem, conseqüentemente seu ministério será afetado.

Por isso, há a necessidade de que a diocese e, de forma especial, o bispo e também o presbitério em geral, dediquem tempo e estejam disponíveis para ajudar os presbíteros. Não podemos esquecer que eles são cuidadores, mas que também precisam de cuidados. Mas, diante desses pontos citados, também nos cabe uma pergunta: Por que será que, enquanto alguns presbíteros se doam inteira e integralmente em favor da ação pastoral na Igreja, outros se comportam de maneira indiferente e buscando suas próprias realizações? Será que o erro está na instituição, que não soube formá-los de forma adequada ou está na própria pessoa, que não está convicta de sua vocação? Toda essa realidade reforça, enfim, a necessidade de uma pastoral presbiteral que responda aos atuais desafios do cenário eclesial brasileiro.

5.4 UMA PASTORAL PRESBITERAL: RESPOSTA AOS DESAFIOS ATUAIS

Para Almeida, uma das marcas de nosso tempo é o fenômeno associativo e, segundo ele, “cresce a interdependência entre as nações e os povos que, saindo do isolamento, agrupam-se em grandes blocos” (ALMEIDA, 1992a, p. 387). Devido a essa interdependência, podemos afirmar que também os presbíteros precisam estar unidos entre si, em associações e organismos articulados para que sua ação na Igreja seja mais eficaz. As Associações de Presbíteros e o fortalecimento (ou implantação) da Pastoral Presbiteral são algumas das respostas aos desafios atuais.

5.4.1 As Associações de Presbíteros

A organização dos presbíteros através de associações é um direito garantido pela Igreja, por meio do Código de Direito Canônico (cânon 278), e que visa o fortalecimento e a unidade presbiteral. Sendo um direito e não um dever, ressaltamos, desde já, que os presbíteros não são obrigados a se associar, mas aqueles que o desejarem podem fazê-lo. A participação nas associações enriquece a caminhada presbiteral, pois, entre os membros, são promovidos encontros, fóruns, debates, momentos de lazer, diversão, troca de experiências pastorais e, além disso, essa organização possibilita aos presbíteros um espaço em que podem refletir sobre pontos específicos de sua vida. Tais associações podem ser organizadas em níveis diocesano, regional e nacional. Dela fazem parte os presbíteros diocesanos e religiosos (que prestam serviço na diocese) que a ela se filiares. Embora essas associações recebam o nome de Associação de Presbíteros, e digam respeito propriamente à vida dos presbíteros, Almeida ressalta que “nada impediria que [também] o bispo diocesano dela fizesse parte como simples presbítero (*ratione presbyteri*)” (ALMEIDA, 1992a, p. 409). Afinal, é uma oportunidade para que o bispo, a quem cabe o zelo e o cuidado para com os presbíteros de sua diocese, esteja mais próximo deles e os conheça mais profundamente.

5.4.1.1 A criação da Associação Nacional de Presbíteros do Brasil

Almeida destaca que, em 1989, foi realizada uma pesquisa entre os presbíteros do Brasil sobre a possibilidade da criação de uma Associação Nacional. Segundo ele,

a pesquisa, realizada em âmbito nacional, no primeiro semestre de 1989, entre os presbíteros do Brasil, à qual responderam 3.797 presbíteros, entre diocesanos e religiosos, revelou que 48,8% eram favoráveis à criação da Associação Nacional, contra 19,3% de respostas negativas e 31,9% de abstenções; 45,6% eram favoráveis à criação de Associações Regionais de Presbíteros, contra 21,2% de respostas negativas e 33,2% de abstenções. Gozava de maior favor a criação de Associações Diocesanas (50,3% sim; 15,3% não; 34,4% não responderam) (ALMEIDA, 1992a, p. 412).

Como podemos perceber, a criação de uma Associação Nacional de Presbíteros foi aceita por menos da metade dos entrevistados, e também as Associações Diocesanas, que receberam maior aprovação, obtiveram apenas 50,3% de respostas positivas. Essa pesquisa demonstrava, assim, que não havia consenso sobre as associações e que os presbíteros, em nível nacional, tinham opiniões diversificadas sobre o assunto. Pela pesquisa realizada, percebemos que as Associações Diocesanas foram as que mais se difundiram. Sobre as Associações Regionais, não encontramos, durante nosso trabalho, nenhum documento que fizesse referência às mesmas.

Santana descreve que a ideia de uma Associação de Presbíteros é antiga e ressalta o apoio dos Papas Pio X e João Paulo II no sentido de que os presbíteros se agrupassem em associações. Segundo ele,

a idéia de uma associação de presbíteros vem de longe. Antes mesmo do 1º ENP, Pe. Gervásio Queiroga, da assessoria da CNBB, havia-me entregue cópia de estatutos de Associações Italianas de Presbíteros e sonhávamos com algo semelhante. O novo Código de Direito Canônico registrava em seus cânones o direito de nos associarmos. Presente de Dom José Fernandes Veloso, todos recebemos o volume *O Sacerdócio na voz dos Papas*. Lendo São Pio X, descobria: “Temos também em mente recomendar as Associações em que os Presbíteros, como é conveniente a irmãos, se unam por laços particularmente bem estreitos, com a aprovação e sob a direção da autoridade episcopal”. Ainda apontava São Pio X as Associações como meio de garantia de recursos na desgraça, na defesa da integridade de sua honra, na função do desenvolvimento e na cultura da ciência sagrada etc. Contrariamente a muitos bispos que manifestavam receios e uma visa negativa sobre as Associações, João Paulo II em várias oportunidades, a elas se referia de forma positiva e construtiva (SANTANA, 2008, p. 181).

Esse apoio dos Papas fortaleceu a motivação para continuar alimentando a ideia de uma Associação Nacional. No atual contexto, será que as associações mantêm, verdadeiramente, o vínculo com a autoridade episcopal? É certo que os presbíteros têm capacidades para administrar e orientar uma associação, mas desvencilhar-se do episcopado não significaria uma atitude que manifestaria a falta de comunhão eclesial?

Almeida salienta que no 3º ENP surgiu a proposta da criação de uma Associação Nacional de Presbíteros e que foi constituída uma “comissão Pró-Associação”. O Documento Final desse Encontro ressaltava que

o 3º ENP escolheu uma Comissão nacional para dar incentivo e subsídios às dioceses para a criação destas associações, bem como para estudar e formular um anteprojeto de futura associação nacional, delineando sua natureza e seus objetivos. Este anteprojeto será debatido nas bases diocesanas. Dado o reduzido número de presbíteros e a inexistência de condições objetivas em algumas dioceses, sugere-se a criação de associações interdiocesanas e regionais. Embora o processo da criação destas associações privilegie, como ponto de partida, a base diocesana, não se pode protelar demasiadamente a criação de associação em nível nacional. Por isso, o 3º ENP também atribuiu àquela Comissão nacional a tarefa de dar os passos indispensáveis para a sua efetivação, permanecendo em sintonia com a CNP, acompanhando os acontecimentos (CNP, 2001, p. 146).

É notável a consciência dos presbíteros de que as associações são, primeiramente, diocesanas. Por isso, só tem sentido uma Associação Nacional, desde que as Associações Diocesanas estejam estruturadas e fortalecidas. Esse foi o processo instaurado naquele período, ou seja, o fortalecimento das bases para, assim, poder-se criar uma estrutura em âmbito nacional.

No Comunicado Final deste 3º ENP, afirmava-se: “entre as propostas destacamos a criação das associações e a escolha de uma comissão nacional para estudar e formular um anteprojeto de futura associação nacional” (CNP, 2001, p. 153). A partir de então, a reflexão sobre a criação de uma Associação Nacional, que contou com o apoio da CNP, fortaleceu-se e ganhou espaço para ser amplamente debatida no 4º ENP.

Com isso, no dia 13 de fevereiro de 1992, durante o 4º ENP, após debates, reflexões e resistências (de alguns) foi fundada a Associação Nacional de Presbíteros do Brasil (ANPB), com o objetivo de

promover a santidade e a fraternidade presbiteral e a comunhão eclesial; favorecer a formação permanente dos presbíteros; possibilitar o intercâmbio

e o lazer entre os sócios e incentivar e apoiar a criação de associações diocesanas e/ou regionais de presbíteros (PRETTO, 1992, p. 70).

Durante o 4º ENP, a Comissão Nacional apresentou aos presbíteros presentes um relatório em que constava uma avaliação em relação à gestão 1987-1992 e destacava que, desde o 1º ENP, a questão das Associações de Presbíteros já vinha sendo discutida nas dioceses e nos regionais. Segundo o relatório, “quem não criou (uma Associação) ao menos pensou ou ouviu falar. Uns vibravam e outros desfaziam, mas para uns e outros os fatos foram se sucedendo”. Em relação à ANPB, esse relatório afirmava ainda que “o desafio será grande. Ela é de questionamento para muitos e até de medo para outros” (CNC, 1992, p. 2). Essa situação de medo se deu pelo fato de que muitos acreditavam (e ainda acreditam) que a Associação funcionaria como uma espécie de sindicato em que os presbíteros se reuniram somente para reivindicar seus direitos. Não há dúvidas de que uma associação existe também para reivindicar direitos, mas não somente para isso. O fato é que as Associações foram se multiplicando em todo o território nacional. Segundo Almeida, no ano de 1992, as Associações de Presbíteros no Brasil somavam “duas dezenas”⁵⁶.

O estatuto da ANPB destaca, em seu artigo 3º, as finalidades desta Associação, conforme citamos a seguir:

A ANPB tem por finalidade promover, assistir, ajudar e defender os Presbíteros do Brasil, e, em especial:

- I - promover a santidade, a fraternidade presbiteral e a comunhão eclesial;
- II - favorecer a formação permanente dos presbíteros;
- III - possibilitar o intercâmbio e o lazer entre os sócios;
- IV - incentivar e apoiar a criação de associações diocesanas e/ ou regionais de presbíteros;

⁵⁶ “As associações de presbíteros, segundo uma pesquisa feita no IV ENP, em Itaiçara, de 11 a 16 de fevereiro de 1992, já somam duas dezenas: a Associação de Presbíteros da Diocese de Tubarão (ASPREDIT); a Associação dos Presbíteros Seculares da Diocese de Toledo; a Associação Pe. Augusto Zucco, de Florianópolis; a Associação dos Presbíteros da Diocese de Apucarana; a Associação dos Presbíteros da Diocese de Lages; a Sociedade Assistencial e Cultural Nossa Senhora da Oliveira, de Vacaria; o Fraterno Auxílio, de Porto Alegre; a Fraternidade Sacerdotal, de Novo Hamburgo; o Fraterno Auxílio Sacerdotal, de Passo Fundo; a Sociedade Cultural e Assistencial São João Vianney, de Caxias do Sul; o Fraterno Auxílio Presbiteral de Erechim; a APRES, de Santa Cruz do Sul; a Associação dos Presbíteros da Diocese de São Miguel Paulista; a Associação dos Presbíteros Diocesanos de União da Vitória; a Associação dos Presbíteros de Nova Iguaçu; a Associação dos Presbíteros Monsenhor Frederico Chaves, de São Luís; a Associação Pe. Antônio Henrique, do Recife; a Irmandade São Pedro dos Clérigos, do Recife; a Associação dos Presbíteros da Diocese de Londrina... sem contar as associações em formação nas Dioceses de Joaçaba, Chapecó, Caçador e Foz do Iguaçu... e agora, a Associação Nacional dos Presbíteros do Brasil, criada no decorrer do IV ENP!” (ALMEIDA, 1992a, p. 387).

V - manter permanente relacionamento e comunhão com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;

VI - manter convênios afins com as Associações Diocesanas e Associações Regionais de presbíteros;

VII - firmar parcerias e contratos com Entidades Cíveis e Organizações Não-Governamentais (ONGs), bem como outros Organismos ou setores da Igreja;

VIII - firmar convênios e manter contratos em parceria com o Poder Público (local, estadual e federal) e, se preciso for, com entidades no exterior (Adveniat, Misericórdia e outras);

IX - buscar parcerias, convênios e projetos com Entidades, Organismos Não-Governamentais ou até do Poder Público (ANPB, 2006, p. 1).

Observando essas finalidades da ANPB⁵⁷, percebemos o desejo de caminhar em unidade com a CNBB e de buscar parcerias com entidades afins para que, através da formação permanente, sejam assegurados aos presbíteros seus direitos eclesiais e cíveis, além de oportunizar uma vida de santidade e de comunhão com o Magistério. Almeida salienta também que as Associações têm diversas finalidades, englobando desde a “assistência jurídica, social, financeira e psico-espiritual até o amparo na velhice e na doença, passando pela formação permanente, pelo lazer e pela representação dos presbíteros junto a outros órgãos, cíveis e eclesiais” (ALMEIDA, 1992a, p. 408). No tocante aos elementos que fundamentam as Associações, o autor enfatiza ainda que

as associações de presbíteros têm seu fundamento genérico na socialidade do ser humano e na fraternidade cristã, e seu fundamento específico na “íntima fraternidade presbiteral” gerada pelo sacramento da ordem no grau presbiteral. A fraternidade presbiteral constitui-se num apelo ético-espiritual à solidariedade entre os presbíteros. Esta solidariedade, evidentemente, pode ser vivida em vários níveis e de várias formas. Uma delas é exatamente a associação (ALMEIDA, 1992a, p. 407).

O Papa João Paulo II, em sua visita ao Brasil, no ano de 1991, afirmou aos presbíteros que “a Igreja vos reconhece, inclusive, o direito de terdes vossas próprias associações em nível diocesano, ou, se preciso, em nível interdiocesano” (ALMEIDA, 1992a, p. 408). Essa motivação do Papa, no ano de 1991, juntamente com as reflexões do 3º ENP (1989), criaram um clima favorável à criação da ANPB

⁵⁷ No dia 02 de maio de 2011, a ANPB criou um blog denominado *ANPB – Juntos como irmãos!* Nesse blog, são explicitadas as finalidades dessa Associação: “A Associação Nacional de Presbíteros do Brasil, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem por princípios: promover, assistir, ajudar e defender os Presbíteros do Brasil. Caracteriza-se pela liberdade de inscrição dos seus associados, pela ampla discussão dos problemas ligados à vida e ministério presbiteral e pela defesa dos direitos fundamentais dos mesmos, dentro e fora da Comunidade Eclesial”. Disponível em: <<http://anpbbrasil.blogspot.com/>> Acesso em: 25/05/2011.

no 4º ENP (1992). Por um lado, é relevante o fato de que o Papa incentive a criação das Associações, por outro, é preocupante perceber que muitos presbíteros não estejam interessados nessa proposta associativa e, assim, não se empenhem em dela participar⁵⁸.

Na 30ª Assembleia Geral da CNBB, Pe. Francisco Wloch destacou o histórico de atuação da CNP e, dentre os pontos positivos, ressaltou a ANPB como um organismo que veio para animar a caminhada dos presbíteros do Brasil (WLOCH, 1992, p. 808).

Durante o 11º ENP, o Pe. Oralino Zanchin, então presidente da ANPB, enfatizou que a mesma é uma “associação civil autônoma, pessoa jurídica sem fins lucrativos, reconhecida e aprovada, com seus estatutos, chamada a prestar serviço aos presbíteros da Igreja Católica no Brasil” (ZANCHIN, 2006, p. 1) e convidou as Associações Diocesanas existentes no país a se associarem à ANPB. Zanchin ressaltou que

cada associação sozinha fica frágil, assim como a ANPB. É necessário que encontremos uma maneira de nos articularmos entre nós, associações; cada uma mantendo sua autonomia e independência, porém estabelecendo laços de co-responsabilidade, na construção de uma unidade nacional (ZANCHIN, 2006, p. 2).

Portanto, percebemos que a ANPB deseja ser um instrumento de serviço e de unidade para os presbíteros no Brasil. Contudo, percebemos que, no contexto atual, há um grande enfraquecimento das associações, sejam elas diocesanas ou mesmo a ANPB. Não há credibilidade por parte dos presbíteros e mesmo os que são associados demonstram-se pouco esperançosos de que essa realidade possa ser mudada. No período em que foi criada a ANPB, havia, na sociedade, um aumento

⁵⁸ Atualmente, a ANPB está fazendo um recadastramento para atualizar os dados dos seus associados. Em fevereiro de 2011, o Pe. José Maria, presidente da ANPB, foi liberado dos trabalhos pastorais de sua diocese para atuar exclusivamente a serviço da Associação, pois a diretoria da ANPB sentiu a necessidade de organizar melhor as informações e o contato com os associados, bem como atualizar o cadastro dos mesmos. Segundo dados da própria ANPB, há, no momento, mais ou menos 1.400 presbíteros cadastrados na Associação (fichas preenchidas), mas os cadastros estão desatualizados (devido ao falecimento de alguns, de outros que deixaram o exercício do ministério e, ainda, daqueles que deixaram o país) e não é possível confirmar se este número é real. Em maio de 2011, foi enviada uma ficha de atualização a todos os associados. A ANPB está empenhada nessa atualização de dados, mas, até o momento, não se tem o resultado desse recadastramento. A expectativa é de que em dezembro de 2011 os dados estejam todos atualizados. Também não há, nos registros da ANPB, a quantidade de Associações Diocesanas existentes no país, assim como não há dados sobre as Associações Regionais. Isso demonstra que, nos últimos anos, a ANPB vem passando por uma crise, seja organizacional como também estrutural, pois há a falta de credibilidade de muitos presbíteros e seu caráter organizativo parece estar enfraquecido.

do fenômeno corporativista, em que se buscava reivindicar direitos e igualdade através da coletividade; porém, o momento atual é contrário a isso e se acentua o caráter individualista. E os presbíteros, como reagem nesse contexto? Ao que nos parece, muitos estão imbuídos do espírito capitalista da modernidade, da sociedade neoliberal e se esquecem de que são “homens da comunhão”. Destacamos que a ANPB tem buscado melhorias e maior número de associados, mas sem grandes sucessos. Portanto, as incompreensões continuam e o caminho precisa ser trilhado em meio ao diálogo e ao respeito pela trajetória já percorrida, pois essas Associações fortalecem a fraternidade entre os presbíteros e indicam a Pastoral Presbiteral como uma solução diante dos desafios pelos quais passam os presbíteros em nosso país.

5.4.1.2 As Associações são meios eficazes de viver a fraternidade presbiteral

Percebemos, então, que, dos ENPs e de toda a reflexão por eles gerada, surgiu a ANPB que, por sua vez, “congrega também as várias Associações Diocesanas espalhadas pelo País, empenhadas igualmente na organização, acompanhamento e formação dos presbíteros” (CNP, 2004b, p. 9).

Em uma mensagem enviada aos presbíteros do Brasil, por ocasião do 5º ENP, a CNP enfatizou que acolhia com alegria o documento final da 1ª Assembleia da ANPB, realizada em São Paulo, entre os dias 01 e 04 de fevereiro de 1994 (CNP, 1994, p. 117). Isso demonstra apoio e incentivo da CNP às iniciativas realizadas pela ANPB e aos primeiros passos dados por essa Associação, visto que ela havia sido criada no ENP anterior, no ano de 1992.

O 7º ENP deu grande importância à fraternidade presbiteral, bem como às associações de presbíteros, por serem estas um espaço em que os presbíteros podem ser ajudados e se ajudar reciprocamente, constituindo-se em ambientes propícios àquela fraternidade. Podemos ler neste 7º Encontro que

o fundamento teológico das associações de presbíteros é a “íntima fraternidade sacramental” gerada pela ordenação (cf. PO 8). Essa íntima fraternidade – de caridade apostólica, vida e ministério – se realiza, antes de tudo, nos presbitérios diocesanos; traduz-se na caridade, na oração e na mútua cooperação; concretiza-se na prática da hospitalidade, da beneficência, da comunhão de bens, da solicitude com os doentes, aflitos, sobrecarregados de trabalhos, solitários, exilados da pátria e os que sofrem perseguição (CNP, 2001, p. 363).

Vê-se, então, que as associações encontram suas bases em fundamentos teológicos e que, portanto, são válidas e necessárias. Contudo, não pode se restringir sua atuação às reivindicações (embora elas sejam necessárias), mas também é necessário oferecer condições para que os presbíteros encontrem um espaço onde possam crescer juntos e, assim, interpretar os sinais dos tempos para responder aos novos e desafiantes obstáculos que a Igreja enfrenta, principalmente àqueles voltados para a vida do presbítero.

Nesta mesma linha, reforçamos que o Código de Direito Canônico reconhece o valor das associações e motiva os presbíteros para que

dêem importância principalmente às associações que, tendo estatutos aprovados pela autoridade competente, por uma organização de vida adequada e convenientemente aprovada e pela ajuda fraterna, são de estímulo à santidade no exercício do ministério e favorecem a união dos clérigos entre si e com o bispo (CDC, cânon, 278 § 2).

Ao mesmo tempo em que incentiva a participação dos presbíteros em associações, o referido cânon enfatiza, no § 3º, a necessidade de um cuidado que os presbíteros precisam observar para não ingressarem em associações que sejam contrárias ao sentido de unidade e fraternidade com o presbitério. Nesse sentido, orienta que eles “se abstenham de organizar ou participar de associações cujo fim ou atividade não são compatíveis com as obrigações próprias do estado clerical” (CDC, cânon 278 § 3). A esse propósito,

uma Declaração da Sagrada Congregação para o Clero de 8.III.1982 (AAS 74 [1982] 642-645), referida às Associações políticas e sindicais de clérigos, depois de reiterar o direito de associação dos clérigos e os seus razoáveis limites, reconhece a existência de associações inconciliáveis com o estado clerical e por isso absolutamente proibidas. Entre elas menciona as que pretendem reunir os clérigos numa espécie de <sindicato>, transformando o ministério sacerdotal numa relação laboral, e os sagrados pastores em empresários. O documento recorda à Hierarquia o direito e o dever que tem de vigiar, controlar, proibir e sancionar com penas, inclusivamente com censuras, os clérigos que fundem ou façam parte desse tipo de associações (UNIVERSIDADE DE NAVARRA, 1997, p. 263).

Com o objetivo de evitar que as associações se transformem em sindicatos, atualmente, quando são criadas, elas precisam de um estatuto próprio e da aprovação do bispo diocesano. Apesar disso, o Vaticano II reconhece que as associações devem ser motivadas nas dioceses pelo bispo e pelo presbitério. Diz o Concílio que

as associações são da maior importância e devem ser diligentemente organizadas, com estatutos aprovados pela autoridade eclesial, pois facilitam a cooperação fraterna e a santificação dos presbíteros no exercício do ministério, prestando serviço a todos (PO, n. 8).

No entanto, há que se dizer que as associações, às vezes, conforme citado anteriormente, são confundidas com uma espécie de sindicato nos quais os presbíteros se inscrevem para reivindicar direitos eclesiais e também civis. Isso cria preconceitos, diversas barreiras e acaba se tornando empecilho para que alguns presbíteros se tornem sócios. A ANPB é um claro exemplo disso, pois diversos presbíteros não se associam por não compreenderem sua finalidade e por interpretarem-na como um sindicato.

Dentre as diversas dificuldades pelas quais passa a ANPB, uma delas é o baixo número de associados. Isso pode ser causado pelo próprio histórico da Associação, que foi se enfraquecendo ao longo dos anos, e também pela diminuição das Associações Diocesanas. No entanto, o problema é mais amplo e não se deve somente ao aspecto interno da Igreja, mas ao contexto social atual que colabora com a diminuição do espírito comunitário e coletivista.

O 8º ENP, em sua mensagem final, convidava os presbíteros a “se filiarem às associações de presbíteros e a se empenharem seriamente em favor da Pastoral Presbiteral” (CNP, 2000, p. 6). No entanto, Feller faz uma ressalva sobre o risco de se confundir ou duplicar a ANPB e a CNP. Ele enfatiza que

com a criação da ANPB, cujos objetivos se concentram na organização e na confraternização dos presbíteros, a CNP corre o risco de ser praticamente reduzida à promotora de ENPs, aos quais garante dimensão institucional e reflexão teológica. Restam algumas perguntas: Quais as atribuições de uma e de outra? Como evitar, concretamente, a duplicação de objetivos, práticas e eventos? Será melhor esperar que a prática nos mostre o caminho? (FELLER, 1996, p. 29).

É preciso salientar que entre a ANPB e a proposta da CNP existem objetivos em comum, pois ambas visam à fraternidade presbiteral e se esforçam para que os presbíteros vivam unidos e em comunhão com a caminhada eclesial. Às vezes, os próprios ENPs colocam-nas tão próximas que se poderia pensar que fossem a mesma coisa. Mas não é esse o caso. Elas são distintas na organização, embora não o sejam quanto ao objetivo; por exemplo, a CNP e a ANPB possuem, cada uma, seu presidente, sua diretoria e promovem encontros e eventos diversificados, ainda

que ambas procurem auxiliar os presbíteros em sua vida e ministério. Assim, destacamos que a Associação, embora busque caminhar em unidade com a CNBB, é um organismo independente que tem estatuto próprio e que se orienta a partir de suas assembleias, podendo ser diocesana, regional e/ou nacional. Já a CNP é um órgão subsidiário da CNBB que realiza todas as suas atividades em sintonia com a conferência episcopal.

Contudo, embora as associações sejam importantes na vida dos presbíteros, há que se ter claro que, no contexto sociocultural em que vivemos, há certo esvaziamento das mesmas. Não há empenho nem devida motivação para que os presbíteros participem ativamente das associações diocesanas. A própria ANPB é um exemplo bastante claro disso, pois o número de associados vem diminuindo, embora a Associação esteja buscando atualizar o cadastro de seus membros e tentando conseguir novos associados, vez que a ênfase atual recai sobre o eu e a realização pessoal. As novas tecnologias, como a internet, por exemplo, provocam ações isoladas, individualistas e superficiais. As pessoas podem usar pseudônimos e conversar com outras sem revelar quem elas realmente são. E, além disso, o relacionamento dura até o momento em que é conveniente, pois, a partir daí, basta um *del* para eliminar a pessoa com quem se estava mantendo um relacionamento durante minutos, horas, dias, semanas, meses ou até anos. Muitos presbíteros, inseridos nessa realidade, passam a agir do mesmo modo. Tal fato não demonstra somente uma crise presbiteral, mas uma crise da sociedade em geral.

5.4.2 Uma pastoral para cuidar de quem cuida

Um dos princípios que rege a Pastoral Presbiteral é o olhar para o presbítero como um cuidador. É preciso cuidar da pessoa do presbítero, pois, se ele estiver bem integrado em todas as dimensões de sua vida, poderá cuidar melhor daqueles que lhe forem confiados. Nesse sentido, a Pastoral Presbiteral poderá contribuir para o cultivo dos dons pessoais dos presbíteros e a vivência de um ministério mais colegial e integrado.

A organização e o cuidado com os presbíteros, através de uma pastoral específica, com atenção personalizada aos presbíteros, é um desejo que aparece com recorrência nos ENPs. Isso se justifica pelo fato de que, entre os presbíteros, a vivência da unidade e da fraternidade ainda precisa ser compreendida como um

modo de viver o ministério de forma plena e autêntica. Por isso, cabe-nos o seguinte questionamento: o presbítero, como alguém que cuida de outras pessoas, de que tipo de cuidados necessita?

Os Encontros Nacionais têm uma preocupação com a pessoa, a vida e o ministério dos presbíteros e, com frequência, abordam a necessidade da Pastoral Presbiteral para uma atenção maior e cuidado permanente em relação aos mesmos. Essa Pastoral, normalmente, é coordenada por um presbítero, eleito pelos próprios presbíteros, que pode constituir uma equipe para auxiliá-lo, mas cabe ao Conselho Presbiteral, em comunhão com o bispo, buscar soluções práticas para que ela seja implantada na Igreja Particular e possa produzir frutos na vida dos presbíteros.

Em linhas gerais, a temática da Pastoral Presbiteral, direta ou indiretamente, esteve presente em todos os ENPs, dada a relevância de os presbíteros viverem em fraternidade. Vejamos brevemente a forma como cada ENP apresenta esta Pastoral.

Do surgimento dos Encontros Nacionais até o 6º Encontro, percebemos que a temática de uma Pastoral Presbiteral fica sugerida, sem ser, contudo, explicitada e sistematizada. Nesses Encontros, coloca-se em evidência a necessidade da vivência em presbitério, na fraternidade constitutiva do sacramento da Ordem. O 1º ENP já afirmava que “ninguém pode exercer autenticamente o ministério presbiteral fora da comunhão com o presbitério” (CNP, 2001, p. 37). No 2º ENP se ressaltava a importância de “pastorear os presbíteros (...) devido à sobrecarga, ao isolamento, ao despreparo teológico, ao esvaziamento espiritual” (CNP, 2001, p. 87). O 3º Encontro destacava que “não há ministério presbiteral e comunhão eclesial se não houver fraternidade entre os presbíteros” (CNP, 2001, p. 143). Preocupados com os desafios da nova evangelização, os presbíteros reunidos no 4º ENP reforçaram a necessidade de, enquanto presbitério, assumirem “mais colegialmente a evangelização e a pastoral” (CNP, 2001, p. 203). O 5º Encontro Nacional não aborda especificamente a Pastoral Presbiteral, mas demonstra preocupação com os presbíteros a partir da realidade das grandes cidades, uma vez que, nelas, “o presbítero é chamado a estar presente em muitos afazeres, caindo facilmente no excesso de atividades” (CNP, 2001, p. 233), e isso pode levar também ao isolamento e ao fechamento. Também no 6º ENP a temática de uma Pastoral Presbiteral não fica explícita, mas sutilmente diluída em afirmações como esta: “o presbítero exerce seu ministério em comunhão com o bispo e o presbitério. A

comunhão fraterna dos presbíteros, ao redor do sucessor dos apóstolos, é sinal e garantia da comunhão eclesial” (CNP, 2001, p. 284).

No 7º ENP, pela primeira vez, tratou-se explicitamente, de forma orgânica e sistemática, sobre o tema da Pastoral Presbiteral. Como vimos, os Encontros anteriores já haviam abordado, ainda que tangencialmente, essa temática, mas este Encontro dedicou maior tempo e espaço para refletir e explicitar a importância da implantação desta Pastoral nas dioceses. Esse Encontro enfatizou que

crece em algumas Dioceses a consciência de que é preciso dar acompanhamento especial aos presbíteros. (...) Por que não criar uma pastoral específica para acompanhar, nas dioceses e regionais, os presbíteros? Sendo pessoas que se doam tanto pelo povo, muitas vezes não têm tempo ou condições de cuidar de si. A comunidade eclesial deverá despertar para cuidar daqueles que entregaram todo o seu coração, seu afeto e sua vida a serviço de Deus e de seu povo (CNP, 2001, p. 360).

Nesse 7º Encontro foram indicados quatro pontos a respeito dos quais a Pastoral Presbiteral precisa se ocupar. Primeiramente, há uma preocupação com a *saúde dos presbíteros*, “sobretudo diante da precariedade do sistema público de saúde e dos altos custos do atendimento médico e hospitalar privado”. O Instrumento Preparatório destaca que

os presbíteros deverão ser homens saudáveis, física e psiquicamente. (...) Em vista disso, é preciso: não deixar a questão da saúde por conta da iniciativa particular de cada presbítero, ou da confiança nas relações de amizade com médicos; assumir, por parte das dioceses e/ou paróquias, a cobertura das despesas com Previdência Social ou planos de saúde privados em favor dos presbíteros; cuidar também da saúde emocional e psíquica dos presbíteros, considerando que os investimentos nessa área são necessários, se quisermos presbíteros mais realizados e até mesmo mais eficientes; privilegiar, na formação inicial e permanente, a dimensão humano-afetiva, dado o peso que o nível emocional tem para uma vida saudável; garantir o direito dos presbíteros a um dia semanal de descanso e a um mês de férias por ano; fomentar iniciativas particulares ou grupais de visitas e acompanhamento a colegas doentes e idosos (CNP, 2001, p. 361)

Vale ressaltar que, sem uma vida saudável, os presbíteros não poderão se dedicar ao ministério como a necessidade pastoral exige no atual contexto socioeclesial. O segundo ponto destacado no 7º ENP é a subsistência dos presbíteros, pois há vários sistemas de manutenção, “alguns deficientes, outros questionáveis, poucos plenamente satisfatórios” (CNP, 2001, 362). Nesse Encontro constatou-se que havia um bom número de presbíteros que paralelamente exerciam um “emprego público (para manter suas despesas), diminuindo o seu tempo para o

ministério e criando, às vezes, situações difíceis para a liberdade de sua pregação e a força de seu testemunho”. Por isso, o 7º Encontro afirmou que

a questão da remuneração dos presbíteros no Brasil ainda não está devidamente resolvida. (...) Em vista desta situação sugerimos: encarar com competência o financiamento de toda a Igreja e a remuneração dos ministros e agentes de pastoral; assumir definitivamente a pastoral do dízimo, como forma ideal, de sugestiva fundamentação bíblica e teológica, de se angariar recursos para financiar as despesas da Igreja; desvincular o presbítero das questões financeiras de sua paróquia ou comunidade, de modo que ele passe a ser visto mais como servidor do que como empresário (CNP, 2001, p. 362).

Nesse ponto, destacamos o quanto as partes administrativa e burocrática da paróquia, muitas vezes, impedem o presbítero de ser realmente pastor na comunidade, pois elas acabam tomando grande parte de seu tempo. Por isso, se faz necessário buscar meios para que as questões administrativas sejam resolvidas de forma a não ocupar muito tempo do presbítero, pois assim ele poderá ficar mais disponível para dedicar-se ao pastoreio, ministério para o qual ele foi ordenado.

O terceiro destaque do 7º ENP se deu em relação à *solidariedade entre os presbíteros*. Sendo um homem de comunhão, o presbítero precisa fazer a experiência comunitária e dar testemunho desse valor evangélico, pois

crece, em toda a parte, o sentimento de solidariedade e a busca de integração e de unidade. (...) Neste campo, muitos programas poderiam ser postos em prática: vivenciar a relação íntima que existe entre ordenação presbiteral recebida de modo pessoal e a fraternidade a ser vivida no colégio presbiteral; cultivar a transparência e a sinceridade na prática da correção fraterna, caminho para solidificar amizades e crescer na fraternidade; exercer a hospitalidade, em viagens, em férias... e o ministério da visitação mútua; ampliar a cooperação missionária com outras Igrejas mais carentes; valorizar os diferentes carismas dos presbíteros: párocos, assessores, professores, formadores, coordenadores, teólogos, missionários; oferecer apoio a irmãos vítimas de calúnia, presos, sob processo judicial, foragidos, etc; celebrar, com o presbitério e o povo, as datas marcantes da vida e do ministério dos presbíteros: ordenações, jubileus, dia do presbítero, quinta-feira santa, falecimento de presbíteros ou seus familiares (CNP, 2001, p. 363).

A profundidade e a riqueza dessa citação precisam ser mais bem vivenciadas nos presbitérios. Quantas coisas ainda faltam para que os presbíteros possam, de fato, ser solidários uns com os outros. Quantas iniciativas poderiam ser tomadas para se aproximarem uns dos outros. Todo o conjunto de sugestões oferecidas nesse texto da CNP, se observado, faria com que os presbíteros fossem verdadeiramente irmãos, vivendo em espírito fraterno, ajudando-se mutuamente e

assim, evangelizariam a partir de seu testemunho. Quando há testemunho não são necessárias tantas palavras, pois o testemunho comove, convence e evangeliza muito mais que belos discursos. Por isso, a solidariedade é um valor – e uma atitude – que aproxima os presbíteros e os fazem sentir as necessidades uns dos outros.

Por fim, este 7º ENP destaca a importância da *formação permanente dos presbíteros*. Tal formação é uma exigência cada vez mais sentida por todos aqueles que querem ter e ser presença significativa na Igreja e na sociedade. Por isso, o texto enfatiza a necessidade de

propor conteúdos da área das ciências humanas e sociais nos cursos de atualização para avançar na compreensão das idéias contemporâneas e no diálogo com elas, numa perspectiva de inculturação da teologia; oferecer, nos cursos de formação, uma teologia mais sintética, essencial, existencial, antropológica, menos preocupada com questões acadêmicas e mais com questões pastorais; dedicar atenção especial à comunicação: interpessoal, grupal, massiva, da imagem. Acompanhando a superação da civilização oral-escrita-impressa, os presbíteros formar-se-ão para o uso de todos os modernos meios de comunicação; dar atenção especial aos que demonstram gosto e aptidão para os estudos, a fim de que, melhor preparados, possam contribuir na formação de todos; incentivar as dioceses a organizar um plano de formação permanente para os seus presbíteros (CNP, 2001, p. 364).

Sem a devida preparação, os presbíteros correm o risco de não corresponderem às exigências atuais da evangelização. Essa formação precisa ser interdisciplinar, pois quanto mais o presbítero conhecer outras áreas do saber humano, mais ele conseguirá corresponder às necessidades e aos obstáculos da evangelização.

Portanto, podemos perceber que esse tratamento explícito e específico que o 7º ENP confere à Pastoral Presbiteral é uma consequência daquilo que os ENPs anteriores já vinham acenando. Mesmo que os demais Encontros não tivessem tratado explicitamente desse tema, já apontavam, como dissemos, orientações a respeito dele; a própria repetição do assunto nos Encontros anteriores (mesmo que indiretamente) é que fez com que a Pastoral Presbiteral fosse tomando corpo e ganhasse maior repercussão.

Toda a organização, sistematização e discussão realizadas no 7º Encontro Nacional a respeito da Pastoral Presbiteral serviram de impulso e subsídio para que os ENPs subsequentes pudessem abordar a temática de forma a implantar e/ou fortalecer essa Pastoral nas diversas dioceses do Brasil.

E, por isso, o 8º ENP reforça que “começa a ser implantada com muito proveito a pastoral presbiteral para cuidar da pessoa do presbítero e da sua formação integral e permanente” (CNP, 2001, p. 398). E, ainda, o mesmo Encontro questiona-se sobre a corresponsabilidade entre os presbíteros para com seus iguais que passaram ou passam por momentos de crises: “Será que os presbíteros, em virtude da fraternidade ministerial, não deveriam sentir-se responsáveis pelos colegas perturbados por dificuldades semelhantes?” (CNP, 2001, p. 426). Nesta mesma linha, o 9º ENP levanta a problemática dos presbíteros que vivem “solitários” e afirma que

a vida do presbítero, hoje, é mais solitária do que antigamente e ele parece menos acompanhado e apoiado do que há vinte ou trinta anos. Como viver este aprofundamento espiritual sem contar com o apoio forte de um irmão que o oriente e permanentemente o acompanhe? (CNP, 2001, p. 477)

Mesmo com toda essa reflexão proporcionada pelos ENPs com relação à Pastoral Presbiteral, nota-se uma dificuldade de implantação dessa Pastoral em diversas dioceses. Tal problemática é manifestada no resultado da pesquisa apresentada no 10º ENP. Como ressaltamos no item 3.2.2, a pesquisa revela que as relações com outros grupos, fora do presbitério, são tomadas como mais satisfatórias do que aquelas vivenciadas junto aos padres da diocese. A partir disso, parece não haver confiança entre os presbíteros e por isso há insatisfações e questões mal resolvidas entre os mesmos. Isso se deve, algumas vezes, pela disputa de poder, por transferências de paróquia, por ciúmes de outros colegas que estejam em paróquias consideradas “melhores”, pela maior proximidade ou distanciamento para com o bispo, pela ocupação de cargos de confiança... Enfim, as questões referentes ao cotidiano dos presbíteros em uma diocese podem ser empecilhos para uma maior abertura ao trabalho com a Pastoral Presbiteral.

Nesse sentido, Antoniazzi questiona: “que profundidade tem a amizade entre os presbíteros? Por que são tão raras as comunidades de vida, mesmo entre os religiosos?” (ANTONIAZZI, 1998, p. 613). Nesse ponto, podemos traçar um paralelo desse questionamento em relação ao que aparece no 11º ENP. Esse Encontro, retomando as reflexões do 10º ENP e também da 42ª Assembleia Geral da CNBB, afirmou que é preciso

orientar a busca da comunhão e da fraternidade dos presbíteros entre si, com os bispos e com os leigos para o sentido da edificação da comunidade

evangélica e evangelizadora. Para isso, concorre favoravelmente uma verdadeira consciência teológica e evangélica do próprio ministério (CNP, 2006a, p. 48).

As conclusões desse 11º ENP reforçam que “estamos construindo a Pastoral Presbiteral, Deus nos ajude a dar passos cada vez mais largos. Sejam os uns para os outros presença fraterna e acompanhamento solidário, ajudando-nos mutuamente” (CNP, 2006b, p. 44). A efetivação dessa Pastoral se dá através de encontros como os ENPs e ainda de encontros regionais e diocesanos em que se busque motivar e conscientizar os presbíteros sobre o valor e a necessidade de um trabalho específico para cuidar deles mesmos.

Essa necessidade também apareceu nos objetivos propostos pela CNP no 12º ENP, pois nele se destacou o desejo de “criar e/ou fortalecer a Pastoral Presbiteral em todos os Regionais e Dioceses” (CNP, 2008a, p. 10). E no final deste Encontro foram sugeridas orientações e propostas para os presbíteros, deixando ressaltada a necessidade de

fortalecer a comunhão presbiteral, procurando estreitar laços de amizade e fraternidade, valorizando os dons de cada um, e aprendendo uns com os outros, eliminando o espírito de competição entre nós. Onde for possível, formar grupos de vida e partilha nos presbitérios (CNP, 2008b, p. 46).

O texto ainda dizia que “os presbíteros precisam ser mais amigos uns dos outros, viver do amor mútuo e valorizando os diversos carismas dos irmãos de presbitério” (CNP, 2008b, p. 55). Não há dúvidas de que a Pastoral Presbiteral “precisa estar atenta para que nenhum presbítero – como nenhum ser humano – fique abandonado à própria sorte ou tenha de enfrentar sozinho o cansaço, a solidão, suas crises e angústias” (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Por fim, o 13º ENP, que celebrou os 25 anos de caminhada dos Encontros Nacionais, agradece ao “trabalho de tantos companheiros de caminhada e de esperança que nos precederam na construção desta consciência de que somos irmãos, chamados a viver em comunidade, construindo ardorosamente a Pastoral Presbiteral” (CNP, 2010a, p. 6).

Portanto, percebemos que este é um tema que perpassa direta ou indiretamente todos os ENPs e que recebe, a cada dia, novo impulso nos presbitérios, pois cresce a consciência de que “nenhum presbítero pode fazer tudo. É preciso testemunho pessoal, sim, mas também trabalho de equipe e ação conjunta

do presbitério” (ANTONIAZZI, 2002, p. 30). O Documento de Aparecida destaca que “muitas de nossas Igrejas contam com uma pastoral sacerdotal e com experiências concretas de vida em comum e de uma retribuição do clero mais justa” (DAp, n. 99c). Sem esse caminho de ajuda recíproca e auxílio mútuo, os presbíteros correm o risco de se tornarem funcionários de uma instituição eclesial sem se doarem com amor à evangelização. Correm ainda o risco de, sem saber onde buscar ajuda, viverem uma vida dupla, tentando conciliar o ministério presbiteral a uma vida paralela com relacionamentos afetivo-sexuais, ou administrando injustamente a paróquia, usando o dinheiro da comunidade para fins particulares. Dessa forma, o certo é que não será feliz em nenhuma escolha na qual tenha que dividir seu ministério com aquilo que não é parte constitutiva dele. O melhor, para que o presbítero seja realizado e feliz, é satisfazer-se através de uma vida totalmente doada em favor do Reino, convicto de sua vocação.

Como afirmamos anteriormente, o individualismo e o fechamento afetam a vida dos presbíteros, e também prejudicam a ação pastoral da Igreja. Portanto, uma eficaz Pastoral Presbiteral auxiliará não somente os presbíteros, mas a Igreja como um todo, pois um presbítero bem integrado em todas as dimensões que o envolvem irá se empenhar mais no trabalho pastoral e fará com que a ação evangelizadora produza mais frutos, e ainda, tornará sua paróquia mais dinâmica. Em outras palavras, agirá segundo o coração de Jesus, o Bom Pastor que deu a vida por suas ovelhas.

5.5 PRESBÍTERO E PRESBITÉRIO: CAMINHOS DE FORTALECIMENTO DA FRATERNIDADE PRESBITERAL

Para a implantação da Pastoral Presbiteral é necessário manter a consciência de pertença a um presbitério. O presbítero não pode agir sozinho, mas em unidade com o conjunto de presbíteros de sua diocese e em comunhão com o bispo.

É necessário cultivar no ambiente presbiteral a virtude da humildade, pois os presbíteros precisam assumir que, apesar da grandiosidade de sua missão, são fracos e incompletos. A humildade nos faz acolher a nossa própria humanidade: ser limitado não é uma vergonha e é injusto viver representando aquilo que não se é. A competição (até consigo mesmo) para ser mais aplaudido e mais reconhecido

naquilo que faz rouba, naturalmente, o tempo de ser um bom presbítero e de se dedicar mais ao trabalho pastoral. Como asseveram Damian e Crozera, o

bom presbítero não é aquele que se julga sempre forte, vencedor, bem sucedido em tudo o que faz. Pelo contrário, tem melhores condições de crescer aquele que faz a experiência de suas carências e fragilidades e se deixa amar, ajudar e conduzir por Deus e pelos irmãos (DAMIAN e CROZERA, s.d).

E, por isso, a virtude da humildade pode ajudar cada presbítero a não apenas se sentir necessitado de ajuda, mas, de fato, a ter coragem de ir ao encontro de outro presbítero e dizer que está passando por dificuldades em sua vida pessoal e/ou eclesial e, por isso, precisa ser ajudado. Isso seria um bom começo para que a situação fosse resolvida. Seria também um gesto de confiança e abertura da parte deste presbítero. O aspecto negativo é que isso acontece muito pouco no ambiente presbiteral. E, infelizmente, podemos lembrar ainda dos casos de alguns presbíteros que, quando ficam sabendo que seu colega está com algum problema, tornam ainda pior a situação, fazendo comentários maldosos ou julgando a pessoa. Nessas situações, parece que surge o esquecimento de que os presbíteros são os homens da misericórdia e não do julgamento ou da condenação. Sobre isso, Almeida salienta que “falta muito para que, entre os presbíteros, o *relacionamento* seja mais *fraterno*: faltam encontros, tempo para a convivência, entrosamento, confiança mútua, relacionamentos mais profundos” (grifos do autor) (ALMEIDA, 1992b, p. 32).

Na busca de maior interação entre os presbíteros, há, em nosso país, algumas iniciativas que se propõem a um aprofundamento e amadurecimento no relacionamento dos presbíteros entre si e destes com o bispo.

5.5.1 As reflexões dos presbíteros em nível nacional aplicadas no presbitério local

Em nível nacional, há algumas iniciativas que visam aplicar estas reflexões dos ENPs à realidade local. Nessa perspectiva, a CNP enfatiza a necessidade de se “respeitar cada Igreja local, com sua realidade própria, sua liberdade de ação, sua capacidade de organização, suas prioridades e os anseios de seus presbíteros” (CNP, 2004b, p. 12).

Aqui mencionaremos apenas duas experiências – a de Porto Alegre-RS e a de Belo Horizonte-MG – por se destacarem pela produção de material regional, mas com a consciência de que há outras iniciativas que, igualmente, têm produzido frutos entre os presbíteros, pois a cada ENP percebe-se que esse tema tem ganhado força e maior visibilidade no cenário eclesial.

A Arquidiocese de Porto Alegre, na tentativa de implantar a Pastoral Presbiteral em sua realidade, elaborou, em 1999, um “Programa de Pastoral Presbiteral”, no qual foram escolhidas cinco áreas em que a Pastoral precisaria estar mais presente: “formação permanente, acompanhamento dos presbíteros novos, dimensão humano-afetiva, fraternidade presbiteral e pastoral vocacional” (ARQUIDIOCESE de Porto Alegre, 1999, p. 5). Para cada um dos cinco pontos elencados foram criados projetos em que se faz uma fundamentação do tema, foram elaborados alguns objetivos específicos e foi criado um programa com atividades a serem desenvolvidas, visando o melhor cuidado e atenção à referida temática.

Segundo esse material, os princípios teológicos que norteiam a Pastoral Presbiteral são: a) a eclesiologia de comunhão, b) o sacramento da ordem e c) o mistério da Igreja. Isso porque se parte da premissa de que essa Pastoral precisa ser completa e abordar “todas as áreas da personalidade humana e todos os campos da vida presbiteral”: formação humana, formação espiritual, formação intelectual e formação pastoral. Nesse programa, afirma-se ainda que é preciso contemplar duas características essenciais: a de ser um plano sistemático e personalizado. Seu objetivo geral é:

Proporcionar aos Presbíteros da Arquidiocese de Porto Alegre os meios que visam à saúde física, psíquica, afetiva, intelectual, vocacional, espiritual e pastoral, para que possam sentir-se humana e espiritualmente realizados na sua vocação (ARQUIDIOCESE de Porto Alegre, 1999, p. 13).

Vale ressaltar que esse é um programa que entendemos ser bem elaborado e que aponta ações concretas para a efetivação da Pastoral Presbiteral. Afinal, se os presbíteros permanecerem “isolados e cada qual para o seu lado, como vão conseguir dizer para o conjunto da Igreja e da sociedade o que realmente sentem, querem e sonham?” (CRP, 1997, p. 8). Com este material em mãos, os presbíteros conseguem visualizar como deveria e precisaria ser realizado o cuidado para consigo mesmos.

Salientamos ainda que a elaboração de um projeto e material próprio não significa, exatamente, que a Pastoral Presbiteral funcione sem dificuldades, mas que são iniciativas que precisam ser valorizadas e incentivadas nas demais dioceses brasileiras, pois é através de ações como essas – que proporcionam estudo, reflexão, debates – que os presbíteros vão tomando consciência da necessidade de se unirem e viverem de forma fraternal.

Também a Arquidiocese de Belo Horizonte vem realizando, desde 2009, um excelente trabalho de Pastoral Presbiteral a partir de quatro etapas distintas da vocação e do ministério presbiteral. Esse trabalho está sendo assessorado por Mons. Augusto Pinto Padrão, Mons. Hélio Ângelo Raso, Pe. Carlos Fragoso Filho, Pe. Cleto Caliman, Fr. Luiz Antônio Pinheiro, Pe. João Batista Libânio e Pe. Nereu Castro Teixeira. Conta também com a coordenação do professor William Cesar Castilho Pereira (professor-doutor Adjunto III PUC-Minas) e da professora Ana Lúcia Andrade Marçolla (coordenadora da Área de Psicologia do Seminário da Arquidiocese). Essa iniciativa é desenvolvida em parceria com a PUC-Minas e tem contado com o envolvimento de alguns alunos na realização das pesquisas. Nessa Arquidiocese, a Pastoral Presbiteral está sendo estruturada a partir de quatro enfoques:

a) *Projeto Pastoral Vocacional*: nesse projeto foram realizadas pesquisas com os presbíteros da Arquidiocese sobre as razões que os motivaram a ser presbíteros e também sobre como veem o seu próprio processo formativo e os desafios dos seminários na atualidade. A intenção é descobrir lacunas e avanços na formação presbiteral, visando uma melhor pastoral de conjunto.

b) *Pesquisa com presbíteros de 0 a 10 anos de ordenação*: essa pesquisa abordou diversos assuntos na vida dos presbíteros, dentre eles: faixa etária, formação recebida antes de entrar no seminário, aspectos familiares, relações afetivas, motivações para serem presbíteros e desafios dos primeiros anos de ministério. Busca-se perceber como é feita a transição entre a vida no seminário e a vida presbiteral à frente das atividades paroquiais.

c) *Pesquisa de opinião de presbíteros*: essa pesquisa, que abrangeu 51% dos presbíteros de Belo Horizonte, buscou traçar um perfil dos presbíteros da Arquidiocese. Os resultados demonstram inquietação de parte de muitos em relação aos próprios colegas, pois, segundo eles, alguns buscam somente status,

carreirismo e as “melhores” paróquias. Há, também, grande esperança de que a Pastoral Presbiteral consiga ressignificar estas motivações.

d) *Projeto Pastoral Maturidade Presbiteral*: neste projeto realizou-se uma pesquisa com os presbíteros idosos da Arquidiocese, particularmente após os 75 anos de idade, e a principal preocupação que eles manifestaram se deu em relação ao modo de viver nesta idade, com ênfase nas moradias para os presbíteros idosos. No caso de Belo Horizonte, existe a Casa São Pedro que abriga esses presbíteros, porém,

é necessário adequá-la para oferecer melhor qualidade de vida aos idosos que lá residem: seria interessante, como instalar elevadores, corrimãos, reformular a forma de gerenciar a Casa, contribuindo para atender melhor os presbíteros nas suas necessidades (ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte, 2010a, p. 36).

O atual arcebispo de Belo Horizonte, D. Valmor Oliveira de Azevedo, mostra-se animado com o trabalho realizado e sente a necessidade de continuar a cada dia motivando os presbíteros a se empenharem na realização da Pastoral Presbiteral. Segundo ele,

a organização da Pastoral Presbiteral na Arquidiocese de Belo Horizonte é uma conquista significativa e garantia de qualificação e cuidado com a vida e ministério dos seus presbíteros. A articulação qualificada e entusiasmada da Coordenação e Assessoria da Pastoral Presbiteral alcançou um importante patamar de escuta dos presbíteros por meio de entrevistas, gerando este importante material de pesquisa. Esta pesquisa não é tudo. Nunca abarcará o todo e suas complexidades. Mas cria a oportunidade de novas perguntas e, sobretudo, a reflexão como tentativa de interpretação de menções, sentimentos, significações e expectativas (ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte, 2010b, p. 3).

Percebemos que há uma riqueza neste material e em todo o processo realizado em Belo Horizonte pelo fato de envolver profissionais da área de psicologia, teólogos, professores, alunos e, principalmente, os presbíteros da Arquidiocese, que precisam ser os principais interessados nesse trabalho e na organização do cuidado para com eles mesmos. Aqui está um exemplo concreto da importância da interdisciplinaridade, conforme já abordamos.

Iniciativas como essas de Porto Alegre e Belo Horizonte precisam ser incentivadas e apoiadas pelo episcopado nacional para que outras dioceses desenvolvam projetos e pesquisas visando à melhoria na qualidade de vida de seus presbíteros, pois, reafirmamos, vivendo melhor, os presbíteros se dedicarão com

mais afinco à ação evangelizadora e à superação dos desafios emergentes na sociedade contemporânea. Mas isso só será possível se cada presbítero agir em conjunto com o presbitério.

5.5.2 O presbitério como lugar concreto da fraternidade presbiteral

Para Almeida, o Concílio libertou o ministério presbiteral do individualismo e resgatou sua dimensão colegial, o que se torna perceptível, dentre outros aspectos, através da concelebração eucarística e da imposição das mãos – pelo bispo e pelos presbíteros –, na ordenação presbiteral (ALMEIDA, 1992a, p. 388).

O 8º ENP enfatiza que o presbítero deve manter a unidade com todo o presbitério e também com o bispo. Sobre o presbítero e o presbitério, afirma-se que “é em regime de presbitério que a pastoral tem de ser levada em frente. Felizmente, o Vaticano II resgatou o valor teológico-pastoral do presbitério, valor esse que se tinha praticamente perdido desde a Idade média (cf. PO 8)” (CNP, 2001, p. 396). Sobre o relacionamento dos presbíteros com o bispo, o 8º Encontro Nacional afirma que

o bispo é o presidente nato do presbitério (cf. PO 7). E aqui se compreende a promessa de obediência que todo neo-ordenado faz ao bispo. Trata-se de obediência “apostólica” (PDV 27). De obediência co-responsável e dialogal. Agora, o “espírito” de obediência, como atitude teologal de fundo, deverá permear toda a vida do presbítero, como aliás de todo cristão, como foi com o próprio Cristo (cf. PO 16) (CNP, 2001, p. 397).

O presbítero não pode perder esse vínculo com seu bispo e, muito menos, olhar para ele com um supervisor ou um patrão. Ao bispo, como sucessor dos apóstolos, cabe a função de presidir o presbitério, o que precisa acontecer através de uma relação dialogal e de respeito para com os carismas e as dificuldades de cada um. Contudo, não pode deixar que cada presbítero faça sua vontade em benefício próprio e prejudique a pastoral de conjunto da diocese.

O bispo, no governo da diocese, e especialmente nos assuntos relacionados aos presbíteros, deve contar com o auxílio do Conselho Presbiteral – que tem caráter consultivo – para que sua ação seja mais colegial. Segundo Antoniazzi, “o elemento que caracteriza essencialmente o Conselho Presbiteral é que ele é ‘um grupo ou senado de sacerdotes, representantes do presbitério’. É um organismo representativo” (ANTONIAZZI, 2001, p. 23). Mesmo sendo representativo de todo o

presbitério, o Conselho Presbiteral não pode ser o único meio de contato do bispo com os presbíteros, pois, segundo o mesmo autor,

a comunicação entre presbíteros e bispos não passa, evidentemente, apenas pelo Conselho Presbiteral, mas pode ser favorecida por muitos outros encontros ou meios (concelebrações, visitas do bispo às paróquias, assembléias do clero, encontros informais, comunicações escritas ou por rádio, TV etc.) (ANTONIAZZI, 2001, p. 23).

Essa comunicação precisa acontecer com frequência, de modo que o bispo realmente conheça seus presbíteros e possa ajudá-los diante dos conflitos pessoais e pastorais. Quanto maior for o contato entre bispo e presbíteros, maior será também a confiança e o respeito entre eles. Segundo Antoniazzi, “o ministério episcopal e o ministério presbiteral são tão estritamente unidos, que se pode dizer que o ministério episcopal está no presbiteral, e o presbiteral está no ministério episcopal” (ANTONIAZZI, 2001, p. 25).

Ainda no tocante ao relacionamento no presbitério, também a CNBB declarou que

a comunidade dos presbíteros da diocese é o primeiro ambiente de formação com todas as reuniões, encontros fraternos ou festivos, celebrações, exercícios espirituais e na colaboração para o serviço pastoral, instrumentos eficazes de formação e exercício comunitário do ministério são também as associações e fraternidades presbiterais (CNBB, 1995, n. 186).

Com base no exposto anteriormente, pode-se, então, afirmar que um trajeto considerado seguro para a superação das dificuldades e limites dos presbíteros passa por uma Pastoral Presbiteral que oportunize aos mesmos encontrar-se com maior frequência, partilhar a vida, reconhecer os diferentes carismas, ser mais irmãos, amigos e solidários. Enfim, um espaço que lhes possibilite cultivar as “relações fraternas com os demais presbíteros” (CELAM, 2007, n. 247). Nesse sentido, Bingemer destaca que

os presbíteros devem (...) ser muito amigos, fraternalmente, entre si. De minhas experiências em dar retiros para clero, me impressiona a tremenda solidão em que se encontram certos presbíteros diocesanos, com uma carga e um volume brutais de trabalho e sem uma instância comunitária onde possam se expressar livremente, rezar juntos, partilhar suas angústias e alegrias de igual para igual, como irmãos, fraternalmente. Assim se pode crescer enquanto corpo sacerdotal e quem ganha são não apenas os presbíteros, mas toda a Igreja (BINGEMER, 2004, p. 121).

Essa afirmação de Bingemer nos faz sentir a necessidade de uma Pastoral Presbiteral que atenda a todas essas necessidades. Essa Pastoral precisa priorizar momentos de encontro entre os presbíteros nos quais eles estejam mais juntos em momentos significativos da vida presbiteral, tais como o aniversário natalício e/ou de ordenação, dia dos padres, ordenação presbiteral na diocese e também momentos de lazer e diversão. É interessante, ainda, oportunizar momentos de auxílio nas situações em que o presbítero esteja passando por algum problema pessoal ou pastoral, doenças, mortes na família, etc.

Em relação aos avanços percebidos na caminhada presbiteral nas dioceses brasileiras, o 9º ENP, em sua mensagem final, revela uma visão positiva em relação à Pastoral ao afirmar:

Constatamos que os avanços na caminhada presbiteral foram muitos: a busca de uma espiritualidade da caridade pastoral, a atenção para com a formação permanente, o crescente cuidado dos presbíteros uns com os outros, maior abertura para refletir sobre nossa dimensão humano-afetiva, o aumento da co-responsabilidade nos Presbitérios e na Associação de Presbíteros. Tudo isso indica que está havendo o acolhimento da Pastoral Presbiteral. Todavia, estamos conscientes de que ainda temos um longo caminho a percorrer. Por isso, firmamos o compromisso de continuar em atitude permanente de conversão, motivando todos os irmãos presbíteros a prosseguirem por esta estrada (CNP, 2002, n. 4).

Queremos nos comprometer cada vez mais com a Pastoral Presbiteral, entendida como ação sistemática da Igreja local para estimular nos seus presbíteros a alegria e o prazer de serem servidores do povo, segundo o exemplo do Bom Pastor. Este esforço comum deve nos levar a formas bem concretas de solidariedade presbiteral. Temos que colocar em discussão e encontrar caminhos de solução para os problemas que dificultam ou até impedem a fraternidade nos presbitérios. Exemplo disso são os casos de injustiça no aspecto econômico, que, às vezes, encontramos entre os presbíteros de uma mesma diocese. A verdadeira fraternidade presbiteral passa por uma concreta ação solidária de partilha de bens e de recursos. Convidamos todos os irmãos presbíteros do Brasil a assumirem com entusiasmo esta causa tão importante (CNP, 2002, n. 15).

A busca de implantação desses compromissos precisa ser valorizada e divulgada entre os presbíteros, pois, muitas vezes, são ressaltados somente os aspectos negativos da ação eclesial, os escândalos, os problemas; entretanto, é preciso também ter um olhar positivo sobre a situação em que se encontram os presbíteros do Brasil e ter a consciência de que ainda há um longo caminho a percorrer.

Na tentativa de implantar e/ou fortalecer a Pastoral Presbiteral no maior número possível de dioceses, a CNP, com o auxílio da Comissão Episcopal para os

Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada, elaborou uma “cartilha” em que fundamenta a Pastoral Presbiteral e aponta os valores da implantação desta Pastoral em cada Igreja Particular. O texto afirma que

o local próprio de organização da Pastoral Presbiteral é a Igreja Particular. É junto do seu presbitério que o presbítero se forma para exercer seu ministério. É com seu Bispo e seus irmãos que alcança, ou busca, sua realização humana e vocacional, o seguimento de Jesus, a formação da comunidade. É aí que cada um recebe e assume os traços do rosto da Igreja a quem serve e de cujo corpo participa. (...) Sem perder o senso de universalidade da Igreja e do ministério, o presbítero vai descobrindo as urgências pastorais de sua Diocese e comunidade, confrontando-as com sua vida e o seu agir (CNP, 2004b, p. 19).

Assim, a Pastoral Presbiteral precisa estar atenta para respeitar e considerar cada momento da vida dos presbíteros, pois a vida humana não se compõe de departamentos estanques, mas de um processo gradativo e relacional. Por isso, há a necessidade de observar atenta e cuidadosamente cada um desses momentos.

O texto da CNP sobre a Pastoral Presbiteral aponta cinco momentos importantes na vida do presbítero: a juventude sacerdotal (em torno dos 30 anos ou os 5 primeiros anos de ordenado), a fase da maturidade (situada entre os 30 e 50 anos), a fase da plenitude (situada entre os 50 e 65 anos), a etapa da sabedoria (dos 65 aos 75 anos) e a etapa jubilar (a partir dos 75 anos).

A vida dos presbíteros é marcada por diversos fatos que, às vezes, os desestruturam e atingem o desempenho de sua missão evangelizadora, pois, no cotidiano, o presbítero “tem amigos e inimigos, participa da dor e da festa, chora e festeja, sofre por si e pelos outros, caminha entre o prazer e o cansaço, a presença amiga e a solidão, a fé e a insegurança. Experimenta a graça e o pecado” (CNP, 2004b, p. 15).

O Evangelho de Mateus, no capítulo 18, apresenta uma síntese daquilo que deveria marcar a vida e as relações dos presbíteros entre si: a importância do serviço aos outros (1-5); a força do testemunho e o risco do escândalo (6-11); o cuidado com as ovelhas desgarradas (12-14); a correção fraterna e a oração em comum (15-20); o perdão e a misericórdia (21-35). Esses ensinamentos de Jesus mostram aos presbíteros a necessidade de, na pastoral, agir como Ele agiu. Aliás, é na ação pastoral que os presbíteros precisam manifestar sua intimidade com o Bom Pastor e revelar Sua face. É no cotidiano que as pessoas vão descobrindo se o

presbítero é uma pessoa de oração, se é profeta e se dá testemunho daquilo que prega.

Nesse sentido de ser testemunha, Damian e Crozera apresentam dez pontos⁵⁹ relevantes para uma vivência sadia da vida presbiteral. Para eles, as dez teses sobre a vida presbiteral são as seguintes:

1. É mais importante ser presbítero que agir como presbítero.
2. É mais importante o que Cristo faz em mim do que aquilo que eu mesmo faço.
3. É mais importante viver a unidade no presbitério que entregar-me sozinho às atividades.
4. É mais importante, para não me tornar funcionário do culto, o serviço da oração e da palavra que o serviço do altar.
5. É mais importante acompanhar e formar os agentes de pastoral do que fazer sozinho todo trabalho possível.
6. É mais importante estar presente por inteiro em algumas atividades que estar em todas com pressa e pela metade.
7. É mais importante agir em unidade que agir de modo “perfeito”, porém isolado; portanto, é mais importante a co-responsabilidade que o trabalho, a comunhão que a ação.
8. É mais importante, contrariando as aparências, a cruz que a eficiência.
9. É mais importante a abertura à totalidade (à comunidade, à diocese, à Igreja universal) que o interesse particular, por mais prioritário que pareça.
10. É mais importante dar testemunho de fé a todos que atender a todos os compromissos tradicionais (DAMIAN e CROZERA, s.d).

Vale ressaltar que a atividade pastoral é um local propício para se efetivarem ou mesmo para permitir o florescimento dessas atitudes/valores na vida dos presbíteros.

Diante de todo esse trajeto percorrido em nossa pesquisa, percebemos o quanto é importante valorizar a Comissão Nacional de Presbíteros e suas reflexões, bem como a Comissão Regional de Presbíteros, pois é através destas que a CNP chega, mais facilmente, aos presbitérios. Por fim, podemos também constatar que a temática referente ao cuidado com a vida dos presbíteros na dimensão pessoal e eclesial está presente nos ENPs, mas falta, ainda, maior envolvimento e aceitação dos presbíteros para uma vivência fraterna e de mútua cooperação de modo que, entre eles e os bispos, aconteça a superação das dificuldades e limites enfrentados no cotidiano da vida pessoal e pastoral.

⁵⁹ Teses formuladas em uma sessão de estudo da Conferência Episcopal Alemã, em 1981, por W. Breuning e pelo bispo K. Hemmerle.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho enfocou a vida dos presbíteros nas dioceses do Brasil, apresentando desafios e perspectivas a partir dos ENPs. Esses Encontros buscam identificar os desafios pelos quais os presbíteros estão sendo interpelados em sua realidade pessoal e pastoral, e à luz da Palavra de Deus e do contexto eclesial, procuram encontrar respostas que ajudem os presbíteros em sua vida e também no melhor desempenho de sua missão à frente da ação evangelizadora em uma comunidade. O caminho que percorremos tematizou a trajetória realizada pelos ENPs no período de 1985 a 2010 – embora também tenhamos recorrido ao Concílio Vaticano II (1962-1965) para melhor entender a caminhada percorrida pela CNP – e buscou apontar suas contribuições para a vida dos presbíteros nesse período eclesial.

Um limite de nosso trabalho foi a dificuldade de encontrar as atas e os documentos dos Encontros Nacionais que apresentam as conclusões dos referidos Encontros. Nos arquivos da CNBB, há somente as atas do 1º, 4º, 7º, 11º e 13º ENPs. Encontramos diversos artigos sobre tais Encontros publicados em revistas, mas não há, no Brasil, um material organizado e sistemático que condense todas as reflexões produzidas nos ENPs. Por isso, muitas das reflexões presentes neste trabalho abordam, principalmente, os Instrumentos Preparatórios aos Encontros e não, necessariamente, as conclusões que eles tenham realizado, visto que, na maioria dos ENPs, elas não foram sistematizadas – com exceção do 3º, 11º e 12º Encontros. Contudo, isso não desqualifica o trabalho, mas restringe sua área de pesquisa pelo fato de que não há material suficiente para uma descrição mais minuciosa daquilo que foi discutido em cada ENP. Talvez aqui esteja uma falha da CNP, pois as reflexões, tão ricas e profundas, não são arquivadas para posteriores pesquisas e, até mesmo, para conservar historicamente a trajetória dos presbíteros em nosso país.

A cada Encontro Nacional, é possível reconhecer um fortalecimento tanto da CNP (seja pelo envolvimento dos presbíteros e/ou das dioceses), quanto da caminhada dos presbíteros em busca de maior clareza sobre sua identidade e missão. Percebemos que esses Encontros constituem um grande avanço na caminhada dos presbíteros no Brasil, pois, diante de um contexto em que a CNP não conseguia fazer com que suas reflexões chegassem até os presbíteros

brasileiros devido à pouca representatividade que exercia junto deles, os ENPs conseguem chegar à quase totalidade das dioceses nos regionais da CNBB. Antes do 1º ENP, a CNP era conhecida por poucos presbíteros e as reflexões que chegavam às dioceses (quando chegavam!) eram recebidas com pouco interesse. A partir do 1º Encontro Nacional, notamos que passa a haver, nas dioceses, maior preocupação em debater os assuntos propostos pela CNP. E, hoje, o fato de os Encontros terem um alcance mais amplo entre os presbíteros, indica a importância e a relevância dos ENPs no contexto social e cultural em que vivemos. Esses Encontros foram, assim, criando um ambiente de partilha de experiências, companheirismo e tornando-se espaços propícios para a partilha sobre as angústias e as esperanças que permeiam a vida dos presbíteros no Brasil.

Os Encontros Nacionais, desde que tiveram início, contaram com a participação de grande número de presbíteros, pois as resistências despertadas naquele período não se deram pelo fato do envolvimento dos presbíteros com o ENP, mas sim pelo evento em si, que constituía algo novo na Igreja do Brasil e também pelas reivindicações realizadas nos primeiros encontros (como a revisão da lei da obrigatoriedade do celibato, por exemplo). Mesmo com as resistências que surgiram em sua gênese, os ENPs se fortaleceram e se destacaram pela reflexão sobre os desafios atuais na vida presbiteral e pela busca de propostas norteadoras para uma eficaz ação evangelizadora. E, por isso, aos poucos, os ENPs foram ganhando mais espaço e visibilidade em nível nacional.

No Concílio Vaticano II, por um lado, os leigos passam a ser considerados os protagonistas da evangelização – e de fato o são, pois muito contribuem para o anúncio da Boa-Nova. Por outro lado, o papel do presbítero em uma comunidade é fundamental. Sem enfatizar que um ou outro é maior, o importante é que ambos exerçam seus ministérios em unidade e fraternidade, reconhecendo que a Igreja é toda ministerial e todos, juntos, é que a constituem. Contudo, nossa pesquisa ressalta um retorno ao período anterior ao Vaticano II e destaca certo clericalismo no qual o aspecto ministerial fica profundamente afetado, pois, quando o presbítero passa a agir com autoritarismo e considerando-se o único responsável pela evangelização, ele se torna o centro e os leigos passam a ser apenas auxiliares. Essa é uma eclesiologia superada pelo Concílio, mas que, infelizmente retorna aos presbitérios do Brasil. Por isso, é urgente a necessidade de despertar, na comunidade, ministros ordenados e leigos que sejam comprometidos com o Reino

de Deus, com espírito missionário, dispostos a partilhar as tarefas da evangelização e a serem testemunhas do Senhor até os confins do mundo (At 1,8). Para que o presbítero seja um elo que favoreça essa integração dos carismas e ministérios na comunidade ele precisa ser um homem integrado nas diversas dimensões que fazem parte de sua vida.

Os ENPs abordam as dimensões da vida presbiteral, a saber: humano-afetiva, espiritual, intelectual e pastoral. Nessa abordagem, percebemos que o modelo de presbítero que mais aparece nos Encontros Nacionais é o do presbítero-pastor, pois “tal é o carisma-serviço geral do presbítero: o ‘pastoreio’ ou a ‘pastoral’” (CNP, 2001, p. 401) E essa frequência com que os ENPs apresentam o presbítero como pastor se dá pelo fato de que a identidade do presbítero tem sua raiz e espiritualidade centrada na figura de Jesus Cristo, o Bom Pastor, que é fonte, raiz e modelo para o pastoreio. Enquanto pastor, o presbítero, seja na comunidade ou na sociedade, precisa ter as mesmas atitudes do Bom Pastor: estar atento às ovelhas, conduzir as que estão machucadas, conhecê-las (para assim ser conhecido por elas), conduzi-las por um caminho seguro, resgatar a desgarrada. Porém, em sua vida, antes de ser pastor, é necessário que o presbítero se considere ovelha, que em tudo segue a voz de seu Pastor, Jesus Cristo. Se ele agir como ovelha atenta e fiel, ele também conseguirá pastorear muitas pessoas segundo a vontade do Bom Pastor. Caso contrário, poderá cair na tentação de apascentar a si mesmo. O estudo dos ENPs revela que as dimensões precisam estar unidas entre si, mas a partir do pólo da dimensão pastoral. Enfim, as dimensões se inter-relacionam e são interdependentes.

Algo que merece ser enfatizado é que os ENPs buscam debater assuntos tanto *intra* quanto *extra* eclesiais. Como exemplo de abordagem *intra* eclesial citamos alguns ENPs a partir de sua temática: o 2º ENP (*Ser presbítero: novos desafios para uma vocação que permanece*), o 3º ENP (*Presbíteros: fraternidade e serviço*); o 9º ENP (*Presbítero: pessoa e missão*), o 13º ENP (*ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão e a fraternidade presbiteral*), dentre outros. Na abordagem *extra* eclesial destacamos o 5º ENP (*O presbítero no processo de urbanização*), o 6º ENP (*O presbítero: missionário, profeta e pastor no mundo urbano*) e o 10º ENP (*O presbítero no mundo globalizado*). Essas abordagens – embora ressaltem que o aspecto mais presente seja o *ad intra* – demonstram o tipo de compreensão que orientam os ENPs, pois os presbíteros estão inseridos no

mundo, que passa por profundas e rápidas transformações e que precisam ser interpretadas e discernidas a cada dia para que a Igreja continue anunciando o Reino de Deus, mas de um modo que chegue ao coração das pessoas.

Isso sinaliza para nós a concepção de presbítero que é subjacente aos Encontros: a de um presbítero inserido no mundo, ou seja, no contexto social, político, econômico, e que, por isso, precisa compreender os desafios da sociedade contemporânea, uma vez que seus interlocutores recebem as influências da modernidade e toda ação pastoral bem direcionada deve ter como pressuposto a realidade social em que as pessoas estão inseridas.

No processo de evangelização, é conveniente não perder de vista que os fiéis trazem consigo tudo aquilo que a sociedade lhes oferece, sejam valores ou contravalores. Nesse sentido, o 5º ENP destacou que “os desafios pastorais que vêm da missão evangelizadora, e que vêm das atuais circunstâncias que vivemos, provocam uma reflexão imediata sobre a forma de atuação dos ministros ordenados” (CNP, 2001, p. 232). Portanto, é preciso repensar o agir do presbítero diante dos desafios que a sociedade oferece. Nesse sentido, faz-se necessário ainda que o presbítero esteja consciente dos valores e contravalores presentes na sociedade, pois as pessoas com quem trabalha no dia-a-dia recebem esses “valores” e em sua vida e, na ação pastoral, o presbítero não pode ignorar essa realidade.

Vale ressaltar que nem tudo na sociedade moderna são antivalores. A modernidade, assim como toda sociedade e cultura, é marcada pela ambiguidade. Percebemos nela fortes sinais de individualismo e centralização no *eu*, mas também é possível observar sinais de esperança em que se vislumbram ações solidárias, fraternas e preocupação com os mais pobres e excluídos. Equivoca-se quem olha para a sociedade atual e diz que tudo é ruim, generalizando os episódios negativos e ignorando os positivos. Toda sociedade tem seu lado positivo e também seu lado negativo. A Igreja – e também os presbíteros – precisam, então, estar atentos para denunciar aquilo que ofende a vida e a pessoa humana, bem como para destacar as iniciativas que visam vida digna a todos.

Em nossa pesquisa, observamos também que, entre os presbíteros que participam dos ENPs, percebe-se certa insatisfação, pois algumas reivindicações realizadas nesses Encontros, tais como uma maior reflexão sobre a obrigatoriedade do celibato e a ordenação de homens casados, não encontraram (ainda) espaço no cenário eclesial brasileiro. Essas questões até agregam adeptos entre o episcopado

no Brasil (e em vários outros países), mas nem sempre podem ser debatidas abertamente no ambiente eclesial. Contudo, isso não faz com que os presbíteros deixem de falar e de propor maior diálogo sobre o assunto.

Em relação à teologia da vida presbiteral, é notável a busca dos ENPs em corresponder à visão teológica da Igreja como um todo. Os Encontros Nacionais se reportam ao Concílio Vaticano II, e especialmente à Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e ao Decreto *Presbyterorum Ordinis*, para fundamentar a concepção eclesiológica que se propõe na vivência dos presbíteros: a de *Igreja povo de Deus e servidora do mundo* (foi exatamente esse o tema do 1º ENP). A abordagem teológica situa o presbítero em uma relação de comunhão e fraternidade com o bispo e os demais presbíteros, bem como com os leigos inseridos no mundo. Tudo isso deve caracterizar sua identidade e o modelo de serviço, que o configura a Jesus Cristo Bom Pastor.

Nosso estudo constatou, através dos textos dos ENPs e das abordagens pastorais realizadas por estes Encontros, que, em geral, os presbíteros realmente doam sua vida em favor do ministério, pois se dedicam e se empenham para dar o melhor de si para o trabalho pastoral. E, na tentativa de dar conta de toda a demanda que a realidade eclesial contemporânea exige, muitos acabam esquecendo-se de si mesmos e vivendo em uma situação de ativismo e stress cada vez mais frequentes. Por isso, preocupamo-nos em olhar para os presbíteros, enquanto cuidadores de muitas pessoas e que também necessitam de cuidados. Essa reflexão, baseada nas propostas dos ENPs (principalmente a partir do 7º), leva-nos a apresentar a Pastoral Presbiteral como um possível caminho para a superação de diversos conflitos enfrentados no cotidiano da vida presbiteral, sejam eles em nível pessoal, pastoral ou eclesial. Essa Pastoral consiste em oportunizar aos presbíteros um auxílio recíproco no qual encontrem ajuda entre eles mesmos, buscando relações de fraternidade e vivendo o verdadeiro sentido de presbitério.

Vale ressaltar a importância de o presbítero estar unido ao presbitério e ao seu bispo, pois é nesta relação de unidade e fraternidade que o presbítero se fortalecerá para superar os obstáculos que se lhes apresentam. Se o presbítero não estiver vivenciando tal sintonia, correrá o risco de se isolar e, na busca individual de soluções, poderá trilhar um caminho equivocado. O ideal é sempre relacionar-se com seus irmãos presbíteros e neles apoiar-se para, em comunhão, viverem todos a fraternidade presbiteral.

Na realidade brasileira, é relevante o fato de que os ENPs ainda não consigam maior abertura em diversas dioceses, seja pelo fato de que estas não reflitam sobre os Instrumentos Preparatórios e/ou também porque não enviem presbíteros para o Encontro Nacional. Contudo, vale ressaltar que, atualmente, mais de 90% das dioceses de nosso país, de alguma forma, recebem influência dos ENPs. Isso se demonstra pelo número de dioceses que são representadas em cada Encontro Nacional, e, além disso, para o envio de tais presbíteros, supõe-se que as dioceses ao menos tenham tido acesso ao Instrumento Preparatório e (oxalá) tenham-no estudado.

Uma realidade que constatamos em relação à vida dos presbíteros é um certo distanciamento existente entre os ideais propostos pelos textos dos ENPs e a situação concreta em que vivem os presbíteros. Todos esses textos buscam encontrar respostas para os desafios concernentes à vida e ao ministério presbiteral, e, muitas vezes, sinalizam ações concretas para solucionar algumas problemáticas. No entanto, há diversos presbíteros que não conseguem fazer a integração entre aquilo que estudam nesses documentos, aquilo que dizem em suas pregações e aquilo que realizam na vida cotidiana. Portanto, poderíamos dizer que há um divórcio entre fé e vida. Isso se percebe pelo fato de que muitos presbíteros até acolhem o que a Igreja propõe através de seus documentos, mas, na prática, não conseguem viver o que afirma os textos dos Encontros e/ou, de maneira geral, o que dizem os documentos da Igreja. E nos parece relevante destacar que, no caso dos ENPs, tais propostas são elaboradas pelos próprios presbíteros. São eles mesmos que indicam o caminho a ser percorrido, mas também são eles, ao menos alguns, que não se empenham em percorrer tal trajetória.

Outro desafio em relação à vida presbiteral observado nos ENPs é o aumento desproporcional entre a população e o número de presbíteros. Tal fato precisa levar a Igreja a buscar novos meios de evangelização, mais eficazes e eficientes e também a se empenhar em uma campanha vocacional que desperte novas vocações presbiterais. Vale dizer que a maior e melhor propaganda vocacional é o testemunho de vida coerente e feliz dos presbíteros. Nesse ponto, os presbíteros precisam valorizar, cada vez mais, a ação dos leigos em suas comunidades, reconhecendo seus potenciais e entendendo-os como verdadeiros agentes e protagonistas da evangelização.

Percebemos também que muitos desafios são recorrentes de um ENP para outro. Isso nos leva a pensar que, mesmo sendo levantados os problemas, a solução proposta não teria sido suficiente para resolver a questão ou não fora colocada em prática. Surge, então, a pergunta: se os desafios são detectados e abordados, o que falta para ocorrerem mudanças?

Na sociedade atual, destaca-se o acento no individual, em detrimento do coletivo. Isso tem forte ressonância no ambiente presbiteral, pois os ENPs apontam para um tipo de presbítero, principalmente aqueles que foram ordenados nos últimos anos, que busca mais a sua realização pessoal do que a realização pastoral e o engajamento social. Para muitos, a tônica incide somente na vida e não no ministério presbiteral. Temos consciência de que o presbítero precisa estar bem e feliz em sua vida pessoal e afetiva para que também seu ministério seja fecundo, mas não se pode perder de vista que o presbítero é ordenado para estar a serviço de uma comunidade. Ele deve se destacar por ser um servidor, um homem que se colocou à disposição e que está disposto a doar sua vida em favor da edificação do Reino de Deus. A sua doação precisa contemplar a comunidade e a sociedade, com seus desafios e (novos!?) questionamentos que surgem a cada dia.

Os presbíteros são estimulados a agir a exemplo do Bom Pastor, que dá a vida pelas ovelhas, anunciando-lhes a alegria de ser cristão e testemunhando, através de gestos concretos em favor dos pobres e sofredores, o que condensa a proposta eclesial afirmada pelos ENPs. A missão confiada aos apóstolos pelo Senhor – chamou-os para estar com eles e enviá-los em missão (Mt 3,13-14) – é continuamente reafirmada aos presbíteros, a fim de que sejam fiéis propagadores do Reino de Deus.

Percebe-se, dessa forma, que os ENPs, através de suas reflexões, debates, discussões e de palavras e propostas sólidas, oferecem aos presbíteros elementos que os auxiliam a compreender e os estimulam a viver mais plenamente seu ministério, inseridos na realidade cotidiana. Além disso, esses Encontros se constituem em um instrumento importante que pode ajudar os presbíteros a responderem aos fundamentais desafios da vida presbiteral.

REFERÊNCIAS

Fontes

ASSOCIAÇÃO Nacional de Presbíteros do Brasil. **Estatuto da Associação Nacional de Presbíteros do Brasil – ANPB**. Brasília, 2006.

BÍBLIA de Jerusalém. 2ª impressão. São Paulo: Paulus, 2003.

COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral**. Instrumento Preparatório ao 13º ENP. Brasília: CNBB, 2010a.

_____. **Memória dos ENPs - 25 anos**. Brasília: CNBB, 2010b.

_____. **Missionariedade e profetismo do presbítero, na Igreja e no mundo, à luz do Concílio Vaticano II**. Instrumento Preparatório ao 11º ENP. Brasília: CNBB, 2006a.

_____. **Missionariedade e profetismo do presbítero, na Igreja e no mundo à luz do Concílio Vaticano II**. Documento conclusivo do 11º ENP – Subsídio de reflexão. Brasília: CNBB, 2006b.

_____. **O presbítero no mundo globalizado**. Instrumento Preparatório ao 10º ENP. Brasília: CNBB, 2004a.

_____. **Pastoral Presbiteral**. 4ª ed. Brasília, 2004b.

_____. **Presbítero, discípulo e missionário de Jesus Cristo na América Latina**. Instrumento Preparatório ao 12º ENP. Brasília: CNBB, 2008a.

_____. **Presbítero, discípulo e missionário de Jesus Cristo na América Latina**. Conclusões do 12º ENP. Brasília: CNBB, 2008b.

_____. **Presbíteros do Brasil construindo história**. Instrumentos preparatórios aos Encontros Nacionais de Presbíteros. São Paulo: Paulus, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Carta aos presbíteros**. “O que vimos e ouvimos, nós vo-lo anunciamos” (1Jo 1,3a). doc. 75. São Paulo: Paulinas, 2004b.

_____. **Documentos aos Presbíteros**. Rio de Janeiro, 1968.

_____. **Documentos dos presbíteros**. Rio de Janeiro, 1969.

_____. **Vida e ministério dos presbíteros**. Col. Estudos da CNBB, n. 88. São Paulo: Paulus, 2004a.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO (CELAM). **Conclusões da Conferência de Puebla**: evangelização no presente e no futuro da América Latina. 13ª ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **Conclusões de Medellín**. Presença da Igreja na atual transformação da América Latina. 5.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas, 2007.

JOÃO PAULO II. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores Dabo Vobis**: sobre a formação dos sacerdotes. São Paulo: Paulinas, 1992.

SÍNODO DOS BISPOS. **O Sacerdócio Ministerial**. Col. Documentos Pontifícios, n. 183. Petrópolis: Vozes, 1971.

VATICANO II. **Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Decreto Presbyterorum Ordinis sobre o ministério e a vida dos presbíteros**. São Paulo: Paulinas, 1998.

Bibliografia

ALMEIDA, Antônio José de. Associação de presbíteros, sinal dos tempos? In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 52, n. 206, Petrópolis: Vozes, jun. 1992a.

_____. Desafios da evangelização para o presbítero hoje. (Ponto de vista dos presbíteros). In: **Vida Pastoral**. n. 165, ano 33, jul./ago. 1992b.

_____. O presbítero no processo de urbanização (Crônica teológico-pastoral). In: **Vida Pastoral**. n. 177, ano 35, jul./ago. 1994.

_____. Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no “Concílio da Igreja sobre a Igreja”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs). **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina**. Coleção Fé e realidade, n. 25. São Paulo: Loyola, 1989.

ANDRADE, Walter Jorge Pinto. Situação do Clero no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 41, n. 163. Petrópolis: Vozes, set. 1981.

ANTONIAZZI, Alberto. Conselhos presbiterais em face dos desafios atuais (I). (Comissão Nacional de Presbíteros – 40). In: **Vida Pastoral**. n. 217, ano 42, mar./abr. 2001.

_____. Construindo a história dos presbíteros no Brasil. A contribuição dos nove ENPs (1985-2002) através de seus documentos. In: **Vida Pastoral**. n. 224, ano 43, mai./jun. 2002.

_____. Notas para a história dos presbíteros no Brasil (1969-1998). In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 58, n. 231, Petrópolis: Vozes, set. 1998.

_____. Presbíteros: o desafio da mudança. 2004a. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Vida e ministério dos presbíteros**. Col. Estudos da CNBB, n. 88. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Reflexão teológica. In: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **Ata do 1º Encontro Nacional de Presbíteros**. Itaiaci-SP, 1985.

_____. Resenha de livros: Ministério e Ministérios segundo o Novo Testamento. In: **Atualização**: Revista de Divulgação Teológica para o cristão de hoje. Belo Horizonte, MG, ano 5 n. 60, dez. 1974.

_____. **Ser presbítero hoje, no Brasil**. Comunicação apresentada ao colóquio “A igreja no Brasil e na Polônia: uma tentativa de comparação”, Rio de Janeiro, 19-22/8/1987.

_____. Uma leitura teológico-pastoral: a teologia do presbiterato hoje. 2004b. In: VALLE, Edênio (org.); BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. **Presbítero, você é feliz?** Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ARQUIDIOCESE de Belo Horizonte. **Pastoral Presbiteral**. Projeto Pastoral Maturidade Presbiteral. Belo Horizonte, 2010a.

_____. **Pastoral Presbiteral**. Relatório da pesquisa de opinião dos presbíteros. Belo Horizonte, 2010b.

ARQUIDIOCESE de Porto Alegre. **Programa de Pastoral Presbiteral**. Porto Alegre, 1999.

BASSINI, Pedro Felix. **O perfil do presbítero brasileiro**. s.d. Disponível em: <<http://www.sav.org.br/?system=news&action=read&id=1256&eid=247>> Acesso em: 08 abr. 2011.

BENEDETTI, Luiz Roberto. O “novo clero”: arcaico ou moderno? In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 59, n. 233, Petrópolis: Vozes, mar. 1999.

BENTO XVI. Discurso na sessão inaugural da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Aparecida, 13 de maio de 2007. In: **Palavras do Papa Bento XVI no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2007.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. O presbítero: ungido, poeta e servidor. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Vida e ministério dos presbíteros**. Col. Estudos da CNBB, n. 88. São Paulo: Paulus, 2004.

BOFF, Clodovis. **A originalidade histórica de Medellín**. s.d. Disponível em: <<http://sedosmission.org/old/spa/boff.html>> Acesso em: 23 mar. 2011.

_____. **Conselhos a um jovem teólogo.** 1999. Disponível em: <<http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/840/1269>> Acesso em: 06 mai. 2011.

BRIGHENTI, Agenor. **A missão evangelizadora no contexto atual:** realidade e desafios a partir da América Latina. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja.** Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. Evangelização inculturada e mundo urbano. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB); INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL (INP). **Pastoral Urbana:** categorias de análise e interpelações pessoais. Brasília: CNBB, 2010.

_____. Igreja comunidade e Igreja local. In: BRIGHENTI, Agenor; CARRANZA, Brenda (orgs.). **Igreja, comunidade de comunidades:** experiências e avanços. Brasília: CNBB, 2009b.

_____. O evento Vaticano II e sua recepção na Igreja Local: o testemunho de presbíteros conciliares do Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 69, n. 273, Petrópolis, Vozes, jan. 2009a.

CALIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanise (orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas.** São Paulo: Paulinas, 2004.

CENTRO DE ESTATÍSTICA RELIGIOSA E INVESTIGAÇÕES SOCIAIS (CERIS). Sumário da Pesquisa sobre o Clero no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 4, n. 28, Petrópolis: Vozes, dez. 1968.

_____. Anuário Católico do Brasil – 1985; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Anuário Estatístico do Brasil – 1984. In: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **Ata do 1º Encontro Nacional de Presbíteros.** O Contingente Sacerdotal no Brasil e sua distribuição. Itaiaci-SP, 1985.

CÓDIGO de Direito Canônico. Tradução: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). São Paulo: Loyola, 2001.

COMISSÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS (CNP). **ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral.** Guia e Regimento do 13º ENP. Brasília: CNBB, 2010c.

_____. Mensagem aos presbíteros do Brasil. 5º Encontro Nacional de Presbíteros. 1994. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunicado mensal.** ano 43, n. 478, abr./mai. 1994.

_____. Mensagem final do 8º ENP. In: ARQUIDIOCESE DE MARIANA. **Novo Milênio, novo presbítero? Coletânea de Subsídios do 8º Encontro Nacional de Presbíteros.** Mariana-MG, Ed. Dom Viçoso, 2000.

_____. **Mensagem final do 9º Encontro Nacional de Presbíteros.** Brasília: CNBB, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DO CLERO (CNC). Relatório da CNC em relação à gestão de outubro de 1987 até fevereiro de 1992. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS PRESBÍTEROS DO BRASIL (CNBB). **Ata do 4º Encontro Nacional de Presbíteros.** Brasília, 1992.

COMISSÃO REGIONAL DE PRESBÍTEROS. **Buscando o perfil dos presbíteros do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Ed. Pallotti, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Das Diretrizes a Santo Domingo.** doc. 48. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil.** 2003-2006. doc. 71. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. **Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil.** 2011-2015. doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil.** doc. 93. São Paulo: Paulinas, 2010.

_____. **Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil.** Diretrizes básicas. doc. 55. São Paulo: Paulinas, 1995.

_____. **Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas.** doc. 62. São Paulo: Paulinas, 1999.

_____. **Subsídios para Puebla.** doc. 13. São Paulo: Paulinas, 1978.

_____. **Texto apresentado na 35ª Assembleia Geral da CNBB.** Setor Vocações e Ministérios. Brasília, 1997.

_____. **Vida e Ministério do Presbítero** – Pastoral Vocacional. doc. 20. São Paulo: Paulinas, 1981.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório para o ministério e a vida do presbítero.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO (CELAM). **Síntese das contribuições recebidas.** V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. São Paulo: Paulinas, Paulus, 2007.

COZZENS, Donald. **A face mutante do sacerdócio.** São Paulo: Loyola, 2001.

DAMIAN, Edson. A espiritualidade do Presbítero Diocesano. In: **Vida Pastoral.** n. 182. mai./jun. 1995.

_____. CROZERA, Paulo. **Fraternidade e Pastoral Presbiteral.** [mensagem pessoal recebida por e-mail]. Mensagem recebida por <Sandro Ferreira>. em: 24 jul. 2010.

DÍAZ, Juan A. Estrada (org). **10 palavras clave sobre la Iglesia.** Navarra, España: Ed. Verbo Divino, 2003.

DURÁN, José Rafael Solano. **Somos de carne.** Londrina: Vozes, 2006.

DUSSEL, Enrique. **De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança.** Em torno de Puebla. – 1977-1979. vol. 3. São Paulo: Loyola, 1983.

FELLER, Vitor Galdino. O presbítero: missionário, profeta e pastor no mundo urbano. In: **Vida Pastoral.** ano. 37, n. 189, jul./ago. 1996.

GODOY, Manoel José de. Presbíteros na década de noventa. In: **Vida Pastoral**. n. 198. jan./fev. 1998.

_____. Presbíteros na década de oitenta. In: **Vida Pastoral**. n.196. set./out. 1997.

_____. A dimensão humana do presbítero na América Latina: situação e desafios. In: **Boletín OSLAM**. nº 48. jan./jun. 2006.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GREGORY, Afonso. Anteprojeto de pesquisa sobre as causas do escasseamento de vocações sacerdotais no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 31, n. 122, Petrópolis: Vozes, jun. 1971.

GURGEL, Mário. Causas agravantes da crise sacerdotal no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 2, n. 25. Petrópolis: Vozes, jun. 1965.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. Refletindo sobre a teologia do presbiterato. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Vida e ministério dos presbíteros**. Col. Estudos da CNBB, n. 88. São Paulo: Paulus, 2004.

JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia**. São Paulo: Paulinas, 2003.

_____. Da mensagem aos sacerdotes e religiosos do México, 27/1/1979. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 39, n. 153, Petrópolis: Vozes, mar. 1979.

_____. Discurso Inaugural do Papa João Paulo II, 1992. In: CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO (CELAM). **Conclusões da Conferência de Santo Domingo**. Nova evangelização, promoção humana, cultura cristã. 5ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

_____. Encontro com os sacerdotes. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicado mensal**. ano 40, n. 455. Brasília, 1991.

KLOPPENBURG, Boaventura. **A eclesiologia do Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **Concílio Vaticano II**. Vol. V. Quarta Sessão (set-dez. 1965). Petrópolis: Vozes, 1966.

_____. **O ser do padre**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LEGRAND, Hervé. Ministérios de la Iglesia local. In: LAURET, Bernard; REFOULÉ, François (orgs). **Iniciacion a la practica de la teologia**. Dogmática 2. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1985.

LIBÂNIO, João Batista. **Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano**. Do Rio de Janeiro a Aparecida. São Paulo: Paulus, 2007.

LOPES, Geraldo. **Lumen Gentium: texto e comentário**. Coleção Revisitar o Concílio. São Paulo: Paulinas, 2011.

LORSCHIEDER, Aloísio. **A caminho da 5ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho**: Retrospectiva histórica. Aparecida: Santuário, 2006.

_____. **Identidade e Espiritualidade do Presbítero Diocesano**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. O perfil espiritual e pastoral do presbítero hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 62, n. 246, Petrópolis: Vozes, abr. 2002.

MARINS, José. Pesquisa sobre o clero do Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 4, n. 29, Petrópolis: Vozes, mar. 1969.

MEDEIROS, Katia Maria Cabral; FERNANDES, Silvia Regina Alves (orgs). **O padre no Brasil**: interpelações, dilemas e esperanças. São Paulo: Loyola, 2005.

MENDONÇA, Carlos Bruno de Araújo; OLIVEIRA, José Lisboa Moreira de. **Antropologia da formação inicial do presbítero**. São Paulo: Loyola, 2001.

MORO, Celito. **A formação presbiteral em comunhão para a comunhão**: perspectivas para as casas de formação sacerdotal. Aparecida: Santuário, 1997.

NERY, Israel José. **Como vi e vivi Santo Domingo**. Um diário. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, José Antônio de. Presbítero: pessoa e missão. 9º Encontro Nacional de Presbíteros. In: **Vida Pastoral**. n. 221, nov./dez. 2001.

PARISSE, Luciano. Presbíteros da Igreja, “no mundo de hoje”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 1, n. 27, Petrópolis: Vozes, mar. 1967.

PAULO VI. Discurso na abertura da II Conferência, 1968. In: PADIN, Cândido; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. **Trinta anos depois, Medellín é ainda atual?** 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

_____. **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* sobre a evangelização no mundo contemporâneo**. São Paulo: Paulinas, 1976.

PEREIRA, Antônio Campos. Relatório do 7º ENP. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicado mensal**, ano 47, n. 520, abr. 1998.

PINTO, Ênio Brito. Os presbíteros e a sexualidade na visão de um psicoterapeuta. In: **Vida Pastoral**. n. 272, mai./jun. 2010.

PIRÔNIO, Eduardo. Os presbíteros estrangeiros na América Latina. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 4, n. 29, Petrópolis: Vozes, dez. 1969.

PONTIFICAL Romano. Tradução portuguesa para o Brasil das edições típicas. São Paulo: Paulus, 2000.

PONTIFÍCIO Conselho Justiça e Paz. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PRETTO, Agostinho. Carta da Associação Nacional de Presbíteros à CNBB. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunicado mensal**. ano 41, jan./mai. 1992.

ROCHA, Manoel Valdery da. 6º Encontro Nacional de Presbíteros. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunicado mensal**. ano 45, n. 498. abr./mai. 1996.

SANTANA, Manoel Henrique de Melo. As origens da Comissão Nacional do Clero e os primeiros encontros nacionais. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**, vol. 68, n. 269, Petrópolis: Vozes, jan. 2008.

_____. Saudação e acolhida aos participantes do 1º ENP. Relatório do dia 21 de outubro de 1985. In: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBITEROS (CNP). **Ata do 1º Encontro Nacional de Presbíteros**. Itaipaci-SP, 1985.

SANTOS, Jésus Benedito dos. **O presbítero católico: uma identidade em transformação**. Aparecida: Santuário, 2010.

SARANYANA, Josep-Ignasi. **Cem anos de Teologia na América Latina**. (1899-2001). Coleção Quinta Conferência – História. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2005.

SERBIN, Kenneth P. **Presbíteros, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SUESS, Paulo. Memória, discernimento, compromisso: comunhão e missão presbiteral ontem e hoje. In: COMISSÃO NACIONAL DE PRESBITEROS (CNP). **ENPs, 25 anos celebrando e fortalecendo a comunhão presbiteral**. Instrumento Preparatório ao 13º ENP. Brasília: CNBB, 2010.

TEPE, Valfredo. **Presbítero hoje**. Petrópolis: Vozes, 1993.

UNIVERSIDADE DE NAVARRA. **Código de Direito Canônico**. Edição anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta. Trad.: José A. Marques. Braga, Ediciones Universidad de Navarra, 1997.

VALENTINI, Luiz Demétrio. A Conferência de Santo Domingo. Depoimento pessoal. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 53, n. 209. Petrópolis: Vozes, mar. 1993.

_____. **Revisitar o Concílio Vaticano II**. Coleção Revisitar o Concílio. São Paulo: Paulinas, 2011.

VALLE, Edênio (org.); BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. **Presbítero, você é feliz?** Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

VATICANO II. **Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina.** São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje.** São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia.** São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Decreto *Christus Dominus* sobre a função pastoral dos bispos na Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1998.

WLOCH, Francisco. Comissão Nacional do Clero. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunicado mensal.** ano 42, nº. 461, Brasília, mai. 1992.

ZANCHIN, Oralino. Discurso do presidente da ANPB durante o 11º ENP. Itaiçi-SP, 06 de fevereiro de 2006. In: **Ata do 11º Encontro Nacional de Presbíteros.** Itaiçi-SP, 2006.